

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	6
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	25
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	28
1.5 Principais clientes	36
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	37
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	43
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	44
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	45
1.10 Informações de sociedade de economia mista	49
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	50
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	51
1.13 Acordos de acionistas	53
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	54
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	55
1.16 Outras informações relevantes	56
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	59
2.2 Resultados operacional e financeiro	88
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	93
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	95
2.5 Medições não contábeis	98
2.6 Eventos subsequentes as DFs	105
2.7 Destinação de resultados	106
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	110
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	111
2.10 Planos de negócios	112
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	115
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	116
3.2 Acompanhamento das projeções	117

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	118
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	173
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	177
4.4 Processos não sigilosos relevantes	178
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	203
4.6 Processos sigilosos relevantes	204
4.7 Outras contingências relevantes	206
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	212
5.2 Descrição dos controles internos	220
5.3 Programa de integridade	223
5.4 Alterações significativas	229
5.5 Outras informações relevantes	230
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	231
6.3 Distribuição de capital	234
6.4 Participação em sociedades	235
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	236
6.6 Outras informações relevantes	237
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	238
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	244
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	245
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	249
7.4 Composição dos comitês	261
7.5 Relações familiares	269
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	270
7.7 Acordos/seguros de administradores	271
7.8 Outras informações relevantes	273
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	283

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	290
8.3 Remuneração variável	294
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	296
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	305
8.6 Outorga de opções de compra de ações	306
8.7 Opções em aberto	308
8.8 Opções exercidas e ações entregues	311
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	312
8.10 Outorga de ações	314
8.11 Ações entregues	316
8.12 Precificação das ações/opções	317
8.13 Participações detidas por órgão	320
8.14 Planos de previdência	321
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	323
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	325
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	327
8.18 Remuneração - Outras funções	328
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	329
8.20 Outras informações relevantes	330
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	331
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	332
9.4 Outras informações relevantes	333
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	334
10.1 Descrição dos recursos humanos	336
10.2 Alterações relevantes	339
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	340
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	342
10.5 Outras informações relevantes	343
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	347

Índice

11.2 Transações com partes relacionadas	349
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	354
11.3 Outras informações relevantes	355
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	356
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	357
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	358
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	376
12.5 Mercados de negociação no Brasil	377
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	378
12.7 Títulos emitidos no exterior	379
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	380
12.9 Outras informações relevantes	381
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	384
13.1 Declaração do diretor presidente	385
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	386
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	

1.1 Histórico do emissor

1. Atividades da Companhia

1.1 – Histórico da Companhia

O Grupo Casas Bahia S.A. (nova denominação social da Via S.A.), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 33.041.260/0652-90, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 28º andar, Pinheiros, CEP 05402-918 (“Companhia” ou “Grupo Casas Bahia”), é resultado da associação das operações das Casas Bahia e do Pontofrio ocorrida em 2009, e acredita ser uma das maiores empresas de varejo de eletroeletrônicos no mundo.

Casas Bahia (“CB” ou “Casas Bahia”)

A CB foi fundada em 1957, com a inauguração da primeira loja localizada em São Caetano do Sul, batizada como “Casa Bahia”. Em 1960, quando houve a abertura da segunda loja no mesmo município, a rede passou a se chamar “Casas Bahia”. Dez anos após a abertura de sua segunda loja, a Casas Bahia iniciou a venda de eletrodomésticos.

Em 1970, a Casas Bahia adquiriu a financeira Intervest e a rede de lojas Piratininga. No ano de 1972, expandiu-se para o litoral e para a capital do Estado de São Paulo. Em 1978, a Casas Bahia adquiriu as fábricas de móveis Bartira e Bela Vista.

No início dos anos 90, a Casas Bahia começou a sua expansão para os estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Ponto

A Globex Importadora e Exportadora S.A. (“Globex”) foi fundada em 1946 e abriu, na década de 1950, a primeira loja de varejo de eletrodomésticos da cidade do Rio de Janeiro sob a marca Pontofrio. Desde então, a Globex expandiu-se para Brasília e para os estados de Goiás e Minas Gerais. Em 6 de setembro de 1957, teve sua denominação social alterada para Globex Utilidades S.A.

Em 1981, a Globex obteve seu registro de companhia aberta e, em 1996, realizou sua oferta pública inicial de ações (“IPO”), juntamente com seu programa de *American Depositary Receipts* de Nível 1.

Na década de 1990, a Globex investiu na aquisição de empresas já estabelecidas no mercado, como a Casas Buri, J.H. Santos, Kit Eletro, bem como 81 pontos de venda da rede Disapel, fortalecendo a sua presença nos estados de São Paulo, Minas Gerais e estados da região Sul, passando a liderar o ranking do setor em número de lojas. Em 2000, inaugurou a primeira *megastore* de eletrônicos na cidade de São Paulo.

Em 2001, a Globex estabeleceu uma associação com o até então Unibanco, para a formação do *Investcred*. O *Investcred* é um instrumento por meio do qual a Globex pode disponibilizar aos seus clientes, dentre outros, os cartões de crédito *private label* (para uso restrito nas lojas da Companhia), cartões de crédito com bandeiras de ampla aceitação, crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal.

Em 2008, a Globex reestruturou seu canal eletrônico de vendas, de forma que as operações da pontofrio.com foram reunidas em uma empresa independente e lideradas por um grupo de executivos com ampla experiência e histórico de resultados no mercado virtual.

1.1 Histórico do emissor

Em 2009, a Companhia Brasileira de Distribuição adquiriu o controle da Globex, por meio de sua subsidiária Mandala, posteriormente incorporada pela Globex. A operação de aquisição do controle de Globex estava sujeita à aprovação das autoridades antitruste brasileiras, tendo sido aprovada sem restrições pelo CADE em abril de 2013. A operação de aquisição do controle de Globex também estava sujeita à realização de oferta pública de aquisição ("OPA"), concluída pela Companhia em 2010.

Em 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a mudança da marca Pontofrio para Ponto. Essa é uma mudança muito importante no Pontofrio. Uma marca com 75 anos, querida pelos clientes, extremamente reconhecida e valorizada, pioneira nas redes sociais e que sempre transmitiu inovação. Para a virada da marca, a Companhia repaginou todas lojas do Brasil com a nova identidade visual, além de todo interior reformado e material gráfico com as novas cores.

Grupo Casas Bahia

Em 4 de dezembro de 2009, a Companhia Brasileira de Distribuição celebrou um acordo de associação com a Casas Bahia, com o intuito de unificar as operações das redes Casas Bahia e Pontofrio. Este acordo de associação foi posteriormente aditado em 1º de julho de 2010. A conclusão da transação estava sujeita à aprovação das autoridades antitruste brasileiras, tendo sido aprovada pelo CADE mediante a assinatura de Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") em abril de 2013.

Em 9 de novembro de 2010, a assembleia geral de acionistas da Globex aprovou todos os atos necessários para a implementação da associação com a Casas Bahia, por meio da incorporação de ações da Nova Casa Bahia S.A., sociedade titular de todos os ativos, passivos, direitos e obrigações referentes ao negócio de varejo da Casas Bahia envolvidos na associação.

Como parte do processo de construção de uma nova imagem corporativa unificada, em 15 de fevereiro de 2012, foi realizada a assembleia geral de acionistas da Companhia que aprovou a mudança da denominação social de Globex Utilidades S.A. para Via Varejo S.A.

Em 12 de setembro de 2016, a assembleia geral de acionistas da Companhia aprovou a reorganização societária para integração dos negócios de comércio eletrônico desenvolvidos pela Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova") (denominação social para a entidade do grupo que operava nesse setor) aos negócios desenvolvidos pela Companhia. Em decorrência disso, em 31 de outubro de 2016, a Cnova passou a ser subsidiária integral da Companhia.

Em 12 de setembro de 2018, a Companhia firmou uma parceria estratégica com a CarrierEQ, Inc. AirFox e sua subsidiária brasileira, AirFox Brasil ("AirFox"), para desenvolver soluções de pagamentos móveis e banco digital. Por meio de tal parceria, foi desenvolvida uma solução tecnológica mPOS ("Mobile Point of Sale") que permite aos clientes da Casas Bahia a autenticação e digitalização de faturas, além da realização de pagamentos do carnê Casas Bahia diretamente pelo aplicativo móvel. Além disso, a solução disponibiliza aos clientes outras funcionalidades digitais por meio de uma carteira virtual.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia concluiu o seu processo de migração ao segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), nível máximo de governança corporativa no Brasil. Como consequência, houve a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para cada 1 (uma) ação ordinária (1:1), bem como foi encerrado o programa de Units da Companhia.

Em 1º de outubro de 2018, a E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("E-Hub") e a Nova Experiência Pontocom S.A. ("Nova Experiência") foram incorporadas pela Cnova, ocasião em que esta passou a atuar com as atividades de comércio eletrônico das bandeiras *PontoFrio*, *Casas Bahia*, *Extra*,

1.1 Histórico do emissor

Barateiro e *E-Hub*, possibilitando grande sinergia na logística e nas aquisições envolvidas nas operações dessas bandeiras.

Em 14 de junho de 2019, a Companhia Brasileira de Distribuição alienou a totalidade das ações da Companhia de sua titularidade em leilão realizado em pregão da B3, de modo que deixou de ser acionista controladora da Companhia, promovendo a dispersão de seu controle acionário.

Em 1º de julho de 2019, a Cnova foi cindida parcialmente transferindo a parcela de seu patrimônio correspondente às atividades e estabelecimentos de comércio eletrônico para a Companhia. Após a cisão parcial da Cnova, as atividades de comércio eletrônico das bandeiras *PontoFrio*, *Casas Bahia*, *Extra* e *E-Hub* passaram a ser concentradas e exercidas pela Companhia, incluindo as seguintes atividades anteriormente exercidas pela Cnova: (i) comércio eletrônico, incluindo *marketplace*, e (ii) *fullcommerce* que envolvam compra de estoque.

Em 07 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício da opção de compra e formalização, por meio de sua controlada, Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake Niassa"), de todas as providências para aquisição de 100% das ações da CarrierEQ, Inc. ("Airfox/banQi"). A Airfox/banQi é a empresa que desde 2018 vem desenvolvendo a carteira digital da Companhia (banQi).

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, através de sua subsidiária VVLog Logística, adquiriu a totalidade das quotas da ASAP Log Ltda., dando mais um passo importante na transformação digital da Companhia. A ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística ("LogTec"), especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de *e-commerce*, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o "*crowdshipping*" como solução para a entrega última milha ("last mile"), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos.

Essa aquisição contribuiu para o desenvolvimento acelerado em tecnologia logística da Companhia, e trouxe forte apoio para explorar a integração da sua malha logística, inclusive controlando a gestão dos *Mini Hubs* ("shipping from store"), reduzindo drasticamente o custo logístico e o prazo de entrega. Adicionalmente, foi importante para a melhoria de soluções para seus parceiros de *Marketplace* ("sellers"). A Companhia já contava com a melhor malha logística do país e com a ASAPLog adicionou solução em escala nacional.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua por sua subsidiária VVLog Logística Ltda., celebrou os documentos definitivos relativos à aquisição de 100% das ações de emissão da empresa de tecnologia I9XP Tecnologia e Participações S.A. ("I9XP"). A I9XP é uma empresa de Tecnologia, situada em São Paulo, à época com 155 colaboradores, sendo 120 desenvolvedores, especializada em desenvolvimento de soluções para *e-commerce*. Essa aquisição fez parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como *marketplace* e logística. Em 30 de novembro de 2020, foi concluído o fechamento da aquisição de 100% das ações da I9XP. Em 31 de março de 2023, foi aprovada a incorporação da I9XP pela Viahub Tecnologia em E-Commerce Ltda., subsidiária da Companhia.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de participação acionária de 16,67% do capital da *Growth Partners* Investimentos e Participações S.A., sociedade que detém o controle da *startup* Distrito, por meio de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A. Fundado em 2014, o Distrito é um *hub* de inovação que conta uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas,

1.1 Histórico do emissor

startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. Essa operação representou um salto na estratégia de aceleração da transformação digital, permitindo à Companhia estar conectada a um dos principais *hubs* digitais do país, acessar o universo de *startups* e viabilizar os projetos de transformação e aceleração digital.

Em 25 de abril de 2021, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de 100% das quotas de emissão da Celer Processamento Comércio e Serviço LTDA. (“Celer”), por meio de sua controlada Cnova Comércio Eletrônico S.A. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e hoje oferece um pacote completo de *Bank-as-a-Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX. Atualmente, a Celer conta com aproximadamente 200 *fintechs* integradas, que oferecem aos seus clientes, além soluções próprias, soluções de aquisição e conta digital para mais de 24.000 estabelecimentos comerciais cadastrados.

A conclusão da operação e integração com a Celer permitiu à Companhia ampliar os serviços financeiros disponibilizados aos *sellers* do seu *Marketplace*, tais como (i) aquisição e *gateway* para vendas físicas e *online*, (ii) ampliação conta digital banQi completa e integrada ao PIX, (iii) plataforma de antecipação dos recebíveis e também (iv) uma gestão completa da agenda financeira, além de viabilizar a jornada omnicanal da Companhia, facilitando (a) a interação financeira entre o *seller* do *Marketplace* e as lojas físicas da Companhia, e (b) parcerias com *players* relevantes do mercado para a concepção de mais inovações no setor.

Em 05 de agosto de 2021, a Companhia anunciou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data: (i) a mudança da sede da Companhia para a Avenida Rebouças, 3970, 28ª Andar, Pinheiros, CEP 05402-918, cidade de São Paulo, no estado de São Paulo; e (ii) a alteração da denominação social para VIA S.A., em linha com a mudança da marca comunicada ao mercado em 25 de abril de 2021. Em decorrência da alteração da denominação social, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 sob novo código de negociação (*ticker*) “VIA3”, em substituição ao código antigo “VVAR3” e o nome de pregão da Companhia passou a ser apenas “Via” em substituição à “Via Varejo”. O novo posicionamento da marca institucional, nova assinatura corporativa e a alteração do ticker para VIA3 reforçaram a estratégia de ser reconhecida como “a melhor Via de compras de todos os brasileiros, onde, quando e como eles quiserem” e ir muito além do varejo.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A. realizou investimento minoritário na *startup* Byebnk Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda. (“byebnk”), uma plataforma de gestão de investimentos em criptomoedas que está ampliando sua atuação para possibilitar aos seus clientes/usuários a realização de investimentos em ativos tradicionais através da chamada “tokenização” (transformação de ativos financeiros em criptomoeda). Além da gestão de investimentos, a byebnk também tem como propósito oferecer serviços de educação financeira aos brasileiros.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A., realizou investimento minoritário na *startup*: Mibolsillo Financial Technologies Inc. (“Poupa Certo”), uma plataforma de gestão e educação financeira que oferece, através de uma experiência totalmente digital, utilizando uma estratégia de gamificação, jornadas de educação financeira customizadas, com operações em diversos países na América Latina tais como Peru, Chile, Guatemala e México.

1.1 Histórico do emissor

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia, através de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A., por meio do programa Via Next, realizou investimento minoritário na *startup*: GoPublic Serviços Financeiros Ltda. (“GoPublic”), que oferece um ecossistema de soluções *Software as a Service* (SaaS) modular, adaptável na modalidade “*whitelabel*” para facilitar a jornada de crédito e pagamentos. Com tecnologia própria aplicada a modelos inovadores de análise de risco, a GoPublic foca no comportamento do cliente e no fluxo do crédito, com maior eficiência no uso de dados e maior utilização de algoritmos de alta precisão. A esteira de monitoramento e cobrança está totalmente integrada, combinada com uma ampla gama de soluções de meios de pagamentos, que são parte integral da jornada completa do crédito à cobrança.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT por meio de suas subsidiárias. A CNT é uma logtech especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP. A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos.

Também em 2022, houve o investimento minoritário em mais 5 startups – Hubii, Manfing, Yapoli, IDid e Já Vendeu – por meio da Sociedade em Conta de Participação (SCP) com a Darwin Startups, juntamente com a realização de um programa para acelerar o desenvolvimento dessas empresas e projetos de inovação da Companhia.

Em 12 de setembro de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, dentre outras matérias, a alteração da denominação social para Grupo Casas Bahia S.A., de modo a incorporar ao nome empresarial da Companhia a principal marca e unidade de negócios do grupo, reforçando sua identidade corporativa perante investidores e demais *stakeholders*. Em decorrência da alteração da denominação social, as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 sob novo código de negociação (*ticker*) “BHIA3”, em substituição ao código antigo “VIAA3” e o nome de pregão da Companhia passará a ser “Casas Bahia” em substituição à “Via”. As alterações no código de negociação e no nome de pregão da Companhia produzirão efeitos no sistema de negociação da B3 em 5 dias úteis contados da deliberação da Assembleia Geral Extraordinária mencionada acima.

No que diz respeito ao comércio de móveis, a Bartira, nossa controlada – cuja fábrica possui mais de 100 mil m² de área construída - produz dormitórios, cozinhas, estantes e *racks*, entre outras peças, superando a casa de 1,0 milhão de itens fabricados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Desde 1981, a Bartira produz móveis exclusivos para a Casas Bahia e, em 2013, quando passou integrar a Companhia, passou a produzir móveis também para as lojas Ponto.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 – Atividades principais desenvolvidas pela Companhia e suas controladas

Visão geral da Companhia e principais vantagens competitivas

Nosso propósito é ser a plataforma de relacionamento e consumo do brasileiro onde, quando e como ele quiser, incorporando os aspectos socioambientais e de governança em toda a nossa cadeia de atuação, desde o cuidado com os nossos colaboradores até a logística para chegar no cliente final. Para isso, acreditamos ir além do que é praticado atualmente no setor de varejo, em uma jornada que coloca os nossos clientes no centro de tudo, focando em fornecer o melhor atendimento e uma experiência única em todas as etapas de compra. Por meio de ferramentas que visam proporcionar uma boa experiência, entregamos ofertas agnóstica de produtos, serviços, soluções financeiras e logística.

Atuamos de forma omnicanal, com marcas “*top of mind*” oferecendo uma série de serviços e soluções financeiras que retroalimentam e impulsionam nosso ecossistema. Na atuação *online*, acreditamos ser reconhecidos como destino em diversas categorias chaves, como a linha branca (fogão, forno elétrico, freezer, micro-ondas e demais aparelhos para tarefas domésticas) e a linha marrom (aparelho de som, Blu-Ray Player, DVD, home-theater, televisão e demais aparelhos destinados ao lazer). Possuímos uma ferramenta de vendas batizada de “Me chama no Zap”, na qual contamos com vendedores *online* que atendem nossos clientes por meio de inteligência artificial.

Os parceiros do *marketplace* usufruem da força de nossas marcas, plataforma de serviços e logística para vender cada vez mais. Com um sortimento de mercadorias cada vez mais amplo e complementar ao *core*, que são as vendas 1P (“*first-party relationship*”) e 3P (“*third-party relationship*”), acreditamos gerar valor para a Companhia através desse canal, não só com maiores vendas mas também com maior oferta de serviços.

Nossa logística está a serviço dessa omnicanalidade, gerando valor para o cliente e operando de maneira aberta (para fora da Companhia). Temos vasta cobertura geográfica através da nossa malha, com todas as lojas servindo como pontos para retirada de produtos comprados online – Retira Rápido – e como apoio logístico. Atuamos na entrega de produtos de diferentes pesos e tamanhos com a mesma eficiência, em todas as cidades do Brasil.

Nossas soluções financeiras permitem a democratização do crédito e inclusão do público consumidor através de uma oferta de crédito competitiva. Nosso portfólio de soluções financeiras está em constante evolução e, atualmente, conta com uma ampla oferta de serviços, tanto para o cliente pessoa física quanto para a pessoa jurídica.

Estamos entre os maiores vendedores de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis no Brasil, de acordo com o ranking da SBVC das 300 maiores empresas de varejo brasileiro¹. Operamos por meio de nossa plataforma de venda omnicanal integrada por nossas operações de *e-commerce* com as bandeiras “Casas Bahia”, “Ponto:>”, “Extra.com.br”. Além disso, oferecemos serviço de *marketplace*, onde varejistas terceiros (*sellers*), mediante o pagamento de taxas de comissionamento, disponibilizam seus produtos nos sites das Casas Bahia, Ponto:> e Extra, de forma que possuíamos, em 30 de junho de 2023, 158 mil *sellers* que vendem em nossas plataformas, oferecendo 71 milhões de SKUs.

Em 30 de junho de 2023, nossa rede contava com 1.127 lojas físicas das bandeiras “Casas Bahia” (972 lojas) e “Ponto” (155 lojas), localizadas em mais de 550 cidades e 22 estados mais o distrito federal, atuando como um ponto de venda, de relacionamento com o cliente e como um *hub* logístico, ou seja, são lojas que funcionam como centros de envio de mercadorias para clientes (*shipping from store*) e

¹ Ranking disponível em: <https://sbvc.com.br/ranking-300-maiores-empresas-do-varejo-brasileiro-2022-sbvc/>

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

como agência para o banQi. Por fim, em 30 de junho de 2023, possuíamos 29 centros de distribuição espalhados por todo Brasil e, atualmente, contamos com o diferencial de ter a Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") como controlada, o que nos permite verticalizar a produção de móveis, garantindo um fornecimento de móveis e maiores margens ao eliminar intermediários.

Em 30 de junho de 2023, nossas lojas representavam 30% do *market share* nacional e nosso *e-commerce*, 15% em 1P e 3P. Em 30 de junho de 2023, atendíamos 108 milhões de clientes (equivalente a aproximadamente 95% da população economicamente ativa), dos quais 29 milhões eram ativos, com um *Net Promoter Score*² ("NPS") de 75.

A Companhia também possui um robusto ecossistema financeiro, através do qual (1) controla a banQi, que oferece inovação digital para pessoas físicas e jurídicas, incluindo a abertura de contas digitais, carteiras digitais (*e-wallets*), concessão de crédito (crediário digital), emissão de cartão pré-pago, serviços de pagamentos como *QRcode*, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia, possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede, dentre outros serviços – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão / bancarização das classes C e D, trazendo recorrência e rentabilidade para a Companhia, sendo que, em 30 de junho de 2023, a banQi possuía 7,1 milhões de contas, (2) possui parcerias com bancos tradicionais como Itaú e Bradesco para oferta cartão *co-branded* no Ponto e Casas Bahia respectivamente, e (3) conta com a Rede Celer, uma *fintech* adquirida em 2021, que oferece soluções de pagamento e um pacote completo de *Bank-as-a-Service* ("BaaS"), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX. Com isso, em 30 de junho de 2023, a Companhia contava com contas a receber - Crediário Casas Bahia (circulante e não circulante) de R\$5,3 bilhões e tinha um TPV (*total payment volume*) de R\$12 bilhões gerados pelos serviços financeiros oferecidos.

A Companhia também opera sua logística de maneira aberta, seja para sua própria operação omnicanal, para os *sellers* do *marketplace*, e/ou para terceiros, atualmente entregando produtos em 5.560 cidades, participando de 26% das entregas 3P do *marketplace* por meio dos serviços de coleta, postagem, *drop-off* e *fulfillment*. Para isso, conta com controladas que oferecem diferentes serviços, tais como (1) ASAPLog, uma plataforma tecnológica de logística (LogTech) para a entrega de última milha (*last mile*), que conta com uma rede de entregadores autônomos, e (2) CNT, que é uma *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em *fulfillment* e *fullcommerce* (*white label*) através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias proprietárias.

Potencial de crescimento

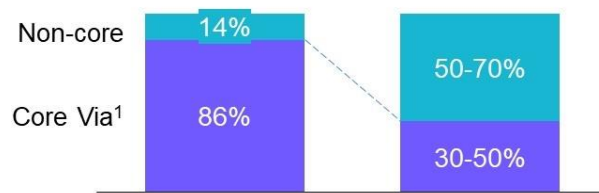
1P e 3P

Com nossa plataforma digital robusta, em 30 de junho de 2023, 50% do nosso *Gross Merchandise Value* ("GMV") era proveniente dos canais digitais, com destaque para a grande concentração de 1P nas categorias *core* com maior *ticket* médio, que, em conjunto com a abrangência nacional de nossas lojas, possibilita a criação de uma barreira de entrada relevante para novos entrantes. Ao mesmo tempo, nosso 3P é orgânico e complementar ao *Core*, o que faz com que parte da nossa estratégia não entre em competição com plataformas generalistas, as quais oferecem uma ampla variedade de produtos sem possuir um foco ou um nicho específico.

Distribuição das vendas entre itens core e não core vs. Outras plataformas

² Métrica de lealdade e satisfação do cliente, apurado por meio de pesquisas de satisfação realizadas nas próprias lojas. Um NPS excelente considera uma pontuação de 75 a 100.

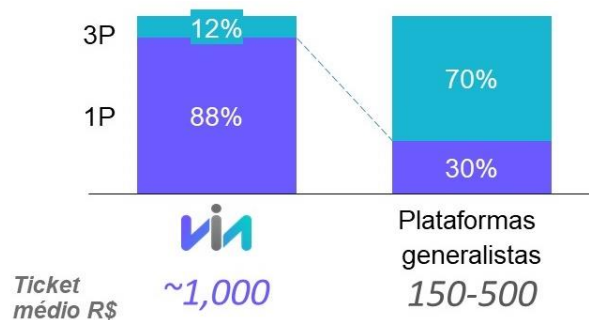
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Estudo feito pelo BCG conforme contratado pela Companhia, na data base de 30 de junho de 2023

1- Considera telefones, eletrodomésticos, linha branca, televisores e mobília

Distribuição das vendas online entre 1P e 3P e ticket médio vs. Outras plataformas



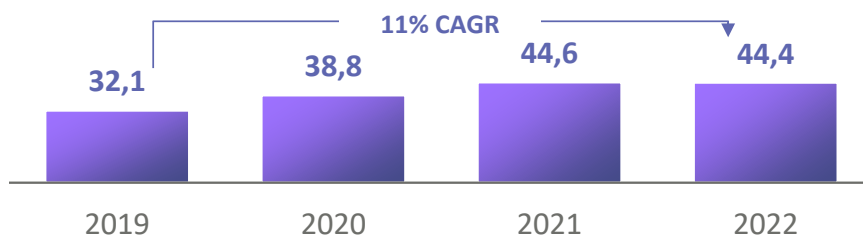
Fonte: Estudo feito pelo BCG conforme contratado pela Companhia, na data base de 30 de junho de 2023

Varejo 1P Omnichannel

Contando com 2 marcas reconhecidas, quais sejam Casas Bahia e Ponto, e parcerias com empresas como C6 Bank, Inter, NuBank, Esfera, Banco do Brasil e outras, o Varejo 1P da Companhia é o destino de escolha dos brasileiros nas 5 principais categorias de bens duráveis, sendo responsável por 88% do GMV total da Companhia e com mais de 30% do *market share* em 1P (*online* e *offline*), em 30 de junho de 2023. A plataforma *omnichannel* da Companhia também permite que lojas atuem como hubs de relacionamento com clientes, catalisando vendas online e atraindo clientes para o banQi

GMV bruto – Varejo omnichannel | Métrica operacional

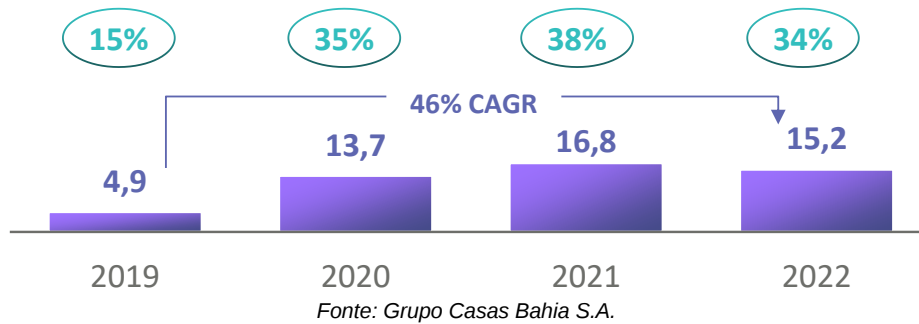
(1P Online e Lojas Físicas, R\$ bilhões)



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

GMV bruto online – 1P e % do varejo omnichannel | Métrica operacional

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Market share online (1P+3P) | Métrica operacional



B2B

Através do modelo *Business to Business* (“**B2B**”), que trata-se de um modelo no qual as atividades comerciais de uma empresa são voltadas à venda de produtos ou serviços para outra empresa e não uma pessoa física, e da expertise da Companhia em oferecer soluções customizadas para o varejo, o ecossistema da Companhia é beneficiado através dos pontos abaixo:

- Exposição da marca: Exposição das marcas Casas Bahia, Ponto e Extra.com nos principais programas de pontos e *marketplace*;
- Novos clientes: Canal estratégico para atrair novos clientes com Custo de Aquisição de Cliente (CAC) menor;
- Setor: Não existem barreiras no B2B, a Companhia pode entrar em diversos setores;
- B2B Market: Referência no mercado B2B com rápidas ações de venda e estrutura tecnológica robusta;
- Prospecção: Presença nos principais programas de vendas das empresas parceiras (C6 Bank, Inter, Esfera, Nubank BB, Fast, Carrefour, Livelio, entre outros) e extenso *roadmap* de novas parcerias, conforme demonstrado abaixo;
- Market share: B2B ajuda a crescer significativamente o *market share* em 1P e poder de compra;
- Profit & Loss Statement (“*P&L*”): Melhores margens entre as alternativas *online*.

Apresentamos abaixo a linha do tempo de iniciativas da Companhia nesse sentido, bem como as parcerias selecionadas para tanto:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

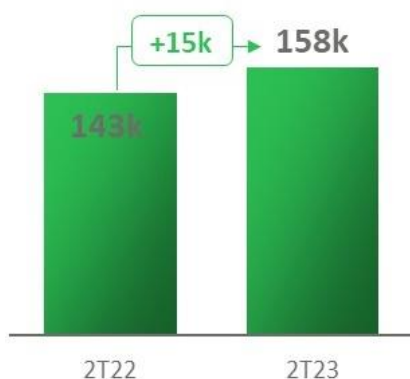


3P Omnichannel

Nós do Grupo Casas Bahia oferecemos experiência e nível de serviço entre as plataformas 3P, com baixo custo de entrega, alto NPS e rastreabilidade de pedidos. O 3P atua como um pilar para ativação de clientes e aumento de recorrência com a presença da Companhia em compras complementares.

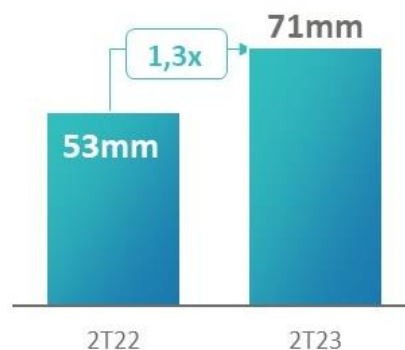
Além disso, o 3P traz ganhos de escala com diluição do custo de estoque e entrega, alavancando a plataforma nacional de logística da Companhia, anúncios, a plataforma de crédito e outros serviços, conforme demonstrado abaixo.

Vendedores 3P



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Número de SKUs vendidos

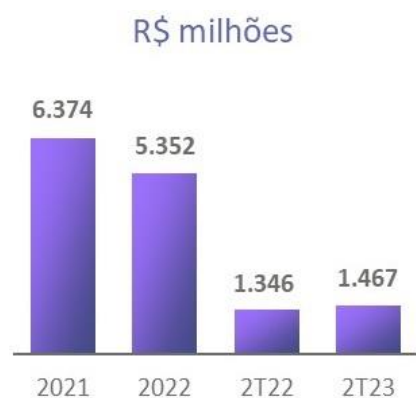


Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

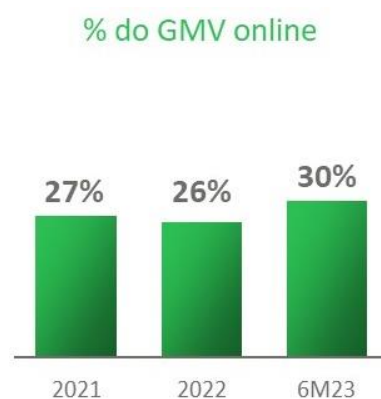
GMV Bruto 3P

GMV Bruto 3P (como % do GMV online)

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

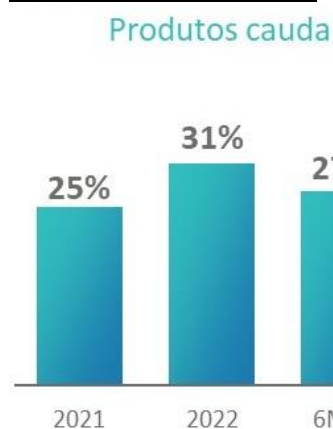


Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.



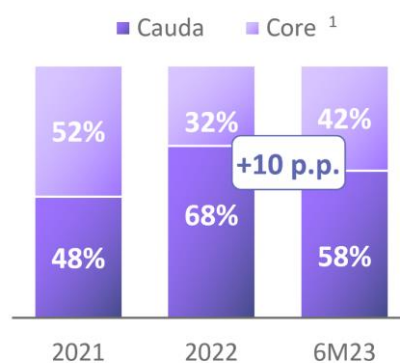
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Participação do GMV 3P



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Participação do # de pedidos por categoria



1- Considera telefones, pequenos eletrodomésticos, linha branca, televisores e mobília

Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Evolução do take rate¹ no modelo 3P



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

1- Considera Take Rate como as taxas e comissões cobradas pela Companhia nas transações realizadas por terceiros através das plataformas da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

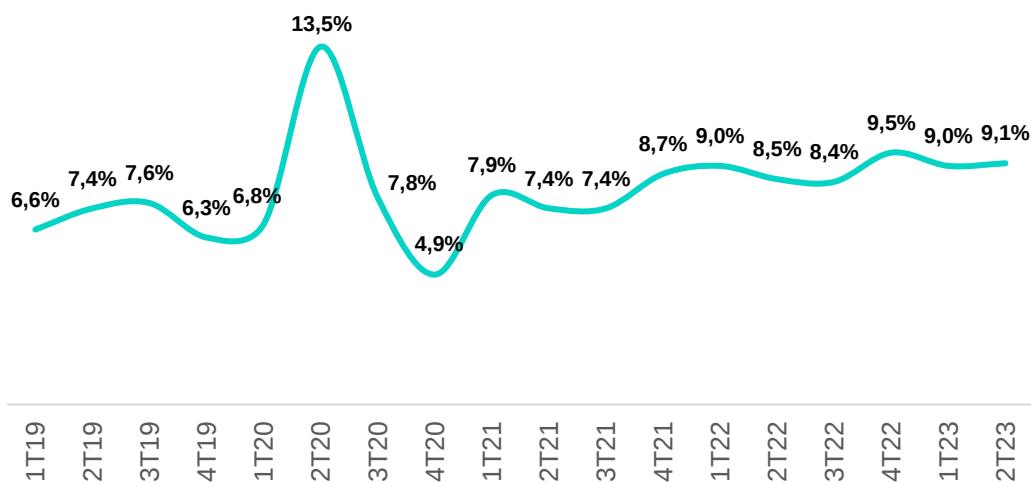
Serviços financeiros

Oferecemos um leque de serviços financeiros focados no aumento da lucratividade da Companhia. Entre os principais serviços oferecidos estão:

- **Crediário:** Somos um dos primeiros varejistas a oferecer parcelamentos através do CDC. Em 30 de junho de 2023, nossos números eram:
 - Mais de 4,5 milhões de clientes
 - 9,0 milhões de clientes pré aprovados
 - R\$5,3 bilhões de carteira ativa (contas a receber crediário Casas Bahia total (circulante e não circulante)
 - 9,0% de média histórica de taxa over 90
- **Cartão de crédito:** Possuímos parcerias com o Bradesco por meio das Casas Bahia e com o Itaú por meio do Ponto Frio para emissão de cartões *co-branded*
 - 3,9 milhões de cartões *co-branded* ativos
 - R\$5,6 bilhões de TPV
- **banQI:** Banco digital da Companhia, oferecendo serviços como abertura de contas digitais, carteiras digitais (*e-wallets*), concessão de crédito (crediário digital), emissão cartão pré-pago, serviços de pagamentos como QRcode, PIX, além da integração com as lojas Casas Bahia, possibilitando saques e depósitos em qualquer das lojas da rede, dentre outros serviços – uma excelente ferramenta de verdadeira inclusão / bancarização das classes C e D
 - 17,3 milhões de downloads do aplicativo
 - 7,1 milhões de contas ativas
 - R\$7,5 bilhões de TPV
 - R\$15,2 bilhões transacionados no total

Queremos reforçar a relevância do produto crediário no modelo de negócios da Companhia. A taxa over 90 do crediário foi de 9,1% no segundo semestre de 2023, tendo se mantido estável em comparação com o primeiro trimestre do mesmo ano, reforçando a qualidade da carteira. O nível de perda sobre a carteira ativa manteve-se dentro da média histórica, corroborando com os demais indicadores no crediário. Relativamente, estão sendo apresentados indicadores abaixo do mercado, mas a Companhia continua atenta ao ambiente econômico e ao momento dos consumidores.

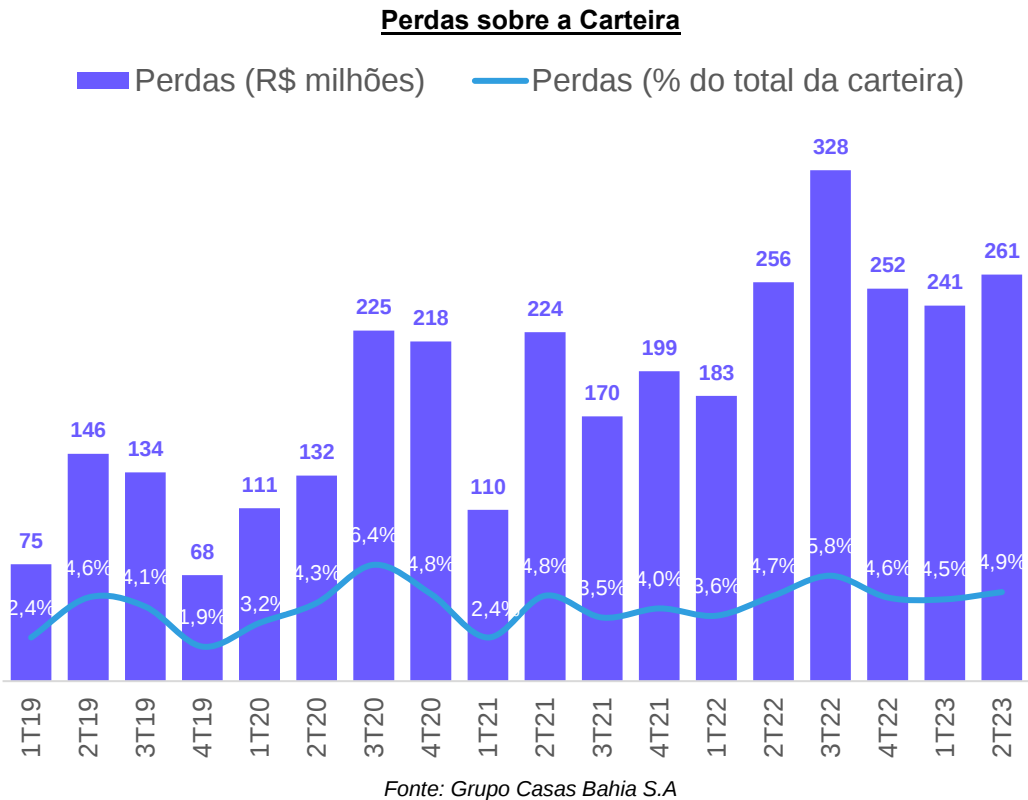
Taxa over¹ 90 dias (%)



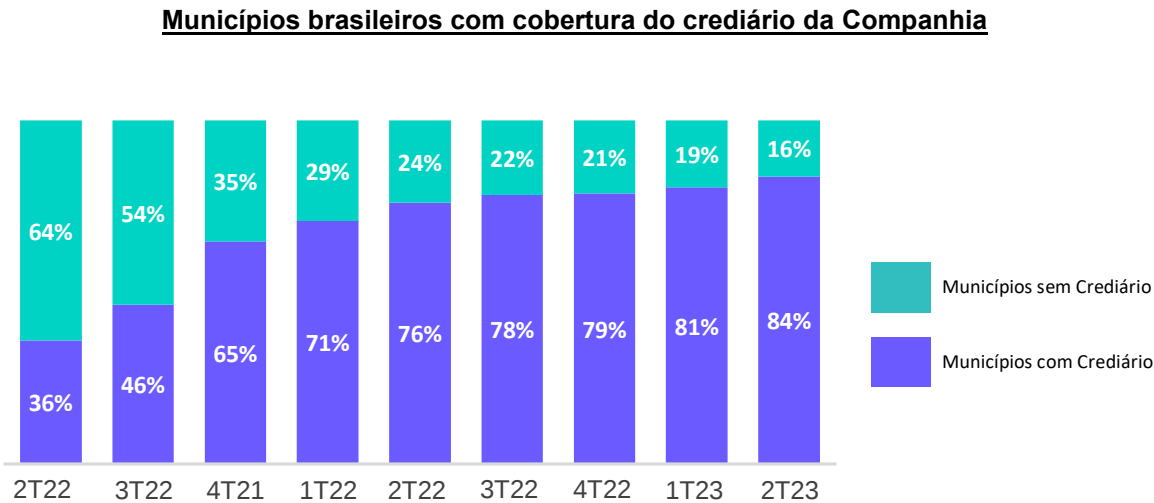
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

- 1- Considera taxa over como o percentual da carteira ativa de carnes, sem efeito dos juros a incorrer, com atraso maior que 90 dias

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



A importância do crediário também atinge o digital. A capilaridade do crediário digital é extensa, são realizadas vendas de crediário em mais de 4.100 municípios sem presença de lojas físicas, reforçando que o crediário nos canais digitais é uma alavanca de crescimento rentável baseada em uma fortaleza da Companhia.



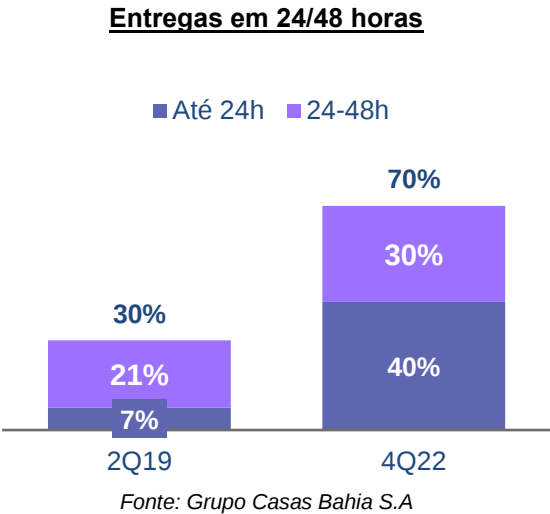
Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Serviços logísticos 1P (lojas próprias e e-commerce)

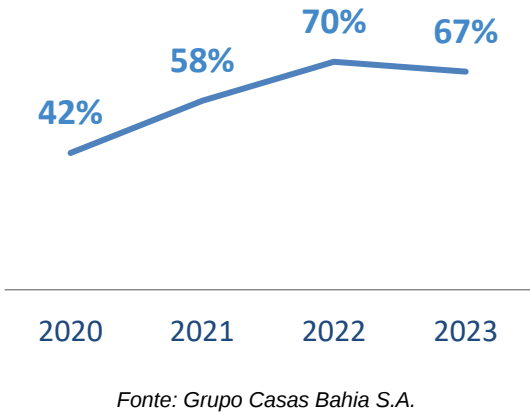
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia conta com uma rede logística completa com capilaridade incomparável, contando com CDs, lojas e entrega direta 100% integradas. Ao todo são 29 CDs, os quais estão distribuídos em 23 estados, 1.600 estações de *cross docking* e 100% das lojas atuando como pontos de *last mile*, *fulfilment* e *Click&Collect*.

Além disso, no exercício de 2022, apenas 30% das entregas foram feitas em mais de 48 horas.

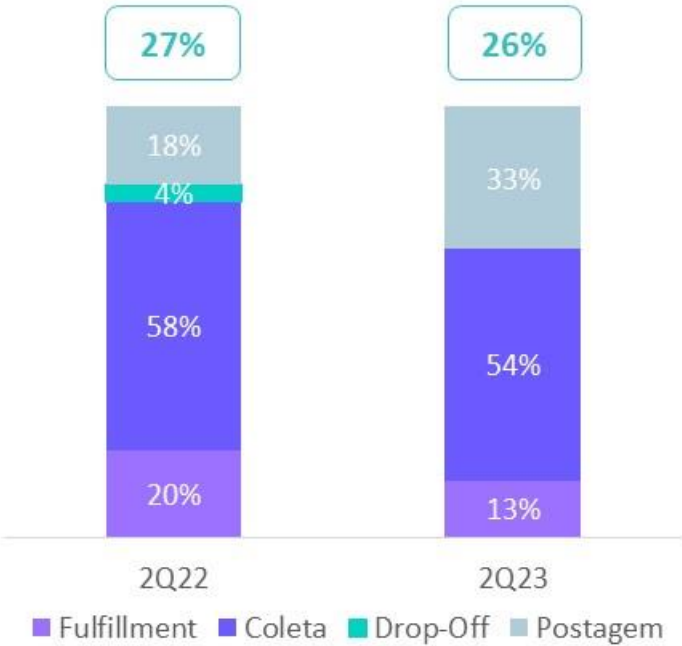


Relevância da rede logística da Companhia nas entregas - % entregas utilizando a malha própria Companhia



ENVVIAS como percentual do total de entregas 3P e mix

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

Plano de Transformação

Revisamos nosso planejamento estratégico com o intuito de fortalecer ainda mais a Companhia. Seu objetivo é tornar a empresa ainda mais resiliente, para que seja capaz de lidar com cenários desafiadores e apresente uma posição de liquidez sólida e sustentável para os próximos anos.

O plano de transformação visa a posicionar a Companhia para navegar o atual ambiente macroeconômico. O foco entre 2019 e 2022 foi o crescimento do GMV, expansão para novos canais de venda, categorias e negócios relacionados. Neste período, as condições macroeconômicas favoreciam investimentos para aquisições de empresas de tecnologia. Essa execução foi concluída e, agora, a Companhia dispõe de uma plataforma ampliada, aprimorada e mais abrangente.

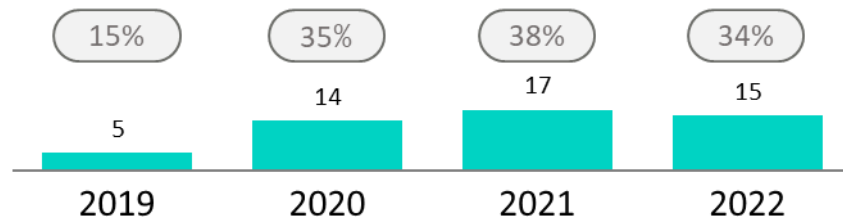
Para os próximos dois anos, porém, será efetuado um ajuste significativo na estratégia, com o principal objetivo de gerar caixa e rentabilidade. Essa medida visa preparar a empresa para um novo ciclo de crescimento após 2025. Nesse sentido, foram refinados os cálculos de Taxa Interna de Retorno (TIR) por categoria, fornecedor, SKU e canal de vendas, e implementada uma alocação disciplinada de capital para maximizar a criação de valor. Tal estratégia possibilita a monetização da plataforma existente e, ao mesmo tempo, reduz significativamente os riscos de execução, mantendo um enfoque sólido no núcleo da empresa.

São destacadas as realizações no período de 2019 a 2022:

- Abertura de mais de 200 lojas em 150 novas localidades.
- Adição de mais de 12 mil SKUs e 20 novas categorias na operação 1P, visando a recorrência.
- Foco no aumento das vendas online, conforme gráfico abaixo.

Crescimento das vendas online (R\$ bilhões) e % do GMV total | Métrica operacional

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

- Construção acelerada do *marketplace*, com expansão em SKUs e *sellers*:
 - *Sellers*: de 133 mil em no final do exercício de 2021 para 151 mil no final do exercício de 2022, com um crescimento 14% no período
 - SKUs: de 41 milhões em 2019 para 64 milhões em 2022, um crescimento de 56% no período
- Investimentos realizados em aquisições de empresas de tecnologia para diminuir a lacuna tecnológica

Para o Plano Transformacional, estabelecemos novas prioridades com foco na geração de caixa e aprimoramento da rentabilidade:

- Garantir um fluxo de caixa livre robusto;
- Aprimorar o ROIC (Retorno sobre o Capital Investido) e tornar-se uma referência no setor em relação à métrica de spread sobre custo de capital.

O EBITDA e o GMV resultam da mobilização em torno dessas duas frentes principais:

- Margem EBITDA deve ser elevada em relação à atual;
- O GMV irá refletir os ajustes focalizados no retorno: redução de categorias não essenciais no 1P e concentração em oportunidades no núcleo, onde o valor é gerado.

Com essas prioridades estabelecidas, delineamos um Plano Transformacional composto por duas grandes frentes: Alavancas Operacionais e Estrutura de Capital.

Começando pela frente de Alavancas Operacionais, estão sendo introduzidas novas métricas de margem e caixa para orientar a gestão da Companhia. Em vez de se concentrar apenas na margem bruta, a Companhia passou a adotar uma abordagem mais criteriosa para a rentabilidade, considerando outras despesas diretas, custos de manutenção de estoque e os encargos financeiros associados ao financiamento do consumidor.

Esse realinhamento de metas e as rotinas de gestão impulsionarão uma transformação cultural em toda a organização, dando enfoque na margem, no fluxo de caixa e no retorno sobre o capital investido, ao mesmo tempo em que se cria um senso de urgência para resolver questões de capital ocioso, como estoques excessivos.

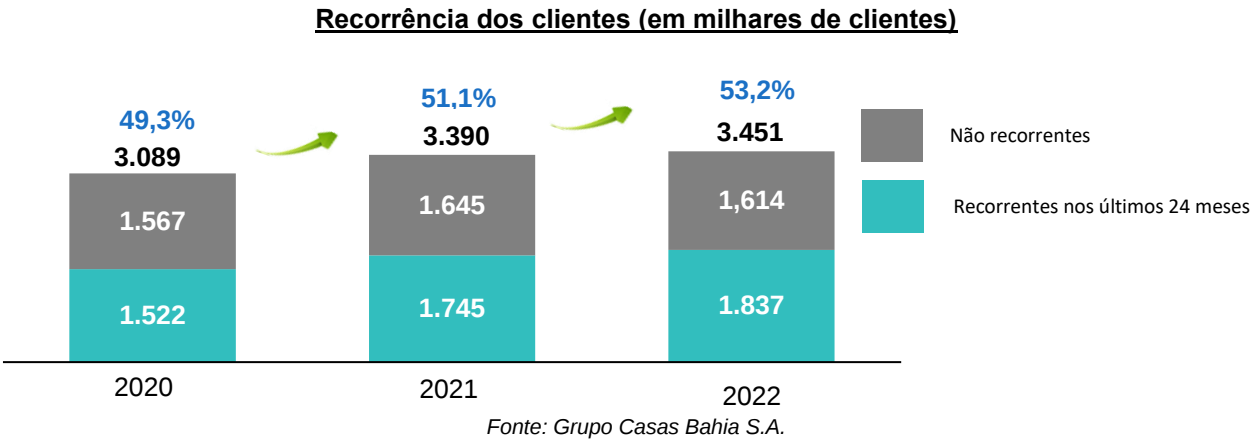
Além disso, foram selecionadas alavancas que afetam toda a Demonstração do Resultado (DRE). Apresentamos abaixo uma visão geral dessas iniciativas, com níveis de maturidade correspondentes, e exemplos não exaustivos. No total, são 18 alavancas desdobradas em mais de 80 iniciativas.

As principais ações e seus respectivos impactos na Demonstração do Resultado são os seguintes:

- **Impacto na Receita:**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Revisão do modelo de precificação e promoção, incorporando sistema e modelagem matemática para decisão;
- Reavaliação da rentabilidade de cada produto para cada canal de venda e ajuste do mix entre 1P e 3P;
- Maior penetração e rentabilidade do crediário (através do FIDC) e oferecimento de serviços adicionais.
- Crescimento na recorrência dos clientes
 - A respeito do perfil de recorrência e dos vínculos empregatícios dos mais de 4,5 milhões de clientes ativos em 2022, 53% são clientes recorrentes nos últimos 24 meses, 40% trabalham sem um vínculo formal, 23% são aposentados e 37% são autônomos.



- **Redução dos Custos Variáveis:**
 - Reestruturação da agência de marketing com novo modelo de negócios, alavancando inteligência artificial para agilidade e redução de custos de vendas, gerais e administrativos (SG&A), além de trazer ganhos com rebate;
 - Realocação de investimentos através dos diferentes canais e categoria para maximizar margens. Lançamento do GeoFast para maior eficiência e menor custo na mídia tradicional;
 - Renegociação de contratos indiretos.
- **Redução dos Custos Fixos:**
 - Revisão do quadro de pessoal, gerando considerável economia anual;
 - Revisão dos custos de TI;
 - Revisão do *footprint* de lojas;
 - Aumento da produtividade nos centros de distribuição e ajustes na área locada, em linha com redução dos estoques.
- **Impacto no Caixa e Custo de Capital:**

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Revisão da política de pagamento, migrando itens do 1P para o 3P e reduzindo estoque excedente.

Iniciativas implementadas

Na reestruturação da equipe, a mudança de foco e a busca por sinergias entre áreas resultaram na redução de 6 mil colaboradores, em junho de 2023, proporcionando economia mensal de aproximadamente R\$30 milhões, reestruturação que promove maior simplicidade e agilidade para a empresa.

Número de lojas

Parte do Plano Transformacional se dá pelas iniciativas visando incrementar a eficiência no número de lojas. Dentre essas iniciativas, destaca-se:

- Otimização das equipes de loja;
- Renegociação de aluguéis;
- Revisão do sortimento ideal das lojas;
- Sublocação de espaço ocioso nas lojas.

Atualmente, a Companhia possui 1.127 lojas, sendo que 6 lojas foram fechadas até 30 de junho de 2023. A estimativa é de ainda reduzir ainda mais até dezembro de 2023, com os impactos estimados sendo: (i) redução marginal de GMV; (ii) ganho margem de contribuição; e (iii) ganho sobre o LAIR (Lucro antes de Impostos de Renda).

Revisão do Mix de Sortimento e Categorias

Com foco na geração de valor, foi realizada uma revisão do *mix* de sortimento e das categorias trabalhadas na operação 1P (primeira parte). Categorias com margens negativas estão sendo migradas do 1P para o 3P (terceira parte), resultando em 23 categorias totalmente migradas e 3 categorias parcialmente migradas. Como resultado desse movimento, podemos destacar a: (i) transferência marginal GMV do 1P para o 3P; (ii) redução de R\$ 150 milhões no estoque (com base na posição de estoque dos produtos que vão migrar para 3P em 30 de junho de 2023; (iii) ganho de margem; (iv) 12.200 SKUs migrados; (v) *ticket* médio de R\$180,00; e (vi) menos de 5% de clientes 1P exclusivo em relação ao total da base de clientes.

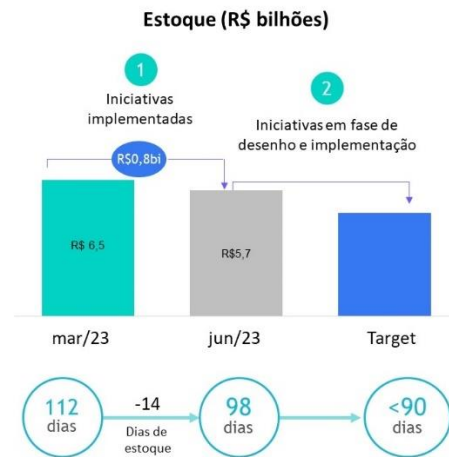
Redução de Estoque

Diversas iniciativas foram e estão sendo implementadas visando a redução do estoque. Foram feitos ajustes nos planos de compra e a redução integral ocorrerá após o prazo de venda do estoque excedente.

Em 30 de junho de 2023, estoque foi reduzido em cerca de R\$ 800 milhões em comparação com o trimestre anterior, resultando em uma melhoria de 14 dias no prazo de estocagem, que passou de 112 para 98 dias. O objetivo é atingir um prazo abaixo de 90 dias por meio das iniciativas apresentadas acima.

Situação atual do estoque

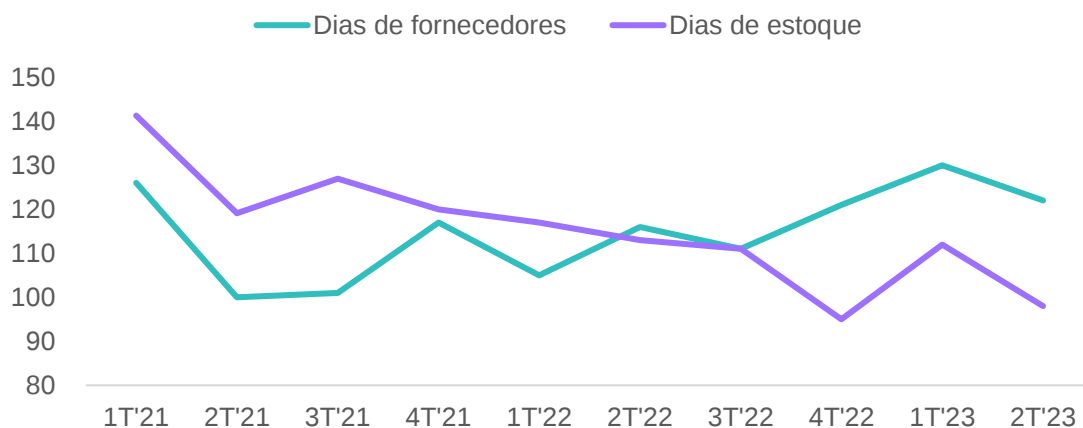
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A

Esta melhora também é mostrada através da curva de estoque e fornecedores se invertendo nestes períodos, a qual antes informava os dias de estoque (giro do estoque) superior aos dias de fornecedores (giro do fornecedor).

Curva dos Dias de Fornecedores e Dias de Estoque



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A

Financiamento da Companhia

Historicamente, a Companhia tem utilizado dívida bancária e, em menor medida, o mercado de capitais brasileiro como fontes de financiamento. No entanto, atualmente, estão sendo avaliadas novas oportunidades de captação em outras fontes, como o mercado de capitais internacional, agências de fomento/bancos de desenvolvimento e a diversificação bancária via acesso a outros bancos parceiros.

Esse planejamento busca preparar a Companhia para acessar diferentes fontes de financiamento, que podem oferecer prazos, volumes ou preços mais competitivos, dado que a diversificação das fontes de liquidez é de suma importância para a empresa.

Além disso, o trabalho de *liability management* (processo contínuo de aprimoramento do perfil da dívida) da Companhia é uma atividade constante, visando aprimorar o perfil do passivo. Nesse sentido, os objetivos da gestão da dívida são claros:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Garantir a sustentabilidade financeira em todas as condições de mercado, por meio da gestão da liquidez e endividamento;
- Proporcionar maior flexibilidade financeira para a execução das alavancas operacionais;
- Preparar o balanço para um crescimento mais substancial a partir de 2025.

A Companhia também adota medidas de monetização de ativos para suportar o caixa no curto prazo. Essas medidas incluem:

- A utilização de créditos fiscais no valor de R\$1,2 bilhão no segundo semestre de 2023 e R\$2,3 bilhões em 2024
- Grande potencial de redução nos estoques;
- O planejamento para o desinvestimento de algumas lojas com grande potencial de redução;
- A venda de uma subsidiária que detém ativos fiscais.

Perfil dos empréstimos e das debêntures

Instrumentos	Moeda	Em 30/06/2023 (R\$ milhões)	Taxa de juros	% do Total
Empréstimos em moeda local	BRL	80	CDI + 2,63%	2%
Debêntures (6ª, 7ª. e 9ª. emissão)	BRL	3.238	CDI + 2,58%	89%
Debêntures (8ª. emissão)	BRL	344	IPCA + 8,24%	9%
Total		3.662	CDI +2,60%	100%

Panorama do plano de transformação

Com base nesse panorama abrangente, reforçamos nossa ambição de nos tornarmos a empresa referência no setor varejista em termos de geração de valor e retorno sobre o capital investido até 2025. Este plano é respaldado por 18 alavancas estratégicas (mais de 100 iniciativas), das quais 11 estão em processo de implementação. Isso inclui uma profunda mudança no *mindset* organizacional para priorizar rentabilidade e geração de caixa, além do foco estratégico no que fazer de melhor e que agrega valor ao negócio.

Sendo assim, a Companhia em 2025 pretende alcançar:

- Um Fluxo de Caixa Livre robusto
- Spread significativo do ROIC sobre o custo de capital
- Incremento substancial na margem EBITDA
- Um negócio resiliente a cenários econômicos adversos

Ressalta-se a possibilidade de alcançar esses resultados por meio de:

- 18 alavancas estratégicas
- Revisão da estrutura de capital

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Mudança cultural e no modelo de gestão
- Foco estratégico “*back-to-basics*”, reforçando e rentabilizando o negócio principal da Companhia
- Alavancando os diferenciais competitivos e investindo em inovação

Cronograma estratégico

Entre 2019 e 2022, a nossa estratégia se deu por meio do foco no crescimento de GMV, mantendo a rentabilidade e almejando maior eficiência operacional / redução de custos e despesas.

Após a estruturação do Plano Transformacional (que ocorrerá entre 2023 e 2025), o foco passa a ser a geração de valor, a consolidação da Companhia como uma companhia resiliente e desenvolver uma estrutura que possibilite a longevidade do negócio e monetização dos ativos.

Após 2025, focaremos na formação de uma nova entidade corporativa, caracterizada pela rentabilidade, geração de caixa substancial e balanço sólido. Com isso, a Companhia terá a oportunidade de explorar plenamente todos os diferenciais competitivos que já estão em seu repertório.

Nesse sentido, de 2028 em diante a estratégia da Companhia será baseada em 5 alavancas:

- **Protagonismo do online na geração de receita**
 - Ampliar relevância do canal online, com melhorias no sortimento, da experiência digital (ex: mecanismo de busca, visualização de produtos, check-out, atendimento ao consumidor) e pós-vendas
- **Expansão geográfica do canal físico**
 - Ampliar presença geográfica da Companhia, tendo mapeado mais de 200 praças com potencial de mercado (mais de 50K habitantes) que ainda não contam com uma loja física do Grupo Casas Bahia S.A.
- **Experiência em loja e rentabilização de espaços**
 - Maximizar e rentabilizar fluxo de loja, através da sublocação de espaços para serviços de conveniência (ex: lotéricas, correspondente bancário e assistência técnica), além de parceria com fornecedores, usando espaço de loja como showroom de produtos trazendo o conceito “loja dentro de loja” que já é consolidado em outros mercados
- **Uma gama completa de serviços adicionais**
 - Aumentar a penetração de serviços através de treinamento e incentivos para força de venda, expansão do portfolio de serviços oferecidos, promovendo uma jornada de pré e pós compra completa (ex: assinatura de compra), além do oferecimento de serviços adjacentes (ex: títulos de capitalização, consórcio e microsseguros)
- **Pioneiro e líder em crediário no Brasil**
 - Aumentar a penetração de crediário em lojas físicas com manutenção da alta rentabilidade, ampliando vendas para bons pagadores e aprimorando modelos de risco, e evolução da venda online, com melhorias na jornada de compra do cliente incentivando o crediário

Também enxergamos 8 recursos chaves para a Companhia trilhar sua jornada futura como especialista omnicanal:

- **Compras e Gestão de Categorias**
 - **Planejamento avançado de Sortimento**
 - Otimização contínua do sortimento utilizando *advanced analytics*

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- Alocação *data driven* do sortimento das lojas com maior granularidade e acurácia
- **Previsão de demanda**
 - Previsão de demanda alavancando informações existentes na Companhia para visão mais assertiva da indústria
 - Incorporação em tempo real de dados externos para agilizar gestão de categorias
- **Go-to-market**
 - **Gestão de relacionamento com o cliente ("CRM")**
 - *Touchpoints* personalizados ao longo da jornada de compra
 - Ofertas diferenciadas para ativação de consumidores
 - **Experiência Digital**
 - Otimização da experiência digital do cliente (e.g., mecanismo de busca, *check-out*, UX)
 - Maior ligação entre a jornada *on* e *offline*
 - **Precificação**
 - Modelos para otimização dos preços (*on* e *off*)
 - Precificação dinâmica dos competidores
- **Pós-Vendas**
 - **Delivery & Logística**
 - Expansão de opções de entrega (e.g., múltiplas opções de agendamento)
 - Ampliação da utilização das lojas físicas como hub (e.g., retirada na loja, utilização do estoque da loja para entrega online)
 - **Gestão da jornada pós-vendas**
 - Expansão da penetração de maneira seletiva em segmentos de clientes e canais subutilizados
 - Acompanhamento dos serviços contratados pelos clientes (e.g., via App)
- **Marca da Casas Bahia**
 - Fortalecimento da marca Casas Bahia como referência em todas as categorias *core*
 - *Social listening* para gestão ativa do sentimento e percepção da marca

ESG

A agenda ESG da contou com evoluções importantes ao longo dos anos. O lado Ambiental é abordado em diversas frentes, além da Companhia participar do programa "*Brazilian GHG Protocol*", o qual já possui objetivos de estimular a cultura corporativa a ser mais sustentável, a Possuímos a meta de 90% da energia consumida advir de fontes renováveis até 2025. Para isso, foi implementado a utilização de carros elétricos nos últimos quilômetros das entregas, o que evitou aproximadamente 144 toneladas de emissões de CO₂ em 2021.

O programa REVIVA reciclou 3,5 mil toneladas de resíduos em 2022, sendo 4,7 toneladas apenas de resíduos eletrônicos, e tudo isso foi possível graças as 12 cooperativas parceiras de coleta e reciclagem. Também há uma parceria com a Startup Pangeia, a qual tornou-se a loja de produtos sustentáveis no mercado das Casas Bahia, fornecendo produtos feitos por povos indígenas, cooperativas rurais, artesãos e fabricantes que respeitam o meio ambiente.

O ano de 2022 foi marcado por ótimos avanços no lado social. A Fundação Casas Bahia está coordenando 21 projetos ativos, investindo mais de R\$4,2 milhões e conseguindo beneficiar mais de 60 mil pessoas, sendo que aproximadamente 9,6 mil jovens e 8,9 mil empreendedores tiveram oportunidades de treinamentos e especializações. A parceria criada com a G10 Favelas e Favela Express possibilitaram o desenvolvimento de um novo método para a Companhia entregar os pedidos em lugares com acessos remotos e difíceis, fazendo com que aqueles clientes que antes não

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

conseguiram efetuar nenhum pedido agora possam comprar e receber na porta da sua casa. A diversidade também é foco para a Companhia, há uma meta das mulheres e das pessoas pretas representarem 42% e 45% do quadro de colaboradores em posição de liderança.

A grande responsável pela Companhia estar muito alinhada com todas estas ideias e valores sustentáveis é a governança, a qual mantém a Companhia no Novo Mercado da B3 e nos índices ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), ICO2 (Índice Carbono Eficiente) e IGPTW (Índice *Great Place to Work*). Signatária do Pacto Global, a Companhia elegeu a Sra. Claudia Quintella Woods como membro independente, reiterando o compromisso com a diversidade, também com o objetivo de aprimorar a governança corporativa.

Para mais informações sobre os aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa, veja o item 1.19 deste Formulário de Referência.

Eventos Recentes

Revisões de Ratings

Em 8 de setembro de 2023, o rating da Companhia e da 6ª e 7ª emissão de debêntures da Companhia foram rebaixados pela S&P Global Ratings (“Standard & Poor’s”) de “brAA-” para “brA-”.

Em 12 de setembro de 2023, a Standard & Poor’s revisou o rating da 1ª, 2ª e 3ª séries da 20ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A. (“Securitizadora” e “CRI”) – que são lastreados na 8ª emissão de debêntures da Companhia, sendo esta emissão objeto de colocação privada para a Securitizadora (“8ª Emissão de Debêntures”) – de “brAA-” para “brA-”, na Escala Nacional Brasil.

O rebaixamento do rating de crédito em três ou mais níveis em relação ao rating inicial é hipótese de evento de vencimento antecipado não automático dos CRI e da 8ª Emissão de Debêntures.

A Securitizadora deverá convocar em até dois dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento do rebaixamento do rating uma assembleia especial de titulares dos CRI (com, no mínimo, 15 dias de antecedência), na qual os titulares dos CRI poderão deliberar pela não declaração do vencimento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures e, consequentemente, do CRI. Uma eventual declaração de vencimento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures poderia impactar outros contratos em que a Companhia é parte, em virtude de cláusulas de *cross-acceleration* e *cross-default* presentes em tais instrumentos.

Caso na referida assembleia estejam presentes, no mínimo, titulares de 25% dos CRI em circulação no mercado, e houver aprovação da maioria dos presentes, a Securitizadora não declarará o vencimento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures e dos CRI.

Para mais informações sobre o rebaixamento de rating, leia o fator de risco “A Companhia está sujeita ao risco de reavaliação do seu rating” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Ainda, para mais informações sobre o impacto em outros contratos de eventual declaração de vencimento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures e dos CRI (*cross-acceleration* ou *cross-default*), caso não seja obtida a aprovação em assembleia dos titulares dos CRI, leia o fator de risco “Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Alteração da Denominação Social, do Nome de Pregão e do Código de Negociação

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada na em 12 de setembro de 2023, foram aprovados a alteração da denominação social para “GRUPO CASAS BAHIA S.A.” e o aumento do capital autorizado para até 3.000.000.000 de ações.

Em decorrência da alteração da denominação social, a partir do pregão do dia 20 de setembro de 2023 (inclusive), as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no mercado de bolsa de valores administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão sob novo código de negociação (ticker) “BHIA3”, em substituição ao código “VIA3” e o nome de pregão da Companhia passará a ser apenas “CASAS BAHIA” em substituição a “VIA”.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 – Informações sobre segmentos operacionais da Companhia

(a) produtos e serviços comercializados

A Companhia possui um único segmento operacional, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

Esse segmento é composto pelas lojas físicas (“*offline*”) e pela plataforma online de venda de produtos da Companhia, cuja integração com as lojas físicas é decorrente da reorganização societária ocorrida em 2016, com a finalidade de implementar uma gestão operacional unificada para ambos os negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

A Companhia possui como principal atividade a comercialização (em lojas físicas, *e-commerce* e ferramentas digitais) de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia, eletroportáteis, móveis, entre outros, das principais marcas de fornecedores, como Apple, Samsung, Motorola, LG, Whirlpool, Oster, entre tantas outras.

Ainda em 2020, fortalecemos nossa operação de *marketplace* e passamos a vender produtos de parceiros, expandindo nossa capacidade de oferta de produtos aos nossos clientes. Introduzimos a venda de novas categorias, como produtos para casa e construção, automotivo, infantil, moda e acessórios, calçados, esporte, lazer, alimentos e bebidas não perecíveis, instrumentos musicais, relógios, *games*, entre outros. No primeiro semestre de 2023, essa operação evoluiu ainda mais com a escalada do número de *sellers* (passando de 10 mil ao final do exercício de 2020, 133 mil ao final do exercício de 2021 e 151 mil ao final do exercício de 2022 para 158 mil ao final do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023) e do número de SKUs ofertados (passando de 7 milhões ao final do exercício de 2020, 41 milhões ao final do exercício de 2021 e 64 milhões ao final do exercício de 2022 para 71 milhões ao final do período de seis meses findo em 30 de junho de 2023). Com isso, expandimos o sortimento de produtos e de serviços. Podemos observar aumento da frequência e gastos dos nossos clientes, além de alavancar os nossos ativos já existentes, como as nossas marcas, ecossistema de vendas (lojas, *e-commerce* e vendedor *online*), serviços financeiros e logística.

Em relação aos serviços financeiros, temos o financiamento ao consumidor através do nosso crediário (CDCI) e cartões de crédito *co-branded* Ponto e Casas Bahia, e serviços tais como seguro garantia estendida, seguro contra perda e roubo e serviços de instalação de equipamentos, oferecidos principalmente pela parceria entre a Companhia e Zurich. Sempre com o foco da inclusão, em 2019 lançamos um serviço gratuito, confiável e com a conveniência e confiança das Casas Bahia, o banQi. Trata-se de uma conta digital que se integra com todas as funcionalidades de transações financeiras, incluindo saques e depósitos gratuitos nas lojas da Casas Bahia, pagamentos, crediário (CDCI), cartão de débito, banQi shop, oferta de *gift cards*, recarga de bilhete único, depósito de saldo de celular, seguros, entretenimento, conta PJ banQi, entre outros. Com o banQi, também é possível fazer pagamentos e transferências via *QRcode* em milhares de estabelecimentos ao redor do Brasil, além de estar habilitado para fazer transações via PIX. Nossa *fintech* banQi obteve a licença de sociedade de crédito direto e instituição financeira do Banco Central em 2022, assim ampliando os serviços oferecidos, possibilitando a oferta de empréstimo pessoal.

Nossa logística, além de servir nossos clientes, lojas e CDs, disponibilizará para os parceiros uma plataforma *fullcommerce*, onde oferecerá os serviços de gestão de estoque, distribuição logística e coleta. A Companhia já oferecia o serviço logístico de última milha, tanto para *sellers* do *marketplace* quanto para terceiros, por meio da ASAPLog. Além disso, com a aquisição da CNT, no começo de 2022, passa a oferecer e a possuir uma oferta completa para operações de *e-commerce*, *multi-*

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

marketplace e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em *fulfillment* e *fullcommerce* (*white label*) através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias proprietárias.

A transformação digital permitiu, em pouco tempo, uma grande virada no nosso crescimento e na nossa rentabilidade. Com a agilidade de uma *startup*, ganhamos expressiva participação de mercado em muitos segmentos e em todos os canais e categorias. Fechamos o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 com um GMV bruto de R\$ 22,0 bilhões, comparado a um GMV bruto de R\$ 44,4 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 44,6 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 38,8 bilhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Em 2020, lançamos uma nova modalidade de venda assistida - conhecido como “Me chama no zap”, a estratégia do vendedor *online*, uma experiência única de *e-commerce* humanizada, foi considerada um dos maiores “cases de *social selling*” do mundo pelo Facebook. Essa inovadora plataforma de vendas foi fundamental para impulsionar nossas vendas no 1P (venda direta para o consumidor final) e 3P (*marketplace*). No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, o vendedor *online* gerou cerca de R\$ 2,3 bilhões de GMV e participou de 23% do e-commerce, comparado a R\$ 5,8 bilhões de GMV e 28% do e-commerce no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 6,9 bilhões de GMV e 30% do e-commerce no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 2,8 bilhões de GMV e 17% do e-commerce no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Atualmente, o vendedor *online* está habilitado para realizar venda de produtos 1P e 3P, além de oferecer a opção do pagamento via crediário digital e diversos outros serviços para alavancar suas vendas.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

A Companhia possui um único segmento operacional e as receitas obtidas pelas lojas físicas e pela plataforma online são acompanhadas de forma unificada, uma vez que toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de transformação digital. A tabela a seguir apresenta a receita líquida do único segmento da Companhia:

	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
(em R\$ milhões, exceto %)										
Receita de venda de mercadorias e serviços	14.843	100%	15.045	100%	30.898	100%	30.899	100%	28.901	100%

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

	Período de seis meses findo em 30 de junho de				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2023		2022		2022		2021		2020	
	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total	R\$	% do total
(em R\$ milhões, exceto %)										
Lucro (prejuízo) do	(789)	100,0%	24	100,0%	(342)	100,0%	(297)	100,0%	1.004	100,0%

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

período/exercíci o atribuível aos acionistas da Companhia.										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 – Informações sobre produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais (a) características do processo de produção

O comércio de mercadorias de eletrodomésticos e eletroeletrônicos não apresenta processo de produção. Já no comércio de móveis, temos a Bartira, nossa controlada – cuja fábrica possui mais de 100 mil m² de área construída - que produz dormitórios, cozinhas, estantes e *racks*, entre outras peças, superando a casa de 1,0 milhão de itens fabricados por ano.

Desde 1981, a Bartira produz móveis exclusivos para a Casas Bahia e, em 2013, quando passou a integrar a Companhia, passou a produzir móveis também para as lojas Ponto. Em parceria com a Casas Bahia e o Ponto, duas das principais redes de lojas de móveis e eletrodomésticos do país, a Bartira adapta suas produções para atender diferentes perfis de consumidor, utilizando-se, em 30 de junho de 2023, dos 1.127 pontos físicos e plataformas *online* de vendas das marcas para oferecer ao consumidor brasileiro a melhor opção de compra em móveis. Recentemente, a Bartira iniciou um novo canal de vendas, exportando produtos aos EUA, por meio de novos parceiros comerciais.

(b) características do processo de distribuição

Para abastecer a nossa plataforma omnicanal, contávamos, em 30 de junho de 2023, com um sistema logístico de 29 centros de distribuição, sendo 19 galpões (com área de armazenagem de aproximadamente 1,0 milhão m²), localizados nos estados do Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, 8 entrepostos e 2 terminais, com grande capacidade de armazenamento, bem como mais de 1.000 mini *hubs* (lojas que atuam também na modalidade *shipping from store*), e outros 63 polos de transportadoras servindo tanto as nossas lojas físicas, quanto as vendas digitais.

A logística de distribuição dos produtos que são comercializados nas lojas físicas e *online* é iniciada na discussão do planejamento de vendas e operações (S&OP) entre a área comercial e de *supply chain*. A área comercial, responsável pela entrega de pedidos para os fornecedores, no âmbito de fornecimento contínuo ou compras de oportunidade, com base na previsão de vendas da Companhia. Os pedidos e a gestão da entrega dos produtos são feitos pela gerência de *supply chain*, cujo papel é avaliar os níveis de estoque da Companhia, previsão de vendas por loja, e outras variáveis, fazendo o agendamento da entrega nas quantidades necessárias.

As entregas das mercadorias são realizadas para um dos centros de distribuição da Companhia, para posterior abastecimento de seus entrepostos e lojas, ou para envio diretamente aos clientes.

O quadro abaixo ilustra o tipo de estabelecimento, a localização, titularidade e a área de armazenagem de cada um dos centros de distribuição operante que utilizamos em 30 de junho de 2023.

Tipo	UF	Município	Área Armazenagem	Titularidade
CD	RJ	Duque de Caxias	195.031	Terceiro
CD	SP	Jundiaí	179.000	Terceiro
CD	MG	Contagem	87.316	Terceiro
CD	SP	Jundiaí	72.000	Terceiro
CD	SP	São Bernardo do Campo	70.062	Terceiro
CD	PR	São José dos Pinhais	55.108	Terceiro
CD	PE	Cabo de Santo Agostinho	55.000	Terceiro

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

CD	BA	Camaçari	54.000	Terceiro
CD	MG	Extrema	41.062	Terceiro
CD	RS	Cachoeirinha	35.422	Terceiro
CD	SP	Ribeirão Preto	35.139	Terceiro
CD	GO	Hidrolândia	23.935	Terceiro
CD	PA	Marituba	23.570	Terceiro
CD	CE	Maracanaú	17.160	Terceiro
CD	AM	Manaus	17.123	Terceiro
Entrepasto	MT	Cuiabá	12.076	Terceiro
CD	MS	Campo Grande	10.667	Terceiro
CD	SC	Itajaí	8.700	Terceiro
Entrepasto	ES	Serra	6.934	Terceiro
Entrepasto	RN	Parnamirim	3.800	Terceiro
CD	SP	Barueri	3.653	Terceiro
Entrepasto	AL	Maceió	3.245	Terceiro
Entrepasto	MA	São Luis	2.981	Terceiro
Entrepasto	SE	Nossa Senhora do Socorro	2.300	Terceiro
CD	ES	Serra	1.765	Terceiro
Entrepasto	PI	Teresina	1.280	Terceiro
Entrepasto	TO	Palmas	1.000	Terceiro
Terminal	MG	Uberlândia	309	Terceiro
Terminal	PB	João Pessoa	60	Terceiro

Cada centro de distribuição conta com uma estrutura própria, liderada por um gerente responsável pelo recebimento, armazenagem, controle de estoques e expedição dos produtos.

Como regra geral, o frete dos fornecedores ao centro de distribuição é pago pelos fornecedores e o frete do centro de distribuição ou do entreposto às lojas é pago pela Companhia. O custo do frete de entregas para o cliente é pago pela Companhia e uma tarifa de serviço é cobrada do cliente.

O transporte de produtos da Companhia é realizado por transportadores contratados. A Companhia não possui frota própria. A logística é coordenada pela gerência de processos logísticos e transportes, cuja função é assegurar indicadores de desempenho dos prestadores de serviço conforme estabelecido nos contratos.

Adicionalmente, em 2020, a Companhia fez a aquisição da Asap Log Ltda., empresa de tecnologia que atua no setor de logística, especializada em soluções para logística urbana para a entrega *last mile*, contando com uma ampla rede de entregadores autônomos, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente.

Em 2022, a Companhia adquiriu a CNT, *logtech* especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play*, atuando em (i) *fulfillment* e (ii) *fullcommerce (white label)* através de soluções personalizadas e baseada em tecnologias proprietárias). Possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(c) características dos mercados de atuação, em especial:

O setor de varejo nacional

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”), acompanha o comércio varejista através de pesquisas mensais segmentadas em: (i) Combustíveis e lubrificantes; (ii) Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, com a apuração segregada para (ii.a) Hipermercados e supermercados; (iii) Tecidos, vestuário e calçados; (iv) Móveis e eletrodomésticos, com a apuração segregada para (iv.a) Móveis e, (iv.b) Eletrodomésticos; (v) Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; (vi) Livros, jornais, revistas e papelaria; (vii) Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; e (viii) Outros artigos de uso pessoal e doméstico. Constituindo uma importante fonte de dados sobre o setor, o agrupamento destas oito atividades é definido como “varejo restrito”.

Na última década, o setor varejista apresentou um perfil de forte crescimento, apoiado pela estabilização da economia brasileira, pela redução dos níveis de desemprego e aumento reais dos salários. No ponto inverso, os anos de 2015 e 2016 foram desafiadores para o setor, afetado por índices mais altos de desemprego, inflação e elevadas taxas de juros.

Medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 2017 contribuíram para a recuperação gradual da economia e do setor varejista. A liberação dos recursos do FGTS, a estabilização fiscal, o controle da inflação, a redução das taxas de juros e do desemprego geraram incentivos de consumo, abrindo espaço para o consumo impulsionado pelo crédito, o qual pode ser percebido nos anos de 2018 e 2019.

Em 2020, com a pandemia do COVID-19 e com as iniciativas do governo para injetar dinheiro na economia, como o auxílio emergencial, percebemos um aumento no consumo durante o ano. Em 2021, observou-se um aumento na inflação, influenciado principalmente pelos grupos de transportes, habitação e alimentação e bebidas, em paralelo com uma melhoria do nível de emprego com o avanço da vacinação e retomada da atividade econômica. Por sua vez, em 2022, em termos de resultados anuais, o comércio varejista acumulou crescimento de 1,0% em relação a 2021, menor resultado desde 2016. Por fim, no primeiro semestre de 2023, o comércio varejista acumulou crescimento de 1,3% em relação a 2022.

Abaixo são apresentados os índices de variação no volume de vendas no varejo restrito apurados pelo IBGE nos últimos 10 anos:

Vendas Varejo Restrito											
Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1S2023
%	4,3%	2,2%	-4,3%	-6,3%	2,1%	2,3%	1,8%	1,2%	1,4%	1,0%	1,3%

IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio anualizada, Varejo Restrito em volume de vendas

O IBGE acompanha também os segmentos de (ix) Veículos, motocicletas, partes e peças e, (x) Material de construção, que em conjunto com os oito segmentos do varejo restrito constituem o “varejo ampliado”.

São apresentados abaixo os índices de variação no volume de vendas no varejo ampliado apurados pelo IBGE nos últimos 8 anos. Após aumento de 4,5% em 2021, as vendas do varejo ampliado diminuiram 0,6% em 2022.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Crescimento no volume de vendas por categorias do varejo (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1S2023
Móveis e eletrodomésticos	(14,1%)	(12,6%)	9,5%	(1,3%)	3,6%	10,6%	(7,0%)	(6,7%)	1,0%
Móveis	(16,5%)	(12,1%)	(2,2%)	(3,3%)	5,8%	11,9%	(1,8%)	(11,1%)	(7,4%)
Eletrodomésticos	(13,0%)	(12,8%)	10,2%	0,2%	2,8%	10,0%	(9,1%)	(5,1%)	6,2%
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,0%	(2,1%)	2,5%	5,9%	6,8%	8,3%	9,8%	6,3%	2,2%
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	(2,5%)	(3,1%)	1,4%	3,8%	0,4%	4,8%	(2,6%)	1,4%	2,6%
Hipermercados e supermercados	(2,6%)	(3,1%)	1,8%	4,0%	0,6%	6,0%	(2,4%)	1,5%	3,1%
Tecidos, vestuário e calçados	(8,6%)	(10,9%)	7,6%	(1,6%)	0,1%	(22,7%)	13,8%	(0,5%)	(9,0%)
Livros, jornais, revistas e papelaria	(10,9%)	(16,1%)	(4,2%)	(14,7%)	(20,7)	(30,6%)	(16,9%)	14,8%	(1,7%)
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	(1,8%)	(12,3%)	(3,1%)	0,1%	0,8%	(16,2%)	(2,0%)	1,7%	(0,7%)
Combustíveis e lubrificantes	(6,1%)	(9,2%)	(3,3%)	(5,0%)	0,6%	(9,7%)	0,3%	16,6%	14,5%
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	(1,3%)	(9,5%)	2,1%	7,6%	6,0%	2,5%	12,7%	(8,4%)	(13,7%)

O Mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis

O mercado de móveis, eletrodomésticos e bens duráveis, um dos nossos principais segmentos de atuação, são influenciados de forma relevante pelo desempenho econômico brasileiro, principalmente, pela renda dos consumidores e pela disponibilidade de crédito.

Apresentamos abaixo o desempenho histórico dos segmentos selecionados em que atuamos como *core business* no 1P:

IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio anualizada, em volume de vendas

Crescimento no volume de vendas por categorias do varejo (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1S2023
Móveis e eletrodomésticos	(14,1%)	(12,6%)	9,5%	(1,3%)	3,6%	10,6%	(7,0%)	(6,7%)	1,0%
Móveis	(16,5%)	(12,1%)	(2,2%)	(3,3%)	5,8%	11,9%	(1,8%)	(11,1%)	(7,4%)
Eletrodomésticos	(13,0%)	(12,8%)	10,2%	0,2%	2,8%	10,0%	(9,1%)	(5,1%)	6,2%

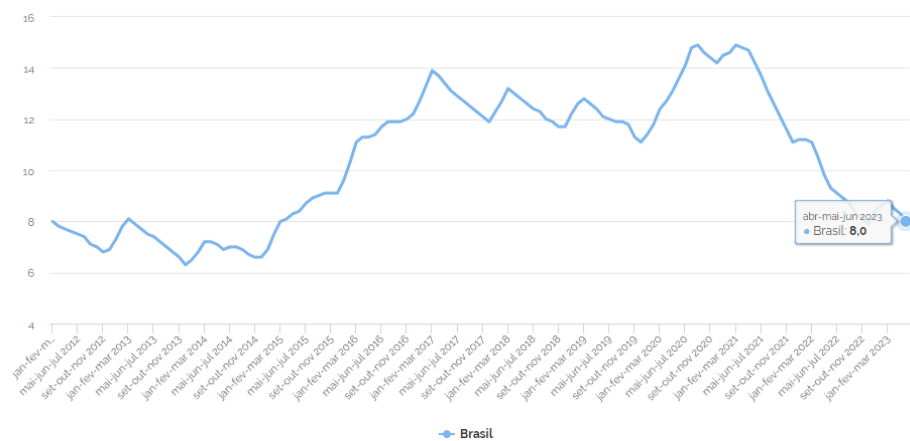
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

EMPREGO

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (“PNAD Contínua”), o final do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023 apresentou uma taxa de desocupação de 8,0%, comparado a 7,9% ao final de 2022, 11,1% ao final de 2021 e 14,2% ao final de 2020, resultado do avanço da vacinação e retomada da atividade econômica do país.

Taxa de desocupação – PNAD Contínua

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



A evolução do varejo brasileiro

Nas últimas décadas o Brasil, e o varejo brasileiro, passaram por uma série de ciclos e transformações estruturais, partindo de um mercado fechado com hiperinflação e taxas de juros elevadas, para uma posterior abertura de mercado para produtos importados, até por fim atingir a estabilização monetária com o plano real em 1994. Condições econômicas mais positivas permitiram anos com crescimento de vendas e resultados relevantes. Porém o acirramento da competição, novos entrantes e novas tecnologias, vêm provocando uma nova fase ao mercado, com a busca de equilíbrio entre crescimento e rentabilidade.

Além de melhora operacional, o desenvolvimento e crescimento constantes do comércio eletrônico, permite a implementação de iniciativas de integração de canais e modelos de negócio omnicanal. Em relação a novas tecnologias, avança a capacidade de interagir com clientes por meio da mobilidade nas lojas, enquanto a comunicação e o relacionamento com os clientes se tornam mais precisos e customizados.

Acesso à internet no Brasil

A evolução tecnológica observada nos últimos anos permitiu a redução substancial dos custos de aquisição de *smartphones* e serviços de acesso à internet. Consequentemente a população brasileira com acesso à rede de dados vem crescendo de forma constante, alcançando 80% dos domicílios, conforme último dado disponibilizado.

Domicílios com Acesso à Internet, por área (%)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Total	51	54	61	67	71	83	82	80
Urbana	56	59	65	70	75	86	83	82
Rural	22	26	34	44	51	65	71	68

CGI.br (2022) Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2021

A penetração total é beneficiada pela maior penetração da população urbana, onde este tipo de serviço é mais acessível. Porém, de 2015 para 2022 observou-se um grande aumento (+46 p.p.) no percentual da população rural usuária de internet, principalmente em razão da facilidade de obter acesso por meio de celulares *smartphones*.

O dispositivo utilizado com maior frequência pelos usuários brasileiros para acesso à Internet é o *smartphone*. Neste aspecto, a disponibilização de aplicativos de empresas varejistas e a capacidade em manter uma base relevante de usuários ativos passam a ter especial importância quanto a conquista da venda.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A evolução do público com acesso à rede mundial traz mudanças significativas no mercado consumidor, dando o poder ao cliente de pesquisar entre uma infinidade de varejistas por seu produto de interesse, inclusive varejistas internacionais.

Mercado de E-commerce

Com a internet cada vez mais presente na vida dos brasileiros, o mercado de *e-commerce* vem ganhando cada vez mais espaço e estima-se que tenha 53 milhões de clientes no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, com crescimento de 6% em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

Venda Online	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1S23
Número de clientes	36	41	44	48	53	62	79	88	109	53
Crescimento	24%	14%	7%	9%	10%	17%	27%	11%	24%	6%

Pesquisa Webshoppers EBIT Nielsen nº45

O volume de vendas neste mercado já atrai os principais varejistas, e o *e-commerce* tornou-se mais recorrente após o período de isolamento social adotado para conter a pandemia de COVID-19.

(i) participação em cada um dos mercados

Acreditamos estar entre os líderes do varejo de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis no Brasil, em termos de receita bruta.

(ii) condições de competição nos mercados

O comércio varejista apresenta uma acirrada competição, uma vez que a maior parte dos produtos não possui exclusividade e são iguais entre os principais concorrentes. Mesmo em um cenário competitivo, temos aumentado nossa participação de mercado, conforme comprovam os dados da consultoria especializada C&C (Compre&Confie).

Quanto aos nossos principais concorrentes, devemos destacar a Magazine Luiza, Mercado Livre, Americanas, Fast Shop, Amazon, Shopee, AliExpress, além de hipermercados como Carrefour.

(d) eventual sazonalidade

As vendas da Companhia refletem a sazonalidade particularmente em certos momentos do ano: nos meses de maio (Dia das Mães), agosto (Dia dos Pais), e dezembro (Natal). Esses meses são períodos de forte elevação nas vendas em razão do aumento do consumo em geral.

Além disso, a Companhia criou em suas lojas eventos promocionais sazonais, tais como (i) a “Primeira Grande Liquidação do Ano”, em janeiro de todos os anos, (ii) dia do consumidor em março, e (iii) o “*Black Friday*”, no final do mês de novembro, os quais também geram aumento nas vendas em relação à média de vendas nos demais meses, excluídos os meses de maio, agosto e dezembro.

Por fim, em anos de Copa do Mundo, as vendas de determinados produtos também experimentam vendas sazonais, especialmente os televisores.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(i) *descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável*

A Companhia mantém um bom relacionamento com seus fornecedores e conta com uma base amplamente diversificada de produtos. Não há um principal insumo ou matéria-prima que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos comercializados nas lojas da Companhia ou que gere grande impacto na sua receita.

Os fornecedores da Companhia estão localizados em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal. Os principais fornecedores diretos para a Companhia – com contrato permanente ou terceiros – são divididos em 3 grupos. São eles:

- Lojas físicas – Telefonia celular, móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos;
- Lojas *online* – Itens eletrônicos, de decoração, ferramentas, higiene pessoal, saúde e beleza, brinquedos e itens automotivos, entre outros; e
- Outros fornecedores – transportadoras, consultorias de negócio e TI, serviços em geral e *e-commerce*.

Por conta da natureza das suas operações, a Bartira tem uma classificação diferente. Os parceiros são divididos em:

- Fornecedores de matéria-prima (chapas de MDF); e
- Fornecedores de acessórios (puxadores, dobradiças, colas, perfis, entre outros itens).

Todos os fornecedores da Companhia têm conhecimento do Código de Conduta Ética (conforme abaixo definido) e se comprometem com o cumprimento de suas diretrizes ao assinar o contrato de compra com a Companhia, inclusive os prestadores de serviços. Além disso, dependendo do tipo de produto ou serviço que oferecem, os fornecedores devem apresentar certificações socioambientais, de forma a garantir que eles estejam em conformidade com todas as leis e regulamentações de seu setor, bem como com altos padrões de qualidade. Também é feita uma avaliação prévia do histórico reputacional de crimes ambientais dos fornecedores, por meio da análise de notícias ou processos judiciais.

Os canais de relacionamento da Companhia com seus fornecedores são os seguintes:

- Canal de denúncia, acessível a todos os fornecedores e prestadores de serviços, por meio do endereço;
- Portal de Antecipação de Fornecedores (VVPAG), para consulta de títulos a receber do fornecedor e solicitação de antecipação de títulos;
- Plataforma de ressarcimento dos valores junto às transportadoras; e
- SAP Ariba, para processo de compras indiretas (cotação, negociação e aprovação).

(ii) *eventual dependência de poucos fornecedores*

A despeito de a Companhia possuir uma base amplamente diversificada de produtos, estes produtos são adquiridos de um pequeno grupo de fornecedores. Apesar disso, a Companhia não apresenta dependência em relação a nenhum fornecedor isoladamente.

(iii) *eventual volatilidade em seus preços*

A Companhia conta com uma base amplamente diversificada de produtos. Como não há um insumo ou matéria-prima principal que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos comercializados nas lojas da Companhia ou que possa gerar grande impacto na sua receita, os preços de seus produtos

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

não apresentam alta volatilidade. Uma parcela relevante de sua cadeia de fornecedores é baseada no Brasil, especialmente para montagem, e, portanto, o efeito devido à exposição cambial é reduzido.

1.5 Principais clientes

1.5 – Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 – Efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As lojas da Companhia, seus centros de distribuição e fábrica de móveis necessitam das seguintes autorizações para funcionamento: (i) alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura local; (ii) auto de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros local; (iii) auto de verificação de segurança expedido pelo CONTRU (no caso de lojas localizadas nas cidades de São Paulo e Santos); (iv) auto de conclusão da edificação e respectivo projeto aprovado, expedidos pela Prefeitura local; e (v) licenças ambientais, conforme aplicável.

Em relação a todos os locais que ocupa para o exercício de sua atividade, a Companhia deve obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem estes regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de multas, cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização), não pagamento de indenização securitária em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Sendo proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, a Companhia poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com suas responsabilidades, podem se tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsável pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação.

O Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta (“TAC”) ou Termos de Compromissos (“TC”) perante as respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário.

A Companhia mantém detalhado controle de documentos e licenças obrigatórias, avaliando as legislações específicas federais, estaduais e municipais e mantém relação harmoniosa com a administração pública no âmbito das referidas aprovações.

Envidamos todos os melhores esforços para obter, manter e renovar todas as licenças necessárias dentro do prazo aplicável. Dificuldades na obtenção ou a falha em obter as licenças ou aprovações necessárias podem atrasar ou impedir a abertura de uma nova loja em uma área particular. A falta de qualquer licença ou o descumprimento, parcial ou total dos regulamentos ambientais, podem acarretar

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

em um efeito adverso para nossas atividades, bem como na imposição de penalidades nas esferas administrativa e criminal. Adicionalmente, no tocante às instalações físicas necessárias às nossas atividades, qualquer interrupção significativa, fechamento parcial ou total ou mau funcionamento devido ao gerenciamento de eventuais áreas contaminadas, ausência de licença ambiental ou qualquer outra razão, como desastre da natureza, incêndios, falhas sistêmicas, acidentes ou outras causas imprevistas podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias, ou ainda resultar na perda de produtos.

Especificamente, quanto ao licenciamento ambiental, esta é uma exigência estabelecida na Política Nacional do Meio Ambiente, (Lei Federal nº 6.938/1981), que estabelece a estrutura de proteção ambiental do país, definindo, dentre outros, órgãos legisladores e executores da mesma. Estão sujeitos a estas exigências todas as atividades ou os empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores ou que, sob qualquer forma, podem causar degradação ambiental.

A responsabilidade pela condução do licenciamento ambiental, de acordo com legislação específica, é definida de acordo com as características do empreendimento e as atividades nele exercidas, podendo ser de âmbito federal, estadual ou municipal ou inclusive serem dispensadas de licenciamento ambiental, por não causarem significativo impacto ambiental.

As atividades exercidas pela Companhia são, quando cabíveis, licenciadas pelas secretarias estaduais e municipais.

Regulamentação relativa a privacidade e proteção de dados

As leis sobre privacidade e proteção de dados têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (informações relacionadas a indivíduos identificados ou identificáveis) podem ser utilizados pelas organizações.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal Brasileira (1988) e pelo Código Civil (2002), mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de Dados Pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. O Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) na década de 90 procurou trazer contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores. Com a evolução da tecnologia de processamento de dados, a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), também teve como objetivo estabelecer regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores. A Lei do Cadastro Positivo foi recentemente alterada, em abril de 2019, para determinar a adesão automática de indivíduos aos bancos de dados do sistema do Cadastro Positivo, com opção de solicitar sua exclusão. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), aprovado em 2014, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet. Assim, até agosto de 2018, quando foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/18 - "LGPD"), as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas esparsas e setoriais apenas.

A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia incluindo, mas não se limitando, as empresas que tratam um maior volume de dados pessoais. Referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos titulares sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas.

A LGPD tem uma ampla gama de aplicações e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados destina-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de titulares localizados no Brasil; ou (iii) os

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

titulares dos dados estão localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados. A LGPD será aplicada independentemente da indústria ou negócio ao lidar com dados pessoais e não está restrita a atividades de tratamento de dados pessoais realizadas através de mídia digital e/ou na internet.

Além disso, a Lei 13.853/2019 criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, que possui poderes e responsabilidades análogas às autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de emitir normas e procedimentos, deliberar sobre a interpretação da LGPD e solicitar informações de controladores e operadores; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de disseminar informações e fomentar o conhecimento da LGPD e medidas de segurança, promovendo padrões de serviços e produtos que facilitem o controle de dados e elaborando estudos sobre práticas nacionais e internacionais para a proteção de dados pessoais e privacidade, entre outros. A ANPD é uma autarquia independente, que possui assegurada independência técnica, administrativa e financeira.

Regulamentação para funcionamento do Banco Investcred, da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento e do banQi

Os investimentos da Companhia em suas associadas, Investcred (banco comercial) e FIC (sociedade de crédito, financiamento e investimento), ambas instituições de financiamento de vendas que funcionam diretamente com os clientes da Companhia, resultam de uma associação do Itaú Unibanco e da Companhia (Investcred), e do Itaú, da Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) e da Companhia (FIC).

A Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 4.122, de 02 de agosto de 2012, conforme alterada (“Resolução nº 4.122/12”), estabelece requisitos e procedimentos para a constituição, autorização e funcionamento de determinadas instituições financeiras, dentre elas, os bancos comerciais e as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (“SCFI”).

Nos termos da Resolução do CMN nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, conforme alterada (“Resolução nº 2.099/94”), uma SCFI deverá observar, de forma permanente, o limite mínimo de capital integralizado e de patrimônio líquido de R\$ 7.000.000,00. Ainda, nos termos do artigo 1º do Regulamento Anexo II da Resolução nº 4.122/12, a posse e o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais de uma SCFI são privativos de pessoas cuja eleição ou nomeação tenha sido aceita pelo BACEN, a quem compete analisar os respectivos processos e tomar as decisões que considerar convenientes ao interesse público. A eleição ou a nomeação de membros de órgãos estatutários ou contratuais deve ser submetida à aprovação do BACEN, no prazo máximo de 15 dias de sua ocorrência, devidamente instruída com a documentação definida pelo BACEN, observados os demais requisitos previstos na Resolução nº 4.122/12.

Em relação ao banQi, seu funcionamento e operação estão amparados na Lei 12.865/13, que garante poderes ao Banco Central do Brasil (“BACEN”) para fiscalizar e regular o mercado de pagamentos brasileiro. Neste ponto, cabe salientar que, com base nas Resoluções BACEN nº 80/21 e 81/21, as Instituições de Pagamento Emissoras de Moeda Eletrônica, em atuação antes de 1º de março de 2021, estão isentas da autorização prévia do regulador para funcionamento até que se atinjam os limites mínimos expressos na regulação. Após atingimento dos limites, o banQi terá prazo de 90 dias para protocolo do pedido de autorização para funcionamento. Aponta-se, ainda, que, nos termos da Resolução BACEN nº 80, a instituição deverá manter capital mínimo de R\$ 2.000.000,00 de forma permanente.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Responsabilidade Ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

Na esfera administrativa, os órgãos ambientais têm a função de autorizar e fiscalizar as atividades potencialmente causadoras de danos ao meio ambiente, podendo impor multas e outras penalidades administrativas sempre que houver violação das regras de uso, proteção e reparação do meio ambiente.

O Decreto Federal nº 6.514/2008 dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelecendo o processo administrativo federal para apuração destas infrações. As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções: I - advertência; II - multa simples; III - multa diária; IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da biodiversidade; V - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora; VI - destruição ou inutilização do produto; VII - suspensão de venda e fabricação do produto; VIII - embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; IX - demolição de obra; X - suspensão parcial ou total das atividades; e XI - restritiva de direitos. Além disso, o valor da multa administrativa pode variar entre o mínimo de R\$ 50,00 e o máximo de R\$ 50.000.000,00. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera criminal, a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica.

A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. Vale ressaltar

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações, mediante o uso da marca por seu titular e o pagamento das taxas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

As patentes também são adquiridas mediante registro concedido pelo INPI. Para obter proteção patentária, um inventor ou detentor de uma inovação deve submeter um pedido de patente ao INPI, detalhando a descrição técnica da invenção, seu funcionamento e aplicabilidade. O processo de exame inclui a análise da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial da inovação. Caso a invenção atenda aos critérios estabelecidos, é concedida a patente, garantindo ao titular o direito exclusivo de explorar comercialmente a invenção por um período determinado, geralmente 20 anos a partir da data do pedido.

Atualmente, a Companhia é titular das marcas, nomes de domínio e licenças relevantes para o desenvolvimento de suas atividades e possui dependência de licença com relação ao uso de marcas “Extra” e do nome do domínio “extra.com.br”, exclusivamente para comércio eletrônico.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de partidos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realiza contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, para custear o exercício de atividade de influência em decisões pública.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior**1.7 – Países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes****(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas relevantes no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros e, portanto, não auferе receitas relevantes no exterior.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Impactos relevantes decorrentes da regulação de países estrangeiros nos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia divulga um Relatório que reporta seu desempenho financeiro, social e ambiental. O Relatório Anual de 2022 foi divulgada em 23 de maio de 2023.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Em linha com as melhores práticas de sustentabilidade, o Relatório Anual é elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), em sua versão GRI Standards, a mais recente e utilizada no mundo todo para o reporte de informações ESG (ambientais, sociais e de governança, na sigla em inglês

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações não financeiras constantes no Relatório Anual 2022 da Companhia foram objeto de asseguuração limitada por parte da KPMG Auditores Independentes Ltda. A asseguuração limitada foi conduzida de acordo com o Comunicado Técnico CTO 07/2022 emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com base na NBC TO 3000 Trabalhos de Asseguuração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB)..

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade pode ser encontrado no site de RI da Companhia, por meio do link: <https://ri.via.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/> e, através do site da CVM pelo link: <https://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

O Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia considera uma matriz de materialidade, composta por oito temas materiais, que serviu de base para a estruturação do Relatório, conforme abaixo:

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

TEMA MATERIAL	
	Ecoeficiência operacional e circularidade (resíduos e energia)
	Mudanças climáticas
	Diversidade, inclusão e bem-estar no ambiente de trabalho
	Acessibilidade financeira
	Inovação e tecnologia com foco no cliente
	Cadeia de valor responsável
	Governança, ética e transparência
	Segurança e privacidade de dados

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia leva em consideração os ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. Os ODS materiais para o negócio da Companhia estão relacionados na matriz de materialidade indicada no item 1.9 (e) acima e levam em consideração os temas abaixo:



(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (“TCFD”) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia não considera as recomendações da TCDF ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas quanto às questões climáticas. No entanto, a Companhia participa e reporta informações ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos. Além disso, a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, conforme descrito no item abaixo.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Na Companhia, a gestão das emissões atmosféricas é realizada visando monitorar e mitigar as emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) das operações do grupo, considerando as oportunidades e riscos de cada negócio frente aos impactos potenciais das mudanças climáticas. Nesse sentido, desde 2019, elaboramos o inventário de GEE de toda a nossa operação no Brasil.

O inventário é elaborado de acordo com o Programa Brasileiro do GHG Protocol, que adota uma metodologia internacionalmente reconhecida para quantificar as emissões das companhias. Desde 2020, recebemos o selo ouro do GHG Protocol, que estabelece como condições a realização de um inventário de emissões completo e a asseguração por terceira parte independente. O inventário de emissões da Companhia pode ser encontrado por meio do link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/1280>.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia divulga informações ASG em relatório específico.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota matriz de materialidade.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota indicadores-chave de desempenho ASG.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que o relatório é objeto de asseguração limitada efetuada pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia considera os ODS materiais para seus negócios nas informações ASG divulgadas, conforme indicado no item (f) acima. Não obstante, o Relatório de Sustentabilidade produzido pela Companhia não considera, até a data deste Formulário de Referência, as recomendações da TCFD ou recomendações de divulgações de aspectos financeiros de outras entidades reconhecidas quanto às questões climáticas.

No entanto, em 2022, a Companhia iniciou um estudo a fim de identificar os riscos e oportunidades relacionados ao clima, e está buscando o desenvolvimento do *roadmap* para a divulgação alinhada às recomendações da TCFD, com o apoio de consultoria especializada no tema contratada em 2022. A partir desse estudo iniciado em 2022, a Companhia pretende adotar as recomendações relacionadas a questões climáticas emanadas pela TCFD para os próximos anos.

Adicionalmente, a Companhia participa e reporta informações ao *Carbon Disclosure Project* (CDP), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 – Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo de universalização, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(i) *os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(ii) *quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.

(iii) *estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas*

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Operações Societárias

Em 07 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o exercício da opção de compra e formalização, por meio de sua controlada, Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda., de todas as providências para aquisição de 100% das ações da CarrierEQ, Inc. A Airfox/banQi é a empresa que desde 2018 vem desenvolvendo a carteira digital da Companhia (banQi). Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 07 de fevereiro de 2020.

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, por meio de sua subsidiária VVLog Logística, adquiriu a totalidade das quotas da ASAP Log Ltda., dando mais um passo importante na transformação digital da Companhia. A ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística, especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de *e-commerce*, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o “*crowdshipping*” como solução para a entrega última milha (“*last mile*”), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 27 de abril de 2020.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua por sua subsidiária VVLog Logística Ltda., celebrou os documentos definitivos relativos à aquisição de 100% das ações de emissão da empresa de tecnologia I9XP Tecnologia e Participações S.A. (“I9XP”). A I9XP é uma empresa de Tecnologia, situada em São Paulo, com 155 colaboradores, sendo 120 desenvolvedores, especializada em desenvolvimento de soluções para *e-commerce*. Essa aquisição fez parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como *marketplace* e logística. Em 30 de novembro de 2020, foi concluído o fechamento da aquisição de 100% das ações da I9XP. Em 31 de março de 2023, foi aprovada a incorporação da I9XP pela Viahub Tecnologia em E-Commerce Ltda., subsidiária da Companhia. Para mais informações, vide os Comunicados ao Mercado divulgados pela Companhia em 29 de outubro de 2020 e 30 de novembro de 2020.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de participação acionária de 16,67% do capital da *Growth Partners* Investimentos e Participações S.A, sociedade que detém o controle da *startup* Distrito, por meio de sua subsidiária Cnova Comércio Eletrônico S.A. Fundado em 2014, o Distrito é um *hub* de inovação que conta uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, *startups*, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis. Essa operação representou um salto na estratégia de aceleração da transformação digital, permitindo à Companhia estar conectada a um dos principais *hubs* digitais do país, acessar o universo de *startups* e viabilizar os projetos de transformação e aceleração digital. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 09 de novembro de 2020.

Em 25 de abril de 2021, a Companhia anunciou a celebração de documentos relativos à aquisição de 100% das quotas de emissão da Celer Processamento Comércio e Serviço Ltda. (“Celer”), por meio de sua controlada Cnova Comércio Eletrônico S.A. A Celer é uma *fintech* que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e hoje oferece um pacote completo de *Bank-as-a-Service* (BaaS), permitindo que outras *fintechs* disponibilizem a seus clientes uma conta digital

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de *cash-in* e *cash-out*, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2021.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT por meio de suas subsidiárias. A CNT é uma logtech especializada em ofertas completas para operações de *e-commerce*, *multi-marketplace* e plataformas no modelo *plug & play* (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de *fulfillment* e 4 anos na operação de *fullcommerce*, além de amplo histórico de atuação no D2C (*direct to consumer*), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes *marketplaces* através de soluções próprias para integração HUB e ERP. A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de *e-commerce* e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do *marketplace* da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 12 de janeiro de 2022.

Aumento de Capital

Em reunião realizada em 11 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 21,73 (vinte e um reais e setenta e três centavos), mediante a emissão de 5.433 (cinco mil, quatrocentas e quarenta e três) ações ordinárias, em decorrência do plano de incentivo de longo prazo da Companhia. Para mais informações, vide o Comunicado ao Mercado e o Aviso aos Acionistas divulgados pela Companhia em 11 de agosto de 2022, disponíveis nos sites da CVM e de relações com investidores da Companhia.

Redução de Capital

Não houve, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, redução do capital social da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 – Celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, tendo em vista que não há acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável, uma vez que não houve, no últimos três exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**1.15 – Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais**

Não aplicável, tendo em vista que, nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, nenhum contrato relevante foi celebrado pela Companhia e por suas controladas sem relação com suas atividades operacionais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 – Outras informações relevantes

Política Corporativa Ambiental

A Companhia segue as diretrizes de sua Política Corporativa Ambiental e seus procedimentos internos. A Política Corporativa Ambiental está disponível em nosso site de RI: https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/undefined/5cbecd2c-1c4e-46ad-8980-510b00ac1a12_VV-GSU-SOC-PL-001-CorporativaAmbiental.pdf

Diretrizes Gerais

A Companhia, ciente de seu papel no mercado brasileiro, procura ser um agente transformador da sociedade, buscando sempre adotar as melhores práticas em seus negócios, visando a melhoria contínua de nossa gestão e o desempenho ambiental. Para orientar nossas ações, estabelecemos quatro compromissos principais:

- Aumento progressivo no uso de energia renovável nas operações;
- Mapeamento dos aspectos e impactos ambientais causados pela operação;
- Aumento da adesão ao Programa Reviva (Programa de coleta de Resíduos Recicláveis da Companhia);
- Gestão das emissões de Gases de Efeito Estufa com foco na mitigação das emissões oriundas da operação.

Diretrizes Específicas

Para implementação da Política de Gestão Ambiental nos seus negócios, a Companhia estabelece algumas diretrizes específicas:

- Acompanhar, monitorar e estabelecer metas para os compromissos;
- Estabelecer critérios, responsabilidades e incentivos associados ao atingimento das metas ambientais;
- Trabalhar conjuntamente com outros setores na busca das melhores práticas e processos;
- Atuar em suas lojas e com seus clientes e fornecedores, a fim de buscar soluções concretas e eficazes;
- Trabalhar junto com nossos fornecedores para buscar a sustentabilidade das cadeias produtivas;
- Conscientizar nossos colaboradores e públicos de relacionamento por meio de nossos canais de comunicação, fomentando práticas e atitudes mais sustentáveis e de menor impacto ambiental.

Economia Circular

Desde 2019, a Companhia segue os conceitos da economia circular de forma estratégica nas suas operações. A economia circular propõe uma redução na produção de resíduos até o ponto em que eles sejam completamente reintroduzidos no ciclo de produção e consumo. Isso deve ser feito diminuindo também as emissões dos processos de produção, distribuição e reciclagem e aumentando o uso de energia de fontes renováveis.

Ela se baseia em 3 princípios:

1. Eliminar resíduos e poluição desde o princípio;
2. Manter produtos e materiais em uso; e
3. Regenerar sistemas naturais.

1.16 Outras informações relevantes

A gestão dos aspectos ambientais mais críticos na operação da Companhia está diretamente ligada a esses princípios. Os aspectos são: redução no consumo de energia pela organização, reciclagem de embalagens, origem da madeira utilizada na fábrica de móveis e descarte de produtos pós-consumo.

Resíduos, Reciclagem e logística reversa

Para dar a melhor destinação aos resíduos gerados por suas operações, há mais de uma década a Companhia mantém o REVIVA, maior programa de reciclagem do varejo no Brasil. Os resíduos recicláveis gerados nos escritórios, lojas e centros de distribuição, bem como as embalagens devolvidas pelos clientes durante a entrega dos produtos (logística reversa), beneficiam 250 famílias ligadas às 12 cooperativas parceiras que promovem a reciclagem desses materiais. Assim, a Companhia reduz os impactos ambientais das suas operações e, ao mesmo tempo, contribui para a geração de renda e a inclusão social dos cooperados.

No primeiro semestre de 2023, o REVIVA encaminhou para reciclagem 1,6 mil toneladas de materiais, reduzindo assim a quantidade de lixo destinado a aterros, contribuindo para a reutilização de materiais e fomentando o trabalho das cooperativas parceiras que atuam no processo.

Como forma de reduzir ainda mais a geração de resíduos destinados a aterros sanitários, a Companhia também investe no uso de materiais renováveis na sua produção. A fábrica Bartira utiliza exclusivamente madeira certificada pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) na produção dos seus móveis.

No primeiro semestre de 2023, a Companhia atingiu a marca de 543 coletores de eletroeletrônicos usados, disponibilizados nas lojas e escritórios do grupo, em parceria com a Green Eletron, gestora de logística reversa desse tipo de produto. No primeiro semestre de 2023, coletamos e demos a destinação ambientalmente correta a 2,7 toneladas de resíduos eletroeletrônicos descartados pelos os clientes nos pontos de coleta.

Além disso, no primeiro semestre de 2023, por meio do seu Departamento de Assistência Técnica (“DAT”), gerou cerca de R\$ 430 milhões com a recuperação (revenda) de mais de 509 mil peças, contribuindo para o aumento da vida útil dos produtos, e mais de R\$ 216.256 mil com o envio de aproximadamente 1.365 mil peças para reciclagem e sucata. A Companhia utiliza ainda, desde 2019, critérios de ecoeficiência na construção de novas lojas, considerando espaços dedicados ao REVIVA, aparelhos de ar condicionado com gases ecológicos, iluminação de LED, eficiência nos acionamentos hidráulicos e acessibilidade.

Energia

Além do desenvolvimento contínuo de ações para promover e ampliar a eficiência energética, nosso planejamento estratégico de sustentabilidade estabelece como compromissos o aumento de energia renovável em nossas operações, alcançando 90% de energia renovável até 2025. Para alcançar esse objetivo, nas lojas com consumo de baixa tensão, adquirimos energia solar, proveniente de geração distribuída e de usinas solares. Já nas lojas e unidades de média e alta tensão, adquirimos energia incentivada renovável e de fontes de baixo impacto, como usinas eólicas, de biomassa, solares e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), por meio do Mercado Livre de Energia. Em 2022, superamos a meta de 50% de energia de fontes limpas e renováveis nas operações. Essa meta faz parte da emissão, divulgada em 2021, de *Sustainability Linked Bonds* (SLB), debêntures que levam em conta o nosso desempenho em sustentabilidade. O próximo passo é atingir 90% de energia renovável até 2025.

Emissões

1.16 Outras informações relevantes

A gestão das emissões atmosféricas é realizada visando monitorar e mitigar as emissões de Gases do Efeito Estufa (“GEE”) das operações do grupo, considerando as oportunidades e riscos de cada negócio frente aos impactos potenciais das mudanças climáticas. Nesse sentido, desde 2019, elaboramos o inventário de GEE de toda a nossa operação no País. O objetivo do inventário é quantificar nosso impacto em relação às mudanças climáticas e apoiar na elaboração de estratégias para mitigar esse impacto adverso. O inventário é elaborado de acordo com o Programa Brasileiro do GHG *Protocol*, que adota uma metodologia internacionalmente reconhecida para quantificar as emissões das companhias.

Desde 2020, recebemos o selo ouro do GHG *Protocol*, que estabelece como condições a realização de um inventário de emissões completo e a asseguração por terceira parte independente.

Por meio do inventário, voltamos a participar e reportar nossas informações ao *Carbon Disclosure Project* (“CDP”), organização que apoia as empresas no combate às mudanças climáticas, por meio do mapeamento e do levantamento dos riscos climáticos. Obtivemos conceito C no questionário, o que nos coloca na média geral das empresas da América do Sul que reportam ao CDP. Em relação a 2019, evoluímos no reporte de metas, emissões do escopo 3, divulgações de risco, governança e estratégias dos negócios.

A divulgação das informações sobre emissões ao CDP contribuiu para o nosso ingresso na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) da B3.

Ao longo dos últimos anos, a transformação em nosso processo de logística apoiou a redução das emissões de nossa operação. Ao descentralizar as entregas dos CDs para os *hubs* e utilizar a ASAPLog para a entrega da última milha, diminuímos o uso de caminhões pesados, substituídos por veículos mais leves que consomem menos combustível e emitem menos CO₂. Também passamos a utilizar bicicletas nesta modalidade de entrega. Além disso, oferecemos o Retira Rápido em 100% das lojas físicas Casas Bahia e Ponto, para que os clientes possam retirar gratuitamente suas compras online na loja mais próxima.

Para saber mais, consulte o Relatório de Sustentabilidade Companhia 2022 no link a seguir: <https://ri.via.com.br/a-companhia/relatorios-de-sustentabilidade/>

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores / 2.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto e são derivados das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como das informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e 2022, as quais foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A análise efetuada pelos Diretores esclarecendo os resultados apurados e os comentários acerca das flutuações registradas nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia. Cabe ainda destacar que a Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e/ou os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara saldos, índices ou outros itens constantes em demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias da Companhia ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual (%) ou outros itens de uma linha em relação às receitas de venda de mercadorias e serviços quando se analisa os saldos registrados nas demonstrações de resultado ou percentual da linha em questão comparada com o total do ativo ou total dos passivos e patrimônio líquido quando se analisa os saldos registrados nos balanços patrimoniais correspondentes aos exercícios e períodos em análise.

(a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para a execução dos planos de expansão de capital e de investimento, bem como para atender aos seus requisitos de liquidez e cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo. Os Diretores destacam, no entanto, que essas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira.

Nesse contexto, a Companhia apresentou seu Plano de Transformação, conforme fato relevante divulgado em 10 de agosto de 2023, mostrando mudanças estratégicas focadas na estabilização da operação e priorizando a geração de caixa e a melhoria da rentabilidade. O objetivo é tornar a

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Companhia ainda mais resiliente, para que seja capaz de lidar com cenários desafiadores e apresente uma posição de liquidez sólida e sustentável para os próximos anos.

O entendimento dos Diretores acerca das condições financeiras e patrimoniais da Companhia está baseado nas demonstrações financeiras e/ou informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia, conforme descrito nos itens seguintes deste Formulário de Referência.

Em relação ao endividamento, especialmente sobre o índice de (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre o EBITDA Ajustado, nota-se que a Companhia possui Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e Dívida Líquida Ajustada em 30 de junho de 2023, conforme abaixo:

Indicadores financeiros (em R\$ milhões, exceto índice)	Em e/ou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022	Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021	Em e/ou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	874	2.019	1.781	2.984
Contas a receber de administradoras de cartões de crédito	1.094	3.426	3.839	5.512
Contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) (circulante e não circulante) ⁽¹⁾	3.714	3.873	3.720	3.275
Contas a receber – B2B	314	342	361	217
Outras contas a receber	505	366	356	334
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	(8.691)	(9.378)	(9.422)	(9.096)
(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado⁽²⁾	(2.190)	648	635	3.226
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	1.144	2.381	1.368	2.917
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	(1,01) ⁽⁴⁾	0,27	0,46	1,11

(1) Refere-se ao contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros nas respectivas datas.

(2) A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.736 milhões, R\$ 3.699 milhões, R\$ 4.202 milhões e R\$ 3.963 milhões, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente, pois, no entendimento da Companhia, o

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.582 milhões, R\$ 3.120 milhões, R\$ 3.236 milhões e R\$ 484 milhões em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado, não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

- (3) O EBITDA Ajustado não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. O EBITDA Ajustado não representa os fluxos de caixa dos períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ou como indicador de desempenho operacional ou de liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício/período para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.
- (4) O índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado em 30 de junho de 2023 considera o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses findos em 30 de junho de 2023 e foi calculado através (i) da soma do EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 no valor de R\$ 1.144 milhões e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 2.381 milhões; subtraído (ii) do EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 no valor de R\$ 1.363 milhões. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

Em 30 de junho de 2023, a Dívida Líquida Ajustada da Companhia era de R\$ 2.190 milhões, representando uma variação de R\$ 2.838 milhões ou 438,0% em relação ao Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2022, que era de R\$ 648 milhões. Essa variação se deu principalmente devido à manutenção de dívidas com taxas de juros mais elevadas e pela elevação nos descontos de recebíveis com cartão de crédito.

Em 31 de dezembro de 2022, o Caixa Líquido Ajustado da Companhia era de R\$ 648 milhões, representando um acréscimo de R\$ 13 milhões ou 2,0% em relação ao Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2021, que era de R\$ 635 milhões. Esse aumento se deu principalmente devido à capacidade da Companhia de renegociar/alongar suas dívidas mesmo em um cenário de elevação da taxa de juros. Além disso, a Companhia manteve seu foco em vender com rentabilidade, preservando a margem bruta mesmo em um cenário macro de retração no consumo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, o Caixa Líquido Ajustado da Companhia era de R\$635 milhões, representando uma redução de R\$ 2.591 milhões ou 80,3% em relação ao Caixa Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2020, que era de R\$ 3.226 milhões. Essa redução se deu principalmente devido às 6ª e 7ª emissões de debêntures da Companhia, ambas com valor de R\$ 1 bilhão, cujos recursos foram utilizados principalmente para melhorar o perfil da dívida da Companhia e pela entrada de recursos em virtude da oferta subsequente de ações realizada pela Companhia no exercício social de 2020.

(b) estrutura de capital

Segue abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para as datas indicadas, considerando como percentual de (i) capital próprio o valor resultante do total do patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido, e (ii) capital de terceiros o valor resultante do somatório do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 4.610 milhões, comparativamente a R\$ 5.284 milhões em 31 de dezembro de 2022, o que representou uma redução de R\$ 674 milhões ou 12,8%, especialmente em decorrência do prejuízo registrado no período de seis meses findo em junho de 2023 de R\$ 789 milhões. Na opinião dos diretores da Companhia, a manutenção das taxas de juros em percentuais elevados colaborou diretamente para o prejuízo registrado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 5.284 milhões, comparativamente a R\$ 5.637 milhões em 31 de dezembro de 2021, o que representou uma redução de R\$ 353 milhões ou 6,3%. Na opinião dos Diretores da Companhia, o cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados colaborou para elevação das despesas financeiras, o que, por sua vez, colaboraram significativamente para o prejuízo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R\$ 5.637 milhões, comparativamente a R\$ 5.979 milhões em 31 de dezembro de 2020, o que representou uma redução de R\$ 342 milhões ou 5,7%. Na opinião dos Diretores da Companhia, o cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados colaborou para elevação das despesas financeiras, o que, por sua vez, colaboraram significativamente para o prejuízo registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia acredita que sua estrutura de capital, nas datas apresentadas abaixo, era equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em sua visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Em 30 de junho de 2023	AV	Em 31 de dezembro de 2022	AV	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV
----------------------------	------------------------	----	---------------------------	----	---------------------------	----	---------------------------	----

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	28.346	86,0%	30.290	85,1%	29.703	84,0%	27.077	81,9%
Capital próprio (total do patrimônio líquido)	4.610	14,0%	5.284	14,9%	5.637	16,0%	5.979	18,1%
Total capital de terceiros e próprio	32.956	100,0%	35.574	100,0%	35.340	100,0%	33.056	100,0%

Na avaliação dos Diretores da Companhia, a atual estrutura de capital da Companhia apresenta um nível de alavancagem considerado adequado. Ao avaliar as principais mutações do patrimônio líquido, podemos destacar os efeitos do resultado acumulado da Companhia.

Adicionalmente, conforme divulgado pela Companhia por meio de fato relevante em 10 de agosto de 2023, a Companhia deu início a um plano de transformação de suas operações, com mudanças estratégicas para alavancar a estrutura de capital da Companhia. Como parte das mudanças estratégicas que a Companhia pretende implementar, a Companhia está conduzindo mudanças no modelo de financiamento de sua carteira de crediário.

Atualmente, a carteira de crediário da Companhia é financiada por bancos e operações de CDCI (Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência), de forma que as instituições financeiras antecipam o fluxo de pagamentos do crédito feito ao consumidor final. Esse modelo tem como consequência a utilização do limite de crédito da Companhia com as instituições financeiras. Com a mudança, a Companhia pretende que a carteira do crediário passe a ser financiada, principalmente, no mercado de capitais, de forma direta e segregada, por meio da constituição de fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cessão da carteira de crediário ao FIDC. Tal medida possibilitará a liberação de limite de crédito da Companhia relacionados ao CDCI perante as instituições financeiras, viabilizando o aumento da penetração e rentabilização do produto de crediário da Companhia.

Os Diretores esclarecem que a Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

(c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia acreditam que os fluxos de caixa, bem como os recursos atualmente disponíveis, fazem com que a Companhia apresente plena capacidade de pagamento de todos os compromissos financeiros de curto e longo prazo.

A Administração realiza, de forma recorrente, a análise de sua liquidez a partir de seus fluxos de caixa projetados considerando as obrigações vincendas correntes e dívidas e concluiu que para o período de 12 meses após 30 de junho de 2023 inexistem riscos de liquidez. O capital circulante líquido apresenta-se negativo em 30 de junho de 2023, e a Administração entende que esta análise ainda deve considerar, dentre outros aspectos:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- Passivo de arrendamento: passou a ser registrado em anos anteriores com a implementação de nova norma contábil, sendo parte no passivo circulante no montante de R\$ 640 milhões em 30 de junho de 2023, sem contrapartida no ativo circulante.

- Estoques: cabe destacar que o saldo de estoques da Companhia está sendo apresentado por seu valor realizável líquido, a custo, sem impostos e deduzidos da provisão para redução ao valor realizável líquido, e não por seu valor provável de venda de R\$9.859 milhões, quando alavancaria o ativo circulante em R\$ 4.121 milhões;

- Receita diferida: no montante de R\$ 139 milhões em 30 de junho de 2023, cuja realização se dará por meio do reconhecimento de receitas e não por desembolso de caixa.

Ao considerar esses aspectos, o Capital Circulante Líquido da Companhia seria positivo.

A Administração entende que não há incertezas relacionadas à capacidade da Companhia fazer frente às obrigações de curto prazo e que as bases de preparação das informações financeiras intermediárias referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 são adequadas. Cabe ainda destacar que essa conclusão tomou como base os aspectos operacionais e financeiros atuais e projetados da Companhia. Neste sentido, destacam-se alguns aspectos, tais como:

- A Companhia está em processo de fortalecimento de seu caixa, por meio de medidas e ações que visam: (i) redução dos custos e despesas operacionais, (ii) maior eficiência na alocação de recursos financeiros em ativos da Companhia, (iii) ampliação de novas linhas de receita, como é o caso do Crediário Casas Bahia;
- Em 15 de junho de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 1.119 milhões;
- Em 10 de julho de 2023, a Companhia celebrou instrumentos particulares de transferência de créditos de ICMS no valor de R\$ 150 milhões;
- A Administração tem efetuado, nos últimos períodos, investimentos expressivos na modernização de seus ativos para manutenção e ampliação de sua participação no mercado online. Por meio desses investimentos, a Companhia acredita que, tanto no curto quanto no médio prazo, tais investimentos já resultarão em ingressos significativos de caixa para fazer frente às obrigações presentes da Companhia.

Além disso é importante destacar que a Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital. Abaixo apresentamos os índices (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre Patrimônio Líquido e Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado nas referidas datas.

Indicadores financeiros (em R\$ milhões, exceto índice)	Em e/ou no período de seis meses	Em e/ou no exercício findo em 31 de	Em e/ou no exercício	Em e/ou no exercício
	seis meses	31 de	exercício	exercício

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	findo em 30 de junho de 2023	de dezembro de 2022	findo em 31 de dezembro de 2021	findo em 31 de dezembro de 2020
(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado ⁽¹⁾	(2.190)	648	635	3.226
Patrimônio Líquido	4.610	5.284	5.637	5.979
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre Patrimônio Líquido	(0,48)	0,12	0,11	0,54
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	1.144	2.381	1.368	2.917
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado	(1,01) ⁽³⁾	0,27	0,46	1,11

- (1) A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.736 milhões, R\$ 3.699 milhões, R\$ 4.202 milhões e R\$ 3.963 milhões, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.582 milhões, R\$ 3.120 milhões, R\$ 3.236 milhões e R\$ 484 milhões em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente. A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado, não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.
- (2) O EBITDA Ajustado não é uma medida de lucratividade, desempenho financeiro ou liquidez definida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB. O EBITDA Ajustado não representa os fluxos de caixa dos períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, como substituto para o lucro líquido (prejuízo) do período/exercício ou como indicador de desempenho operacional ou liquidez. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício/período para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.
- (3) O índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado em 30 de junho de 2023 considera o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses findos em 30 de junho de 2023 e foi calculado através (i) da soma do EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 no valor de R\$ 1.144 milhões e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 2.381 milhões; subtraído (ii) do EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 no valor de R\$ 1.363 milhões. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA Ajustado, vide seção 2.5 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 foram realizadas por meio de: (a) geração de caixa através de sua operação; (b) contratos financeiros que representam (i) financiamentos denominados em moeda nacional e estrangeira, os quais são imediatamente “trocados” na sua totalidade por obrigações de pagamentos denominadas em reais e com taxa de juros atrelada à Taxa DI, por meio de operações de “swap”; e (c) antecipação de recebíveis.

Os empréstimos da Companhia em aberto em 30 de junho de 2023 estão detalhados abaixo no item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na opinião dos Diretores da Companhia, as fontes de financiamento utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 continuarão a ser utilizadas pela Companhia como fontes de financiamento, se necessário.

Apesar de essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, é possível que, no futuro, caso os Diretores da Companhia julguem pertinente, a Companhia utilize de outras fontes de financiamento (como o acesso ao mercado de capitais) ou contrate financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar sua necessidade de capital de giro no curto prazo.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de junho de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(em R\$ milhões)	Em 30 de junho de 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Repasse para instituições financeiras – CDCI	5.029	5.241	4.828	4.647
Empréstimos em moeda nacional	80	1.220	1.302	2.448

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures	3.582	2.460	2.891	2.001
Notas Comerciais	-	457	401	-
Total empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	8.691	9.378	9.422	9.096

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos e financiamentos considerados relevantes pelos Diretores da Companhia estão descritos abaixo:

Repasse para instituições financeiras (“CDCI”)

As operações de Repasse para instituições financeiras correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes por intermédio de uma instituição financeira. Foram formalizadas linhas de crédito entre a Companhia e os bancos Bradesco, Safra, BTG, Daycoval e Banco do Brasil que são acionados na medida em que a Companhia realiza vendas na modalidade CDCI. Os financiamentos relativos às vendas podem ser realizados em até 24 meses, entretanto, o prazo médio da operação é de 15 meses. Os encargos financeiros médios cobrados pelos bancos em razão das linhas de crédito mantidas pela Companhia, nas operações em aberto em 30 de junho de 2023 são de 17,56% a.a. (16,86% a.a. em 31 de dezembro de 2022, 9,47% a.a. em 31 de dezembro de 2021, e 5,39% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Nas operações de CDCI, a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados pelas instituições financeiras, oferecendo como garantia os seus direitos creditórios. A Companhia assume a responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação. Os saldos de repasse para instituições financeiras (CDCI) registrados em 30 de junho de 2023 totalizavam R\$ 5.029 milhões.

Notas comerciais escriturais

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única. Foram emitidas 400.000 notas comerciais escriturais com valor unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o valor total de R\$ 400.000.000,00, com remuneração de CDI + 1,50% a.a., amortização do principal e juros no final, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, vigente à época. O prazo de vigência das notas comerciais escriturais é de 1 (um) ano e 6 (seis) meses contados da data de emissão, e os recursos captados foram destinados para o pagamento de parcial do saldo relativo a 4ª emissão de debêntures da Companhia. No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Companhia liquidou o saldo de empréstimos com notas comerciais.

Debêntures

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 25 de junho de 2020, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries. No total, foram emitidas 1.500.000 debêntures no valor unitário de R\$1.000,00, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, sendo que 650.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 foram alocadas na 1ª série e 850.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 foram alocadas na 2ª série. As debêntures da primeira série tiveram prazo de vigência de 1 ano contado da data da emissão e as debêntures da segunda série tiveram prazo de vigência de 2 anos contados da data da emissão. Os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia, incluindo, mas não se limitando, à aquisição, pela Companhia, de notas promissórias comerciais da 2ª emissão da Companhia por meio de oferta pública de aquisição lançada pela Companhia em benefício de todos os titulares das referidas notas promissórias comerciais. Em 27 de junho de 2022, as debêntures emitidas no âmbito da 2ª série foram liquidadas.

Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries. Foram emitidas 771.959 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 para 1ª série e 228.041 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 para 2ª série, remuneração de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 anos e da 2ª série de 5 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG – Environmental Social and Governance (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se compromete a cumprir a renovação da sua matriz de energia elétrica para fontes de energia elétrica renováveis.

Em 29 de setembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries. Foram emitidas 461.667 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 para 1ª série e 538.333 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00 para 2ª série, com remuneração de CDI + 1,50% a.a. e CDI + 1,70% a.a. respectivamente. A data da amortização final para a 1ª série é 15 de setembro de 2024, e a 2ª série terá amortização de 50% no 4º ano e de 50% no 5º ano e, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 anos e da 2ª série de 5 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Em 15 de julho de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries. Foram emitidas 400.000 debêntures, no valor unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o valor total de R\$ 400.000.000,00, sendo: 67.435 da 1ª série, com remuneração de CDI + 1,85% a.a., juros trimestrais e amortização de 50% em 14 de julho de 2026 e 50% em julho de 2027; 291.029 da 2ª série, com remuneração de IPCA + 8,2243% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2027; e 41.536 da 3ª série; com remuneração de IPCA + 8,3348% a.a., juros trimestrais e amortização em 14 de julho de 2028 e 13 de julho de 2029. As debêntures foram objeto de distribuição

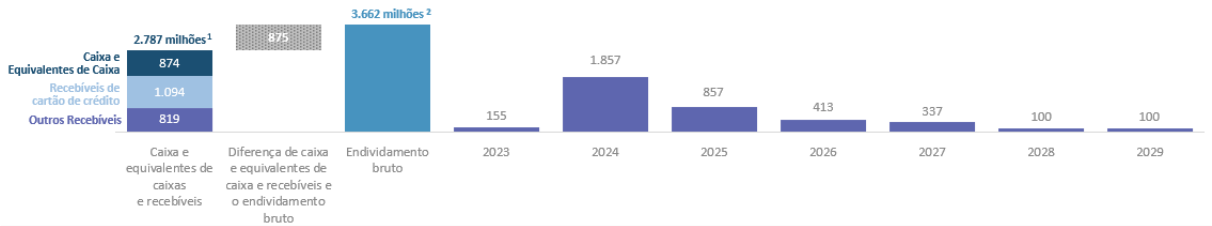
2.1 Condições financeiras e patrimoniais

privada, servindo como lastro do CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários), emitido através do 20º Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Opea Securitizadora S.A., nos termos da instrução CVM 400.

Em 15 de junho de 2023, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 1.119.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.119.000.000,00, com remuneração de CDI + 4,10% a.a. A emissão foi objeto de distribuição pública, registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160. O prazo de vigência é de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para pagamento de determinadas Cédulas de Crédito Bancários – CCBs, com vencimento de parcelas no segundo e terceiro trimestres de 2023, bem como o resgate antecipado integral das notas comerciais da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Emissora, com vencimento no segundo trimestre de 2023.

Em 30 de junho de 2023, o saldo das debêntures (circulante e não circulante) da Companhia era de R\$ 3.582 milhões.

Cronograma de amortização do endividamento em 30 de junho de 2023 (valores em milhões de Reais)



Fonte: Grupo Casas Bahia S.A.

- (1) O Caixa e equivalentes de caixa e recebíveis representa a soma de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de administradoras de cartões de crédito, que tratam-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e outros, que inclui os saldos de contas a receber - B2B, que tratam de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses por sua vez quando utilizados se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado, e outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.
- (2) O Endividamento Bruto corresponde ao somatório dos empréstimos em moeda nacional, debêntures e notas comerciais (circulante e não circulante). O Endividamento Bruto não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.736 milhões em 30 de junho de 2023, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como endividamento os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.582 milhões em 30 de junho de 2023 e o saldo relativo ao Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("Repasse para instituições financeiras - CDCI") (circulante e não circulante) no montante de R\$ 5.029 milhões em 30 de junho de 2023. O Endividamento Bruto não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento definida pela práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não possui um significado padrão e, desta forma, pode não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias.

Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) apresentadas nas atividades de financiamento constante na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

(em R\$ milhões)	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.096
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	9.199
Pagamento de principal	(9.028)
Pagamento de juros	(491)
Variações que não envolvem caixa	
Combinação de negócios	16
Juros incorridos	630
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.422
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	7.803
Pagamento de principal	(8.164)
Pagamento de juros	(912)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	1.229
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.378
Fluxos de caixa de financiamento	
Captações	4.718
Pagamento de principal	(5.375)
Pagamento de juros	(726)
Variações que não envolvem caixa	
Juros incorridos	696

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Saldo em 30 de junho de 2023	8.691

Empréstimos em moeda nacional

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2023 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não firmou novos contratos de Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”). Seguem abaixo os contratos de CCB celebrados pela Companhia em vigor na data deste Formulário de Referência:

Data da contratação	Valor da captação (milhões)	Prazo	Juros	Amortização
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,59%	Principal e juros semestrais
26/11/2020	R\$150	3 anos	CDI + 2,65%	Principal e juros anuais

Instrumento financeiro derivativo, empréstimo em moeda estrangeira e nacional

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas e, quando aplicáveis, juros variáveis, bem como de operações em moeda nacional com taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuantes). As operações de swap cambial, quando ocorrem, são registrados nas rubricas “Instrumentos financeiros - hedge de valor justo” e “Empréstimos e financiamentos”, respectivamente para ativos e passivos, conforme o valor líquido apurado de cada instrumento. Em 30 de junho de 2023, a Companhia não tinha nenhum empréstimo em moeda estrangeira e/ou instrumento financeiro derivativo.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores informam que, exceto por determinadas participações em companhias que tenham instituições financeiras como acionistas em conjunto com a Companhia, não existem relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, referentes às informações financeiras para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) do Formulário de Referência.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A manutenção do vencimento contratual das debêntures e das notas comerciais escriturais em seu prazo original está condicionado ao cumprimento de cláusulas contratuais restritivas (“*covenants*”), previstas em seus respectivos instrumentos, as quais a Companhia ressalta que vem cumprindo regularmente. O principal *covenant*/indicador é o que está indicado abaixo:

Covenants sobre dívida líquida:

- Dívida líquida consolidada (*) não superior ao Patrimônio Líquido e;
- Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA consolidado ajustado (**), menor ou igual a 3,25.

Além disso, especificamente em relação à 6ª Emissão de Debêntures (Debênture SLB – *sustainability linked bond*), a Companhia possui cláusulas específicas relativas à ESG - *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), em que se comprometeu ao atingimento de percentual de energia renovável igual ou maior a 90% em dezembro de 2025.

No semestre findo em 30 de junho de 2023, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas previstas em seus empréstimos e financiamentos.

(*) Dívida Líquida Consolidada para fins de *covenants*: a dívida total da Companhia (Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo debêntures, notas promissórias e saldos das operações de CDCI, excluindo saldos das operações de Contratos de Arrendamento Mercantil), subtraída do valor das disponibilidades do caixa e dos valores de Contas a Receber, com deságio de 1,15%, oriundos de vendas com cartões de crédito, vale-alimentação e multi-benefícios, incluindo saldos das operações de CDCI existentes dentro da rubrica de Contas a Receber.

(**) EBITDA consolidado ajustado: o Lucro bruto, deduzido das despesas operacionais gerais, administrativas e de vendas, excluindo-se depreciações e amortizações, e acrescido do saldo de Outras receitas operacionais ao longo dos últimos 4 (quatro) trimestres.

Em 30 de junho de 2023, 67% dos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado (*cross-default*). Tais contratos representam, em 30 de junho de 2023, 98% do endividamento financeiro da Companhia.

(g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia faz uso de empréstimos de capital de giro como sua principal fonte de recursos, notadamente os empréstimos CDCI, os descontos de recebíveis de cartões de crédito e financiamentos em moeda estrangeira protegidos por swap. O Conselho de Administração da Companhia aprova semestralmente os limites de contratação de empréstimos CDCI, enquanto os demais empréstimos são submetidos à análise do Comitê Financeiro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E EM 30 DE JUNHO DE 2022

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2023	AV	AH 2023x2022	Período de seis meses findo em 30/06/2022	AV
Receita de venda de mercadorias e serviços	14.843	100,0%	(1,3)%	15.045	100,0%
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(10.346)	(69,7)%	(0,2)%	(10.371)	(68,9)%
Lucro bruto	4.497	30,3%	(3,8)%	4.674	31,1%
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(2.947)	(19,9)%	1,3%	(2.908)	(19,3)%
Despesas gerais e administrativas	(530)	(3,6)%	0,2%	(529)	(3,5)%
Depreciações e amortizações	(466)	(3,1)%	6,2%	(439)	(2,9)%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(348)	(2,3)%	(1.931,6)%	19	0,1%
Lucro antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	206	1,4%	(74,8)%	817	5,4%
Resultado financeiro, líquido	(1.627)	(11,0)%	62,4%	(1.002)	(6,7)%
Resultado de equivalência patrimonial	26	0,2%	73,3%	15	0,1%
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(1.395)	(9,4)%	720,6%	(170)	(1,1)%
Imposto de renda e contribuição social	606	4,1%	212,4%	194	1,3%
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia	(789)	(5,3)%	(3.387,5)%	24	0,2%

Receita de venda de mercadorias e serviços

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita de venda de mercadorias e serviços reduziu 1,3% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de R\$ 15.045 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para R\$ 14.843 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em decorrência de uma retração registrada no mercado consumidor em geral. Na opinião dos Diretores da Companhia, o cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados colaborou para a retração na receita de vendas registrada no período principalmente para vendas efetuadas por meio do CDCI. Além disso, a Companhia efetuou, nos primeiros 6 meses de 2023, o fechamento de 6 lojas que apresentaram performance aquém do esperado, o que influenciou na redução da receita registrada no período.

Custo de mercadorias e serviços vendidos

O custo de mercadorias e serviços vendidos reduziu 0,2% no período de seis meses findo em 30 de junho 2023, passando de R\$ 10.371 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para R\$ 10.346 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, devido, principalmente, ao fato de a Companhia ter priorizado a vendas de produtos com maior margem de lucro.

Lucro bruto

O lucro bruto reduziu 3,8% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de R\$ 4.674 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para R\$ 4.497 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, devido principalmente à elevação da carga tributária em alguns Estados e pelo recuo das vendas líquidas (mix de categorias vendido, isto é, a variedade de produtos comercializados pela Companhia) e início do processo de redução de estoques.

Despesas operacionais

Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

As despesas com vendas e as despesas gerais e administrativas aumentaram 1,2% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de R\$ 3.437 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para R\$ 3.477 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em decorrência principalmente do registro dos gastos rescisórios decorrentes do plano de reestruturação da Companhia e do aumento das provisões trabalhistas. Referido aumento ocorreu em razão do aumento da propositura de ações de natureza trabalhista, sendo que tal aumento de ações deu-se de forma relevante entre 30 de junho de 2022 e 30 de junho de 2023.

Depreciações e amortizações

As despesas com depreciações e amortizações aumentaram 6,2% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de R\$ 439 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2022 para R\$ 466 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, em decorrência principalmente da finalização de inúmeros projetos relacionados a tecnologia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas variaram 1.931,6%, passando de outras receitas operacionais, líquidas de R\$ 19 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para outras despesas operacionais, líquidas de R\$ 348 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. O saldo é composto, principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido da Companhia aumentou 62,4% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 1.002 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para uma despesa financeira líquida de R\$ 1.627 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

O acréscimo nas despesas financeiras líquidas ocorreu principalmente em virtude da elevação nas despesas financeiras da Companhia. Na opinião dos Diretores da Companhia, o cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados colaborou para a redução das vendas e elevação das despesas financeiras, o que, por sua vez, colaborou significativamente para o resultado financeiro do período.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial aumentou 73,3% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, passando de uma receita de R\$ 15 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022 para uma receita de R\$ 26 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social aumentou 720,6% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de um prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 170 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para um prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 1.395 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O acréscimo no prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ocorreu, principalmente, em virtude dos aspectos mencionados nos tópicos supramencionados, em especial os efeitos decorrentes da elevação das despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia aumentou 212,4%, passando de um crédito de R\$ 194 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, para crédito de R\$ 606 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023. Esse acréscimo é resultado do aumento no prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social que passou de um prejuízo de R\$ 170 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para um prejuízo de R\$ 1.395 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

Lucro (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia

O Lucro (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia variou 3.387,5% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, passando de um lucro atribuível aos acionistas de R\$ 24 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para um prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 789 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

Essa variação ocorreu, principalmente, pelos motivos descritos nos tópicos supramencionados, dentre os quais destacamos a elevação das despesas financeiras em virtude do cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2022	AV	AH 2022x2021	Exercício findo em 31/12/2021	AV
Receita de venda de mercadorias e serviços	30.898	100,0%	-0,0%	30.899	100,0%
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.308)	-69,0%	-1,2%	(21.572)	-69,8%
Lucro bruto	9.590	31,0%	2,8%	9.327	30,2%
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(6.340)	-20,5%	-11,0%	(7.121)	-23,0%
Despesas gerais e administrativas	(1.132)	-3,7%	5,1%	(1.077)	-3,5%
Depreciações e amortizações	(895)	-2,9%	12,0%	(799)	-2,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(102)	-0,3%	-85,8%	(718)	-2,3%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2022	AV	AH 2022x2021	Exercício findo em 31/12/2021	AV
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	1.121	3,6%	-388,9%	(388)	-1,3%
Resultado financeiro, líquido	(2.244)	-7,3%	84,4%	(1.217)	-3,9%
Resultado de equivalência patrimonial	40	0,1%	-11,1%	45	0,1%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.083)	-3,5%	-30,6%	(1.560)	-5,0%
Imposto de renda e contribuição social	741	2,4%	-41,3%	1.263	4,1%
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(342)	-1,1%	15,2%	(297)	-1,0%

Receita de venda de mercadorias e serviços

A receita de venda de mercadorias e serviços se manteve estável no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$30.899 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 30.898 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia conseguiu manter o volume de receita mesmo em um ano de retração no consumo. O ano foi marcado por uma retomada nas vendas efetuadas em lojas físicas que por sua vez também colaborou para o crescimento das vendas efetuadas através de carnê e as vendas de serviços. Esses fatores somados fizeram com que a margem bruta se elevasse mesmo sem um crescimento na receita de venda de mercadorias e serviços.

Custo de mercadorias e serviços vendidos

O custo de mercadorias e serviços vendidos teve um decréscimo de 1,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 21.572 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 21.308 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O decréscimo nos custos de mercadorias e serviços vendidos ocorreu principalmente em virtude de negociações bem-sucedidas efetuadas na compra de produtos, graças a esse fato, vemos que os custos dos produtos passaram a representar 69,0% da receita de venda de mercadoria e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 frente a um percentual de 69,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou em 2,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 9.327 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 9.590 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, devido aos motivos supramencionados, devido principalmente à elevação das vendas através do crediário..

Despesas operacionais

Despesas com vendas, gerais e administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas com vendas e as despesas gerais e administrativas reduziram 8,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 8.198 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 7.472 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O decréscimo das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas se deve principalmente em virtude da redução registrada nos saldos de despesas com demandas judiciais. Tal redução foi possível graças a melhora nos controles e processos, revisão periódica das teses de defesa entre outros, que por sua vez reduziram o ticket médio pago em processos judiciais.

Depreciações e amortizações

As despesas com depreciações e amortizações aumentaram 12,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 799 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 895 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse acréscimo se deve principalmente pela finalização de vários projetos da área de tecnologia. A Companhia vem desde o início da pandemia da Covid 19, investindo massivamente em projetos que envolvem o desenvolvimento de tecnologias, muitos desses projetos foram totalmente finalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e esses por sua vez contribuíram para o crescimento nas linhas de depreciação e amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de outras despesas operacionais líquidas de R\$ 718 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para outras despesas operacionais líquidas de R\$ 102 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O decréscimo registrado tem correlação direta com o aprimoramento dos controles e processos ligados à área jurídica, pois o saldo em questão é composto majoritariamente por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia aumentou 84,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 1.217 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa financeira líquida de R\$ 2.244 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O acréscimo nas despesas financeiras líquidas ocorreu principalmente em virtude da elevação da taxa de juros básica (Selic), que por sua vez colaborou para o aumento do custo da dívida da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial diminuiu 11,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, passando de uma receita de R\$ 45 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma receita de R\$ 40 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social diminuiu 30,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de R\$ 1.560 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.083 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A redução no prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ocorreu, principalmente, em virtude dos itens mencionados nos tópicos supramencionados, em especial a redução registrada nos saldos de despesas com demandas judiciais. Tal redução foi possível graças à melhora nos controles e processos, revisão periódica das teses de defesa, entre outros, que por sua vez reduziram o ticket médio pago em processos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia reduziu 41,3%, passando de um crédito de R\$ 1.263 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para um crédito de R\$ 741 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Esse decréscimo é resultado principalmente da melhora no resultado operacional da Companhia.

Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia

O prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia aumentou 15,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, passando de um prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 297 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 342 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude do acréscimo nas despesas financeiras líquidas, em virtude da elevação da taxa de juros básica (Selic), que por sua vez colaborou para o aumento do custo da dívida da Companhia.

ANÁLISE COMPARATIVA DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(em milhões de reais, exceto %)	Exercício findo em 31.12.2021	AV	AH 2021 x 2020	Exercício findo em 31.12.2020	AV
Receita de venda de mercadorias e serviços	30.899	100,0%	6,9%	28.901	100,0%
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(21.572)	-69,8%	11,0%	(19.435)	-67,2%
Lucro bruto	9.327	30,2%	-1,5%	9.466	32,8%
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	(7.121)	-23,0%	20,9%	(5.892)	-20,4%
Despesas gerais e administrativas	(1.077)	-3,5%	20,9%	(891)	-3,1%
Depreciações e amortizações	(799)	-2,6%	9,3%	(731)	-2,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(718)	-2,3%	86,0%	(386)	-1,3%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial	(388)	-1,3%	-124,8%	1.566	5,4%
Resultado financeiro, líquido	(1.217)	-3,9%	74,9%	(696)	-2,4%
Resultado de equivalência patrimonial	45	0,1%	-15,1%	53	0,2%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda da contribuição social	(1.560)	-5,0%	-269,0%	923	3,2%
Imposto de renda e contribuição social	1.263	4,1%	1.459,3%	81	0,3%
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da companhia	(297)	-1,0%	-129,6%	1.004	3,5%

Receita de venda de mercadorias e serviços

A receita de venda de mercadorias e serviços aumentou 6,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$28.901 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 30.899 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A variação ocorreu principalmente pelo crescimento expressivo registrado nas operações de marketplace da Companhia.

Custo de mercadorias e serviços vendidos

O custo de mercadorias e serviços vendidos teve um aumento de 11,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$19.435 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 21.572 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento dos custos de mercadorias e serviços vendidos ocorreu principalmente pelo crescimento das vendas e por custos adicionais decorrentes do aumento da inflação e da cotação do dólar.

Lucro bruto

O lucro bruto diminuiu 1,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$9.466 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 9.327 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, devido aos motivos supramencionados, especialmente no que diz respeito ao aumento dos custos de mercadorias e custos adicionais decorrentes do aumento da inflação e cotação do dólar. Além disso, como supramencionado, houve aumento significativo nas vendas efetuadas por meio do marketplace, as quais, geralmente, possuem rentabilidade inferior às vendas efetuadas diretamente pela Companhia, o que afetou o lucro bruto.

Despesas operacionais

Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas com vendas e as despesas gerais e administrativas aumentaram 20,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$6.783 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 8.198 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento das despesas com vendas e gerais e administrativas ocorreu principalmente devido ao aumento nas despesas com demandas judiciais trabalhistas, que passou de R\$ 230 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.540 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Depreciações e amortizações

As despesas com depreciações e amortizações aumentaram 9,3% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passando de R\$ 731 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 799 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento se deve principalmente pelos investimentos expressivos que a Companhia efetuou em Ativo imobilizado em virtude da abertura de novas lojas e em Intangível para desenvolver/aprimorar a tecnologia por trás do *marketplace*.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas passaram de outras despesas operacionais, líquidas de R\$ 386 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para outras despesas operacionais, líquidas de R\$ 718 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento ocorreu principalmente pela revisão das demandas judiciais trabalhistas, originadas em filiais já encerradas/contidas em planos de reestruturação.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido da Companhia aumentou em 74,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 696 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa financeira líquida de R\$ 1.217 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O aumento nas despesas financeiras líquidas ocorreu principalmente pela elevação da taxa básica de juros do Brasil no ano de 2021, que culminou em acréscimo nos juros incidentes sobre as dívidas/antecipação de recebíveis da Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial diminuiu 15,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, passando de uma receita de R\$ 53 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma receita de R\$ 45 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

O lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social variou 269,0%, passando de um lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 923 milhões no exercício findo em 31 de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

dezembro de 2020 para um prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 1.560 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude da elevação das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas devido ao aumento nas despesas com demandas judiciais trabalhistas e pela elevação das despesas financeiras conforme supramencionado.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de um crédito de R\$ 81 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para um crédito de R\$ 1.263 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento é resultado principalmente do registro da provisão para demandas judiciais trabalhistas no período, considerada como uma diferença temporária para fins tributários e, conseqüentemente, foi feito o registro de imposto de renda diferido para compensar a respectiva diferença.

Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia

O Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos acionistas da Companhia variou 129,6%, passando de um lucro atribuível aos acionistas de R\$ 1.004 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo atribuível aos acionistas de R\$ 297 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação ocorreu, principalmente, em virtude da elevação das despesas com vendas e despesas gerais e administrativas devido ao aumento nas despesas com demandas judiciais trabalhistas e pela elevação das despesas financeiras conforme supramencionado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS DE SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 2022.

Abaixo apresentamos a análise comparativa dos fluxos de caixa referentes aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2023 e 2022:

(em R\$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em 30/06/2023	Período de seis meses findo em 30/06/2022 Reapresentado	AH 2023/2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.042	1.193	71,2%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(351)	(591)	(40,6%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.836)	(1.150)	146,6%
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.145)	(548)	108,9%

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 2.042 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, comparado a R\$ 1.193 milhões no mesmo período em 2022, um aumento de 71,2%. Esse aumento se deu principalmente em decorrência da variação registrada nos saldos de contas a receber, que apresentou variação de R\$ 2.061 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 e R\$ 680 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 351 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 591 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, uma redução de 40,6%. Esse decréscimo se deu principalmente em decorrência da redução na aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível, que no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 era de R\$ 642 milhões e passou para R\$ 351 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 2.836 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, comparado ao caixa líquido aplicado nas atividades de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financiamento de R\$ 1.150 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, um aumento de 146,6%, principalmente pela elevação nos pagamentos de principal e juros no período. Os saldos de pagamento de principal e juros passaram de R\$ 4.876 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 para R\$ 6.101 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração do fluxo de caixa e a classificação de determinados saldos de fornecedores apresentados no passivo da Companhia, que passarão a figurar em linha específica do balanço patrimonial denominada “fornecedores portal”. Por esse motivo, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do exercício.

Abaixo apresentamos a análise comparativa dos fluxos de caixa referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31/12/2022	Exercício findo em 31/12/2021 (reapresentado)	AH 2022X 2021
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	3.079	(302)	(1.119,5)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(928)	(958)	(3,1%)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.913)	57	(3.456,1%)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	238	(1.203)	(119,8%)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 3.079 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa aplicado de R\$ 302 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi impactado principalmente pela melhora e equalização dos níveis de estoque e pela celebração de aditivo contratual com o Banco Bradesco esse novo acordo, envolveu o ingresso imediato de R\$ 1.750 milhões no caixa. Além disso, há a possibilidade de recebimento de outras quatro tranches anuais de adiantamento, sujeitas ao atingimento de metas pré-definidas, em valor total de até R\$ 1.500 milhões e, além disso, esse aditivo ampliou a parceria entre Companhia e Bradesco até o ano de 2037.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 928 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$ 958 milhões no exercício findo em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

31 de dezembro de 2021. A Companhia vem mantendo os altos investimentos em tecnologia nos últimos anos, no ano de 2022 houve, no entanto, uma pequena redução nesses investimentos comparativamente com o ano de 2021.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi de R\$ 1.913 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$ 57 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação é decorrente, principalmente, da elevação da taxa de juros (Selic) que, por sua vez, foi responsável por onerar as dívidas da Companhia.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos fluxos de caixa consolidados da Companhia nos exercícios indicados:

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2020	AH 2021X2020
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(302)	(4.221)	(92,8)%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(958)	(444)	115,8%
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	57	6.285	(99,1%)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.203)	1.620	(174,3%)

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido aplicado nas atividades operacionais totalizou R\$ 302 milhões em 2021, comparado ao caixa aplicado de R\$ 4.221 milhões em 2020. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi impactado principalmente pelo registro das provisões para demandas judiciais trabalhistas e o seu reflexo no ativo indenizatório. Além disso, houve grande variação nos saldos de fornecedores decorrente da elevação das compras no final do ano para atender demanda e pela negociação de prazos feita com fornecedores.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 958 milhões em 2021, comparado ao caixa líquido aplicado de R\$444 milhões em 2020. Esse aumento é decorrente, principalmente, dos investimentos expressivos em ativo imobilizado em virtude da abertura de novas lojas e pelos investimentos em intangível, com o foco de desenvolver/aprimorar a plataforma de *marketplace* da Companhia.

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento foi de R\$ 57 milhões em 2021, comparado ao caixa líquido gerado nas atividades de financiamento de R\$6.285 milhões em 2020. Essa variação é decorrente, principalmente, da redução no volume de captações em comparação com o ano anterior e do aumento de pagamentos de juros e principal no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2. Comentários dos diretores / 2.2 – Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded* e *marketplace*, manufatura de móveis através da controlada Bartira, além disso a Companhia oferece soluções em *fullfillment* e *fullcommerce* serviços de transportes para 3P, logística mar aberto, entre outros.

As receitas, custos e despesas incorridas em operações entre empresas do grupo são eliminadas dentro do processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo valor da transação quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidos quando da sua efetiva ocorrência. As receitas da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária pelo atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site de titularidade da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, o *marketplace* da Companhia apresentou crescimento de receita, com um aumento de cerca de 3,0%, fruto do aumento da penetração de serviços oferecidos no *marketplace* com *take rate* atingindo 12,4% no período de três meses encerrado em 30 de junho de 2023 e 12,2% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023, contra um *take rate* de 11,5% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022, um aumento de 0,7p.p., refletindo assim o fortalecimento da plataforma de *marketplace* na Companhia, com foco na cauda longa, maior rentabilidade e melhor experiência para os clientes e *sellers* através do maior número de serviços oferecidos em nossas plataformas, como logística e crédito. A Companhia oferece aos *sellers* serviços que incluem desde capacitação (Via Academy) até o aumento da visibilidade das

2.2 Resultados operacional e financeiro

lojas virtuais, utilizando as ferramentas de publicidade (Via Ads). Dessa forma, a Companhia desenvolve uma plataforma que recebe e dá condições para que esses *sellers* cresçam e ampliem o relacionamento da Companhia com clientes em todos os pontos de contato.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços (“ISS”), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

De acordo com os Diretores da Companhia, os fatores que afetaram materialmente seus resultados operacionais podem ser assim resumidos:

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023

Na opinião dos Diretores da Companhia, salvo pelos efeitos gerados pelo cenário de manutenção das taxas básicas de juros em percentuais elevados não houve outros eventos que tenham afetado materialmente os resultados operacionais no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais foi de R\$ 3.079 milhões, em comparação com caixa líquido aplicado nas atividades operacionais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 302 milhões.

No capital de giro, a Companhia reduziu estoques em R\$ 1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2022, em relação a 31 de dezembro de 2021 sem perder rentabilidade e sem aumento de ruptura, tendo em vista a manutenção dos percentuais de lucro bruto (o lucro bruto da Companhia representava 31,0% da receita de venda de mercadoria e serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 frente a um percentual de 30,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

A receita do *marketplace* no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 cresceu 44,5%.

Em contrapartida, a elevação da taxa de juros contribuiu para o crescimento das despesas financeiras da Companhia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

2.2 Resultados operacional e financeiro

Impactos COVID 19

A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do corona-vírus COVID-19 configurava uma pandemia em escala global. Em 10 de março de 2020, a CVM emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 02/2020 e, em 29 de janeiro de 2021, emitiu o ofício-circular CVM-SNC/SEP nº 01/2021, orientando as Companhias Abertas a avaliarem de maneira cuidadosa os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas Demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos desta análise, observando as normas contábeis aplicáveis. A referida pandemia resultou em impactos relevantes na sociedade e na economia brasileira de uma forma geral, impactando duramente diversos setores da economia, incluindo o segmento varejista.

Demandas judiciais trabalhistas

A partir de setembro de 2021, considerando um aumento efetivo nos ingressos de novos processos trabalhistas e também no valor efetivo dos pagamentos dos referidos processos, a Companhia decidiu revisar a metodologia, adotando-se nova modelagem, sendo:

- 1) Os processos classificados na fase de conhecimento e/ou recursal, são mensurados considerando as perdas efetivas históricas aplicadas a totalidade dos processos ativos segregados por variáveis, tais como cargo, tempo de casa, UF de alocação, etc.
- 2) Já os processos classificados na fase de execução, que tenham sua avaliação de risco pelos assessores jurídicos externos como provável, e que tenham valores definidos por homologação ou peritos técnicos, são registrados pelo seu valor nominal individual. Em 30 de setembro de 2021, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$2.510 milhões (R\$1.380 milhões em 31 de dezembro de 2020). Abaixo, apresentamos o impacto com a revisão da metodologia no 3º trimestre de 2021.

Movimentação da Provisão para demandas judiciais trabalhistas

	(em milhões de Reais)
Provisão para demandas judiciais trabalhistas em 30 de setembro de 2021	2.510
Estorno de provisão 2º trimestre	(1.112)
Estorno atualização monetária	(29)
Ativo indenizatório	(142)
Impacto bruto	1.227

2.2 Resultados operacional e financeiro

Imposto de renda e contribuição social (417)

**Impacto líquido de imposto de renda e
contribuição social no trimestre**

810

A Companhia possuía 22.298 processos trabalhistas ativos em 30 de setembro de 2021 (22.275 em 31 de dezembro de 2020). Abaixo apresentamos a movimentação consolidada dos respectivos processos e montantes, nos períodos em questão:

Quantidade de processos	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2020
Estoque inicial	22.275	28.180	28.180
Entradas de processos	10.258	8.508	6.167
Saídas de processos	(10.235)	(14.413)	(11.489)
Estoque final	22.298	22.275	22.858

Montantes transacionados relativos aos processos	30.09.2021	31.12.2020	30.09.2020
		<i>(em milhões de Reais)</i>	
Baixa de provisão por liquidação – efeito caixa	(1.075)	(809)	(552)

Já em dezembro de 2021 a Companhia possuía 23.319 processos trabalhistas ativos (22.275 em 31 de dezembro de 2020). Abaixo apresentamos a movimentação consolidada dos respectivos processos e montantes, nos períodos em questão:

Quantidade de processos	31.12.2021	31.12.2020
Estoque inicial	22.275	28.180
Entradas de processos	13.424	8.508
Saídas de processos	(12.380)	(14.413)
Estoque final	23.319	22.275

<u>Montantes transacionados relativos aos processos</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
	<i>(em milhões de Reais)</i>	
Baixa de provisão por liquidação – efeito caixa	(1.505)	(809)

2.2 Resultados operacional e financeiro

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

Impactos COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou que o surto do coronavírus (COVID- 19) configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia teve impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, afetando a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário de suas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020, o que afetou de forma negativa seus resultados do período.

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Para informações acerca das variações das receitas, vide item 2.1 (h) do Formulário de Referência.

(c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Companhia de tempos em tempos obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para fazer frente à necessidade de caixa para investimento. Os empréstimos e financiamentos são captados com taxas pré e pós-fixadas. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial e juros pelas dívidas contraídas. A Companhia faz uso de operações de swap cambial de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal. No entanto, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 não ocorreram captações de empréstimos em moeda estrangeira e conseqüentemente não ocorreram contratações de operações de swap cambial.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2. Comentários dos diretores / 2.3 – Comentários dos Diretores sobre a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração dos fluxos de caixa. Por este motivo, os saldos referentes ao período findo em 30 de junho de 2022 foram reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do período.

(em milhões de Reais)	Como		
	originalmente apresentado em 30.06.2022	Ajuste	30.06.2022 (reapresentado)
Demonstração dos fluxos de caixa			
Variação nos ativos e passivos operacionais	(2)	(596)	(598)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.789	(596)	1.193
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.746)	596	(1.150)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(548)	-	(548)

Ainda, após a emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração revisou o seu entendimento acerca da classificação de suas operações de fornecedores risco sacado (convênio) na demonstração do fluxo de caixa e a classificação de determinados saldos de fornecedores apresentados no passivo da Companhia, que passarão a figurar em linha específica do balanço patrimonial denominada “fornecedores portal”. Por esse motivo, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram reapresentados. Essa reapresentação não afetou os valores da Demonstração do resultado do exercício.

(em milhões de Reais)	Consolidado		
	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Demonstração dos fluxos de caixa			
Variação nos ativos e passivos operacionais	(2.245)	(1.420)	(3.665)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.118	(1.420)	(302)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.363)	1.420	57
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(1.203)	-	(1.203)
	Consolidado		
(em milhões de Reais)	Como originalmente apresentado em 31.12.2021	Ajuste	31.12.2021 (reapresentado)
Balanço Patrimonial			
Fornecedores	7.750	(1.332)	6.418
Fornecedores Portal	-	1.332	1.332

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, uma vez que não foram incluídas opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2. Comentários dos diretores / 2.4 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeira

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

A aquisição da CNT, com o objetivo de fortalecer a atividade logística da Companhia (conforme descrito no item b abaixo), não resultou na introdução de um novo segmento operacional.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 27 de abril de 2020, a Companhia comunicou seus acionistas e ao mercado em geral a aquisição da ASAPLog Ltda., dando mais um passo importante na transformação digital da Companhia.

Com sede em Curitiba, a ASAPLog é uma empresa de tecnologia e atua no setor de logística (“LogTec”), especializada em soluções para logística urbana, além de conectar transportadoras nas etapas de longas distâncias, tornando o processo transacional (entre vendedores, entregadores e clientes) muito mais eficiente. Nos últimos anos, a ASAPLog vem transformando o cenário de entregas de pequenos varejistas de *e-commerce*, com uma plataforma de fácil usabilidade, privilegiando o “*crowdshipping*” como solução para a entrega última milha (“*last mile*”), contando com uma ampla rede de entregadores autônomos.

Essa aquisição foi, portanto, uma relevante contribuição para o desenvolvimento acelerado em tecnologia logística da Companhia, e traz forte apoio para explorar a integração da sua malha logística, inclusive controlando a gestão dos Mini Hubs (“shipping from store”), reduzindo o custo logístico e o prazo de entrega. É, também, parte relevante para a melhoria de soluções para seus parceiros de Marketplace (“sellers”).

Conforme Comunicado ao Mercado publicado em 21 de maio de 2020, a Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda., subsidiária da Companhia, concluiu a aquisição de 100% das ações da Airfox/banQi, sociedade que desenvolve a carteira digital da Companhia (banQi) desde 2018.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a celebração, por meio da sua controlada VVLog, dos documentos definitivos relativos à aquisição de 100% das ações emitidas pela I9XP Tecnologia e Participações S.A. A I9XP é uma empresa de tecnologia especializada em desenvolvimento de soluções para o e-commerce. Essa aquisição fez parte da estratégia de aceleração da transformação digital da Companhia, desta vez focando na evolução de projetos especiais como marketplace e logística.

Adicionalmente, em 09 de novembro de 2020, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que por meio de sua controlada Cnova, foram celebrados os documentos definitivos relativos

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

à aquisição de 16,67% do Capital da Growth Partners Investimentos e Participações S.A., sociedade que detém o controle da startup Distrito. Nessa ocasião, a Cnova adquiriu 14,58% do capital social da Distrito, bem como celebrou um instrumento de opção de compra de ações para aquisição de 2,09% das ações ordinárias de emissão da Distrito.

Fundado em 2014, o Distrito é um hub de inovação que detém uma plataforma completa para apoiar empresas em sua transformação digital através da tecnologia. Com o seu ecossistema de inovação aberta, sustentado por dados e inteligência artificial, o Distrito conecta grandes empresas, startups, investidores e acadêmicos, para gerar novos modelos de negócios vencedores, mais colaborativos, eficientes, transparentes e sustentáveis.

Em 02 de julho de 2021, a Companhia anunciou que concluiu a aquisição de 100% das quotas representativas da Celer, através de sua controlada Cnova. A Celer é uma fintech que nasceu como uma plataforma proprietária de soluções de pagamentos e oferece um pacote completo de *Banking as a Service* (BaaS), permitindo que outras fintechs disponibilizem a seus clientes uma conta digital completa integrada a serviços de pagamentos, compreendendo alternativas de cash-in e cash-out, emissão e processamento de cartões, gestão de cobrança e transferências, incluindo ao tradicional portfólio o PIX.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral o início do programa "Via Next", em que realizou três investimentos minoritários, através de sua controlada Cnova, nas startups: Gopublic Serviços Financeiros Ltda. ("GoPublic"), Mibolsillo Financial Technologies Inc. ("Poupa Certo") e Byebnk Facilitadora de Pagamentos Internacionais Ltda. ("byebnk").

Em 08 de outubro de 2021, a Companhia realizou mais um investimento minoritário, através de sua controlada Cnova, na startup: Uffa Portal e Serviços de Informação Ltda ("U"FA").

O Via Next é o programa de conexão com startups da Companhia, desenvolvido em parceria com a Distrito, que tem como um dos objetivos acelerar a transformação digital da Companhia e promover soluções inovadoras para melhorar a experiência do cliente, em toda a sua jornada de compra e relacionamento.

Em 12 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos acionistas e ao mercado em geral a compra de 100% da CNT por meio de uma subsidiária.

A CNT é uma logtech especializada em ofertas completas para operações de e-commerce, multi-marketplace e plataformas no modelo plug & play (ecossistema com interação entre produtos e serviços). A CNT possui 11 anos atuando na operação de fulfillment e quatro anos na operação de fullcommerce, além de amplo histórico de atuação no D2C (direct to consumer), possui parceria com as principais transportadoras e conexão com grandes marketplaces através de soluções próprias para integração HUB e ERP.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

A aquisição da CNT trouxe como principal diferencial estratégico a oferta de um pacote único de soluções de logística para operação de e-commerce e proporcionou uma rápida e consistente melhora no nível de serviço aos clientes e parceiros do marketplace da Companhia, principalmente no que se refere à experiência de compra e velocidade de entrega de pedidos.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados.

2.5 Medições não contábeis

2. Comentários dos diretores / 2.5 – Medições não contábeis)

(a) informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou, no decorrer do último exercício social, as seguintes medições não contábeis:

(Em milhões de reais)	Em e/ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023	Em e/ou no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022	Em e/ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Em e/ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Em e/ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020
EBITDA	796	1.382	2.279	650	2.531
Margem EBITDA	5,4%	9,2%	7,4%	2,1%	8,8%
EBITDA Ajustado	1.144	1.363	2.381	1.368	2.917
Margem EBITDA Ajustado	7,7%	9,1%	7,7%	4,4%	10,1%
(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado	(2.190)	N/A	648	635	3.226
(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado	(1,01)	N/A	0,27	0,46	1,11

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras, e consiste no lucro

2.5 Medições não contábeis

líquido (prejuízo) do período/exercício ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é uma medição não contábil e consiste no quociente da divisão do EBITDA pela receita de venda de mercadorias e serviços.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA supracitado ajustado por outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, que correspondem a transações não incluídas nas atividades principais da Companhia, relacionadas principalmente com gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada pelo EBITDA Ajustado dividido pela receita de venda de mercadorias e serviços.

A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado é uma medição não contábil e consiste no saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Credíário Casas Bahia”) (circulante e não circulante), líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros, que por sua vez trata-se do lastro dos saldos apresentados nos saldos repasse para instituições financeiras que para contido dentre os saldos de empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber – de administradoras de cartões de crédito que tratam-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, além disso conta com os saldos de contas a receber - B2B que tratam de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses por sua vez quando utilizados se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado e outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.

O índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado é uma medição não contábil que consiste no quociente da divisão da (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado pelo EBITDA Ajustado.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e o Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado não são medidas de lucro, liquidez ou endividamento em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício ou do período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado

2.5 Medições não contábeis

padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Reconciliação EBITDA (Em milhões de reais, exceto %)	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2023	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2022	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020
Lucro líquido (prejuízo) do período/exercício	(789)	24	(342)	(297)	1.004
(+) Resultado financeiro, líquido	1.627	1.002	2.244	1.217	696
(-) Imposto de renda e contribuição social	(606)	(194)	(741)	(1.263)	(81)
(+) Depreciação e amortização	564	550	1.118	993	912
EBITDA	796	1.382	2.279	650	2.531
Receita de venda de mercadorias e serviços	14.843	15.045	30.898	30.899	28.901
Margem EBITDA	5,4%	9,2%	7,4%	2,1%	8,8%

Reconciliação EBITDA Ajustado (Em milhões de reais, exceto %)	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2022	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2021	Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020
EBITDA	796	1.382	2.279	650	2.531

2.5 Medições não contábeis

(+) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas(*)	348	(19)	102	718	386
EBITDA Ajustado	1.144	1.363	2.381	1.368	2.917
Receita de venda de mercadorias e serviços	14.843	15.045	30.898	30.899	28.901
Margem de EBITDA Ajustado	7,7%	9,1%	7,7%	4,4%	10,1%

(*) A composição da rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas” encontra-se divulgada nas notas explicativas das respectivas demonstrações financeiras da Companhia e demonstram receitas (despesas) decorrentes de transações não incluídas nas atividades principais ou acessórias que constituam objeto da empresa, relacionadas principalmente, por gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

Reconciliação (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado (Em milhões de reais, exceto %)	Em 30 de junho 2023	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2020
Caixa e equivalentes de caixa	874	2.019	1.781	2.984
Contas a receber de administradoras de cartões de crédito	1.094	3.426	3.839	5.512
Contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) (circulante e não circulante) ⁽¹⁾	3.714	3.873	3.720	3.275
Contas a receber – B2B	314	342	361	217
Outras contas a receber	505	366	356	334
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	(8.691)	(9.378)	(9.422)	(9.096)

2.5 Medições não contábeis

(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado ⁽²⁾	(2.190)	648	635	3.226
Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado ⁽³⁾	(1,01)	0,27	0,46	1,11

(1) Refere-se ao contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Credciário Casas Bahia”) líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros.

(2) A (Dívida Líquida Ajustada) (Caixa Líquido Ajustado) da Companhia não considera os saldos de passivo de arrendamento (circulante e não circulante) no montante de R\$ 3.736 milhões, R\$ 3.699 milhões, R\$ 4.202 milhões e R\$ 3.963 milhões, em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, pois, no entendimento da Companhia, o passivo de arrendamento se enquadra no conceito de contrato executório, logo, a obrigação de pagamento está subordinada ao exercício efetivo do direito de uso durante todo o prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considera como dívida os saldos relativos à fornecedores portal e fornecedores risco sacado (convênio) no montante de R\$ 1.582 milhões, R\$ 3.120 milhões, R\$ 3.236 milhões e R\$ 484 milhões em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

(3) O índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado em 30 de junho de 2023 considera o EBITDA Ajustado nos últimos 12 meses findos em 30 de junho de 2023 e foi calculado através (i) da soma do EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 no valor de R\$ 1.144 milhões e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 2.381 milhões; subtraído (ii) do EBITDA Ajustado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022 no valor de R\$ 1.363 milhões.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que as medidas de EBITDA, Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e o índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado são utilizadas pelo mercado como informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados. Desta forma, as informações são utilizadas com o objetivo de medir o desempenho da Companhia, já que estas medidas são comumente utilizadas pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

EBITDA

A Administração da Companhia entende que o EBITDA é um indicador importante para a análise do desempenho econômico operacional da Companhia em função de ser afetado por (i) flutuações nas

2.5 Medições não contábeis

taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como, pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Margem EBITDA

A Companhia entende que a Margem EBITDA é a medição mais apropriada para apresentar corretamente a sua margem e resultado de suas operações. Demonstra, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos. Margem EBITDA é provavelmente a métrica mais conhecida e utilizada para análise dos resultados das companhias.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia apresenta o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado como forma de avaliação do seu desempenho financeiro operacional, pois é uma medida não contábil de resultado que elimina efeitos não recorrentes do resultado. Desta forma, expurga efeitos que não fazem parte da rotina de negócio e que foram pontuais ao resultado. O EBITDA Ajustado, justamente efetua a exclusão de itens não recorrentes com a finalidade de permitir analisar o resultado operacional da Companhia.

(Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado

A (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado é uma medição não contábil e consiste no saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do saldo de contas a receber de financiamento ao consumidor – CDCI (“Crediário Casas Bahia”) (circulante e não circulante), líquido dos juros a transcorrer / a apropriar em exercícios futuros que por sua vez trata-se do lastro dos saldos apresentados nos saldos repasse para instituições financeiras que para contido dentre os saldos de empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber – de administradoras de cartões de crédito que tratam-se de recebíveis que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, além disso conta com os saldos de contas a receber B2B que tratam de recebíveis efetuados através da plataforma de parceiros onde os clientes efetuam compras através de pontos que possuem junto a essas plataformas e esses por sua vez quando utilizados se tornam caixa de maneira imediata, sem a existência de qualquer risco adicional relacionado e outras contas a receber referentes, principalmente, a garantias a receber que podem ser exercidas a qualquer momento sem que haja a existência de risco significativo de mudança do valor que será convertido.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, a (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado e o Índice (Dívida Líquida Ajustada) Caixa Líquido Ajustado sobre EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), não representam o fluxo de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não devem ser considerados

2.5 Medições não contábeis

como substitutos para o lucro líquido (prejuízo) do exercício ou do período, como indicadores do desempenho operacional, como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2. Comentários dos diretores / 2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social

Em relação às informações financeiras intermediárias para o período findo em 30 de junho de 2023, ocorreu o seguinte evento subsequente:

Conforme o plano de realização (monetização) dos créditos tributários da Companhia, em 10 de julho de 2023, a Companhia firmou instrumentos particulares de transferência de créditos de ICMS, no valor de R\$150 milhões. A Companhia estima que deverá iniciar a transferência dos referidos créditos até o final do exercício de 2024.

2.7 Destinação de resultados

2. Comentários dos diretores / 2.7 – Política de destinação dos resultados

	30/06/2023	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, após a manifestação do Conselho de Administração, a Diretoria deverá apresentar proposta para aprovação à assembleia geral sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer depois de realizadas as seguintes deduções ou acréscimos, decrescentemente e nessa ordem: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e	Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Companhia, após a manifestação do Conselho de Administração, a Diretoria deverá apresentar proposta para aprovação à assembleia geral sobre a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer depois de realizadas as seguintes deduções ou acréscimos, decrescentemente e nessa ordem: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo da mesma, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (b) Montante destinado à formação de reservas para contingências e reversão das formadas em exercícios anteriores; (c) Lucros a realizar e reversão dos lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício; (d) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo obrigatório; e

2.7 Destinação de resultados

	30/06/2023	2022
	(e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.	(e) A parcela remanescente do lucro líquido será destinada: (i) à reserva para investimento e expansão, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) ao reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.
a.i Valores das retenções de lucros	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foi prejuízo.	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no exercício de 2022 foi prejuízo.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 foi prejuízo.	Não aplicável, uma vez que o resultado da Companhia no exercício de 2022 foi prejuízo.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, e observado o disposto na alínea “e” do item anterior, 25% do lucro líquido do exercício deverá ser destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos atribuídos serão pagos aos acionistas da Companhia nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação	Nos termos do Estatuto Social da Companhia, e observado o disposto na alínea “e” do item anterior, 25% do lucro líquido do exercício deverá ser destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos atribuídos serão pagos aos acionistas da Companhia nos prazos da lei, e, se não reclamados dentro de 3 anos contados da publicação

2.7 Destinação de resultados

	30/06/2023	2022
	do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Eventuais distribuições de juros sobre capital próprio deverão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.	do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. Eventuais distribuições de juros sobre capital próprio deverão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual. Conforme autorizado na forma da Lei das Sociedades por Ações e previsto no parágrafo único, do artigo 31 e no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis, e, por deliberação do Conselho de Administração, poderá declarar dividendos intermediários à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, (ii) lucros acumulados ou (iii) reserva de lucros. O Conselho de Administração poderá ainda determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.	Anual. Conforme autorizado na forma da Lei das Sociedades por Ações e previsto no parágrafo único, do artigo 31 e no artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia poderá levantar balanços intermediários, observando as disposições legais aplicáveis, e, por deliberação do Conselho de Administração, poderá declarar dividendos intermediários à conta de (i) lucros apurados nos balanços intermediários, (ii) lucros acumulados ou (iii) reserva de lucros. O Conselho de Administração poderá ainda determinar o pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e limite da legislação aplicável, os quais serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não está sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia não está sujeita a quaisquer restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

2.7 Destinação de resultados

	30/06/2023	2022
Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais		
e. Se a Companhia possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não aplicável, visto que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras que norteiam a destinação dos resultados da Companhia encontram-se no Estatuto Social da Companhia e na legislação e/ou regulamentação competentes.	Não aplicável, visto que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. As regras que norteiam a destinação dos resultados da Companhia encontram-se no Estatuto Social da Companhia e na legislação e/ou regulamentação competentes.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2. Comentários dos diretores / 2.8 – Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia de 30 de junho de 2023 e de 31 de dezembro de 2022.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e nas informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 que possam impactar a Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2. Comentários dos diretores / 2.9 – Comentários dos diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

(b) natureza e o propósito da operação

(b) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e nas informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023 que possam impactar a Companhia.

2.10 Planos de negócios

2. Comentários dos diretores / 2.10 – Plano de negócios

a) investimentos, incluindo descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, para o exercício social de 2023, a Companhia revisou o seu plano de atuação e priorizará os investimentos que estejam alinhados com o seu plano de reestruturação em vigor. Tendo em vista esse fato, abaixo apresentamos os investimentos previstos para 2023 devidamente subdivididos por categoria:

R\$ milhões	2T'23	2T'22	%	2022	2021	%
Logística	4	11	(66%)	52	87	(40%)
Novas lojas	1	40	(98%)	180	223	(19%)
Manutenção das lojas	13	15	(16%)	56	154	(64%)
Tecnologia	78	163	(52%)	654	514	27%
Outras	1	29	(97%)	64	62	3%
Total	96	258	(63%)	1.006	1.040	(3%)

Dentre os gastos de Tecnologia previstos, podemos destacar:

- Cyber security - inteligência para tratar ameaças cibernéticas e fraudes;
- Disaster Recovery;
- Implementação de Plataforma de Machine Learning com API's para os modelos estatísticos de dados;
- Implantação do WMS Manhattan;
- Implantação do SAP 4Hana;
- Modernização da plataforma de TMS (transportes);
- Refatoração da jornada de Seguros e Serviços para desacoplamento do sistema legado do e-commerce;
- Rearquitetura dos robôs do atendimento, aprimorando o autoatendimento no pós-venda;
- Plano de unificação das ferramentas de CRM;

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, os investimentos da Companhia totalizaram R\$ 204 milhões, conforme abaixo:

R\$ milhões	1S2023	%
Logística	9	4%
Novas Lojas	8	4%
Reforma de lojas	18	9%
TI (*)	168	82%
Outros	1	0%

2.10 Planos de negócios

Total	204	100%
-------	-----	------

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores esclarecem que os investimentos serão financiados, principalmente, pela geração de caixa decorrente das operações da Companhia e da sua oferta pública subsequente de ações.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, no futuro, caso os Diretores julguem pertinente, a Companhia poderá utilizar de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais tem relacionamento para financiar eventuais investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores informam que não há previsão de aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia no exercício social de 2023.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável, tendo em vista que não há planos, no momento, de serem oferecidos novos produtos e/ou serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas de novos produtos e serviços em andamento.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A maior parcela dos recursos necessários para oferecer os produtos e serviços supramencionados já foi dispendida durante o ano de 2022.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

2.10 Planos de negócios

A maior parcela dos recursos necessários para oferecer os produtos e serviços supramencionados já foi dispendida durante o ano de 2022, e não há, na data deste Formulário de Referência, previsão de investimentos significativos em novos produtos e serviços no exercício social de 2023.

(iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A maior parcela dos recursos necessários para oferecer os produtos e serviços supramencionados já foi dispendida durante o ano de 2022, e não há, na data deste Formulário de Referência, previsão de investimentos significativos em novos produtos e serviços no exercício social de 2023.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A Companhia possui diversas iniciativas relacionadas às questões ASG em seu plano de negócios, que são detalhadamente apresentadas no relatório de sustentabilidade da Companhia, estão relacionadas em sua maioria aos seguintes temas: ecoeficiência operacional e circularidade (resíduos e energia); mudanças climáticas; diversidade; inclusão e bem estar no ambiente de trabalho; acessibilidade financeira; inovação e tecnologia com foco no cliente; cadeia de valor responsável; governança, ética e transparência; e segurança e privacidade de dados.

Além das iniciativas do relatório de sustentabilidade da Companhia, a Companhia possui uma emissão de Debêntures com metas vinculadas a ESG, conforme nota explicativa das Demonstrações Financeiras do trimestre encerrado em 30 de junho de 2023:

Debêntures: Em 10 de maio de 2021, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries. Foram emitidas 771.959 (setecentas e setenta e uma mil e novecentas e cinquenta e nove) debêntures com valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 1ª série e 228.041 (duzentas e vinte e oito mil e quarenta e uma) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) para 2ª série, remunerações de CDI + 1,90% a.a. e CDI + 2,10% a.a. respectivamente, com amortização final para a 1ª série e ao final do penúltimo e último ano para a 2ª série, com juros semestrais para ambas as séries, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência da 1ª série é de 3 (três) anos e da 2ª série de 5 (cinco) anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia. A 6ª emissão contou com metas ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança), onde a Companhia se comprometeu a cumprir a renovação da sua matriz energética por fontes renováveis.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2. Comentários dos diretores / 2.11 – Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 – Projeções

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP e conforme fato relevante divulgado em 5 de setembro de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, em razão da necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados pelos consultores no contexto da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 – Projeções sobre a evolução de seus indicadores

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/Anual-2023-CVM/SEP e conforme fato relevante divulgado em 5 de setembro de 2023, a Companhia optou por descontinuar a divulgação de projeções financeiras (*guidance*) neste item, em razão da necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de *guidance* com os procedimentos adotados pelos consultores no contexto da oferta pública de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia.

.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, reputação, participação de mercado, margens, perspectivas, condição societária e/ou negócios da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa, seja por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, seja pelas informações contidas nos documentos acima mencionados e/ou por outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e que acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente e de forma relevante. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou reputação da Companhia, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Fatores de Risco” e do item “4.3. Riscos de Mercado”.

(a) Riscos relacionados à Companhia

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.

O risco de liquidez, no contexto das operações da Companhia e de suas controladas, pode ser definido pela possibilidade de descumprimento de obrigações da Companhia associadas a seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. No curso ordinário de seus negócios, a Companhia desconta seus recebíveis e conta com

4.1 Descrição dos fatores de risco

linhas de crédito perante instituições financeiras e acessa o mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais.

Caso a Companhia não seja capaz de continuar a acessar essas linhas de financiamento, pode não dispor de liquidez suficiente para manter o nível de atividade em suas operações e honrar seus compromissos financeiros em decorrência do descasamento de prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, o que poderá sujeitá-la a perdas financeiras, além de impactar adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

Além disso, alguns dos contratos financeiros e títulos de dívida da Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, a situação financeira da Companhia poderá ser afetada de maneira adversa e relevante.

Nesse sentido, em 12 de setembro de 2023, a S&P Global Ratings (“Standard & Poor’s”) rebaixou o rating da 1ª, 2ª e 3ª séries da 20ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A. (“Securitizadora” e “CRI”) – lastreados na 8ª emissão de debêntures da Companhia e objeto de colocação privada para a Securitizadora (“8ª Emissão de Debêntures”) – de “brAA-” para “brA-”.

O rebaixamento do rating de crédito em três ou mais níveis em relação ao rating inicial, como foi o caso, é hipótese de evento de vencimento antecipado não automático dos CRI e da 8ª Emissão de Debêntures. Assim, em até dois dias úteis contados da data em tomou ciência do rebaixamento, a Securitizadora deverá convocar uma assembleia especial de titulares dos CRI (com, no mínimo, 15 dias de antecedência), na qual os titulares dos CRI deverão deliberar pela declaração ou não do vencimento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures e, consequentemente, do CRI. Caso estejam presentes, no mínimo, titulares de 25% CRI em circulação, e a maioria destes titulares presentes votem pela declaração do vencimento antecipado dos CRI e da 8ª Emissão de Debêntures, outros contratos financeiros e títulos de dívida de emissão da Companhia também terão os seus vencimentos antecipados e, portanto, haverá um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia. Para mais informações sobre os contratos financeiros e títulos de dívida de emissão da Companhia, ver o item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

Os investimentos necessários nas operações da Companhia podem ser maiores do que o estimado o que pode impactar negativamente a alavancagem financeira da Companhia.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a operação de lojas físicas, bem como a otimização, o incremento e a melhoria da plataforma digital, o que poderá demandar recursos financeiros substanciais. A implementação desses planos de investimentos poderá exigir recursos adicionais e em proporção diferente da prevista pela Administração da Companhia em razão de diversos fatores (tais como, mas não se limitando a, valor de locação, obras, instalação de estrutura operacional e instalação

4.1 Descrição dos fatores de risco

e operação de sistemas de tecnologia da informação e logística, entre outros), obrigando a Companhia a realizar captações adicionais aumentando substancial e adversamente a sua alavancagem financeira. O aumento da alavancagem financeira da Companhia pode: (i) implicar no uso de uma parcela maior dos seus recursos para efetuar o pagamento de suas dívidas, com a consequente redução do caixa disponível para financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia; (ii) limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças em seu negócio; (iii) limitar a sua capacidade de captar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital; (iv) posicionar a Companhia em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que possuam menor nível de endividamento, afetando adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Os negócios da Companhia dependem da reputação que as suas marcas têm com seus clientes, fornecedores e distribuidores. Se a Companhia não for capaz de manter essa reputação, poderá ser adversamente afetada.

A reputação da Companhia e de suas principais marcas é fundamental para a manutenção de suas posições nas plataformas digitais, e para a sua capacidade de atrair e manter clientes, fornecedores, *sellers* (vendedores do *marketplace*), distribuidores e profissionais qualificados, além de estabelecer parcerias. A continuidade da reputação de suas marcas depende da capacidade da Companhia de manter e proteger a excelência e a eficiência dos serviços existentes, aperfeiçoá-los e introduzir novos serviços com os mesmos níveis de qualidade e eficiência. Falhas nesses fatores podem ocasionar acidentes, fraudes e pedidos de recall de produtos vendidos ou disponibilizados nas plataformas digitais da Companhia, e podem ter um impacto negativo sobre as marcas da Companhia. Outros fatores como posicionamento e associação diretas e indiretas, com as nossas marcas, muitas delas fora do nosso controle, podem impactar sua reputação.

A falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética. Também estamos sujeitos a regulamentação cada vez mais abrangentes e fortes nesse tema.

Enfrentamos vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a penetração de nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação por pessoas mal intencionadas, infiltração de malware, como vírus de computador, contaminação intencional ou acidental de nossas redes e sistemas de terceiros com os quais trocamos dados, acesso não autorizado a dados confidenciais e/ou dados proprietários por pessoas dentro ou fora de nossa organização, ransomware que afeta nossos serviços e tecnologia de usuário final, ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviços. Podemos não ser capazes de proteger com sucesso nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra essas ameaças. Nos últimos anos, os sistemas de computador de empresas e organizações passaram a ser cada vez mais visados, e as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, impróprio ou ilegal aos sistemas de tecnologia da informação tornaram-se cada vez mais complexas e sofisticadas. Essas técnicas mudam com frequência e muitas vezes não são reconhecidas ou detectadas até que tenham sido lançadas. Além disso, podem se originar de uma ampla variedade de fontes, incluindo não apenas criminosos cibernéticos, mas também ativistas e estados invasores. Ataques cibernéticos podem causar a perda de quantidades significativas

4.1 Descrição dos fatores de risco

de dados de clientes e outras informações confidenciais, bem como de recursos financeiros ou ainda a interrupção dos sistemas eletrônicos usados para atender nossos clientes.

Se formos vítimas de ataques cibernéticos bem-sucedidos ou enfrentarmos incidentes de segurança cibernética no futuro, podemos incorrer em custos substanciais e sofrer outras consequências negativas, como custos por ativos ou informações roubadas, reparos de danos ao sistema, aumento dos custos de proteção da segurança cibernética, perda de receitas decorrentes do uso não autorizado de informações proprietárias ou falha em reter ou atrair clientes após um ataque, litígios e riscos legais (como sanções administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados), aumento dos prêmios de seguro, danos à reputação que afetam a confiança de nossos clientes e investidores, bem como danos à nossa competitividade, preço das ações e valor de longo prazo para os acionistas.

Adicionalmente, armazenamos informações confidenciais relacionadas às nossas atividades, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou nossas, poderá nos sujeitar a penalidades civis e criminais, nos expor a responsabilidades diversas perante os nossos fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos nossos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações, vide o fator de risco *“Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios”* nesta seção 4.1 do Formulário de Referência.

Mesmo quando uma falha ou interrupção em nossos sistemas ou instalações é resolvida em tempo hábil ou uma tentativa de incidente cibernético ou outra violação de segurança é evitada ou frustrada, normalmente recursos relevantes são gastos para fazer isso, e podemos precisar tomar medidas que possam afetar adversamente a satisfação ou o comportamento do cliente, o que pode afetar adversamente nossos negócios e nossa reputação.

A Companhia pode não conseguir implementar totalmente sua estratégia de crescimento e suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A estratégia de expansão da Companhia depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, bem como limitar sua expansão.

A capacidade da Companhia de implementar sua estratégia de crescimento depende de uma série de fatores, dentre os quais

- Capacidade de gerir suas marcas e sua cultura;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Alavancar vendas e diluir despesas e custos fixos;
- Fortalecer e expandir a oferta de produtos, serviços e soluções financeiras para sua base de clientes;
- Aperfeiçoar a experiência de compra e pós-venda por meio da multicanalidade, aprimorando a jornada dos clientes e parceiros;
- Promover sua estratégia de transformação digital por meio de ações que proponham a identificação das necessidades e experiências de seus clientes, através da adoção de novas tecnologias e modelos de negócio em nossas lojas físicas e online, bem como intensificar nossa cultura digital interna e externamente;
- Expandir a base de produtos e serviços em condições competitivas;
- Manter e incrementar a base de *sellers* de sua plataforma de *marketplace*;
- Aumentar a conversão de vendas nos sites; e
- Melhorar nível de serviço (NPS), prazo de entrega e experiência do consumidor (UX) de modo geral.

A Companhia não pode assegurar que quaisquer destes objetivos serão realizados com êxito e por completo e a falha na implementação da estratégia pode impactar adversamente os resultados e taxa de crescimento da Companhia.

Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios.

Falhas e interrupções totais ou parciais nos sistemas tecnológicos que a Companhia utiliza podem ensejar perdas de receitas. Ainda, dependemos de instalações de hospedagem de data center fornecidas por provedores de serviços terceirizado, de provedores de hospedagem de Internet e provedores de banda larga terceirizados para acesso contínuo e ininterrupto à Internet para operar nossos negócios.

Qualquer interrupção ou interferência em nosso uso de tais serviços prejudicaria nossa capacidade de fornecer nossos produtos e serviços para nossos clientes, resultando em insatisfação do cliente, danos à nossa reputação, perda de receita e danos aos nossos negócios.

Esses prestadores de serviço e fornecedores terceirizados são responsáveis por manter sua própria segurança de rede, recuperação de desastres e procedimentos de gestão de sistemas e não garantem que o acesso às nossas soluções seja ininterrupto, livre de erros ou seguro.

Tais fornecedores podem enfrentar interrupções em seu ambiente, quedas e outros problemas de desempenho, que podem ser causados por uma variedade de fatores, incluindo alterações de infraestrutura, danos ou interrupção por erro humano, atos intencionais, perda de energia, falhas de hardware, falhas de telecomunicações, operação inadequada, entrada não autorizada, perda de dados,

4.1 Descrição dos fatores de risco

perda de energia, ataques cibernéticos, incêndios, guerras, ataques terroristas, inundações, terremotos, furacões, tornados, desastres naturais ou eventos catastróficos semelhantes, fraude, picos no uso por clientes e problemas de negação de serviço. Todas essas vulnerabilidades citadas, somadas a um erro processual como a rescisão de nosso contrato de hospedagem podem resultar em interrupções prolongadas na entrega de nossas soluções, causar interrupções no sistema, impedir nossos clientes de realizar compras em nossas lojas físicas ou virtuais, danos à reputação e perda de dados críticos, nos impedir de apoiar nossas soluções ou nos fazer incorrer em despesas adicionais para providenciar novas instalações e suporte.

Além disso, a interrupção prolongada na disponibilidade ou redução na velocidade ou outra funcionalidade de nossos produtos ou serviços pode prejudicar significativamente nossa reputação e negócios. Interrupções frequentes ou persistentes em nossos produtos e serviços podem fazer com que os clientes acreditem que nossos produtos e serviços não são confiáveis, levando-os a nos trocar por nossos concorrentes ou evitar nossos produtos e serviços, prejudicando permanentemente nossa reputação e negócios.

Adicionalmente, enfrentamos vários riscos de segurança cibernética que podem afetar adversamente a Companhia. Para mais informações, vide o fator de risco *“A falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética. Também estamos sujeitos a regulamentação cada vez mais abrangentes e fortes nesse tema”* neste item 4.1.

Qualquer um dos itens acima pode ter um efeito adverso substancial sobre nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode não ter sucesso na implementação do plano de transformação de suas operações

Em 10 de agosto de 2023, a Companhia divulgou novas estratégias relacionadas a um plano de transformação de suas operações. A Companhia não pode assegurar que quaisquer de seus objetivos no âmbito do plano de transformação serão alcançados com êxito e por completo e a falha na implementação da estratégia pode impactar adversamente os resultados e taxa de crescimento da Companhia.

O sucesso do plano de transformação da Companhia depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas e fatores alheios à administração e à própria Companhia podem limitar a efetividade das mudanças estratégicas pretendidas pela Companhia, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre as operações da Companhia.

A Companhia opera por meio de diversos canais distintos (lojas físicas, website, site mobile e aplicativo) e acredita que a integração desses canais é essencial para o sucesso da sua estratégia de negócio. A falha dessa integração, ou atraso na adoção de medidas inovadoras

4.1 Descrição dos fatores de risco

poderão afetar negativamente os seus negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

As operações da Companhia são realizadas por meio de lojas físicas e por meio de suas plataformas digitais. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou aprimorar sua estratégia omnicanal ou que será capaz de implementar inovações que sejam importantes para seus clientes, o que poderá ser prejudicial aos seus planos e poderá afetar negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional. Ainda, eventuais falhas nos sistemas tecnológicos utilizados nas plataformas digitais podem impactar adversamente nossos negócios. Para mais informações, vide o fator de risco “*Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios*” acima.

Além disso, caso não sejamos capazes de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os nossos canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação, marketing e de atendimento, a estrutura integrada dos multicanais pode ser prejudicada, impactando adversamente a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode incorrer em custos maiores do que os esperados para implementação das iniciativas omnicanal e, portanto, tais iniciativas podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter um retorno menor do que o esperado, o que poderá afetar de forma relevante sua estratégia de crescimento e o seu resultado operacional.

Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Ainda, eventuais novas legislações e regulamentações das atividades relacionadas à plataforma omnicanal podem gerar um ambiente regulatório mais oneroso para a Companhia.

Quaisquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante sua estratégia de crescimento e o seu resultado operacional.

Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controle relacionados à prevenção e combate a corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e reputação.

As nossas políticas e procedimentos de prevenção e combate à corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes, incluindo fraudes contábeis, por nossa administração, funcionários, terceiros que atuem em nosso nome, ou fornecedores se posicionem de forma que violem legislações

4.1 Descrição dos fatores de risco

e regulamentos, por exemplo, no âmbito de pagamentos indevidos a funcionários do governo para obter ou manter vantagens comerciais ou empresariais, bem como para identificar, analisar, mensurar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos relevantes, práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela nossa Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas que utilizamos.

Além disso, não há como assegurar que não serão identificadas deficiências significativas nos nossos controles internos. Se os sistemas e controles internos da Companhia não estiverem operando de maneira efetiva, a Companhia poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou de prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes.

As informações em que nos baseamos ou com que alimentamos ou mantemos modelos internos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Se não formos capazes de manter nossos controles internos operando de maneira efetiva, poderemos não ser capazes de elaborar nossas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar nossos resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos nossos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em nossos negócios.

Adicionalmente, nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de nossos colaboradores e membros de nossa administração.

Caso nossos colaboradores ou outras pessoas relacionadas a nós se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

Podemos também vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção por suas controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e adversamente nossa reputação, nossos negócios, nossas condições financeiras e nossos resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

Identificamos determinadas irregularidades contábeis em 2019, o que nos obrigou a realizar ajustes nas nossas demonstrações financeiras e principalmente em nossos controles internos. Não podemos garantir que não seremos afetados por irregularidades ou erros contábeis no futuro.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em setembro e outubro de 2019, nossa Companhia recebeu denúncias anônimas acerca de supostas irregularidades contábeis. Como consequência, a Companhia constituiu um Comitê de Investigação, que então contratou assessores externos especializados para conduzir uma investigação independente acerca do assunto. Em 18 de março de 2020, a investigação foi concluída, tendo apurado (i) evidências de fraude contábil caracterizada pela manipulação de nossa provisão para processos trabalhistas e pelo diferimento indevido na baixa de ativos e contabilização de passivos fora de suas respectivas competências mensais; e (ii) falhas de controles internos resultando em erros nas contas de provisão para processos trabalhistas e depósitos (garantias) judiciais de nossa Companhia.

Como resultado da investigação, a Administração da Companhia identificou e quantificou determinados ajustes às suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor total de R\$ 1.190 milhões, decorrentes de fraude, erros e mudança de estimativa atreladas aos achados da investigação. Os ajustes contábeis decorrentes de fraude, bem como os ajustes decorrentes de erro e de mudança de estimativa encontram-se refletidos nas referidas demonstrações financeiras.

Não podemos garantir que não seremos afetados por irregularidades ou erros contábeis no futuro, bem como nossos procedimentos de *compliance* e controles internos podem não ser suficientes ou, com o passar do tempo, podem se tornar insuficientes, para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, irregularidades, ou violações de leis, regulamentos e normas internas aplicáveis por parte de nossos colaboradores e membros de nossa administração, o que pode gerar um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Para mais informações, vide o fator de risco *“Falhas nos nossos sistemas, políticas e procedimentos de controle relacionados à prevenção e combate a corrupção, governança, gestão de riscos e conformidade poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente nossos negócios e reputação”* acima.

A incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual da Companhia por terceiros pode ter impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

Atualmente, a Companhia é titular de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI. A Companhia também é titular de alguns nomes de domínio associados a tais marcas, bem como desenhos industriais. No plano internacional, a Companhia possui a titularidade de marcas em países da América Latina, Europa e América do Norte.

O sucesso dos negócios da Companhia depende de sua capacidade de proteger e preservar suas atuais e futuras marcas e defender os seus demais direitos de propriedade intelectual, incluindo, mas não se limitando às marcas, patentes, softwares e nomes de domínio, bem como os aspectos sigilosos relacionados à tecnologia desenvolvida pela Companhia e aos serviços prestados por ela. Portanto, o uso indevido ou não autorizado de quaisquer dos direitos de propriedade intelectual da Companhia, pode diminuir o valor de suas marcas, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia, o que pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios e em seus resultados financeiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Há também o risco de a Companhia não conseguir renovar o registro de propriedade intelectual em tempo hábil ou que os concorrentes contestem ou invalidem quaisquer propriedades intelectuais existentes ou futuras enviadas para a Companhia ou licenciadas pela Companhia. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia, ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pela Companhia pode ter um efeito negativo em seus resultados operacionais e imagem.

A Companhia não pode garantir que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade intelectual. Nesse sentido, relevante mencionar que o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de propriedade intelectual idênticos ou similares aos produtos e/ou soluções da Companhia que atendam ao mesmo mercado. Ainda, caso alguma de suas marcas seja questionada judicialmente e na hipótese de sentença judicial desfavorável ao seu uso, a Companhia pode vir a ser proibida de continuar a explorá-la.

Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e defender os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

As vendas e níveis de estoque da Companhia flutuam sazonalmente, sendo que as vendas da Companhia são historicamente maiores no 4º trimestre de cada exercício social, o que pode compelir a Companhia a vender o estoque excedente a um preço substancialmente menor ou até mesmo com margens inadequadas, o que pode afetar de maneira adversa seu resultado operacional e situação financeira.

As vendas do varejo estão sujeitas a flutuações sazonais em decorrência de diversas circunstâncias como a retração econômica, a paralisação eventual das atividades da Companhia ou de seus fornecedores e as vendas durante a estação de compras de final de ano.

Para se preparar para a estação de compras do final de ano, a Companhia deve comprar e manter em estoque uma quantidade de mercadorias consideravelmente maior que àquela mantida durante outros períodos do ano. Qualquer diminuição não prevista ou previsão equivocada da demanda por seus produtos durante esta época de pico de compras pode compelir a Companhia a vender o estoque excedente a um preço substancialmente menor ou até mesmo com margens inadequadas, o que pode afetar de maneira adversa seu resultado operacional e situação financeira. Tais flutuações no seu resultado operacional e situação financeira podem afetar o valor de mercado das ações da Companhia.

Ainda, no contexto do Plano de Transformação anunciado pela Companhia por fato relevante em 10 de agosto de 2023, a Companhia pretende adotar uma série de medidas para, dentre outros objetivos, reduzir seus níveis de estoque. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de aumentar seu

4.1 Descrição dos fatores de risco

estoque em um cenário de maior demanda, o que pode afetar adversamente a condição financeira e resultado operacional da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de realizar aquisições ou parcerias em termos atrentes. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir concretizar tais aquisições ou integrar e captar sinergias de aquisições e associações concretizadas, como também pode não obter a aprovação dos órgãos necessários para a realização de suas operações societárias, sendo que, caso tais aquisições de concretizem, a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas e a Companhia pode ficar exposta a eventuais contingências decorrentes de desdobramentos de atos ou fatos ocorridos em empresas adquiridas previamente à suas aquisições.

A estratégia de crescimento da Companhia inclui a avaliação de oportunidades de negócios (o que inclui aquisições, parcerias, *joint ventures*, entre outras formas associativas ou de aquisição) que julgam oportunas para as suas respectivas atividades, relacionadas a seu mercado de atuação ou a novos mercados a serem explorados. Tais transações incorrem em uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre nossos objetivos de crescimento, como riscos relacionados à integração das operações, sistemas, pessoal, produtos, base de clientes das companhias envolvidas e à geração de retorno esperado sobre os investimentos, além da exposição aos passivos das empresas adquiridas. Assim, a integração dos negócios adquiridos com os nossos negócios e a captação de suas sinergias podem, também, exigir mais recursos e tempo do que inicialmente esperado.

Podemos não ser capazes de realizar associações e/ou aquisições no momento e/ou em termos, preços e/ou condições desejados. Além disso, a atuação de concorrentes e a existência de eventuais de restrições regulatórias podem afetar a nossa capacidade de realizar novas aquisições. Adicionalmente, a geração de caixa oriunda de atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar o nosso plano de crescimento, podendo ser necessário incorrerem em novas dívidas ou realizarmos aumento de capital, a fim de financiar a nossa expansão.

Ainda, no contexto da expansão de nossos negócios por meio de aquisições ou parcerias, podemos não ter uma eficiente gestão das mudanças e do processo de maturação dos novos negócios conforme esperado, inclusive com relação à duração de tal processo e rentabilidade esperada. Por consequência, podemos não conseguir atingir resultados satisfatórios nos novos negócios, afetando negativamente as margens líquidas consolidadas. Assim, nosso resultado e o valor de nossas ações podem ser negativamente impactados, com efeitos em nossa reputação.

Nesse contexto, podemos, ainda, ser responsáveis por contingências decorrentes de fusões e aquisições realizadas no passado e/ou por indenizações devidas aos compradores de ativos e/ou sociedades adquiridas. Além disso, eventuais indenizações que possamos vir a receber dos vendedores de sociedades e/ou ativos adquiridos podem não ser suficientes à proteção ou compensação de contingências e responsabilidades ou não serem cumpridas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A efetivação de aquisições ou parcerias envolve uma série de riscos, que incluem: (i) superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, proporcionando um retorno financeiro aquém do esperado; (ii) possibilidade de aumento da nossa alavancagem financeira; (iii) alocação de recursos humanos e financeiros para as finalidades de integração, as quais podem não ser bem sucedidas; (iv) impactos financeiros e contábeis em nossas demonstrações financeiras referentes a custos não antecipados/previstos; (v) não capturar, capturar parcialmente e/ou tardiamente as sinergias esperadas, impactando o nosso resultado; (vi) falha no processo de integração de cultura empresarial e de colaboradores; (vii) celebrar contratos e/ou documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os nossos redirecionamentos estratégicos; (viii) não ter mapeado de forma exaustiva ou não obter as autorizações regulatórias necessárias às operações das sociedades adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanções administrativas, incluindo o pagamento de multas; (ix) falha no monitoramento adequado dos riscos relacionados a aderência de sociedades em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (compliance, anticorrupção e outras); (x) falha em auditorias ou no mapeamento de riscos relacionadas a passivos (incluindo passivos contingenciais) a que as sociedades adquiridas estão expostas; (xi) necessidade de coordenação de gerenciamento mais extensivo e desvio de atenção excessivo da nossa administração no dia-a-dia das demais atividades operacionais; (xii) falhas na integração de sistemas e demais mecanismos de tecnologia da informação das sociedades adquiridas; (xiii) exposição frente às contingências (judiciais, administrativas ou arbitrais), materializadas ou não, das sociedades adquiridas, que podem nos impactar não apenas financeiramente, mas também reputacionalmente.

A ocorrência de quaisquer destes fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

Adicionalmente, a celebração de contratos de aquisição ou de parcerias poderá conter cláusulas de condições suspensivas, as quais, se não satisfeitas dentro do prazo e nos termos acordados obstarão a efetivação da operação de aquisição ou de parceria. Essas condições suspensivas poderão decorrer de acordo entre as partes ou de lei, incluindo, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 (“Lei Concorrencial”) que estabelece a obrigação de submissão prévia ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (“SBDC”), que inclui o CADE, de determinadas operações de concentração econômica. O SBDC tem o dever, então, de analisar tais operações e determinar se uma operação específica geraria efeitos negativos nas condições competitivas do mercado no qual operamos, ou mesmo aos consumidores de tal mercado.

Nesse sentido, aquisições ou parcerias podem não ser aprovadas ou podem ser condicionadas a certas restrições como condição para aprovação pelo CADE, incluindo restrições que reflitam na estrutura da operação, em remédios estruturais ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos, o que pode impactar negativamente os nossos negócios e resultados operacionais.

Caso a aquisição ou parceria não seja efetivada, podemos ser obrigados a reestruturar nosso plano de crescimento orgânico e inorgânico. Nesta situação, não conseguimos garantir que seremos capazes

4.1 Descrição dos fatores de risco

de reestruturar nosso plano de crescimento em condições favoráveis e/ou dentro de um tempo razoável. Adicionalmente, caso a falha na efetivação da transação não seja consensual, podemos estar sujeitos a procedimentos litigiosos envolvendo as partes da transação, o que poderá culminar com desembolso adicional de caixa.

Dessa forma, as mensurações exigidas em um processo de crescimento inorgânico envolvem um elevado grau de julgamento e estão sujeitas a um elevado grau de incerteza, que podem impactar significativamente suas demonstrações financeiras da Companhia.

Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, a Companhia pode ser impactada negativamente do ponto de vista financeiro e reputacional.

A Companhia depende de centros de distribuição e qualquer interrupção, falha na operação ou aumento no custo de nossos centros poderá nos causar um efeito adverso.

O processo de entregas de mercadorias da Companhia é realizado por centros de distribuição e Mini Hubs em todas as lojas operando na nossa malha logística, nos quais a Companhia realiza a estocagem de seus produtos e organiza a destinação destes para o abastecimento de suas lojas. Eventuais interrupções na condução normal das atividades de seus centros de distribuição, como acidentes, ações ambientais, greves e outras disputas trabalhistas, interrupções na cadeia de logística, no fornecimento de produtos / serviços de fornecedores críticos, cuja atividade impacta diretamente na manutenção das operações da Companhia, no fornecimento de energia elétrica ou sistemas de informação, perda total ou parcial da unidade operacional, impossibilidade de renovação dos contratos de locação dos imóveis onde estão localizados estes centros de distribuição, entrepostos, terminais e Mini Hubs, controle interno da qualidade dos produtos, roubos, exigência de licenças específicas e outros fatores regulatórios, bem como a desastres naturais e outros fatores externos sobre os quais não temos qualquer controle poderão afetar adversamente os negócios da Companhia de maneira significativa. Além disso, pode ser necessária a reorganização da pulverização de seus centros de distribuição de acordo com as estratégias de dimensionamento dos negócios adotadas e, caso a Companhia não consiga redimensionar a quantidade e/ou capacidade de seus centros de distribuição de modo a atender suficientemente as novas necessidades de suas lojas, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

Quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística, incluindo, entre outros, greves, paralisações e flutuações do preço do petróleo ou disponibilidade de combustíveis, que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados pela Companhia ou com coberturas insuficientes e dificuldades para contratação de apólices podem resultar em prejuízos, o que poderá gerar impactos materiais adversos sobre seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossas apólices de seguro podem não cobrir determinados tipos de risco, tais como guerra, caso fortuito e de força maior ou interrupção de certas atividades. Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas existentes pode ser inadequada ou insuficiente, podendo, inclusive, implicar em reembolso menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de qualquer um desses eventos não garantidos pelas seguradoras, a Companhia poderá sofrer um revés financeiro para recompor e ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer as receitas e os investimentos da Companhia e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia está sujeita a contratos de locações vigentes por período indeterminado, e a rescisão unilateral dos contratos pelas contrapartes da Companhia podem afetar adversamente sua operação.

De acordo com a Lei nº 8.245/91 (Lei de Locações), findo o prazo contratual estabelecido nas locações comerciais é garantido à Companhia, na qualidade de locatária, o direito à renovação compulsória dos contratos com prazo igual ou superior a 5 anos por meio de ação judicial própria caso as negociações para renovação dos contratos não sejam bem-sucedidas, desde que a ação seja proposta no prazo legal e desde que a locatária atenda às demais condições previstas na Lei de Locações. Findo o prazo estipulado no contrato, se a locatária permanecer no imóvel por mais de trinta dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação nas condições ajustadas, mas sem prazo determinado. Na hipótese de os contratos de locação serem celebrados em prazos inferiores a 5 anos e as negociações não serem efetivas, o contrato permanecerá vigente por período indeterminado. Nessa hipótese, qualquer uma das partes poderá rescindir a locação, mediante o envio de notificação à outra parte, com 30 dias de antecedência, livre de penalidades.

Em 30 de junho de 2023, cerca de 1,65% dos contratos de locação celebrados pela Companhia, percentual que representa 23 contratos, estavam vigentes por período indeterminado. Desta forma, enquanto não for estabelecido um prazo determinado para os contratos que se encontram nesta condição, a Companhia estará sujeita à notificação exigindo a desocupação de tais imóveis em 30 dias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Tendo em vista a importância operacional das lojas e centros de distribuição para a condução de seus negócios, a Companhia pode ser adversamente afetada caso a rescisão das locações nos moldes aqui mencionados ocorra em quantidades significativas e repentinamente.

É possível que a Companhia não possa renovar ou manter os contratos de locação das lojas ou de seus centros de distribuição.

A maior parte dos imóveis onde funcionam as lojas e os centros de distribuição da Companhia é objeto de contratos de locação. Em uma parte dos contratos em que a locatária não tem direito à renovação compulsória, por meio da propositura de ação renovatória nos prazos e os termos da Lei de Locações, há o risco de não renovação dos contratos de locação em condições favoráveis, ou, ainda, de não renovação. Uma vez que a localização estratégica das lojas e dos centros de distribuição da Companhia é fator relevante para o desenvolvimento de sua estratégia comercial, a Companhia pode ser afetada negativamente se falhar nas negociações de condições aceitáveis de número significativo dos contratos de locação, ou se número significativo dos contratos não sejam renovados por razões alheias à vontade da Companhia.

Adicionalmente, até 30 de junho de 2023, do total de 1.394 contratos de locação atualmente em vigor, 195 são contratos de locação comercial celebrados com empresas da família Klein e sociedades de seu grupo econômico. No caso de haver qualquer dificuldade na renovação de tais contratos, por se tratar de um número significativo de lojas e centros de distribuição, a Companhia pode ser afetada negativamente. Para mais informações, sobre transações com partes relacionadas como a aqui descrita, veja também o fator de risco “A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas” neste item 4.1 do Formulário de Referência.

A lei de locações autoriza a revisão do aluguel a cada 3 anos para trazê-lo a valor de mercado. Os contratos de locação das lojas da Companhia, em sua maioria, estabelecem aluguel mínimo e aluguel vinculado ao faturamento das respectivas lojas. A Companhia pode ser afetada negativamente caso sejam propostas um número significativo de ações revisionais visando o aumento do aluguel mínimo das lojas e ou aluguel fixo dos centros de distribuição, caso tais ações acabem por majorar significativamente tais aluguéis.

Em 30 de junho de 2023, 19,5% dos contratos de locação celebrados pela Companhia, isto é, 272 contratos são objeto de ações renovatórias e 2% dos contratos de locação celebrados pela Companhia, isto é, 28 contratos são objeto de ações revisionais.

Além disso, caso os contratos de locação das lojas da Companhia e dos centros de distribuição não contenham cláusula de vigência e/ou não estejam devidamente registrados perante os cartórios de registro de imóveis competentes, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, o direito de preferência da Companhia só será oponível a terceiros se os respectivos

4.1 Descrição dos fatores de risco

contratos de locação estiverem averbados nas respectivas matrículas, o que permite à Companhia adjudicar judicialmente os imóveis na hipótese de o seu direito de preferência não ser observado. Se os contratos de locação não estiverem averbados nas respectivas matrículas, a Companhia terá apenas o direito de pleitear indenização por perdas e danos. A Companhia não tem o hábito de registrar e averbar todos os contratos de locação dos imóveis por ela ocupados, de modo que em caso de venda destes imóveis, existe o risco de o novo proprietário solicitar a desocupação, o que pode afetar adversamente as atividades da Companhia.

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito. Para executar as vendas com cartão de crédito, dependemos das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode sofrer com obsolescência, quebra e furto de seu estoque.

A Companhia se utiliza de centros de distribuição para armazenagem de produtos que deverão abastecer suas lojas e ser entregues aos seus clientes. Caso o estoque seja superdimensionado, os produtos podem sair de linha devido à demora de escoamento para as lojas, ocasionando em maiores dificuldades para venda e redução da margem esperada, impactando diretamente e de forma negativa o resultado da Companhia. Adicionalmente, caso o manejo dos produtos seja inadequado, poderá haver avaria e quebra, ocasionando perdas de estoques e comprometendo as vendas da Companhia, trazendo impactos negativos aos seus resultados. Finalmente, a falta de segurança pública poderá elevar o risco de furtos, roubos e assaltos a mão armada nos estoques e lojas da Companhia. A ocorrência desses eventos pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

As vendas da Companhia dependem em parte da eficácia de seus programas de propaganda e marketing.

As atividades da Companhia dependem do movimento intenso de clientes em suas lojas físicas e em seus canais online, o que a leva a empregar recursos substanciais para exposição em mídias, sejam estas digitais ou impressas. Nossas vendas e resultado operacional dependem em grande parte de nossa capacidade de, entre outros elementos, identificar nosso público-alvo, decidir sobre a mensagem a ser comunicada e os meios de comunicação a serem utilizados. Caso as atividades de propaganda e marketing da Companhia não sejam bem concebidas, planejadas e executadas, e não alcancem as metas e objetivos esperados, a Companhia pode ser impactada negativamente em suas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de sua marca.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Consequentemente, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, considerando-se que grande parte de suas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, a Companhia pode ter a rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos dada a dificuldade de encontrar veículo de comunicação que apresente a mesma efetividade.

Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio enfrentado por ela na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores, datas sazonais e situação socioeconômica do Brasil.

A Companhia depende do sistema de transporte e de infraestrutura para entregar os produtos em suas lojas e aos seus clientes

Produtos destinados a todas as lojas da Companhia são distribuídos por meio de seus centros de distribuição. A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros são deficitários e necessitam de investimentos por parte do governo brasileiro para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos negócios da Companhia. Quaisquer interrupções ou reduções significativas no uso da infraestrutura de transporte brasileira ou em seu funcionamento, especialmente nas cidades em que se localizam os centros de distribuição da Companhia como resultado de desastres naturais, incêndios, acidentes, greves de caminhoneiros e outras manifestações, protestos, falhas de sistema ou quaisquer outras causas inesperadas, poderão atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e seus clientes, o que pode reduzir suas vendas e afetar os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves de caminhoneiros e outras manifestações, incêndios, problemas de logística, pandemias, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre as instalações, fornecedores ou clientes da Companhia, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar sua capacidade de distribuir os produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar a entrega, impor custos adicionais aos produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir suas vendas e afetar adversamente os negócios, resultados das operações e condições financeiras.

A elevação do preço do petróleo e, por consequência, do combustível poderá afetar o custo logístico da Companhia

Os preços internacionais de petróleo e derivados são voláteis e fortemente influenciados pelas condições e expectativas da oferta e demanda mundiais, como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. A volatilidade e a incerteza nos preços internacionais do petróleo provavelmente continuarão nos próximos anos, podendo resultar em alterações nos preços de seus derivados, como a gasolina e o diesel e de forma indireta o preço do álcool.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse sentido, o aumento no preço do combustível poderá pressionar negativamente nossos negócios, uma vez que pode aumentar o custo logístico da Companhia, e a Companhia pode não ser capaz de repassar o aumento de tais custos ao consumidor final. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, a disponibilidade de combustível e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

O fato de as lojas da Companhia serem espaços de trânsito de diversas pessoas pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à sua imagem, além de causar eventual responsabilidade civil.

As lojas da Companhia, por estarem inseridas em espaços de trânsito de diversas pessoas e muitas vezes contar com prestadores de serviços terceirizados, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, conseqüentemente, podem causar danos aos seus consumidores e frequentadores. No caso da ocorrência de tais incidentes, a loja envolvida no caso pode enfrentar sérios danos materiais e de imagem. Além disso, a ocorrência de incidentes pode sujeitar à Companhia à responsabilização civil e ou à obrigação do ressarcimento de eventuais vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso para a Companhia, inclusive em relação à sua imagem.

Rotatividade de colaboradores qualificados e em posições chave, alteração ou perda de integrantes da alta administração da Companhia e uma atenuação de sua cultura organizacional, podem causar efeitos adversos às suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode ter dificuldade na atração ou retenção integrantes da alta administração e de colaboradores qualificados para posições chaves, o que pode prejudicar o nível de execução das atividades, perda de conhecimento, podendo afetar adversamente as suas operações da Companhia e seus resultados financeiros. Ainda, caso venha a perder algum de seus profissionais qualificados, a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para conversar seu ritmo de crescimento.

Além disso, na medida em que a Companhia expande seus negócios para diferentes localidades, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando um número suficiente de profissionais alinhados à sua cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda do desempenho operacional da Companhia, bem como em um enfraquecimento da sua marca. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da sua administração e/ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e sua situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco associado à fraude de cartões de crédito, pode afetar adversamente o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

O risco de operações fraudulentas via cartão de crédito é inerente às vendas realizadas através deste meio de pagamento. Os pagamentos via cartão de crédito não são cancelados pela aplicação da assinatura do titular do cartão, além de realizarmos operações na modalidade cartão não- presente em nossas lojas *online*. Atualmente, não mantemos um seguro contra este tipo de risco. Quando operações realizadas via cartão são fraudulentas, o ingresso financeiro esperado em transações normais não ocorre, impactando negativamente os resultados da Companhia. Quando essas operações são realizadas utilizando-se de dados reais de detentores de cartão, pode haver ainda questionamentos administrativos e/ou judiciais por parte desses detentores. Todos esses fatores mencionados aumentam o risco de perdas significativas em decorrência das operações fraudulentas.

Uma falha no desenho ou execução dos controles e procedimentos preventivos e detectivos da Companhia relacionados a fraudes transacionais poderá prejudicar nossa reputação e nossa marca, o que poderá afetar adversamente nossa reputação, o nosso negócio e os resultados das nossas operações.

A não realização dos créditos tributários pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

Em 30 de junho de 2023, a Companhia possui tributos a recuperar (circulante e não circulante) no montante de R\$ 6.572 milhões, principalmente relativos a ICMS e a PIS/COFINS.

Os riscos existentes relativos à não compensação destes créditos estão relacionados principalmente à não realização da expectativa futura de crescimento das vendas devido às alterações do cenário econômico local ou global e também na hipótese de alterações do sistema tributário federal e/ou estaduais, ou dos procedimentos e sistemática requeridos os quais venham impedir a utilização destes créditos.

Caso a Companhia não seja capaz de compensar os créditos tributários ora mencionado, nossos resultados e condição financeira podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode ser afetada de forma adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos em andamento.

A Companhia, seus administradores, acionistas e suas controladas são e/ou podem vir a ser réus em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais de natureza cível, trabalhista, tributária, administrativa, societária, de propriedade intelectual, regulatória, ambiental, e penal entre outras naturezas, bem como pode ser objeto de inquéritos e investigações. A Companhia não pode assegurar que as ações, processos, inquéritos e investigações serão resolvidos a seu favor, ou, ainda, que os provisionamentos, quando constituídos, o sejam de forma correta ou em montante suficiente para fazer frente ao custo total decorrente de decisões adversas em demandas judiciais e administrativas. Se o

4.1 Descrição dos fatores de risco

total ou uma parcela significativa das ações e dos processos administrativos for decidido de forma desfavorável à Companhia, isso pode ter um impacto relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais, bem como sua imagem e reputação.

Da mesma forma, administradores da Companhia são ou podem vir a ser partes em processos judiciais, arbitrais e administrativos seja nas esferas cível, tributária, trabalhista, ambiental e/ou criminal, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal e/ou relacionados à questões de improbidade administrativa, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando adversamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais por atos de suas controladas, o que pode afetar adversamente seus resultados.

Além disso, a Companhia está sujeita a um número relevante de ações civis públicas e ações coletivas. Decisões desfavoráveis à Companhia no âmbito de tais ações podem ocasionar, além de impacto financeiro, impacto reputacional à Companhia, o que afetará de forma adversa seus negócios.

Adicionalmente, é possível que não tenhamos recursos imediatos necessários para realizar depósitos judiciais ou prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos, incluindo processos que discutam valores substanciais. A dificuldade na obtenção de recursos necessários para a realização destes depósitos ou de prestação ou oferecimento destas garantias não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações e poderá ter um efeito adverso nos nossos negócios, na nossa condição financeira e nos nossos resultados operacionais. Além disso, a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização imediata destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias poderá gerar a aplicação de multa por atraso no pagamento, a formalização de penhora de bens, inclusive de nossos ativos financeiros, penhora de nosso faturamento, e até mesmo a dificuldade de obtenção de nossas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter um efeito adverso em nossas operações e no desenvolvimento de nossos negócio, incluindo dificuldades para captação de recursos.

Além disso, a propositura de ações judiciais relacionadas a questões de responsabilidade civil profissional ou de improbidade administrativa poderá afetar financeiramente, de modo adverso, a Companhia, além de afetar significativamente sua reputação ou a de administradores e, potencialmente, resultar na proibição de contratar com poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios por um período de cinco anos, levar a uma diminuição do seu volume de clientes e fontes pagadoras e, consequentemente, à redução da receita operacional bruta da Companhia, afetando adversamente seus negócios e resultados.

Ademais, em relação às demandas trabalhistas a atuação de profissionais especializados em captar causas trabalhistas, que tem como prática incentivar colaboradores ativos e ex-colaboradores a demandarem contra a Companhia, com promessas de ganhos e até adiantamento de valores, pode influenciar diretamente nas decisões de ingresso de novas reclamações, o que pode impactar adversamente a Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse sentido, a Companhia atualmente possui um número alto de demandas trabalhistas cujo provisionamento financeiro pode ser aumentado, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Ainda, diante da existência de demandas repetitivas trabalhistas envolvendo a Companhia, o Ministério Público e órgãos regulatórios poderão fiscalizar e instaurar procedimentos administrativos para apuração de eventuais irregularidades que possam ser atribuídos às atividades da Companhia. Nesses casos, poderão ser celebrados Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Compromissos perante respectivas autoridades, com assunção de obrigações específicas. Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento, total ou parcial, dos termos convencionados em referidos instrumentos de compromisso, a Companhia poderá ficar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução do título e, ainda, judicialização de desacordos perante o Poder Judiciário, o que pode afetar adversamente as condições financeiras e resultados da Companhia.

Além das provisões financeiras e dos custos com honorários advocatícios para a assessoria jurídica em tais causas e dos depósitos judiciais contabilizados, a Companhia pode se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que pode vir a afetar a sua capacidade financeira. Para informações detalhadas vide itens 4.4 e 4.7 deste Formulário de Referência.

As atividades e resultados da Companhia podem ser afetados adversamente por greves e paralisações.

Um número significativo de colaboradores da Companhia é representado por sindicatos trabalhistas e resguardado por dissídios coletivos ou outros acordos trabalhistas, os quais estão sujeitos a renegociações periódicas, que contam com particularidades dependendo da localização geográfica dos colaboradores. Greves e outras paralisações em quaisquer de suas instalações ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que fornecem bens ou serviços podem impactar adversamente as atividades da Companhia.

Além disso, greves de caminhoneiros e outras manifestações e protestos poderão atrasar ou afetar a capacidade da Companhia de distribuir produtos para suas lojas e seus clientes, o que pode reduzir suas vendas e afetar os resultados da Companhia de forma negativa e substancial.

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de suas ações.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, deve-se pagar aos acionistas da Companhia, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado com as deduções e acréscimos previstos no inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 33, alíneas “a” a “c” do Estatuto Social, sob a forma de dividendo ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração determine que não possuímos lucro líquido ou reservas de lucro nos termos da Lei das Sociedades por Ações, para realizar a distribuição de dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio, ou que a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio seja incompatível com a situação financeira da Companhia naquele momento e seus acionistas deliberem por não distribuí-los.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual está sendo revista por diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que têm por objeto estabelecer a cobrança de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas aos seus sócios e acionistas e alteração e/ou extinção do regime tributário incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. Assim sendo, tanto os dividendos recebidos das controladas da Companhia, quanto os distribuídos pela Companhia poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter o seu regime tributação extinto no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas da Companhia a título de participação nos resultados.

A Companhia pode não cumprir as disposições legais e regulamentares destinadas a combater atos de corrupção, ficando sujeita a multas, penalidades ou outras sanções administrativas e judiciais, o que pode vir a impactá-la de forma negativa e relevante.

A Companhia, seus administradores e suas controladas estão sujeitos à Lei Federal nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), à Lei 8.429/92 ("Lei de Improbidade Administrativa") e Lei 12.813/13 ("Lei de Conflito de Interesses"), dentre outros dispositivos (em conjunto "Leis Anticorrupção"), que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita. Qualquer violação a essas leis pode ter um efeito adverso relevante nos nossos negócios e reputação, incluindo na captação de empréstimos e financiamentos e, conseqüentemente, a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

Por conseguinte, a existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos judiciais ou administrativos relacionados à violação de qualquer lei voltada à prevenção e combate à corrupção, em face da Companhia ou de funcionários ou terceiros que tenham cometido violações à Lei Anticorrupção no interesse ou benefício da Companhia pode resultar em (i) multas e indenizações contra a Companhia nas esferas administrativa e civil, com potencial responsabilização solidária da Companhia; (ii) perda de licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Todos esses fatores podem resultar em um efeito adverso relevante sobre a reputação, operações, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos também vir a ser solidariamente responsabilizados pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias às Leis Anticorrupção por sua sociedade controladora, controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e adversamente nossa reputação, nossos negócios, nossas condições financeiras e nossos resultados operacionais, ou a cotação de mercado de nossas ações ordinárias de forma negativa.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido mediante a emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos acionistas no capital social da Companhia.

É possível que a Companhia tenha interesse em captar recursos no mercado de capitais por meio de emissão de ações e ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos seus atuais acionistas, poderá acarretar a diluição da participação dos atuais acionistas no capital social da Companhia, que não terão direito de preferência ou que, caso o tenham, não possuam recursos suficientes para exercer seus respectivos direitos de preferência, conforme o caso. Ademais, mediante aprovação em assembleia geral de acionistas, a Companhia pode futuramente alterar os planos de opção de compras de ações existentes para a emissão de ações adicionais para a Administração e outros funcionários da Companhia (conforme descrito no item 8.18 deste Formulário de Referência), o que pode resultar na diluição imediata dos acionistas da Companhia.

Se não conseguirmos manter nossa cultura, nossos princípios de conduta e ética e nossa marca no processo de expansão, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Acreditamos que nosso potencial de crescimento e o alcance de nossas metas corporativas estão diretamente relacionados à nossa capacidade de atrair e manter os melhores colaboradores comprometidos com nossa cultura, nossos princípios de conduta e ética e nossa marca.

Na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes naturezas e localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de colaboradores alinhados à nossa cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em nosso atendimento ao cliente e/ou no desempenho dos nossos colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da nossa marca. Entendemos que nossa cultura organizacional e a nossa marca são cruciais para o sucesso da nossa transformação. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente nossos negócios e os resultados operacionais.

Podemos enfrentar dificuldades na gestão de quantidade de lojas físicas e expansão dos nossos negócios.

Parte de nosso crescimento está ligado à nossa capacidade de otimizar nosso portfolio de lojas que desempenham um papel fundamental em nossa estratégia omnicanal. Nossa capacidade de otimizar nosso portfolio de lojas com êxito depende de inúmeros fatores, muitos dos quais estão além de nosso

4.1 Descrição dos fatores de risco

controle. Entre esses fatores incluem-se nossa análise de dados demográficos e de mercado para determinar se há demanda suficiente para nossos produtos para manter lojas em determinados locais.

Caso não sejamos capazes de administrar fatores e incertezas relacionados à qualidade e execução de nossa estratégia de otimização, nossos resultados poderão ser negativamente afetados dentro dos patamares de rentabilidade esperados.

A Companhia pode não ser capaz de manter níveis de capital de giro suficientes para o nosso negócio, o que pode limitar nosso crescimento e nos afetar adversamente.

Não existe garantia de que teremos oportunidade de (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais em termos iguais ou semelhantes ou em quaisquer termos; (iii) ter acesso a novos financiamentos em termos favoráveis ou em quaisquer termos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

Além disso, alguns dos contratos financeiros e títulos de dívida da Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (cross-acceleration ou cross-default). Caso qualquer desses eventos ocorra, o capital de giro e a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, provocada por quaisquer fatores, pode dificultar tanto nosso acesso a novos financiamentos em termos aceitáveis, quanto a emissão de valores mobiliários em condições favoráveis.

Nossas demonstrações financeiras são baseadas em premissas e estimativas. Caso essas premissas e estimativas estejam erradas ou não se concretizem no futuro, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais e, conseqüentemente, em nosso negócio

A preparação de nossas demonstrações financeiras exige que nossa Administração realize julgamentos, estabeleça estimativas e premissas, as quais afetam os valores divulgados de nossos ativos, passivos, receitas e despesas. No entanto, os resultados futuros poderão diferir dessa estimativa e, dessa forma, apresentar valores distintos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Estimativas, julgamentos e premissas são avaliados continuamente e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias do momento. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que forem revisadas. As políticas contábeis consideradas relevantes para nossos resultados e posição financeira, com base na materialidade e em julgamentos e estimativas significativas, incluem redução do valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, recuperabilidade de ativos intangíveis, mensuração de instrumentos financeiros, provisão para ativos fiscais diferidos e provisões para ações judiciais.

Se o julgamento, as estimativas e as premissas que utilizamos na elaboração de nossas demonstrações financeiras consolidadas forem considerados incorretos quando da sua realização, poderá haver um efeito relevante em nossos resultados operacionais.

Caso sejamos incapazes de colocar em prática nosso modelo de negócios de forma eficiente, nosso crescimento e esforços para manter nosso volume de vendas lucrativo poderão ser afetados adversamente, o que terá um impacto adverso relevante em nosso desempenho operacional.

O nosso modelo de negócios depende de um portfólio amplo e diversificado de produtos de modo que, caso não sejamos capazes de prever, identificar e interpretar os gostos e preferências dos consumidores, para que possamos introduzir produtos adequados e que atendam suas demandas, poderemos ter nossa lucratividade afetada adversamente.

Além disso, dentre os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas da Companhia estão: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; (vii) os demais riscos estratégicos e operacionais apresentados neste Formulário de Referência que podem impactar vendas da Companhia; e (viii) concorrência. Em decorrência dos fatores mencionados acima, nossa performance de vendas pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e o *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo do mercado varejista, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

Nesse sentido, a introdução de novos produtos pode ser impactada negativamente pela velocidade de aceitação pelos consumidores e, conseqüentemente, pela demanda estimada. Adicionalmente, a indústria de bens de consumo vivencia um processo de convergência digital, caracterizado pela rápida obsolescência dos produtos. Caso não sejamos capazes de adequar nosso portfólio de produtos de acordo com esse processo, bem como se não estimarmos corretamente a demanda por novos produtos

4.1 Descrição dos fatores de risco

ou a adequação deles ao desejo e necessidades dos consumidores, poderemos enfrentar problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque e, conseqüentemente, impactos negativos em nossos resultados.

Além disso, podemos não ser capazes de identificar quais mudanças de comportamento e hábitos de consumo dos consumidores são passageiros, possuem uma duração de médio prazo ou são definitivos, o que poderá afetar adversamente nossas vendas.

Se qualquer dos fatores acima ocorrer, a Companhia pode ter seus negócios, resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

A Companhia pode enfrentar dificuldades em manter o ritmo de crescimento de suas vendas.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas da Companhia são: (i) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (ii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iii) a confiança do consumidor; (iv) situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas; (v) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados, (vi) mudanças em nossas políticas de crédito, propaganda e marketing; (vii) os demais riscos estratégicos e operacionais apresentados neste Formulário de Referência que podem impactar vendas da Companhia; e (viii) concorrência. Em decorrência dos fatores mencionados acima, nossa performance de vendas pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce* e o *marketplace*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo do mercado varejista, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

Possuímos receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 11.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para nossa análise quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. Não podemos assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes, o que pode impactar negativamente nossos negócios e poderá vir a causar um impacto adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados, bem como a nossos acionistas. Para informações adicionais a respeito de transações com partes relacionadas, vide item 11 deste Formulário de Referência.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de cumprir os índices financeiros previstos nos contratos que compõem o seu endividamento atual.

Alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia estabelecem o cumprimento de determinados índices financeiros, além de outras obrigações usuais para este tipo de operação. Dessa forma, caso algum índice financeiro previsto contratualmente seja descumprido e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos. Além disso, alguns dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-default* ou *cross-acceleration*). Os resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser negativamente impactados caso essas cláusulas sejam aplicadas.

(b) Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não tem um acionista controlador ou grupo de controle, o que pode deixá-la suscetível a tentativas de aquisição de controle, a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas, mudanças repentinas e inesperadas na estratégia, ofertas não solicitadas para aquisição de controle e outros eventos decorrentes da ausência de um grupo de controle

O fato de a Companhia não ter um acionista controlador ou grupo controlador desde 14 de junho de 2019 faz com que a Companhia esteja suscetível a eventos decorrentes da ausência de um acionista ou grupo de acionistas titular de 50% mais uma ação do capital votante, incluindo:

- vulnerabilidade a ofertas não solicitadas e tentativas hostis de aquisição de controle alianças e disputas entre acionistas;
- surgimento de um acionista controlador ou formação um grupo de controle com poderes de decisão, o que poderá resultar em mudanças repentinas e inesperadas nas políticas estratégicas e corporativas da Companhia até mesmo na substituição de sua administração; e
- dificultar certos processos de tomada de decisão, especialmente em função da necessidade de obtenção do quórum mínimo e por lei e/ou pelo estatuto social da Companhia para determinadas deliberações.

A concretização de qualquer evento indicado acima, bem como qualquer mudança repentina ou inesperada na composição acionária, no quadro de administradores, na política empresarial ou no direcionamento estratégico da Companhia, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os nossos negócios.

(c) Riscos relacionados a suas controladas e coligadas

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia faz parte de um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais que são ou poderão ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável.

A Companhia faz parte de um grupo econômico do qual participam outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades são e podem vir a ser parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais, sendo que o resultado de condenações poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas tais como, questões fiscais, previdenciárias, anticorrupção, trabalhistas e ambientais. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamada a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente impactados.

A Operação do banQi está sujeita a fraudes, o que pode afetar adversamente a Companhia.

A operação do banQi está sujeita a perdas decorrentes de fraudes, que são atividades indevidas, ilegais ou criminosas que causam prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi. Dentro desse cenário, o banQi está exposto a perdas decorrentes de estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs) e indenizações.

Um aumento nas fraudes praticadas no âmbito do banQi pode resultar em publicidade negativa para o banQi e, conseqüentemente, para a Companhia, e o aumento de perdas decorrentes de estornos de transações e indenizações pode afetar adversamente a condição financeira e os resultados do banQi e, conseqüentemente, impactar negativamente a Companhia, bem como seus resultados consolidados.

As operações do banQi podem estar sujeitas a processos judiciais ou administrativos decorrentes de determinadas ações de terceiros relacionadas à anticorrupção e lavagem de dinheiro (PLD).

A operação do banQi está sujeita à legislação brasileira de anticorrupção e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD). Essas leis exigem a adoção de procedimentos de integridade para mitigar o risco de que (i) qualquer pessoa agindo em nome do banQi possa oferecer vantagem indevida a agente público para obter benefícios de qualquer natureza; e (ii) ou diretores, funcionários e terceiros podem usar sistemas financeiros de forma inadequada para quaisquer atos relacionados a PLD. A legislação brasileira obriga o banQi, entre outras coisas, a manter políticas e procedimentos destinados a prevenir quaisquer atividades ilegais ou impróprias relacionadas à PLD e a corrupção de entidades e funcionários governamentais a fim de garantir qualquer vantagem comercial, e exigem que sejam mantidos registros precisos e um sistema de controles internos para garantir a precisão dos registros e evitar atividades ilegais. Caso os colaboradores do banQi ou outras pessoas relacionadas se envolvam em práticas relacionadas a anticorrupção e lavagem de dinheiro ou violem leis e regulamentos aplicáveis, poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar

4.1 Descrição dos fatores de risco

em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente nossos negócios e imagem.

O envolvimento nessas atividades gera diversos riscos, o que pode resultar em publicidade negativa para o banQi e, consequentemente, para a Companhia. Qualquer decisão adversa em um processo administrativo ou judicial pode afetar negativamente a situação financeira e resultados operacionais do banQi, impactando adversamente a Companhia. Além disso, a percepção ou alegação de que o banQi, seus funcionários, afiliadas ou outras pessoas ou entidades associadas ao banQi se envolveram em qualquer conduta imprópria, mesmo que infundada, pode causar danos significativos à reputação e outros efeitos adversos ao banQi e à Companhia.

A qualidade de crédito da carteira de empréstimos do banQi pode deteriorar e a provisão de crédito (PDD) pode ser insuficiente para cobrir as perdas, o que pode ter um efeito adverso substancial nos resultados operacionais e condição financeira do banQi e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia.

Os riscos decorrentes de mudanças na qualidade do crédito e da recuperabilidade de valores devidos de contrapartes são inerentes aos negócios do banQi. O montante de empréstimos inadimplentes relatados pode aumentar devido a fatores fora de nosso controle, como mudanças adversas na qualidade de crédito dos tomadores e contrapartes ou uma deterioração geral das condições econômicas nos mercados em que operamos. As provisões do banQi para perdas com crédito são baseadas em nossas avaliações e expectativas sobre diversos fatores que afetam a qualidade de nossa carteira de empréstimos e sua perda esperada sempre guiadas pela regulação vigente, sendo que tais avaliações e expectativas podem não se confirmar. Fatores que podem afetar a carteira de crédito e nossas perdas incluem, entre outras coisas, a condição financeira dos tomadores, as perspectivas de políticas macroeconômicas do governo e as taxas de juros. Como muitos desses fatores são de alta complexidade e não existe um método infalível para prever perdas de crédito, há risco de que as provisões atuais ou futuras para perdas com crédito sejam insuficientes para cobrir as perdas reais. Se a avaliação e expectativas com relação aos fatores mencionados acima diferirem dos desenvolvimentos reais, se a qualidade da carteira de empréstimos total do banQi se deteriorar por qualquer motivo, ou se as perdas reais futuras excederem as estimativas de perdas esperadas, o banQi pode ser obrigado a aumentar as provisões para perdas com crédito e/ou sofrer perdas, que podem afetar adversamente sua condição financeira e, consequentemente, afetar adversamente a Companhia.

Instituições financeiras no Brasil, inclusive o banQi e as coligadas FIC e Investcred, estão sujeitas a regulação por parte do Banco Central.

A estrutura reguladora do sistema financeiro brasileiro está em constante evolução. O banQi, bem como as coligadas da Companhia, FIC e Investcred, estão sujeitas à regulamentação do Banco Central do Brasil. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, a Companhia pode ser adversamente afetada por mudanças relacionadas a: (i) exigências mínimas de capital; (ii) exigências para investimentos em capital fixo; (iii) limites e outras restrições de crédito; (iv) exigências contábeis; e (v) intervenção, liquidação e ou sistemas gerenciais especiais e temporários.

As sociedades controladas pela Companhia estão sujeitas a riscos operacionais e de mercado similares aos da Companhia.

As controladas da Companhia estão sujeitas a riscos semelhantes aos riscos a que a Companhia está sujeita, expostos nas demais alíneas desta Seção 4, que podem causar um efeito adverso e relevante em seus resultados individuais. Para maiores informações sobre as sociedades controladas pela Companhia, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, o que poderá impactar sua situação financeira e, consequentemente, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela própria Companhia.

A Companhia pode não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, o que poderá impactar sua situação financeira e, consequentemente, a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio pela própria Companhia, assim como afetar o valor de suas ações.

Ainda, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pela Companhia a título de participação nos resultados de suas investidas.

(d) Riscos relacionados aos seus administradores

A perda de membros da administração da Companhia, o enfraquecimento da sua cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.

A capacidade da Companhia em manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por sua administração. A perda de membros da administração da Companhia pode prejudicar suas operações e ter um efeito adverso em seus negócios e, consequentemente, os resultados operacional e financeiro. Em caso de renúncia ou perda de membros da administração da Companhia, esta pode não ser capaz de manter sua cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação, o que poderá impactar a Companhia de maneira adversa e relevante.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos que envolvam administradores da Companhia podem ter um efeito adverso relevante sobre esta.

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais, nas esferas cível, criminal, tributária e trabalhista, que tenham ou não relação com a Companhia, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, impactando negativamente a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e especialmente caso sejam condenados em processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia. Não temos como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo conselheiros ou diretores da Companhia. Caso surjam processos investigações ou alegações contra a administração da Companhia, a reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das ações da Companhia, poderão ser adversamente afetados.

Erros de planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas nas distintas áreas e projetos da Companhia podem causar um efeito adverso relevante.

A estratégia de expansão da Companhia depende do planejamento e decisões adequadas dos administradores da Companhia. Erros no planejamento, decisões inadequadas e aplicação incorreta das diretrizes estratégicas podem afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia, bem como limitar sua expansão. Para mais informações, vide o fator de risco “A Companhia pode não ter sucesso na implementação do plano de transformação de suas operações”

(e) Riscos relacionados aos seus fornecedores

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores, parceiros de negócios, e sellers de marketplace não venham a utilizar práticas irregulares. A Companhia pode ser responsabilizada pelo inadimplemento de obrigações e comercialização de produtos inadequados por parte dos vendedores parceiros cadastrados em sua plataforma de marketplace, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores, parceiros de negócios e sellers de marketplace não venham a apresentar irregularidades em suas operações por descumprimento de legislações tributária, trabalhista, socioambiental e anticorrupção, dentre outros fatores. É possível que os fornecedores, parceiros de negócios e sellers se utilizem da quarteirização da cadeia produtiva, ou mesmo que venham a se utilizar de irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos.

Por meio de sua plataforma de marketplace, a Companhia possibilita que seus vendedores parceiros se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de seus canais de e-commerce. Por meio deste modelo, a Companhia é intermediária das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos vendedores parceiros perante os respectivos clientes. Caso

4.1 Descrição dos fatores de risco

algum desses vendedores parceiros não cumpra com suas obrigações perante os clientes, a Companhia pode ter seus indicadores de atendimento aos clientes impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais e processos administrativos nas esferas cível e tributária, dentre outras, bem como ser obrigada a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio da plataforma de *marketplace*. A Companhia ainda pode ser responsabilizada por vendedores parceiros comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em sua plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais. Estes aspectos podem afetar adversamente os resultados financeiros, a imagem e reputação da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável caso seus fornecedores e/ou parceiros de negócio venham a demonstrar problemas já descritos nos parágrafos anteriores, além de inadimplemento, por parte de seus *sellers* de *marketplace*, perante os clientes de *marketplace*.

Caso a materialização deste risco ocorra, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade perante seus clientes, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, afetado também por multas e/ou sanções a serem aplicadas por órgãos competentes e pagamento de indenizações. Ademais, poderá haver queda no valor das ações de emissão da Companhia.

Devido à concentração de fornecimento de categorias de produtos para venda, caso ocorram alterações nessa cadeia de fornecimento as atividades e negócios da Companhia podem ser afetados adversamente.

Algumas categorias de produtos comercializados pela Companhia sofrem com uma concentração de fornecedores. Caso algum fornecedor relevante não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência usualmente adquirida e os níveis de estoques não sejam suficientes para atendimento da demanda, a Companhia pode não ser capaz de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode causar um impacto relevante sobre as atividades e o resultado da Companhia. Dependemos do recebimento de produtos adquiridos dos nossos fornecedores em um prazo adequado e dentro de determinados padrões de qualidade que são impostos por nossos clientes. Eventuais atrasos na produção de nossos fornecedores ou no recebimento dos produtos adquiridos podem ocasionar desabastecimento de nossos centros de distribuição e lojas, o que, consequentemente, pode afetar as nossas vendas, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Caso os produtos adquiridos dos nossos fornecedores não estejam dentro de determinados padrões de qualidade que são impostos por nossos clientes, os mesmos poderão reduzir o volume de compras e poderemos ter nossas vendas, nosso resultado operacional, nossa situação financeira e nossa reputação impactados negativamente. Adicionalmente, não podemos garantir que continuaremos a comercializar determinados produtos de forma exclusiva, pois nossos fornecedores poderão fornecê-los aos nossos concorrentes no futuro, o que poderá impactar negativamente as nossas vendas, o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser responsável solidariamente por obrigações fiscais, ambientais, trabalhistas e previdenciárias de terceiros, fornecedores ou prestadores de serviços, o que pode vir a impactar adversamente seus resultados e operações.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem nos afetar de maneira material e adversa, inclusive a nossa imagem. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações, de empregados ou de terceiros, o que pode afetar adversamente a reputação e os negócios da Companhia.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para nós não atendam às exigências da legislação trabalhista, poderemos ser considerados solidários ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluídos no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades, que podem acarretar na inclusão em listas do Ministério do Trabalho e Emprego, impossibilidade de contratar com poder público e/ou receber benefícios e incentivos fiscais. Neste caso, nossa imagem, nossos negócios e resultados financeiros poderão ser adversamente afetados.

Em caso de descumprimento da Lei Anticorrupção, a Companhia poderá vir a ser responsabilizada nas esferas administrativa e civil, pelos atos praticados por seus fornecedores praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

A Companhia não pode garantir que os seus fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias e/ou corrupção. Se qualquer fornecedor da Companhia se envolver com essas práticas, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos clientes, em relação à Companhia, poderá ser afetada adversamente..

(f) Riscos relacionados aos seus clientes

Violações, interrupções significativas ou falhas na segurança dos sistemas computadorizados da Companhia, bem como o não cumprimento das leis de privacidade, podem causar a divulgação não autorizada de informações e /ou dados sigilosos e prejudicar os negócios e a reputação da Companhia.

A Companhia depende de sistemas de tecnologia da informação para fatores significativos de suas operações, incluindo o armazenamento de dados. Os sistemas de tecnologia da informação são vulneráveis a danos de várias fontes, tais como os decorrentes de falhas de rede, desastres naturais, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, erros de software, mau funcionamento e/ou intrusões físicas ou eletrônicas, vírus e atos humanos maliciosos gerados por hackers, que podem resultar em fraude, acesso indevido, furto e/ou destruição de informações nos sistemas de tecnologia. Falhas ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação utilizados pela Companhia ou utilizados por seus fornecedores ou provedores de serviços terceirizados podem impedir a Companhia de conduzir suas operações comerciais em geral. Qualquer interrupção ou falha de sistemas de tecnologia da informação podem ter um efeito adverso em seus negócios, resultados de operações e condição financeira.

Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores, clientes ou demais parceiros relacionados à Companhia, seja pela própria Companhia ou por terceiros, pode (1) sujeitar a Companhia a sanções administrativas, civis e criminais, (2) ter um impacto negativo na reputação a Companhia ou (3) fazer a Companhia responder perante seus fornecedores, clientes, outros parceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses eventos pode ter um impacto adverso nas atividades, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

Além disso, qualquer falha nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ao operar efetivamente ou integrar-se a outros sistemas, assim como qualquer desempenho inadequado ou violações de segurança em relação a esses sistemas pode resultar em interrupções na disponibilidade dos recursos on-line da Companhia, atrasos na entrega de produtos ou serviços e eficiência reduzida em suas operações. Cada um desses fatores pode afetar adversamente as atividades da Companhia, bem como sua condição financeira, resultados operacionais e reputação. Quaisquer falhas nos sistemas de tecnologia da informação dos quais a Companhia depende ou quaisquer violações que resultem na divulgação não autorizada de dados pessoais ou financeiros de seus clientes podem afetar adversamente as atividades, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

O custo e as consequências operacionais de responder a incidentes de segurança cibernética, implementar medidas de remediação e receber eventuais sanções legais decorrentes destes podem ser significativos e, esses custos podem não ser cobertos pelas apólices de seguro contratadas pela Companhia ou as apólices contratadas podem ser insuficientes. A Companhia não pode garantir que as medidas e planos de recuperação implementados serão bem-sucedidos na prevenção de ataques de segurança cibernética, incidentes gerais de segurança de informações ou interrupção dos sistemas de tecnologia da informação. Além disso, à medida que os nossos negócios e o cenário de segurança cibernética evoluam, poderão ser necessários investimentos adicionais significativos para proteger nossa infraestrutura de tecnologia, de dados e informações, o que poderá afetar adversamente a nossa condição financeira e os resultados de nossas operações.

Ainda, o ambiente regulatório em relação às questões de segurança cibernética, privacidade e proteção de dados está cada vez mais complexo e pode ter impactos nos nossos negócios, incluindo aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. Para mais informações, veja o risco abaixo de *“Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.”*

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está exposta aos riscos relativos a empréstimos e financiamentos oferecidos aos seus clientes.

A Companhia, em conjunto com outro acionista, tem uma parceria com o Itaú Unibanco, por meio do qual foi estabelecida a FIC (Financeira Itaú), que oferece exclusivamente os cartões de crédito *private label* e *co-branded*, crédito pessoal e seguros aos seus consumidores nas lojas Ponto. A FIC capta fundos de instituições financeiras para concessão de crédito financeiro aos clientes das lojas Ponto e o risco da operação está ligado à potencial inadimplência dos clientes, o que pode afetar negativamente o resultado da FIC e, conseqüentemente, a equivalência patrimonial a qual a Companhia faz jus pela sua participação.

Além disso, as vendas parceladas e vendas a prazo no crediário são amplamente utilizadas nas lojas Casas Bahia, especialmente no segmento de lojas físicas, concedendo crédito através de operação de Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência (CDCI) aos seus clientes para o financiamento das compras. O saldo da carteira de financiamento ao consumidor CDCI (crediário Casas Bahia) (circulante e não circulante) em 30 de junho de 2023 era de R\$ 5.348 milhões, em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 5.523 milhões, em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 5.006 milhões e em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 4.488 milhões. A Companhia está sujeita aos riscos normalmente associados à concessão desse tipo de financiamento, inclusive risco de inadimplência no pagamento de principal e juros. Mudanças adversas nas condições econômicas brasileiras podem levar a um aumento em nossas perdas e provisões para devedores duvidosos. Se as condições econômicas no Brasil piorarem devido, entre outros fatores, à redução do nível de atividade econômica, à desvalorização do Real, à inflação ou aos aumentos nas taxas domésticas de juros ou ao aumento no nível de desemprego, um maior percentual de nossos clientes, em especial, concentrados nas classes mais baixas, mais sensíveis a estes fatores, pode se tornar inadimplente, causando efeito relevante adverso em nossos negócios. Além disso, nossos resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Por fim, desequilíbrios entre custo e vencimento dos recursos captados no mercado contra aqueles recursos disponibilizados aos clientes da Companhia poderão afetar de forma negativa e substancial os resultados da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada por incidentes com consumidores relacionados aos produtos por ela comercializados e à entrega e/ou montagem de tais produtos.

A Companhia está exposta a certos incidentes envolvendo os produtos que comercializa e os serviços de entrega e montagem de tais produtos, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia. Reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de inadequação dos produtos que comercializa e de que a entrega e/ou montagem dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

produtos foram feitas com atraso ou não foram feitas da maneira adequada, causando, por exemplo, acidentes, prejuízos ou danos aos consumidores.

Qualquer risco relacionado aos produtos comercializados ou à entrega e/ou montagem de produtos pela Companhia, seja real ou possível, poderá causar a perda de confiança dos consumidores causando um efeito material adverso na imagem, atividades e situação econômica da Companhia, inclusive em razão da obrigação de indenizar eventuais consumidores.

A Companhia corre o risco de enfrentar restrições e aplicações de multas nos termos do Código de Defesa do Consumidor no futuro.

O Brasil possui uma série de leis e normas de proteção ao consumidor, conhecidas em conjunto como Código de Defesa do Consumidor, as quais incluem proteção contra publicidade falsa e enganosa, proteção contra práticas comerciais coercivas ou injustas e proteção na formação e interpretação de contratos, geralmente na forma de responsabilidades civis e penalidades administrativas por violações.

Essas penalidades são frequentemente aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas ainda poderão ser responsabilizadas e eventualmente condenadas ao pagamento de indenização e outras penalidades.

O Ministério Público por meio de seus promotores poderá iniciar investigações de supostas violações dos direitos dos consumidores, que poderão acarretar em ações civis públicas, buscando uma observação rigorosa das leis e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Poderão ainda se utilizar da formalização do mecanismo do TAC, que impõe obrigações que deverão ser cumpridas criteriosamente, sob pena de multa e outras sanções.

Caso a Companhia enfrente restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, a reputação, os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e o valor dos valores mobiliários emitidos pela Companhia poderão ser adversamente afetados.

(g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue

A forte concorrência no setor de varejo e consumo do Brasil e pressão para se adaptar a mudanças de hábitos de consumo pode afetar negativamente nossa participação de mercado e rentabilidade.

A Companhia opera no setor brasileiro de varejo e consumo de eletroeletrônicos, móveis e diversas outras categorias que são altamente competitivos, compostos por cadeias multinacionais, ou empresas brasileiras especializadas ou de grande porte. Aquisições ou fusões nesse setor tendem a aumentar a concorrência, o que pode vir a afetar negativamente a participação de mercado e os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia também possui operação *online*, onde enfrenta vários concorrentes bem estabelecidos no mercado e que oferecem uma grande variedade de produtos. Pelo fato deste mercado apresentar menores barreiras de entrada quando comparado ao varejo tradicional, a competição é ainda mais intensa. Caso a Companhia não seja capaz de responder às mudanças do comércio eletrônico, sua participação nesse mercado pode ser prejudicada e os resultados da Companhia poderão ser, conseqüentemente, afetados de forma negativa.

Outras empresas do ramo varejista de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes de participantes de outros segmentos da Internet for crescendo e sua fidelização for aumentando, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online e podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos nossos clientes e pelo setor. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que nós.

Não conseguimos prever se novos competidores nacionais e/ou internacionais entrarão no setor de varejo. Caso novos competidores apareçam, a concorrência poderá ficar ainda mais acirrada e poderemos ser obrigados a tomar novas estratégias, cuja eficácia não conseguimos assegurar. Caso não sejamos capazes de fazer frente à concorrência e de competir com sucesso em nossos mercados-alvo, nosso market share, nosso resultado operacional e nossa situação financeira poderão ser afetados negativamente e de forma relevante.

O setor de varejo é sensível a reduções do poder aquisitivo dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis e essa sensibilidade poderá afetar adversamente e de forma relevante à Companhia.

Historicamente, o setor de varejo experimentou períodos de desaquecimento econômico, resultando em uma redução no consumo. O sucesso da atuação no setor de varejo depende de vários fatores relacionados ao consumo e à renda dos consumidores, inclusive das condições dos negócios em geral, da taxa de juros, da inflação, da disponibilidade de crédito ao consumidor, da tributação, da confiança do consumidor nas condições econômicas futuras e dos níveis de emprego e salário. Assim, uma redução na disponibilidade de crédito, bem como uma alteração restritiva nas políticas de crédito da Companhia ou nas operadoras de cartão de crédito, dentre outros fatores, podem afetar negativamente as vendas, principalmente as de ticket mais elevado.

Condições econômicas desfavoráveis no Brasil ou no mundo refletidas na economia brasileira podem reduzir significativamente o consumo e a disponibilidade de renda, principalmente das classes mais baixas, que têm relativamente menor acesso ao crédito em relação às classes mais altas, condições de refinanciamento de dívida mais restritas e maior sensibilidade a aumentos na taxa de desemprego.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Assim, a redução do poder aquisitivo dos consumidores e condições econômicas adversas podem impactar os resultados da Companhia de forma negativa. Ainda, tendo em vista que o setor de varejo no Brasil é comumente visto como um setor voltado prioritariamente para o crescimento, o sucesso das atividades da Companhia depende do aumento da taxa de crescimento da população urbana e de seus diferentes níveis de renda. A redução ou desaceleração em tal crescimento poderá impactar negativamente as vendas e o resultado operacional da Companhia.

Não identificação e respostas tardias às mudanças nas tendências de mercado e preferências dos consumidores poderão impactar adversamente a Companhia.

O sucesso de nossas vendas e resultados operacionais depende da nossa capacidade de gerenciar nosso inventário, bem como identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo design, estilo, qualidade, produção, *merchandising* e preços dos produtos) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nosso inventário com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, isso poderá resultar em uma redução nas vendas devido a excesso de estoque, de má qualidade ou desatualizado e oportunidades perdidas devido a indisponibilidade de outros produtos, o que pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

A Companhia pode se deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional e à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento da plataforma digital da Companhia e afetar de forma adversa seus negócios e resultados.

Se a Companhia não responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor de varejo seus resultados poderão ser adversamente afetados.

Podemos não ser capazes de concorrer eficientemente em outros mercados, incluindo no segmento de serviços financeiros digitais, o que poderá impactar nossos resultados de forma adversa.

Parte da nossa estratégia consiste em expandir nossa atuação para novos mercados, visando ofertar novos produtos e serviços aos consumidores, dentro da nossa plataforma digital. Nosso sucesso depende de nossa capacidade de adaptação e gestão dos diferentes ramos de negócio, oferecendo produtos adequados para a demanda dos consumidores específicos de cada setor, bem como capturando os benefícios almejados para o nosso ecossistema. Poderemos ter dificuldades para executar tal estratégia de operação de forma sustentável nesses novos mercados.

Considerando que ingressamos ou possuímos como estratégia ingressar em segmentos nos quais não possuímos expertise e/ou experiência de mercado consolidados. Por isso, nossas operações poderão ser negativamente impactadas pelo maior risco de falhas de execução, se comparado aos demais players de mercado.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ainda, especificamente quanto ao segmento de produtos e serviços financeiros digitais, o ambiente regulado e altamente competitivo, marcado por concorrentes já estabelecidos no mercado, pode aumentar o nosso custo de implantação. Dessa forma, não podemos garantir que seremos capazes de atuar de maneira eficiente nesses segmentos.

(h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue

A limitação da venda de produtos e serviços regulados pode impactar adversamente os resultados da Companhia.

A Companhia obtém uma parte significativa de sua receita por meio de serviços e produtos financeiros aprovados e controlados por órgãos reguladores, tais como o seguro prestamista, seguro garantia estendida e outros tipos de seguros, cuja forma e distribuição são regulados pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados). Eventual mudança na regulamentação vigente e/ou eventuais atos ou decisões desses órgãos reguladores podem limitar ou de outro modo impactar negativamente nas vendas desses produtos e serviços.

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, essas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que seus produtos estavam deteriorados, adulterados, não continham informações adequadas, ou não foram trocados adequadamente, dentre outras. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão impactar o resultado da Companhia e sua condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão impactar a imagem da Companhia afetando, consequentemente, suas vendas e reputação.

Até mesmo os produtos comercializados por meio de *marketplace*, os quais são de responsabilidade dos *sellers*, podem gerar responsabilização solidária ou subsidiária para a Companhia no caso de ações judiciais demandadas por seus clientes, ocasionando também um impacto negativo à imagem da Companhia e seus resultados.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os nossos negócios, práticas e políticas estão sujeitos a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Nós tratamos dados pessoais de clientes, terceiros, parceiros e colaboradores, no âmbito de nossas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais e informações confidenciais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob nossa responsabilidade seja realizada de acordo com a legislação aplicável. Especialmente em relação ao tratamento de dados pessoais, nós devemos observar as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis e diretrizes da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

A Lei nº 13.709/18 ("LGPD") regula no Brasil as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial e estabelece um marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, bem como prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados e sanções para o descumprimento de suas disposições.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a aplicação de sanções administrativas; (ii) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (iii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso não estejamos em conformidade com a lei, nós e nossas subsidiárias poderemos estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração.

Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na privacidade e proteção dos dados pessoais tratados por nós, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e a suspensão da atividade de tratamento de dados, o que poderá afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia e, conseqüentemente, o valor de suas ações. Adicionalmente, não é possível prever como as autoridades brasileiras irão aplicar e interpretar a LGPD.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Por fim, a edição de nova legislação ou regulamentação aplicável à Companhia pode criar obrigações não previstas anteriormente pela Companhia, interferindo em tempo hábil necessário para implementar alterações e ou controles operacionais e sistêmicos, fazendo com que esta incorra em custos adicionais ou tenha suas operações restringidas.

Alterações nas regras tributárias brasileiras ou conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando os tributos que a Companhia é obrigada a pagar.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas ou base de cálculos vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como possível alteração de benefícios fiscais em vigor. Algumas dessas mudanças não podem ser previstas antecipadamente, mas podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia, por exemplo, afetar adversamente a lucratividade e os preços dos produtos da Companhia, bem como restringir a sua capacidade de fazer negócios nos mercados existentes.

Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os negócios da Companhia, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros.

Ademais, as regras tributárias podem ser interpretadas de formas diversas pelas autoridades governamentais e/ou tribunais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseou para realizar suas transações. A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após eventual alteração dos tributos brasileiros aplicáveis às suas operações.

As mudanças nas regras tributárias brasileira são frequentes e aumentam durante períodos de instabilidade econômica. Atualmente, há diferentes projetos de lei em discussão no Congresso Nacional, que procuram implementar reformas tributárias, incluindo propostas para modificar o sistema de tributação do consumo em sua totalidade.

Recentemente, o Governo publicou a Medida Provisória nº 1.184, de 28 de agosto de 2023 ("MP 1184"), que pretende alterar certas regras tributárias aplicáveis a investimentos nos mercados financeiros e de capitais. Dentre outras alterações, a MP 1184 pretende instituir o regime de Come-Cotas (tributação periódica/semestral e antecipada às alíquotas de 15% ou 20%, conforme classificação dos fundos como curto ou longo prazo) aos fundos de investimentos fechados, inclusive prevendo a tributação dos estoques de rendimentos acumulados nas cotas dos fundos fechados (estoque acumulado até 31/12/2023). Caso não haja alteração na redação inicial da MP 1184, será possível que os FIDCs integrantes da estrutura da Companhia passem a se submeter a essas novas regras tributárias, o que poderá aumentar de certa forma os custos fiscais e impactar os resultados econômicos da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, recentemente, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2019 foi aprovado pela Câmara dos Deputados, e em breve será votada pelo Senado Federal. Referida PEC prevê a substituição de cinco tributos hoje no Brasil: PIS, COFINS e IPI – tributos federais; ICMS – estadual e ISS – municipal. Esses tributos serão substituídos por dois impostos sobre o valor adicionado (IVA). O ICMS e o ISS serão incorporados no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Os estados e municípios serão responsáveis pela gestão do tributo. Já a União ficará encarregada da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). O tributo unificará o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ademais, referida proposta indica que serão criados regimes especiais de tributação (redução de 50% da alíquota do IBS) para os “serviços de educação, saúde e atividades artísticas e culturais nacionais”, descartando a possibilidade de um regime específico para outras entidades, de maneira geral. Reformas tributárias ou qualquer mudança nas leis e regulamentos que afetem os impostos ou incentivos fiscais podem direta ou indiretamente afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, fixando o entendimento no sentido de o contribuinte que obteve uma decisão judicial favorável com trânsito em julgado permitindo o não pagamento de um tributo perde automaticamente o seu direito diante de um novo entendimento do STF que considera a cobrança constitucional. Nesse sentido, a cessação de efeitos da coisa julgada é automática diante de uma nova decisão do STF (em repercussão geral), não sendo necessário que o Estado ajuíze ação revisional ou rescisória. Considerando que não houve modulação dos efeitos, existe o risco de o Fisco exigir, sem a necessidade de ações rescisórias, eventuais tributos não recolhidos aos cofres públicos ao longo dos últimos anos e que tinham respaldo em decisões judiciais transitadas em julgado, fator que poderá gerar um efeito econômico adverso relevante para a Companhia.

Ainda, em razão da complexidade da interpretação da legislação tributária brasileira, dado a multiplicidade de normas existentes, existe a possibilidade de as autoridades fiscais adotarem interpretação distinta da adotada pela Companhia na realização de suas operações, podendo acarretar em efeitos adversos à Companhia.

Ademais, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos, interpretações e orientações com o objetivo de alinhar as práticas contábeis adotadas no Brasil ao IFRS (*International Financial*

4.1 Descrição dos fatores de risco

Reporting Standards), e continuará emitindo tais normas contábeis a fim de convergir os novos pronunciamentos emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*).

Não há como garantir que modificações contábeis futuras não irão afetar de maneira significativa as demonstrações financeiras consolidadas e informações trimestrais consolidadas da Companhia, tanto retroativa como prospectivamente, podendo afetar adversamente a comparação das demonstrações financeiras e informações trimestrais da Companhia de exercícios/períodos futuros com as demonstrações financeiras e informações trimestrais apresentadas atualmente, o cumprimento de *covenants* financeiros, além de outros indicadores relevantes.

A Companhia enfrenta riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das suas lojas e centros de distribuição.

As atividades da Companhia estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização de seus centros de distribuição, lojas físicas e escritórios corporativos e deve obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás. Na hipótese de a Companhia não conseguir obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários, pode vir a sofrer sanções administrativas ou judiciais, incluindo o pagamento de multas e/ou a interdição de suas lojas e centros de distribuição, afetando também a sua imagem. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em seus resultados operacionais, negócios e em sua credibilidade. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das referidas licenças de forma tempestiva em algumas de suas lojas poderá expor a Companhia a riscos adicionais em caso de acidente ou evento similar que possa afetar essa instalação enquanto a licença estiver pendente. Em caso de acidentes, a falta de autorizações, licenças e alvarás pode ainda criar problemas relacionados ao pagamento da indenização pela nossa seguradora, além de problemas à imagem da Companhia.

Ainda, a interrupção na operação dos centros de distribuição por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias para as lojas, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente os resultados financeiros da Companhia. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento das lojas e centro de distribuição, ver seção 1.6 deste Formulário de Referência.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar suas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para as atividades da Companhia.

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio e da Internet e tais mudanças poderão afetar nossos negócios adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita às regulamentações e leis comerciais, bem como as leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços *online*. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

(i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações diretas em países estrangeiros.

(j) Riscos relacionados a questões sociais

O não atendimento às expectativas dos principais públicos de relacionamento da Companhia em relação a assuntos de ordem ambiental, social e de governança corporativa (ESG), incluindo medidas sociais relacionadas à promoção de respeito, diversidade e inclusão, pode prejudicar a reputação da Companhia, elevar seus custos, reduzir suas receitas ou a expor a riscos adicionais.

Há um foco crescente em assuntos ESG por parte dos consumidores, investidores e outros públicos de relacionamento, à medida que o interesse público e pressões legislativas referente às práticas ESG das companhias continuam a crescer. O crescente foco dos investidores e ativismo relacionado a questões ESG e assuntos similares podem prejudicar o acesso a capital, uma vez que os investidores podem decidir realocar capital ou deixar de investir como resultado de sua avaliação das práticas ESG de determinada companhia. Além disso, alguns investidores institucionais utilizam serviços de consultorias que fornecem recomendações de voto em assembleia, diretrizes sobre votação por procurador e análises de atributos ESG. Se a Companhia não definir recomendações ou diretrizes, alguns acionistas podem votar contra essas propostas, o que pode afetá-la negativamente. As companhias que não se adaptarem ou atenderem às expectativas ou padrões dos investidores, consumidores ou outros públicos de relacionamento, que mudam constantemente, ou que não estiverem respondendo de forma adequada à crescente preocupação com questões ESG, independentemente de haver exigência legal para tal, poderão ter sua reputação prejudicada e seus negócios, condição financeira e/ou cotação de seus valores mobiliários poderão ser prejudicados de maneira significativa. Se as práticas e políticas ESG da Companhia não atenderem às expectativas, normas e estruturas em constante evolução, sua reputação, condição financeira e retenção de colaboradores poderão ser prejudicadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não ser capaz de satisfazer os requisitos de indicadores de diversidade, o que poderá impactar negativamente sua reputação.

Atualmente, a diversidade, equidade e inclusão de empregados tornaram-se fatores importantes para as companhias e para o mercado em geral. O mercado está exigindo indicadores de diversidade das companhias, sendo que os relacionamentos com clientes e operações com outras empresas estão sendo impactadas por tais fatores. A Companhia não pode garantir que será capaz de corresponder às expectativas crescentes referentes aos indicadores de diversidade, e não há garantia de que a Companhia terá sucesso em atrair, reter e tratar de maneira equânime todos os seus funcionários, colaboradores e demais pessoas envolvidas em seu sistema operacional como um todo. Caso não consiga satisfazer tais requisitos, a demanda pelos seus serviços e a reputação da Companhia podem ser impactados negativamente.

A Companhia pode não ser capaz de promover ambientes de trabalho livres de práticas de assédio e discriminação e eventuais casos dessa natureza podem impactar negativamente a reputação da Companhia

A promoção de um ambiente de trabalho livre de assédios e discriminação é um fator importante para as companhias e para o mercado em geral, que repudia, com cada vez mais veemência, casos dessa natureza. Nesse sentido, a Companhia não pode garantir que será capaz de prevenir a ocorrência de práticas dessa natureza no bojo de suas atividades e operações.

Casos de assédio e/ou discriminação podem impactar adversamente a reputação da Companhia. Além disso, a Companhia pode sofrer penalidades e sanções judiciais relacionadas a tais casos, que podem impactar sua reputação e sua condição financeira.

(k) Riscos relacionados a questões ambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas. Adicionalmente, alterações na legislação e regulamentação vigente ou a instituição de novas regulamentações poderão afetar adversamente a Companhia.

A Companhia está sujeita a ampla legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, falha na sua obtenção ou renovação ou em desacordo com as licenças obtidas podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas administrativas, em publicidade negativa (impacto reputacional), na responsabilidade por eventuais danos causados e até na suspensão ou interrupção de atividades, o que poderá ter um efeito adverso sobre nossa reputação, nossos negócios e nossa situação financeira. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais e relacionadas à saúde e

4.1 Descrição dos fatores de risco

segurança do trabalho se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores, o que pode afetar adversamente os resultados e condição financeira da Companhia.

Podemos sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por nossas operações.

A Lei nº 12.305/10 estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes sobre gestão integrada e gestão de resíduos sólidos. Como resultado, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e por danos ambientais causados por suas operações. Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas, o que poderia afetar adversamente suas operações e reputação.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo o aumento de forma significativa em seus investimentos a fim de cumpri-las. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente e de forma significativa os resultados da Companhia.

A escassez de recursos naturais, de energia e de combustível podem afetar as operações da Companhia.

A escassez de recursos naturais como água e de energia, também em decorrência de alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o meio ambiente, podem impactar as operações da Companhia, que dependem amplamente de tais recursos. A imprevisibilidade dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo de tais recursos e de geração de energia. Adicionalmente, assim como ocorre para o mercado em geral, as cadeias produtivas das indústrias de energia e de recursos hídricos, incluindo as geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia e as distribuidoras de água, também estão sujeitas a esses fatores, o que pode aumentar a exposição da Companhia a riscos de contrapartes. Caso qualquer desses fatores ocorra, as operações da Companhia podem ser impactadas de maneira relevante.

Questões ambientais também podem afetar os preços e a disponibilidade de mercado do petróleo e outros tipos de combustíveis, o que gera reflexos sobre as operações da Companhia. Por exemplo, a rede de distribuição da Companhia é sensível à flutuação dos preços do petróleo, à disponibilidade de combustível e, por isso, qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de

4.1 Descrição dos fatores de risco

combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia pode ser considerada responsável ou solidariamente responsável pelos danos ambientais causados por seus prestadores de serviços, fornecedores e/ou clientes.

A responsabilidade civil por danos ambientais tem natureza objetiva e solidária, o que significa que todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da existência de dolo ou culpa, podem ser considerados responsáveis pela sua reparação. Sendo assim, a responsabilidade civil por danos ambientais pode ser aplicada a todas as partes que estiverem envolvidas, direta ou indiretamente, na atividade que ocasionou o dano ambiental, de modo que a parte que tiver mais poder será demandada a remediar ou pagar indenização, cabendo, posteriormente, direito de regresso por ação judicial própria em relação contra aos demais envolvidos.

Assim, além da exposição direta da Companhia a risco de responsabilidade por danos ambientais, caso os prestadores de serviços, tais como os responsáveis pelo manuseio e descarte de resíduos dos empreendimentos, fornecedores, como os de combustível, e clientes não atendam às exigências da legislação e/ou causem danos ambientais, a Companhia pode ser acionada para recuperar e/ou indenizar os danos ambientais causados.

Caso a Companhia seja responsabilizada por tais danos ambientais, diretamente ou solidariamente, pode ter a sua imagem e reputação impactadas, além de incorrer em gastos relacionados à defesa processual e decorrentes de eventual condenação imposta pela autoridade competente, incluindo o pagamento de multas e gastos relacionados à adoção de medidas para reparação do dano causado, o que poderá afetar adversamente aos negócios, resultados operacionais, situação financeira, reputação e cotação de nossos valores mobiliários.

(I) Riscos relacionados a questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(m) Riscos relacionados a questões não compreendidas nos itens anteriores

4.1 Descrição dos fatores de risco

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação, notadamente a elevação e manutenção das altas taxas de juros, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em 1994.

A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi de 2,87% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, 10,06% em 2022, 4,5% em 2021, e 4,3% em 2020. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de *leasing*.

Regulamentações monetárias impostas pelo Governo Federal podem afetar adversamente a Companhia.

Para oferecer suporte à política monetária, o Governo Federal periodicamente introduz regulamentações com o objetivo de controlar a taxa de inflação, por meio (i) da alteração dos requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre os empréstimos e depósitos de regulação do prazo máximo dos financiamentos e (ii) da imposição de limitações sobre o montante que pode ser financiado, dentre outras ferramentas.

Tais controles são utilizados pelo Governo Federal com o objetivo básico de regular a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo. Por vezes, essas regulamentações afetam a capacidade dos clientes em obter crédito e podem restringir o crescimento da carteira de crédito das coligadas da Companhia: FIC e Investcred. Alguns desses controles possuem caráter permanente e afetam os negócios por longos períodos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Não há nenhuma garantia de que, no futuro, o Governo Federal não irá adotar novas regulamentações que possam afetar a liquidez da Companhia, sua estratégia de financiamento, o crescimento dos empréstimos, bem como a solvência de seus clientes.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

O impacto das ações do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia.

O passado da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

Nesse sentido, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações da Companhia, bem como suas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados racionamento de energia;
- e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para os resultados da Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós.

A volatilidade cambial também pode se traduzir em aumento do preço dos produtos que, apesar de serem comprados no mercado doméstico, possuem componentes importados e portanto estão sujeitos às alterações na taxa de câmbio. Os repasses realizados pelos fornecedores à Companhia são também repassados aos preços finais dos produtos comercializados.

Qualquer rebaixamento no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que

4.1 Descrição dos fatores de risco

se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

Qualquer rebaixamento dos *ratings* de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida pela Companhia, bem como afetar adversamente o preço de negociação de ações ordinárias da Companhia.

A Companhia está sujeita ao risco de reavaliação do seu rating

Em 8 de setembro de 2023, o rating da Companhia e da 6ª e 7ª emissão de debêntures da Companhia foram rebaixados pela S&P Global Ratings (“Standard & Poor’s”) de “brAA-” para “brA-”.

Ainda, em 12 de setembro de 2023, a Standard & Poor’s rebaixou o rating da 1ª, 2ª e 3ª séries da 20ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Opea Securitizadora S.A. (“Securitizadora” e “CRI”) – que são lastreados na 8ª emissão de debêntures da Companhia, que foi objeto de colocação privada para a Securitizadora (“8ª Emissão de Debêntures”) – de “brAA-” para “brA-”.

O rebaixamento do rating de crédito em três ou mais níveis em relação ao rating inicial, como foi o caso, é hipótese de evento de vencimento antecipado não automático dos CRI e da 8ª Emissão de Debêntures. Assim, em até dois dias úteis contados da data em tomou ciência do rebaixamento, a Securitizadora deverá convocar uma assembleia especial de titulares dos CRI (com, no mínimo, 15 dias de antecedência), na qual os titulares dos CRI deverão deliberar pela declaração ou não do vencimento antecipado da 8ª Emissão de Debêntures e, conseqüentemente, do CRI. Caso estejam presentes, no mínimo, titulares de 25% dos CRI em circulação, e a maioria destes titulares presentes votem pela declaração do vencimento antecipado dos CRI e da 8ª Emissão de Debêntures, haverá um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia. Além disso, alguns dos contratos financeiros e títulos de dívida da Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (cross-acceleration ou cross-default). Assim, caso se constate o vencimento antecipado dos CRI e/ou da 8ª Emissão de Debêntures, haverá o vencimento antecipado de outros títulos de dívida da Companhia. Caso isso ocorra, a situação financeira e a reputação da Companhia serão afetadas de maneira adversa e relevante.

O rating da Companhia e de suas dívidas ainda poderá ser impactado pela alteração do rating soberano do Brasil ou piora do desempenho operacional ou queda da geração de caixa da Companhia.

Caso o rating da Companhia e de suas dívidas seja rebaixado como resultado do rebaixamento do rating de crédito soberano do Brasil, a Companhia pode incorrer, direta ou indiretamente, em descumprimento de obrigações previstas em suas escrituras de debêntures e outros instrumentos de dívida, bem como em hipóteses de vencimento antecipado não automático, de modo que poderá ser exigida a convocação de uma Assembleia Geral de Debenturistas ou de outros credores (como foi o

4.1 Descrição dos fatores de risco

caso do rebaixamento mais recente comunicado pela Standard and Poor's, descrito acima), conforme aplicável, que decidirá a respeito do vencimento antecipado das debêntures ou outros títulos, conforme o caso, que, caso aprovado, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados operacionais. Além disso, qualquer outro rebaixamento do rating poderá aumentar os custos de captação de recursos da Companhia e tornar o acesso à dívida no mercado de capitais de dívida mais difícil, causando um efeito adverso relevante a capacidade de investimento da Companhia, os seus negócios, resultados operacionais e reputação, o que poderá impactar negativamente o valor de mercado dos valores mobiliários da Companhia.

A instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e os resultados de nossas operações, podendo afetar também o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político do Brasil historicamente influenciou, e continua a influenciar, o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nos últimos anos, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento da volatilidade devido às incertezas relacionadas com os escândalos de corrupção, os quais foram e continuam sendo investigados pelo Ministério Público Federal, ao impacto dos escândalos sobre a economia e ambiente político brasileiro.

O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem historicamente afetado e pode continuar a afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha a capacidade de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, conseqüentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, conseqüentemente o consumo no país.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A eclosão do conflito entre Rússia e Ucrânia vem causando impactos econômicos ao redor do mundo com o aumento do preço do petróleo bruto, derivados, e combustíveis fósseis decorrentes das sanções impostas pelos países Ocidentais à Rússia, elevação das cotações de seguros e fretes, e desorganização do sistema logístico internacional.

Nos últimos anos, diversas incorporadoras chinesas se tornaram inadimplentes em função de novas políticas do governo com relação ao mercado imobiliário, que tinham por objetivo evitar um *boom* imobiliário. Essa crise imobiliária na China poderá vir a ter impactos relevantes nos mercados financeiros e de capitais globais.

O impacto desses fatores no volume de nossas vendas poderá afetar negativamente os nossos resultados e a nossa situação econômica.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das nossas ações

O valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações, é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, principalmente os Estados Unidos e os países da Europa, bem como em outros países da América Latina e de outros países emergentes. As reações dos investidores aos acontecimentos nesses outros países, especialmente Estados Unidos e Europa, podem ter um impacto adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas no mercado de capitais brasileiro, por exemplo, têm sido historicamente suscetíveis às flutuações das taxas de juros nos Estados Unidos, bem como às variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos.

Além disso, as crises em outros países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo nas nossas ações. Tais acontecimentos poderão afetar adversamente o valor de mercado das ações de nossa emissão, restringir o nosso acesso ao mercado de capitais e comprometer nossa capacidade de financiar nossas operações.

Os negócios da Companhia podem ser afetados por eventos políticos e guerras, principalmente frente ao conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia

Atualmente, os mercados globais estão operando em um período de incerteza econômica, volatilidade e interrupção em determinados setores econômicos após a invasão russa no território ucraniano, em 24 de fevereiro de 2022. O conflito na Ucrânia e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade comercial, como (a) distorções nos créditos e no mercado de capitais; (b) volatilidade significativa nos preços das commodities; (c) aumento dos custos de recursos (como energia, gás natural e carvão) para a operação da Companhia; (d) potencial valorização do dólar dos EUA; (e) aumento das taxas de juros e da inflação, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços da energia, do petróleo e de outras commodities (f) crescimento global mais baixo ou negativo e (g) impacto na cadeia de suprimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Além disso, a prévia junção da Rússia à Criméia, o recente reconhecimento de duas repúblicas separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia e as subseqüentes intervenções militares na Ucrânia levaram à imposição de sanções e outras penalidades pelos Estados Unidos, União Européia e outros países contra a Rússia, Belarus, a Região de Criméia da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk e a chamada República Popular de Luhansk, incluindo o acordo para remover certas instituições financeiras russas do sistema de pagamento da Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication ("SWIFT"). Potenciais propostas e/ou ameaças de sanções e penalidades adicionais estão sendo discutidas. As ações militares russas, as sanções resultantes e os ataques de combate e retaliação russa (incluindo ataques cibernéticos e espionagem) poderiam afetar negativamente a economia global e os mercados financeiros e levar a maior instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capitais, e, ainda, podem impactar a cadeia de suprimentos na qual a Companhia está envolvida, podendo gerar atrasos, impedir ou atrasar entregas ou afetar a capacidade da Companhia de adquirir e distribuir produtos, impor custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir as vendas e afetar adversamente negócios da Companhia, resultados das operações e condições financeiras.

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, e qualquer surto de tais doenças no Brasil pode afetar adversamente as operações da Companhia.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global, como o recente surto do vírus COVID-19, conhecido como novo coronavírus, levaram autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo a adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que incluíram restrições à circulação de bens e pessoas nacional ou internacionalmente, quarentena de pessoas que transitaram por áreas de maior risco, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Essas políticas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de empresas de diversos setores.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso haja novo evento com as características da recente pandemia, eventuais medidas podem impactar as operações das empresas e o consumo das famílias, e por consequência afetar as decisões de investimento e poupança, resultando em maior volatilidade nos mercados de capitais globais, além da potencial desaceleração do crescimento da economia brasileira. Estes fatores podem afetar adversamente e de forma relevante a Companhia e os resultados de suas operações, bem como a cotação de seus valores mobiliários.

Cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o coronavírus, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de emissão da Companhia, e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global, podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, conseqüentemente, nos negócios da Companhia e no preço das ações de sua emissão.

Qualquer mudança relevante nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Cinco principais fatores de risco

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está sujeita são:

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.

O risco de liquidez, no contexto das operações da Companhia e de suas controladas, pode ser definido pela possibilidade de descumprimento de obrigações da Companhia associadas a seus principais passivos financeiros, tais como o saldo de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. No curso ordinário de seus negócios, a Companhia desconta seus recebíveis e conta com linhas de crédito perante instituições financeiras e acessa o mercado de capitais, com o objetivo de obter capital de giro para suas atividades operacionais.

Caso a Companhia não seja capaz de continuar a acessar essas linhas de financiamento, pode não dispor de liquidez suficiente para manter o nível de atividade em suas operações e honrar seus compromissos financeiros em decorrência do descasamento de prazo ou do volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, o que poderá sujeitá-la a perdas financeiras, além de impactar adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

Além disso, alguns dos contratos financeiros e títulos de dívida da Companhia contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (cross-acceleration ou cross-default). Caso qualquer desses eventos ocorra, a situação financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa e relevante.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação, notadamente a elevação e manutenção das altas taxas de juros, podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em 1994.

A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi de 2,87% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, 10,06% em 2022, 4,5% em 2021, e 4,3% em 2020. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários, o que pode causar efeitos adversos em nós.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa, valores mobiliários e pagamentos de *leasing*.

Os investimentos necessários nas operações da Companhia podem ser maiores do que o estimado o que pode impactar negativamente a alavancagem financeira da Companhia.

A estratégia de crescimento da Companhia envolve a operação de lojas físicas, bem como a otimização, o incremento e a melhoria da plataforma digital, o que poderá demandar recursos financeiros substanciais. A implementação desses planos de investimentos poderá exigir recursos adicionais e em proporção diferente da prevista pela Administração da Companhia em razão de diversos fatores (tais como, mas não se limitando a, valor de locação, obras, instalação de estrutura operacional e instalação e operação de sistemas de tecnologia da informação e logística, entre outros), obrigando a Companhia a realizar captações adicionais aumentando substancial e adversamente a sua alavancagem financeira. O aumento da alavancagem financeira da Companhia pode: (i) implicar no uso de uma parcela maior dos seus recursos para efetuar o pagamento de suas dívidas, com a consequente redução do caixa disponível para financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia; (ii) limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças em seu negócio; (iii) limitar a sua capacidade de captar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital; (iv) posicionar a Companhia em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que possuam menor nível de endividamento, afetando adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Os negócios da Companhia dependem da reputação que as suas marcas têm com seus clientes, fornecedores e distribuidores. Se a Companhia não for capaz de manter essa reputação, poderá ser adversamente afetada.

A reputação da Companhia e de suas principais marcas é fundamental para a manutenção de suas posições nas plataformas digitais, e para a sua capacidade de atrair e manter clientes, fornecedores, *sellers* (vendedores do *marketplace*), distribuidores e profissionais qualificados, além de estabelecer parcerias. A continuidade da reputação de suas marcas depende da capacidade da Companhia de manter e proteger a excelência e a eficiência dos serviços existentes, aperfeiçoá-los e introduzir novos serviços com os mesmos níveis de qualidade e eficiência. Falhas nesses fatores podem ocasionar acidentes, fraudes e pedidos de recall de produtos vendidos ou disponibilizados nas plataformas digitais da Companhia, e podem ter um impacto negativo sobre as marcas da Companhia. Outros fatores como posicionamento e associação diretas e indiretas, com as nossas marcas, muitas delas fora do nosso controle, podem impactar sua reputação.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A falha em nos proteger adequadamente contra os riscos relacionados à segurança cibernética. Também estamos sujeitos a regulamentações cada vez mais abrangentes e fortes nesse tema.

Enfrentamos vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se limitando a penetração de nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação por pessoas mal intencionadas, infiltração de malware, como vírus de computador, contaminação intencional ou acidental de nossas redes e sistemas de terceiros com os quais trocamos dados, acesso não autorizado a dados confidenciais e/ou dados proprietários por pessoas dentro ou fora de nossa organização, ransomware que afeta nossos serviços e tecnologia de usuário final, ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviços. Podemos não ser capazes de proteger com sucesso nossos sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra essas ameaças. Nos últimos anos, os sistemas de computador de empresas e organizações passaram a ser cada vez mais visados, e as técnicas usadas para obter acesso não autorizado, impróprio ou ilegal aos sistemas de tecnologia da informação tornaram-se cada vez mais complexas e sofisticadas. Essas técnicas mudam com frequência e muitas vezes não são reconhecidas ou detectadas até que tenham sido lançadas. Além disso, podem se originar de uma ampla variedade de fontes, incluindo não apenas criminosos cibernéticos, mas também ativistas e estados invasores. Ataques cibernéticos podem causar a perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações confidenciais, bem como de recursos financeiros ou ainda a interrupção dos sistemas eletrônicos usados para atender nossos clientes.

Se formos vítimas de ataques cibernéticos bem-sucedidos ou enfrentarmos incidentes de segurança cibernética no futuro, podemos incorrer em custos substanciais e sofrer outras consequências negativas, como custos por ativos ou informações roubadas, reparos de danos ao sistema, aumento dos custos de proteção da segurança cibernética, perda de receitas decorrentes do uso não autorizado de informações proprietárias ou falha em reter ou atrair clientes após um ataque, litígios e riscos legais (como sanções administrativas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados), aumento dos prêmios de seguro, danos à reputação que afetam a confiança de nossos clientes e investidores, bem como danos à nossa competitividade, preço das ações e valor de longo prazo para os acionistas.

Adicionalmente, armazenamos informações confidenciais relacionadas às nossas atividades, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou nossas, poderá nos sujeitar a penalidades civis e criminais, nos expor a responsabilidades diversas perante os nossos fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos nossos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais. Para mais informações, vide o fator de risco *“Dependemos de sistemas tecnológicos, os quais estão sujeitos a riscos de falhas, interrupções e mal funcionamento, e a Companhia depende de data centers operados por terceiros e provedores de serviço de hospedagem na Internet e plataformas computadorizadas de nuvem, e qualquer interrupção na operação dessas instalações ou plataformas ou no acesso à Internet afetaria adversamente nossos negócios”* na seção 4.1 do Formulário de Referência.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Mesmo quando uma falha ou interrupção em nossos sistemas ou instalações é resolvida em tempo hábil ou uma tentativa de incidente cibernético ou outra violação de segurança é evitada ou frustrada, normalmente recursos relevantes são gastos para fazer isso, e podemos precisar tomar medidas que possam afetar adversamente a satisfação ou o comportamento do cliente, o que pode afetar adversamente nossos negócios e nossa reputação.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 – Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia apresenta abaixo os principais riscos de mercado aos quais está exposta.

Risco de mercado

Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas (dentre as quais o CDI).

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou 3 cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3 em 30 de junho de 2023 para um prazo de 12 meses, para as datas de vencimento das operações, cuja taxa foi 13,42% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumento na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo, quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

<u>(em milhões de R\$)</u>		Análise de sensibilidade			
Operações	Risco	Saldo em 30.06.2023	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	826	86	107	129
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	(3.662)	(409)	(489)	(568)
Impacto no resultado - despesa			(323)	(382)	(439)

(*) Não incluem os contratos repasses para instituições financeiras por apresentarem taxas de juros pré-fixadas

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, que não estejam sob sigilo e que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais no desenvolvimento normal de suas atividades. Tais processos dizem respeito principalmente a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, majoritariamente, ao desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios e das ações reestruturantes efetuadas nos últimos anos, por exemplo motoristas e montadores.

As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processo com chance de perda provável, bem como para o contencioso de massa, com base no histórico de condenação.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como processos individualmente relevantes: (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$100.000 mil; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente e materialmente a imagem da Companhia.

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos tributários

Em 30 de junho de 2023, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em diversos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, sobre o recolhimento de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL.

De acordo com a análise dos advogados externos da Companhia, em 30 de junho de 2023, o valor total envolvido nos processos com chance de perda provável era de R\$ 65.000 mil.

Dentre os processos de natureza tributária individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Processo nº 10805.723399/2019-15	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10805.723399/2019-15	
	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.506.019.052,78
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado para exigir PIS e COFINS do ano-calendário de 2016 em razão da desconsideração da revogação do benefício da alíquota zero dos tributos nas vendas a varejo de produtos de informática e <i>smartphones</i> , no âmbito do Programa de inclusão Digital, pela MP nº 690/2015 e convertida na Lei nº 13.241/15 (Lei do Bem).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento desfavorável em 1ª instância administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia. Em 13/04/2023, o Recurso Voluntário foi incluído na pauta de julgamentos de 26/04/2023. Em 17/04/2023, a Companhia requereu a retirada do feito da pauta. Em 05/05/2023, o pedido da Companhia foi deferido e o processo foi retirado de pauta. Aguarda-se reinclusão do processo em pauta de julgamento para apreciação do Recurso Voluntário.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: R\$ 1.092.714.836,45 Remoto: R\$ 413.304.216,33
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 10805.720940/2020-69	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	17/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 10805.720940/2020-69	
	Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 304.549.826,13
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado decorrente da apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre o ICMS-ST destacado nas aquisições de mercadorias para revenda no ano-calendário de 2016.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do recurso voluntário apresentado pela Companhia
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 16095.720056/2020-64	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância administrativa
c. Data de instauração	22/04/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 112.079.299,42
f. Principais fatos	Auto de Infração lavrado a título de IRPJ decorrente de suposta compensação de prejuízos fiscais em montantes superiores ao saldo disponível nos anos-calendário de 2015 e 2016. A insuficiência do

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 16095.720056/2020-64	
	saldo de prejuízo fiscal seria decorrente de falta de ajustes nos controles de Prejuízos Fiscais pela Impugnante, em decorrência de autos de infração lavrados pela RFB em anos anteriores.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento recurso voluntário apresentado pela Companhia
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 16561.720013/2020-35	
a. Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	06/06/2020
d. Partes no processo	Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 258.306.147,08
f. Principais fatos	Trata-se de Auto de Infração, que exige valores a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2015 e 2016, acrescidos de multa de ofício de 150% e juros de mora calculados pela taxa SELIC. A cobrança decorre da glosa das despesas de amortização fiscal do ágio, com fundamento na expectativa de rentabilidade futura, pago pela Mandala Empreendimentos e Participações S.A. (empresa que integrava o GPA) na aquisição do controle da Companhia em 2009, denominada à época de Globex Utilidades S.A. As acusações do TVF estão relacionadas a três itens: (i) ausência de “confusão patrimonial” com o “real-adquirente” (tida como a CBD); (ii) a amortização do ágio deveria ter seguido o prazo de dez anos projetado da rentabilidade

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 16561.720013/2020-35	
	futura ; e (iii) a integralidade do fundamento econômico do ágio pago pela Mandala não poderia ser classificada como rentabilidade futura.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Julgamento Desfavorável em 1ª Instância Administrativa.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento recurso voluntário apresentado pela Companhia.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: R\$ 202.714.275,05 Remoto: R\$ 55.591.872,04
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão desfavorável na esfera administrativa, o eventual impacto financeiro, somente ocorrerá na hipótese de decisão final desfavorável na respectiva discussão judicial, oportunidade em que a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, eventual oferecimento de garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 5003540-03.2020.4.03.6126	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	26/08/2020
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 122.668.734,88
f. Principais fatos	Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, inscritos na dívida ativa sob os nºs 80.7.20.047215-01 e 80.6.20.211380-99, oriundos do Processo Administrativo nº 13820.720061/2019-01, no montante total de R\$ 107.774.364,13. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5004357-67.2020.4.03.6126.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Proferida sentença improcedente nos respectivos Embargos à Execução Fiscal. Interposto Recurso de Apelação ao TRF-3
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação pelo TRF-3.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 5003540-03.2020.4.03.6126	
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, a manutenção da garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processo nº 5000009-69.2021.4.03.6126	
a. Juízo	1ª Vara da Subseção Judiciária de Santo André/SP
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	06/01/2021
d. Partes no processo	Autor: Fazenda Nacional Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 287.824.917,28
f. Principais fatos	Trata-se Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional, objetivando a cobrança de supostos débitos de PIS e COFINS, inscritos na dívida ativa sob os nºs 80.7.20.055443-10 e 80.6.20.231888-59, oriundos do Processo Administrativo nº 10805.724064/2015-82. Opostos Embargos à Execução Fiscal nº 5002931-83.2021.4.03.6126.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Aguardando julgamento de mérito em primeira instância nos respectivos Embargos à Execução Fiscal.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento de mérito em primeira instância.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de decisão final desfavorável definitiva na esfera judicial, a Companhia deverá efetuar pagamento do valor atualizado do débito ou aderir a um parcelamento. Adicionalmente, a manutenção da garantia judicial, poderá impactar financeiramente a Companhia.

Processos cíveis

Dentre os processos de natureza cível individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Processo nº 1013004-48.2021.8.26.0068	
a. Juízo	14ª Vara Cível do Fórum Central de São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1013004-48.2021.8.26.0068	
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	27/08/2021
d. Partes no processo	Autor: SOF Serviço de Orientação da Família e Centro Santo Dias de Direitos Humanos Réu: Espólio de Samuel Klein; Saul Klein e Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 100.000.000,00
f. Principais fatos	Ação civil pública ajuizada por duas associações civis, buscando a responsabilização civil dos réus por atos ilícitos praticados pelas pessoas naturais Samuel Klein - já falecido fundador da Casa Bahia Comercial Ltda. - e seu filho Saul Klein – que nunca foi acionista ou administrador da Companhia -, respectivamente, ocorridos entre os anos de 1989 e 2019. As associações pleiteiam a condenação solidária dos indivíduos e da Companhia nas obrigações de (i) realização de campanha online enfatizando a igualdade entre homens e mulheres; (ii) financiamento de projetos e programas que atuem no sentido de retirar crianças e adolescentes do sexo feminino de situações de vulnerabilidade; (iii) formação de um fundo para financiar bolsas de estudo para crianças e adolescentes carentes do sexo feminino; (iv) compromisso da empresa ré de afixar cartazes em todas as suas lojas físicas e banners em todos os meios online, por um ano, afirmando o compromisso com a dignidade sexual, com divulgação do número 100 para denúncias de abuso sexual; e (v) pagamento pelos réus, de forma solidária, de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000.000,00, a ser revertido ao fundo previsto no artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985).
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	A ação foi originalmente distribuída ao Juízo da 3ª Vara Cível da Comarca de Barueri, o qual determinou a redistribuição dos autos para uma das Varas Cíveis da Capital, sob o argumento de que os fatos ocorreram em várias cidades. Os autos foram redistribuídos ao Juízo da 14ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital que instaurou conflito negativo de competência. Em 25/07/2022, o Tribunal de Justiça de São Paulo declarou o Juízo da Capital como competente para julgamento da demanda. Em 26/07/2022, foi determinado as associação autoras a emenda à petição inicial, a fim de justificar a pertinência subjetiva da ação em relação à Companhia. Em 18/10/2022, o Ministério Público se manifestou quanto à necessidade de que as autoras emendassem a inicial para melhor descreverem todas as circunstâncias (tempo, lugar, modo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1013004-48.2021.8.26.0068	
	de execução, sujeitos, etc) relativas aos fatos, inclusive para permitir sua individualização e exercício da ampla defesa pelos respectivos responsáveis. Em 20/01/2023, o Juiz ordenou a citação dos demandados. Os réus apresentaram suas contestações, tendo a Companhia reforçado a inexistência de conexão entre sua atuação e os fatos narrados na inicial, bem como a distinção entre ela e a empresa Casa Bahia Comercial Ltda., na qual os corréus teriam ocupado cargos ou posições ao longo dos anos. Em 30/06/2023, o Ministério Público de São Paulo apresentou parecer consignando que não houve a emenda à petição inicial para se incluir a descrição das circunstâncias relativas aos fatos mencionados, caracterizando a inépcia da petição inicial, ensejando a extinção do processo sem julgamento de mérito, a teor do art.485, inciso I, do Código de Processo Civil.
h. Estágio do processo	Aguarda-se decisão saneadora.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa e potencial dano reputacional, ainda que nem a Companhia e nem seus acionistas e administradores estejam envolvidos ou relacionados aos fatos narrados na petição inicial, conforme já reconhecido pelo próprio Ministério Público.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Danos à imagem.

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	
a. Juízo	36ª Câmara de Direito Privado
b. Instância	2ª instância (suspensão pela Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo)
c. Data de instauração	30/07/2014
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo ("MPSP") Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 170.135.905,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPSP, sob alegação de que a Companhia adotaria, de forma reiterada, algumas práticas

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100

abusivas, tais como: (i.) embutir o preço do seguro e de garantia estendida no preço total do produto sem a ciência do consumidor; (ii.) aumentar indevidamente a taxa de juros nas compras financiadas; e (iii.) nas compras a prazo, com entrada, aplicar taxa como se sem entrada fosse, mesmo quando o consumidor efetuava o pagamento imediato da prestação correspondente ao valor da entrada, descumprindo assim, o dever de informar de forma adequada e previamente o consumidor no momento da conclusão do negócio (artigo 6º, III, do CDC), e contrariando o princípio da boa-fé objetiva (artigo 422, CC, 4º, III, do CDC).

Pedidos:

(i.) Liminarmente, para que a Companhia não ofereça ou contrate garantia estendida, seguro facultativo, ou equivalente, de produtos que não sejam eletrônicos, sob pena de multa diária de R\$ 300.000,00; (ii.) A publicação de edital a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes (artigo 94, CDC); (iii.) A procedência dos seguintes pedidos:

- a. Que a empresa se abstenha de inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, no mesmo instrumento do contrato de compra e venda dos produtos e serviços que comercializa;
- b. Que a empresa informe prévia e adequadamente o consumidor sobre qualquer contratação que não se inclua no preço do produto ou serviço comercializado, mediante comprovação escrita e devidamente assinada pelo consumidor;
- c. Que a empresa se abstenha de oferecer, por qualquer meio, ou inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, em produtos e serviços que não sejam produtos eletrônicos;
- d. Que a empresa se abstenha de inserir qualquer valor no preço que não corresponda ao preço do produto ou serviço que comercializa, inclusive nos contratos de pagamento a prazo, sendo que nas compras a prazo deverá informar prévia e adequadamente:
 - i. o prazo de validade do financiamento,
 - ii. a taxa de juros mensal efetiva aplicada,
 - iii. o custo efetivo total, aplicado por decorrência dos juros e eventual correção monetária,
 - iv. o valor total do produto ou serviço adquirido sem a inclusão dos juros e com a inclusão dos juros, e

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	
	v. o valor da prestação a ser paga mensalmente pelo consumidor. e. A condenação da Companhia a pagar indenização por danos morais difusos, no valor sugerido de R\$ 170.135.905,00; f. A condenação genérica da Companhia à restituição em dobro do que foi pago indevidamente pelos consumidores (danos materiais), a ser apurado em habilitações individuais; g. A publicação de eventual sentença de procedência na mídia, após o seu trânsito em julgado.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 30/03/2016, foi prolatada sentença de procedência da ação, confirmando a antecipação de tutela concedida, para condenar a ré: (i) na obrigação de se abster de inserir o preço da garantia estendida, do seguro facultativo ou equivalente, no mesmo contrato de compra e venda dos produtos que comercializa, devendo informar, prévia e adequadamente, sobre qualquer contratação que não se inclua no preço do produto ou serviço que vier a fornecer, mediante comprovação escrita e assinada pelo consumidor, sob pena de multa de R\$ 50.000,00, por ato de descumprimento; (ii) na obrigação de se abster de inserir qualquer valor no preço que não corresponda ao preço do produto ou serviço que comercializa, inclusive nos contratos de pagamento a prazo, hipótese na qual deverá prévia e adequadamente informar o prazo de validade do financiamento, a taxa de juros mensal efetiva aplicada, o custo efetivo total aplicado por decorrência dos juros e eventual correção monetária, o valor total do produto ou serviço adquirido sem a inclusão dos juros e com a inclusão dos juros e o valor da prestação a ser paga mensalmente pelo consumidor, sob pena de multa de R\$ 50.000,00, por ato de descumprimento; (iii) ao pagamento de indenização por danos morais difusos dos consumidores no valor de R\$ 700.000,00, acrescido de juros legais a contar da citação e de correção monetária, a contar desta data, valor que será revertido ao Fundo Nacional de Defesa dos Direitos Difusos (artigo 13 da Lei 7347/85); (iv) a restituir, em dobro, os valores indevidamente pagos pelos consumidores, que serão obtidos mediante a habilitação individual de cada consumidor lesado; (v) na obrigação de publicar, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, para conhecimento geral, nos três dos mais importantes sítios eletrônicos de divulgação de notícias, registrados na Nic.Br, assim como em jornais de grande circulação, nas cidades em que mantém suas respectivas lojas físicas, locais aonde os consumidores foram

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	
	prejudicados pela violação do direito à informação prévia e adequada. Em 14/12/2017, foi proferido acórdão que deu parcial provimento ao recurso da Companhia para o fim (a) de, por unanimidade de votos, limitar a condenação genérica prevista no item “iv” da sentença aos valores indevidamente cobrados pela ré nas compras de produtos não eletrônicos, realizadas em lojas físicas, a título de garantia estendida, seguro facultativo ou equivalente, e a quaisquer valores que não correspondam ao preço do produto e a encargos efetivamente devidos em razão de eventual parcelamento do preço, por meio de contratos celerados a partir de 29/07/2009; e (b) por maioria de votos, excluir as condenações impostas quanto ao pagamento de indenização por dano moral coletivo e à divulgação da sentença na mídia, mantendo-se, no mais, a sentença recorrida. Em juízo de admissibilidade do Recurso Especial pela Vice-Presidência do TJSP foi determinado seja suspenso até julgamento de recurso repetitivo no STJ. Agravo interno contra decisão de suspensão desprovido em 27.08.2019. Opostos Embargos de Declaração contra o acórdão do Agravo Interno. Em 20/12/2019, foi registrado o Acórdão que rejeitou os EDs por não reconhecer que houve omissão, obscuridade ou contradição. Ademais, o relator determinou o sobrestamento do feito até o julgamento do REsp nº 1585736/RS, por seu objeto coincidir com o do acórdão embargado (hipóteses de aplicação da repetição em dobro prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC).
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível: em razão da matéria e confirmação do julgamento pelo TJSP, dependendo o deslinde da causa de julgamento de Recurso Especial afetado a sistemática dos recursos repetitivos
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Valor da causa
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	O TJSP reverteu a condenação da VV em danos morais coletivos, afastando o pedido de condenação em R\$ 170.135.905,00, o que dificilmente será alterado no STJ; contudo as condenações genéricas à restituição em dobro e obrigações de fazer e não fazer possuem conteúdo econômico que não se pode estimar com precisão, pois dependem de liquidação em fase de cumprimento de

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Processo nº 1070573-52.2014.8.26.0100	
	sentença, ajuizamento por consumidores individualmente considerados e/ou constatação ao descumprimento da ordem judicial.

Processos trabalhistas

Dentre os processos de natureza trabalhista individualmente relevantes para a Companhia, na data de apresentação deste Formulário de Referência, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Ação Civil Pública 0000856-25.2012.5.10.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	21/05/2012
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.000.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, por meio do qual o MPT sustenta irregularidades relacionadas à prática de assédio moral e relacionadas à conversão de férias em abono pecuniário, bem como postula a condenação da Companhia em obrigações de fazer, de não fazer e indenização por dano moral coletivo.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ação julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) Não permitir em suas sedes e filiais, situações que evidenciem assédio moral, e a não expor seus empregados a situações humilhantes, intimidatórias ou constrangedoras, ou a qualquer ação, palavra, gesto ou escrito, praticado de modo repetitivo ou prolongado, durante a jornada ou no exercício de suas funções, por representante da ré, por chefe, superior hierárquico ou por qualquer colega de trabalho, que tenha por objetivo ou por efeito atingir a autoestima e a autodeterminação do trabalhador/empregado, com danos ao ambiente de trabalho, bem como obstaculizar a evolução da carreira ou a estabilidade funcional do trabalhador constrangido, sob pena de pagamento da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada vítima encontrada e por cada conduta abusiva, valor que será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; b) Não permitir nem tolerar a prática de atos discriminatórios em suas dependências (sedes e filiais), bem como deverá se abster de submeter ou expor seus empregados, ou os trabalhadores em atividade nos seus estabelecimentos, por meio de prepostos ou superiores hierárquicos, à discriminação fundada em condições familiares, raciais, sexuais e socioeconômicas, relacionamentos afetivos entre obreiros, saúde, atestado médico, origem, etnia, cor e outras características físicas, sob pena de pagamento da multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cada vítima encontrada e por cada

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	conduta abusiva, valor que será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; c) Se abster de compelir seus empregados à conversão de 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário (art. 143 da CLT), sob pena de multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para cada trabalhador a que seja negado o direito de optar ou não pela conversão, valor que será revertido ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.
h. estágio do processo	Processo encontra-se arquivado, tendo em vista o pagamento da condenação.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	N/A
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Cumprimento de sentença 0000340-24.2020.5.10.0006	
a. Juízo	6ª Vara do Trabalho de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	09/04/2020
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 594.664,59
f. Principais fatos	Diante de notícias acerca do descumprimento das obrigações de fazer e não fazer, o processo administrativo de acompanhamento da ação (PAJ 000447.2012.10.000/9) foi desarquivado para investigação, e constatou-se o descumprimento dos termos da decisão judicial proferida nos autos da ACP nº 0000856-25.2012.5.10.0006
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Execução julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) Ocorrência de assédio moral em duas ações trabalhistas relativas à filial do Shopping Del Rey, onde restou comprovado as alegações de descumprimento, especialmente pelo fato de que os eventos são posteriores a ação transitada em julgado e, assim, não há que se falar em indicação de ocorrência de assédio moral organizacional, a coisa julgada não obsta que a ofensa individual atinja todos os empregados de determinado estabelecimento. A Companhia garantiu a execução no valor de R\$ 785.974,10, em 09/08/2021, mediante apresentação de seguro garantia. Foi proferida sentença de liquidação que fixou o débito da Companhia no importe de R\$ 594.664,59 atualizado até 31/05/2021
h. estágio do processo	Processo encontra-se pendente de julgamento de Agravo de Petição.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação apurada em liquidação de sentença, no valor de R\$ 594.664,59 atualizado até 31/05/2021. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0001183-23.2018.5.05.0612	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista – Bahia
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho
c. Data de instauração	30/11/2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há condenação em pecúnia, somente obrigação de fazer. O valor da causa apontado pelo MPT resulta em R\$ 1 milhão.
f. Principais fatos	Com o objetivo de apurar a ocorrência de abusos ocorridos na empresa NOVA CASA BAHIA S.A, foi instaurado Inquérito Civil de nº 000157.2013.05.004/5, no qual foi notificada a Empresa para apresentar documentos e colhido depoimentos de ex-empregados da empresa. Aduz que dos depoimentos se extraiu que os empregados eram submetidos a situações constrangedoras e humilhantes no exercício de suas funções, assim como que a Empresa Ré não coíbe de maneira efetiva e eficaz as condutas lesivas.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Execução julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) ABSTER-SE de exigir de seus funcionários que realizem a venda de produtos ou serviços condicionada ao fornecimento de outro produto ou serviço, chamada “venda casada” ou “X-Tudo”. b) ABSTER-SE de punir/dispensar empregados que não realizem a “venda casada” de produtos com serviços, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por obrigação descumprida, a ser revertida em prol de instituições ou programas/projetos públicos ou privados, de fins não lucrativos, que tenham objetivos filantrópicos, culturais, educacionais, científicos, de assistência social ou de desenvolvimento e melhoria das condições de trabalho, indicados pelo e localizados nesta cidade. O pleito de assédio moral foi extinto sem julgamento do mérito, em razão da coisa julgada com o processo nº 0000856-25.2012.5.10.0006, mas tal decisão ainda não transitou em julgado, sendo que o cenário pode sofrer alteração a depender de nova decisão a ser proferida nos autos.
h. estágio do processo	Processo encontra-se pendente de julgamento dos Recursos de Revista interpostos pelas Partes.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Provável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0000607-82.2022.5.05.0032	
a. Juízo	22ª Vara do Trabalho de Salvador – Bahia
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	10/10/2022
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.000.000,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Publica c/c Tutela antecipada, a qual alega que em agosto de 2021 do MPT recebeu denúncias apresentada pela 3ª vara do Trabalho de salvador, que apurou que na reclamação trabalhista nº 0000241-43.2016.5.05.0003, a Companhia teria assediado o reclamante quanto a forma de cobrança de metas. O testemunho que embasou o deferimento de danos morais, afirmou que era realizada reunião diária com a gerente, sendo que a forma de cobrança nas reuniões dependia do humor da gerente; que a referida tratava os subordinados de forma ríspida e com ameaças de dispensa ou transferência para outras lojas. Diante dos fatos terem ocorridos antes de 2016, o MPT alega ter averiguado se houve condenação de danos morais em 2020 e 2021, encontrando 2 processos contra a Companhia tratando sobre o pleito de assédio moral.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Pedidos da ação (encontra-se em fase de conhecimento): a) Tutela antecipada para não submeter, permitir ou tolerar, que os empregados da empresa reclamada sejam expostos a assédio moral e violência no trabalho, resguardando-os de humilhações e constrangimentos, de atos vexatórios e agressivos, e de qualquer tipo de perseguição ou discriminação, garantindo-lhes, enfim, tratamento digno e compatível com sua condição humana e respectivos direitos da personalidade; b) Divulgar o inteiro teor da decisão de antecipação de tutela entre seus empregados, mantendo uma cópia no Livro de Registro de Inspeção do Trabalho; c) Em caso de descumprimento, a reclamada sujeitar-se-á ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por obrigação descumprida e por empregado prejudicado, reversível ao FUNTRAD, ou, alternativamente, conforme deliberação do oficiante, destinada à promoção de eventos, seminários, publicação de cartilhas, e congêneres, ou ainda a doação de bens a entidades públicas ou privadas, tendo-se em vista a atuação social da instituição e considerando que a destinação das multas há de ser para a recomposição dos bens lesados.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	d) Em caráter definitivo, não submeter, permitir ou tolerar, que os empregados da empresa reclamada sejam expostos a assédio moral e violência no trabalho, resguardando-os de humilhações e constrangimentos, de atos vexatórios e agressivos, e de qualquer tipo de perseguição ou discriminação, garantindo-lhes, enfim, tratamento digno e compatível com sua condição humana e respectivos direitos da personalidade; e) Elaborar programa permanente de prevenção ao assédio moral no ambiente de trabalho, com descrição das causas e medidas necessárias para preveni-lo, consistente, no mínimo, na criação de comissão de prevenção e tratamento de denúncias de assédio moral, além da realização semestral, pelo período de dois anos, de palestra ou curso de formação, com carga mínima de duas horas, a ser ministrado por profissional habilitado, sobre o tema assédio moral, destinado aos empregados de todos os setores da ré; f) Implementar e divulgar canal de comunicação que permita aos trabalhadores, diretos e terceirizados, denunciar ou noticiar condutas que tipifiquem o assédio moral ou qualquer outra conduta violenta, assegurando-lhes o recebimento de número de protocolo e resposta no prazo máximo de 05 (cinco) dias, inclusive possibilitando-se ao trabalhador o encaminhamento de denúncias anônimas; g) dano moral coletivo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais)
h. estágio do processo	Processo encontra-se em fase de conhecimento.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Ação Civil Pública 0000141-21.2018.5.05.0132	
a. Juízo	2ª Vara do Trabalho de Camaçari – Estado da Bahia
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho - TST
c. Data de instauração	19/08/2018
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho (“MPT”) Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 94.190,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública, por meio do qual o MPT sustenta a prática de irregularidades relacionadas à jornada de trabalho, bem como postula a condenação da Companhia em obrigações de fazer, de não fazer e indenização por dano moral coletivo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Ação julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia a: a) abster-se de prorrogar jornada de trabalho de seus empregados além do limite de 2 horas tolerados pela legislação trabalhista (art. 59 da CLT), observado o art. 61 da CLT; b) conceder aos seus empregados um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre duas jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da CLT; c) conceder aos seus empregados descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos (art. 67, <i>caput</i>, da CLT; art. 1º da lei nº 605/1949; e art. 7º, XV da CF/88), devendo a folga ser desfrutada no dia imediato ao sexto dia de trabalho (OJ 410, SDI-I, TST); d) conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 hora e, no máximo, 2 horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 horas, nos termos do art. 71, <i>caput</i>, da CLT; e) abster-se de prorrogar a duração normal de trabalho, em regime de compensação, sem que tal medida esteja amparada por convenção ou acordo coletivo de trabalho (art. 59, parágrafo 2º, da CLT) admitidas as exceções previstas nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo, nas hipóteses e sob as condições que especificam; f) abster-se de contratar trabalhadores por empresa ou instituição interposta para o desenvolvimento da atividade operacional de movimentação de carga e descarga de mercadorias, registrando-os como empregados, nos moldes previstos no art. 41, da CLT; g) manter serviço especializado em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, nos termos do art. 162 da CLT, combinado com o item 4.1 da NR-4 (com redação da portaria nº 33/1983); h) constituir e manter em funcionamento comissão interna de prevenção de acidentes dimensionada em conformidade com o previsto no quadro i da NR-5, nos termos do art. 164 da CLT, combinado com o item 5.6 da NR-5 (com redação da portaria nº 08/1999); i) observar a isonomia salarial prescrita no art. 461 da CLT, abstendo-se de pagar salários diferentes a empregados que prestam trabalho de igual valor, com idêntica função e na mesma finalidade. Foi concedido o prazo de 180 dias para aplicação das determinações supracitadas, sendo que no caso de eventual comprovação de acidente de trabalho/doença ocupacional no referido prazo, por inobservância dos itens acima indicados, além de ser responsabilizada civilmente, será aplicada multa de R\$ 100.000,00. Após o prazo de 180 dias, caso constatada alguma irregularidade/descumprimento dos itens acima determinados, será
---	---

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	aplicada multa de R\$ 10.000,00 por item descumprido e por empregado flagrado em situação irregular. Ainda, houve condenação ao pagamento de dano moral coletivo, no importe de R\$ 55.555,55 em razão da execução de horas extras acima do limite previsto no art. 59 da CLT. Interposto Recurso Ordinário pela Companhia, ao qual foi dado parcial provimento para excluir da condenação as obrigações já cumpridas: a) obrigação de fazer quanto aos intervalos interjornada, intrajornada e de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos; b) obrigação de não fazer consistente em não contratar trabalhadores por empresas ou instituições interpostas; c) obrigação de fazer de observar a isonomia salarial; e d) excluir as multas fixadas, inerentes a essas obrigações. Foi dado provimento parcial ao apelo do Ministério Público do Trabalho para estender a eficácia territorial da decisão a todo o território nacional. Opostos Embargos de Declaração pela Companhia para prequestionamento, os quais não foram providos. Interposto Recurso de Revista pela Companhia, ao qual foi (i) dado parcial seguimento para discussão da abrangência nacional e (ii) negado seguimento para os demais pedidos de exclusão de obrigação de fazer. Interposto Agravo de Instrumento para destrancamento total do Recurso de Revista.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Revista e Agravo de Instrumento em Recurso de Revista.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	- Abster-se de prorrogar a jornada de trabalho de seus empregados além do limite de 2 horas tolerados pela legislação trabalhista (art. 59 da CLT), observado o art. 61 da CLT: POSSÍVEL - Conceder a seus empregados um período mínimo de 11 horas consecutivas para descanso entre 2 jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da CLT: REMOTO - Conceder aos seus empregados descanso semanal remunerado de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos (art. 67, <i>caput</i>, da CLT; art. 1º da Lei nº 605/1949; e art. 7º, XV da CF/88), devendo a folga ser desfrutada no dia imediato ao 6º dia de trabalho (OJ 410, SDI-I, TST): REMOTO - Conceder intervalo para repouso ou alimentação de, no mínimo, 1 hora e, no máximo, 2 horas, em qualquer trabalho contínuo cuja duração exceda de 6 horas, nos termos do art. 71, <i>caput</i>, da CLT: REMOTO - Abster-se de prorrogar a duração normal do trabalho, em regime de compensação, sem que tal medida esteja amparada por convenção

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	ou acordo coletivo de trabalho (art. 59, § 2º, da CLT) admitidas as exceções previstas nos §§ 5º e 6º do mesmo artigo, nas hipóteses e sob as condições que especificam. POSSÍVEL - Abster-se de contratar trabalhadores por empresa ou instituição interposta para o desenvolvimento da atividade operacional de movimentação de carga e descarga de mercadorias, registrando-os como empregados, nos moldes previstos no art. 41, da CLT: REMOTO - Manter serviço especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, nos termos do art. 162 da CLT, combinado com o item 4.1 da NR-4 (com redação da Portaria nº 33/1983): POSSÍVEL - Constituir e manter em funcionamento Comissão Interna de Prevenção de Acidentes dimensionada em conformidade com o previsto no Quadro I da NR-5, nos termos do art. 164 da CLT, combinado com o item 5.6 da NR-5 (com redação da Portaria nº 08/1999): POSSÍVEL - Observar a isonomia salarial prescrita no art. 461 da CLT, abstendo-se de pagar salários diferentes a empregados que prestam trabalho de igual valor, com idêntica função e na mesma localidade: REMOTO - Dano moral coletivo e pena da multa imposta e o valor fixado: POSSÍVEL - Extensão Territorial Nacional dos Efeitos da Decisão: POSSÍVEL
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: Pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: Obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Processo nº 1001628-77.2017.5.02.0471	
a. Juízo	1ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul – Estado de São Paulo
b. Instância	Tribunal Superior do Trabalho - TST
c. Data de instauração	14/08/2017
d. Partes no processo	Autor: Ministério Público do Trabalho ("MPT") Réu: Grupo Casas Bahia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.931.688,00
f. Principais fatos	Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo MPT em face da Companhia, por meio da qual é alegado descumprimento de obrigações de saúde e segurança do trabalho, bem como irregularidades relativas à jornada de trabalho, postulando a condenação da Companhia em obrigações de fazer e não fazer e

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	indenização pelo dano moral, no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 1ª instância a ação foi julgada parcialmente procedente para condenar a Companhia ao cumprimento das seguintes obrigações: (i) de se abster de exigir ou permitir a prestação de serviços dos seus empregados em patamar superior a 10 horas diárias, considerando-se o limite de 2 horas extras diárias, salvo em caso de força maior ou serviços inadiáveis, em que a jornada máxima poderá ser de até 12 horas; (ii) de conceder e assegurar intervalo intrajornada mínimo de 1h e máximo de 2h, nas jornadas cuja duração exceda 6h diárias, e de 15 minutos, nas jornadas cuja duração não exceda este limite; (iii) de conceder e assegurar o intervalo interjornada mínimo de 11 horas entre 2 jornadas; (iv) de conceder DSRs de 24 horas consecutivas após o 6º dia consecutivo de trabalho; (v) de adotar as medidas de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, comprovando nos autos a emissão do AVCB e o encerramento das obras de adequação e adoção das demais medidas para cumprimento da NR-23; e (vi) pagamento de indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 500.000,00 a serem cumpridas no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária, por obrigação e por trabalhador, no valor de R\$ 1.000,00, limitada ao valor global de R\$ 500.000,00 por obrigação. Foi atribuída abrangência nacional, à exceção da condenação em "adotar as medidas de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação estadual e normas técnicas aplicáveis, comprovando nos autos a emissão do AVCB e o encerramento das obras de adequação e adoção das demais medidas para cumprimento da NR-23", que se restringe às edificações da sede e da loja no centro de São Caetano do Sul". Interposto Recurso ordinário, ao qual foi atribuído efeito suspensivo suspendendo os efeitos da sentença que extrapolam os limites da competência territorial do órgão prolator da decisão recorrida até o julgamento do recurso.. A Companhia e o MPT interpuseram Recurso Ordinário, sendo que (i) foi negado provimento ao recurso da Companhia e (ii) foi dado parcial provimento ao recurso para a concessão de tutela inibitória no sentido de impor as restrições fixadas na sentença para os contratos ativos e futuros. Opostos Embargos de Declaração pela Companhia para prequestionamento, os quais foram rejeitados. Interposto Recurso de Revista pela Companhia, ao qual foi negado seguimento. Interposto Agravo de Instrumento para destrancamento do Recurso de Revista, pela Companhia ao qual foi negado provimento.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Ajuizada Reclamação Constitucional, a qual foi negada provimento. Interposto Agravo interno pela Companhia, que está pendente de julgamento pelo TST.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento de Agravo Interno pelo TST.
i. Chance de perda: (i) provável; (ii) possível; (iii) improvável	- Se abster de impor jornadas superiores a 10 horas diárias, salvo por força maior, quando poderá ser de 12 horas: PROVÁVEL. - Conceder intervalo diário para refeição e descanso de no mínimo 1 hora e máximo de 2 horas quando a jornada se estender de 6 horas consecutivas: PROVÁVEL. - Observar o intervalo entre jornadas 2 jornadas de 11 horas: PROVÁVEL. - conceder um DSR de 24 horas consecutivas a partir do 6º dia de trabalho: PROVÁVEL. - Adotar medidas de prevenção de incêndio, adotando a legislação aplicável, lembrando que, salvo as medidas de prevenção de incêndio, as condenações abrangem todos os estabelecimentos da reclamada no território nacional: PROVÁVEL. - pagar uma indenização por danos morais coletivos, no montante de R\$ 500.000,00, revertida ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Prejuízo reputacional e valores financeiros envolvidos
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro: pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença. Operacional: obrigações de fazer e de não fazer a serem observadas rigorosamente, sob pena de multa.

Processos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

A Companhia apresenta abaixo os processos em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas:

Processo:	1000657-72.2017.5.02.0025
Juízo	25ª Vara do Trabalho de São Paulo
Instância	3ª instância – Tribunal Regional do Trabalho
Data da instauração	12/06/2017
Partes do processo	L.H.A.E. x CNOVA Comércio Eletrônico S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.203.010,57

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Principais fatos	Trata-se de reclamação trabalhista movida por ex-diretor executivo da CNOVA, por qual são postuladas verbas trabalhistas, relacionadas ao contrato de trabalho (PLR e outros benefícios). Proferida sentença de parcial procedência dos pedidos. Foram interpostos Recursos Ordinários pelas Partes, sendo que (i) foi negado provimento ao recurso da CNOVA e (ii) dado parcial provimento ao recurso do Reclamante, apenas para modificar o critério de correção da condenação. Em 29/07/2020 foi interposto Recurso de Revista pela CNOVA, ao qual negado seguimento. Em 04/09/2020 foi interposto Agravo de Instrumento pela CNOVA, que está pendente de julgamento pelo TST. Em 21/10/2020, foi publicada decisão que determinou a suspensão do feito, em razão da discussão sobre o índice de correção monetária a ser aplicado às verbas trabalhistas. Em 17/09/2021, foi apresentada manifestação pela CNOVA, por meio da qual a CNOVA requer: (i) a substituição dos depósitos judiciais constantes nos presentes autos por Seguro Garantia Judicial e (ii) seja concedido prazo para a CNOVA juntar aos autos o Seguro Garantia Judicial, com toda a documentação necessária da seguradora. Atualmente, os autos estão conclusos para decisão pelo TST. Em 22/06/2022, foi instaurada Execução Provisória, tendo o exequente apresentado o valor total de R\$ 1.203.010,57 atualizado para 01/05/2021. CNOVA apresentou impugnação aos cálculos de liquidação tão somente acerca do índice de correção monetária aplicável – pugnando pela incidência da ADC 58, apresentando o crédito líquido do reclamante de R\$ 593.180,87 (quinhentos e noventa e três mil, cento e oitenta reais e oitenta e sete centavos), atualizados para 1º/08/2022 (valor total: R\$ 777.838,07). Em 17/07/2023, considerando a divergência das partes quanto aos cálculos apresentados, foi nomeado perito contador o Sr. CARLOS ROBERTO GALLI, que deveria apresentar os cálculos periciais até 14/08/2023, podendo as partes manifestarem sobre o laudo no octídio posterior, independentemente de intimação, nos termos do artigo 879, § 2º, da CLT. Considerando que o valor controvertido decorre tão somente do índice de correção monetária aplicável ao
--------------------------------	--

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	caso, tratando-se, pois, de matéria exclusivamente de direito, em 24/07/2023, peticionamos nos autos pugnando pela reconsideração do despacho, elucidando a ausência de necessidade de perícia contábil. Não foi apreciada a petição mencionada, tampouco apresentado laudo pericial. Em 23/08/2023, apresentamos novo pedido de reconsideração e andamento do caso. Aguardamos deslinde da Execução Provisória.
Chance de perda	Provável
Análise do impacto em caso de perda	Financeiro: pagamento de condenação a ser apurada em liquidação de sentença.

Processo:	1000657-81.2017.5.02.0022
Juízo	22ª Vara do Trabalho de São Paulo
Instância	1ª instância – Vara do Trabalho de São Paulo
Data da instauração	26/04/2017
Partes do processo	V.R.D.R.F x Cnova Comércio Eletrônico S/A
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.054.235,99
Principais fatos	Trata-se de RT movida por ex-Diretor de Marketing, em que postulou PLR 2015; ILP 2012 a 2015; reconhecimento da natureza salarial do valor recebido a título de “bônus de retenção” e reflexos; Multa. Publicada sentença pelo qual a empresa foi condenada a pagar ao Reclamante: PLR quanto ao exercício 2.015; e Incentivo de Longo Prazo - ILP para os exercícios de 2.013, 2.014 e 2.015, bem como proporcional de 2.016 (2/12). Indeferidos os demais pedidos. Dado parcial provimento ao recurso ordinário da reclamante para condenar a CNOVA ao pagamento de PLR (6 salários, referente ao ano de 2015; e 11/12 de 6 salários, referente ano de 2016) e para excluir a condenação da reclamante ao pagamento de honorários advocatícios (Depósito Recurso Ordinário – R\$ 9.513,16 levantado - R\$ 14.282,84 SEGURO GARANTIA RECURSAL) Recebido o recurso de revista em relação ao tema "correção monetária" e DENEGA-SE seguimento quanto aos demais (Depósito Recurso Revista – R\$28.565,68 - SEGURO GARANTIA RECURSAL)

4.4 Processos não sigilosos relevantes

	Negado seguimento aos agravos de instrumentos interpostos pelo reclamante/reclamada e, em relação ao recurso de revista da reclamada, foi dado provimento para determinar a aplicação do IPCA-E até a data imediatamente anterior ao ajuizamento da ação, a partir da qual deve ser aplicado o índice da taxa SELIC (Depósito Agravo de Instrumento – R\$ 15.985,29 - SEGURO GARANTIA RECURSAL) Trânsito em julgado em 14/02/2023. Iniciada a execução, o reclamante apresentou seus cálculos de liquidação, atualizados para 1/3/2023, no valor bruto de R\$ 7.388.345,89. CNOVA impugnou os cálculos, tendo apresentado sua própria planilha de cálculos, apontando como correto o valor de R\$ 5.182.273,57 atualizados para 31/3/2023. Novamente, o reclamante impugnou os cálculos apresentados pela CNOVA, reafirmando que os cálculos apresentados por ele estariam corretos. Em 16/5/2023, foi publicada a homologação pelo Juiz no qual confirmou que os cálculos da CNOVA estão corretos e homologou em R\$ 5.054.235,99 atualizado até 31/03/202. Remetidos os autos ao contador, foi elaborada atualização da execução em R\$5.243.890,57 para 31/5/2023, objetivando o parcelamento nos termos do artigo 916 do CPC. Realizado o pagamento dos 30% do saldo da execução realizado em 02/06/2023 no importe de R\$ 1.488.227,58. Deferido o parcelamento pelo MM. Juízo. Pagamento da 1ª parcela (1/6) realizado em 29/06/2023 no importe de R\$ 578.755,17 Pagamento da 2ª parcela (2/6) realizado em 27/07/2023 no importe de R\$ 578.755,17 Solicitamos o pagamento da 3ª parcela (3/6) até o dia 01/09/2023 no importe de R\$ 578.755,17. O exequente apresentou Agravo de Petição, se insurgindo quanto aos critérios para fins de correção monetária e juros moratórios. Em 25/07/2023, apresentamos contraminuta. Ainda não houve julgamento.
Chance de perda	Provável

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Análise do impacto em caso de perda	Financeiro: pagamento de condenação no importe de R\$ 5.054.235,99 atualizado para 31/03/2022. Execução definitiva com pagamento nos termos do artigo 916 do CPC (Parcelamento).
--	--

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 – Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

O total provisionado para os casos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência em 30 de junho de 2023 é de R\$ 6.242.594,00.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 – Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4

Improbidade Administrativa

Em 19/06/2017, o Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil de improbidade administrativa, autos nº 0009917-88.2017.8.26.0053, contra a Companhia, um ex-executivo da Companhia, o ex-Promotor de Justiça, Dr. Roberto Senise Lisboa, e o ex-advogado externo da Companhia, Vladimir Oliveira da Silveira, em razão de suposto ato de improbidade envolvendo os corréus. Com relação ao ex-Promotor de Justiça, ao ex-executivo e ao ex-advogado externo, o Ministério Público do Estado de São Paulo também ajuizou ação penal relativa aos fatos objeto da ação civil de improbidade administrativa (em 27/01/2021, o ex-advogado externo e o ex-executivo da Companhia foram absolvidos da acusação da prática de lavagem de dinheiro e condenados pelo crime de corrupção ativa, porém, em 21/07/2023, o resultado do julgamento foi anulado pelo STF, de forma que atualmente aguarda-se novo julgamento no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A punibilidade do ex-Promotor de Justiça foi julgada extinta, em razão de seu falecimento no curso do processo). Com relação à ação civil de improbidade administrativa, o risco financeiro atual da Companhia, classificado como provável, é de R\$ 4.504.000,00 em valor histórico, nos termos da decisão liminar proferida em 07/07/2017 que determinou o bloqueio do referido montante nas contas da Companhia. Tal valor já está provisionado pela Companhia. Os assessores externos da Companhia classificam como possível o risco de suspensão dos direitos de contratar com a administração pública ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, de forma direta ou indireta. Ação em fase de produção de provas, e suspensão até a citação dos sucessores do ex-Promotor de Justiça.

Nesse sentido, a suspensão de contratar ou receber benefícios fiscais dependerá preferencialmente da decisão definitiva do órgão julgador, o qual definirá e especificará os benefícios e incentivos fiscais que serão suspensos dentro da competência da justiça estadual, na função de desestimular a Companhia a reincidir o ato ímprobo, cujo prazo poderá variar de 4 a 14 anos, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

Arbitragem Companhia Brasileira de Distribuição e Companhia

A Companhia instaurou procedimento arbitral contra a Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) para cobrança de valores devidos pela CBD à Companhia. Os assessores jurídicos da Companhia entendem que as chances de perda da Companhia são remotas. Eventual decisão desfavorável no procedimento arbitral poderá representar perda financeira à Companhia, dos valores que será impedida de cobrar da CBD. As cobranças efetuadas pela Companhia contra CBD somam, hoje, aproximadamente R\$ 180.000.000,00. Houve prolação de sentença arbitral parcial por meio da qual CBD foi condenada a pagar parte das cobranças efetuadas pela Companhia, no importe de aproximadamente R\$ 9.000.000,00 (valor histórico). Na mesma sentença arbitral parcial, o pleito reconvenicional de CBD contra a Companhia (expressão econômica de aproximadamente R\$ 500.000.000,00) foi julgado improcedente. O procedimento arbitral encontra-se em fase pericial e o valor histórico é de aproximadamente R\$ 180.000.000,00.

Arbitragem Casa Bahia Comercial Ltda. e Companhia.

Procedimento de arbitragem cujo objeto é a cobrança de valores decorrentes da responsabilidade entre as partes em relação às perdas sofridas em reclamações movidas por terceiros, de acordo com as regras fixadas pelo acordo de associação, celebrado em 2010, bem como no termo de acordo e respectivos aditamentos. As cobranças efetuadas pela Companhia em face de Casa Bahia Comercial Ltda. atualmente somam o valor histórico de aproximadamente R\$ 170 milhões. Além disso, discute-

4.6 Processos sigilosos relevantes

se o valor de contingências potenciais para fins de liberação de garantias. O valor total atribuído à arbitragem, incluindo as cobranças efetuadas pela Companhia em face de Casa Bahia Comercial Ltda., as cobranças efetuadas por Casa Bahia Comercial Ltda. em face da Companhia e contingências potenciais é de aproximadamente R\$ 400 milhões. O procedimento encontra-se em fase inicial. Eventual decisão desfavorável no procedimento arbitral poderá representar perda financeira à Companhia.

Arbitragem Ex-Administrador e Companhia.

O requerente é antigo administrador da Companhia e pleiteia indenização por prejuízos morais e profissionais. Os assessores jurídicos externos da Companhia entendem que a probabilidade de perda da Companhia é remota, e a derrota representaria perda financeira à Companhia, que seria obrigada a indenizar o Requerente em algum montante de seus pleitos indenizatórios. O procedimento arbitral está em fase de produção de provas e seu valor histórico é de R\$ 40.000.000,00.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Em 30 de junho de 2023, a provisão para demandas trabalhistas, cíveis e outros totalizou R\$ 2.097 milhões, conforme divulgado na nota explicativa 18.a das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do semestre findo em 30 de junho de 2023. A Companhia e suas controladas são parte em número significativo de ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo matérias trabalhistas e cíveis. A mensuração, o reconhecimento contábil da provisão e a respectiva divulgação de contingências, relativas a essas ações judiciais e processos administrativos, requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos de natureza trabalhista

Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos, conexos ou com objetos similares, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Trabalhistas – Reclamações Trabalhistas	
A Companhia figura no polo passivo de 24.757 ações trabalhistas relacionadas a jornada de trabalho, comissão e assédio moral.	
Valor Envolvido	R\$ 1.742.538.407,20
Prática da Companhia que causou tal	Essas ações são fundadas em supostas alegações que o colaborador faz de que suas horas extras não foram pagas. Com relação a comissão, o colaborador alega supostas diferenças no pagamento recebido de comissão. Com relação ao assédio, o colaborador alega suposto assédio. Os principais pedidos são: (i) horas extras, (ii) comissão e (iii) assédio moral.
Contingência	

Processos de natureza cível (consumeristas)

Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos, conexos ou com objetos similares, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Cíveis Consumeristas – Ações relacionadas a vício do produto de terceiros	
A Companhia figura no polo passivo em 6.766 ações consumeristas relacionadas a vício do produto de terceiros.	
Valor Envolvido	R\$158.642.841,68
Prática da Companhia que causou tal	Essas ações são fundadas em supostos vícios existentes em produtos adquiridos e a ausência de resolução do vício através de

4.7 Outras contingências relevantes

Contingência	tentativas extrajudiciais. Os principais pedidos são: (i) substituição do produto; (ii) devolução do valor pago; e (iii) danos morais.
---------------------	--

Processos Cíveis Consumeristas – Ações relacionadas a ausência de entrega	
A Companhia figura no polo passivo em 2.748 ações consumeristas relacionadas a ausência de entrega	
Valor Envolvido	R\$403.485.065,24
Prática da Companhia que causou tal contingência	Essas ações são fundadas em supostos problemas envolvendo a ausência de entrega de produtos adquiridos, eis que os autores alegam não terem recebido tais produtos. Os principais pedidos são: (i) a entrega do produto; (ii) cancelamento da compra; (iii) restituição do valor pago; (iv) danos materiais, e; (v) indenização por danos morais.

Processos de natureza cível (regulatório):

Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais repetitivos ou conexos, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados ao assunto “SEGURO”.

Processos Cíveis Regulatório – Procedimentos Administrativos e Judiciais relacionados a contratação de seguro	
A Companhia figura no polo passivo em 127 procedimentos administrativos cíveis instaurados pelo Ministério Público e pelo PROCON, e em 23 processos judiciais cíveis, que, em conjunto, totalizam 150 demandas cíveis relacionadas a supostas irregularidades na venda de seguros.	
Valores Envolvidos	R\$ 268.711.315,99
Prática da Companhia que causou tal contingência	Essas ações são fundadas em relatos de clientes a respeito de suposta venda casada, não coberturada apólice contratada ou ainda pela ausência das informações necessárias em loja.

Processos de natureza tributária:

Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas são parte em processos judiciais repetitivos ou conexos, não confidenciais, que, em conjunto, apresentam montante envolvido acima de R\$100.000 mil, relacionados aos seguintes assuntos:

Processos Tributários

4.7 Outras contingências relevantes

Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 6 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes. Tais processos são de responsabilidade integral da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 173.258.759,29
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente da compensação débitos próprios de PIS e COFINS com créditos de terceiros realizada em período posterior à vedação legal de tal procedimento.

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 2 processos (Autuação Administrativa e Ação Anulatória) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes. Tais processos são de responsabilidade integral da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 191.398.993,19
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ISS/RJ sobre serviços de publicidade praticados para promoção e divulgação de marcas e produtos de terceiros.

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como parte em 55 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes. Parte dos processos são de responsabilidade da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes em 2009 e o respectivo aditamento.	
Valores Envolvidos	R\$ 172.478.574,47
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS apurada através do confronto entre as informações prestadas pelas administradoras de cartões de crédito e débito e as vendas realizadas e declaradas pelos estabelecimentos fiscalizados.

4.7 Outras contingências relevantes

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 3 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes.	
Valores	R\$ 128.948.044,10
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS apurado através da diferença entre os valores escriturados nos Livros Fiscais e aqueles lançados na GIA/ICMS, em decorrência da devolução ficta de mercadorias da “linha branca” para aplicação de benefício fiscal de redução do IPI.

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia ou suas controladas configuram como parte em 46 processos (Autuação Administrativa e Execução Fiscal) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, são considerados relevantes.	
Valores Envolvidos	R\$ 136.435.335,54
Prática da Companhia que causou tal	Trata-se de discussão decorrente de suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente de operações amparadas por benefício fiscal concedido sem autorização do CONFAZ – “Guerra Fiscal”.

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 7 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 124.792.055,17
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão decorrente de compensações de débitos de tributos federais com créditos de PIS e COFINS, oriundos de pagamento indevido ou a maior, que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil por desconsiderar as DCTFs retificadoras, nas quais foram declarados referidos créditos.

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 42 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 161.788.499,20

4.7 Outras contingências relevantes

Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de créditos decorrentes de recolhimentos indevidos das contribuições previdenciárias a cargo do empregador sobre a quota-parte do empregado incidentes sobre vale-alimentação, vale-refeição, vale-transporte e despesas médicas e odontológicas.
---	---

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 108 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 221.878.572,04
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de Diferencial de Alíquota em operações com destino a consumidor final (DIFAL) em razão de ausência de lei complementar prévia, tema já julgado de forma favorável pelo STF (Tema 1093).

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 30 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes. Parte dos processos são de responsabilidade da antiga controladora, Companhia Brasileira de Distribuição, nos termos do Acordo de Associação celebrado entre as partes em 2009 e o respectivo aditamento.	
Valores	R\$ 176.056.180,24
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de multa isolada de 50% em razão da não homologação das Declarações de Compensações.

Processos Tributários	
Em 30 de junho de 2023, a Companhia e/ou suas controladas configuram como partes em 11 processos (Autuação Administrativa) repetitivos ou conexos, não sigilosos e que, em conjunto, sejam considerados relevantes.	
Valores	R\$ 281.990.167,23
Prática da Companhia que causou tal contingência	Trata-se de discussão de créditos decorrentes de recolhimentos indevidos das contribuições previdenciárias realizados em Reclamatórias Trabalhistas e extintos por força de decadência, bem como em períodos nos quais a Companhia estava enquadrada em regime tributário de apuração da contribuição previdenciária patronal sobre a

4.7 Outras contingências relevantes

	receita bruta.
--	----------------

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Política de gerenciamento de riscos

(a) se a Companhia possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais a Companhia não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 (“Política de Gerenciamento de Riscos”), a qual tem por objetivo estabelecer os princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre a gestão de riscos corporativos com a finalidade de orientar sobre o funcionamento dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades do negócio, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas e em conformidade com as melhores práticas de mercado.

Além disso, a Companhia também possui a Política de Gestão Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2020 (“Política de Gestão Financeira”), e tem por objetivo estabelecer as diretrizes e limites para a execução da gestão financeira da Companhia, visando delimitar os riscos associados a execução de operações financeiras

A Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Gestão Financeira podem ser consultadas por meio do link: <https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, os riscos monitorados se referem a qualquer evento que possa afetar a capacidade da Companhia de atingir seus objetivos e sua estratégia de negócio. Os riscos podem ser classificados em 4 grandes categorias segundo dicionário próprio, quais sejam: estratégicos, operacionais, financeiros e regulatórios.

Por outro lado, a Política de Gestão Financeira tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e limites para a execução da gestão financeira da Companhia, visando delimitar os riscos associados a execução de operações financeiras.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

Gerenciamento de riscos de estratégicos, operacionais, financeiros e conformidade

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia possui, para implementação e manutenção de sua Política de Gerenciamento de Riscos, a Gerência Executiva de GRC (Governança, Riscos e *Compliance*) que se reporta diretamente ao *Chief Executive Officer* da Companhia, conforme item iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos .

A Companhia se vale de mecanismos de comunicação interna, de forma que seus colaboradores possam ter acesso e divulgar as práticas, políticas e informações da Companhia e canais independentes para denunciar condutas que eventualmente não estejam dentro de suas regras internas.

Além disso, a Companhia conta com estrutura interna suficiente, de colaboradores, departamentos, incluindo TI, para (i) monitoramento, (ii) análise, (iii) comunicação à administração e aos órgãos de governança da Companhia, além de ter aplicação de sanções, conforme necessário. Além da Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia possui as seguintes políticas, relativas a riscos e *compliance*:

- Política de Doações, Contribuições e Patrocínios – Estabelece as diretrizes, critérios e responsabilidades a serem observados na realização de doações, contribuições e patrocínios realizados pela Companhia;
- Política de Conflito de Interesses – Estabelece as diretrizes gerais para prevenir situações de conflito de interesses que envolvam colaboradores da Companhia, terceiros e/ou agentes públicos, de modo a garantir que os colaboradores atuem sempre no melhor interesse da Companhia;
- Política Anticorrupção – Estabelece diretrizes gerais sobre práticas anticorrupção contribuindo no atendimento aos requisitos da legislação anticorrupção existente, em especial a Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção), regulamentada pelo Decreto nº 8.420/15.
- Política de Recebimento e Ofertas de Brindes – Formaliza diretrizes, critérios, responsabilidades e procedimentos a serem observados pelos colaboradores e terceiros na prática de receber e oferecer brindes, presentes, convites para eventos, cursos, congressos, treinamentos, viagens e entretenimento, seguindo os valores definidos no Código de Conduta Ética da Companhia;
- Política de Gestão do Comitê de Ética – Estabelece as diretrizes de funcionamento do Comitê de Ética e Disciplina da Companhia, constituído com a finalidade de garantir o cumprimento das questões comportamentais que estão descritas no Código de Conduta Ética da Companhia;
- Procedimento de Atendimento aos Representantes do Poder Público e Imprensa – Orienta os colaboradores em relação aos procedimentos para atendimento de representantes do Poder Público, Órgãos Privados, Imprensa e tratativa de documentos legais, com a finalidade de garantir o atendimento correto a tais entidades;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Procedimento de Análise de Riscos de Terceiros – Descreve o procedimento de análise prévia à contratação ou renovação de contratos de parceiros, fornecedores e prestadores de serviços (terceiros), bem como à realização de doações, contribuições ou patrocínios a entidades beneficiárias, mitigando possíveis riscos decorrentes da relação contratual, em especial, o histórico e reputação de terceiros a serem contratados pela Companhia ou entidades beneficiárias escolhidas para receberem doações, contribuições e patrocínios, em relação ao cumprimento de leis, normas e regulamentos vigentes, em atendimento à Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13, regulamentada pelo Decreto nº 8.420/15);
- Política do Programa de Integridade - Estabelecer as diretrizes e principais responsabilidades associadas ao Programa de Integridade, que visa prevenir, detectar, mitigar e controlar os desvios de conduta, além de disseminar a cultura da ética e integridade, observando as boas práticas de mercado e regulamentações aplicáveis.
- Política de Segurança da Informação – Estabelecer conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre os principais aspectos relacionados à segurança da informação, visando preservar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e conformidade de todas as informações sob gestão da Companhia.
- Política de Apuração do Canal de Denúncia – Estabelecer as diretrizes para a apuração de incidentes e denúncias, buscando o tratamento de informações com isenção, de acordo com as diretrizes do Código de Conduta Ética da Companhia e de toda legislação aplicável. Estipular prioridades de todas as etapas do processo e prazos de referência, desde o recebimento da informação, até o direcionamento das medidas disciplinares pertinentes.
- Procedimento de Relacionamento e Acordos com o Poder Público – Estabelecer critérios e parâmetros para negociação, celebração e cumprimento de acordos, transações e compromissos com o Poder Público, incluindo orientações para tratativa com os órgãos da administração pública, seus agentes e representantes.

Gestão de riscos financeiros

Eventualmente, a Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira para fazer frente à necessidade de caixa para investimento, seguindo os critérios formalizados na Política de Gestão Financeira. Nesses casos, a Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte- americanos e taxas de juros, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré- fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal.

A Companhia utiliza como instrumento de derivativo elegível para implementação de suas operações de *hedge* os contratos de *swap* cambial e os contratos de taxas pré-fixadas, conforme definições da Política de Gestão Financeira.

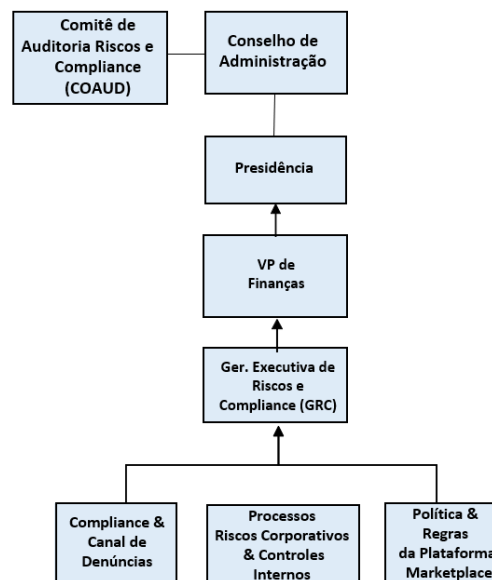
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado são estabelecidos por meio do Comitê Financeiro da Companhia, órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, além do próprio Conselho de Administração. Tais parâmetros levam em consideração (a) a priorização de acordo com a posição dos riscos na matriz de probabilidade *versus* impacto, frente ao apetite a risco estabelecido e (b) o registro e a avaliação da efetividade das iniciativas de mitigação desses riscos já existentes ou necessárias para mitigar cada uma das causas.

Na Política de Gestão Financeira, há o estabelecimento das diretrizes gerais e critérios para realização de aplicações financeiras e alocação dos recursos de caixa da Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos de estratégicos, operacionais, financeiros e conformidade



Conselho de Administração – Estabelece o nível de apetite a risco para a Companhia de acordo com a relação risco/retorno que ela pretende assumir. Além disso, define a filosofia da gestão do risco, estabelece o marco organizacional para efetiva gestão do risco, bem como revisa e aprova as definições gerais das estratégias de gestão do risco.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – É o órgão responsável por supervisionar as atividades de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os seus níveis. Além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

GRC – Gerência Executiva de Riscos e Compliance - É responsável por estruturar o processo da gestão dos riscos corporativos, estabelecendo o fluxo de informação entre os agentes e fornecendo diretrizes conceituais e metodológicas para a gestão adequada e padronizada dos riscos entre as

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

unidades de negócios. Também promove a integração da gestão de riscos com os ciclos de gestão e planejamento e implementa ações para disseminação da cultura de riscos na Companhia.

Dono do Risco – É o principal responsável pela gestão do risco e responde pelo status do mesmo, usualmente é representado pelo Diretor Executivo da área de Negócio ou Presidente da Companhia. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Indicar o profissional que responderá como facilitador;
- Assegurar a implementação dos planos de ação e acompanhamento dos KRIs;
- Sugerir alterações no mapeamento do risco e validar todas as informações periodicamente, antes da reunião com toda a Diretoria Executiva.

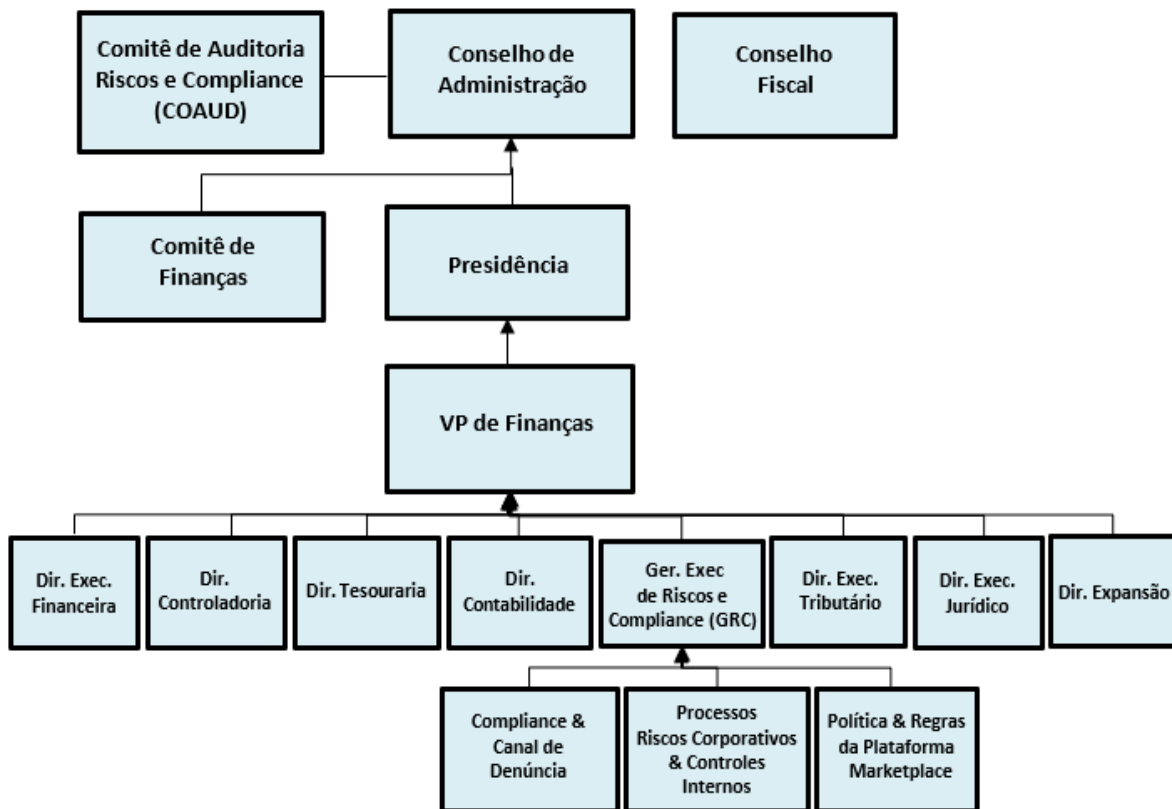
Facilitador – É o detentor do conhecimento técnico a respeito do risco e o principal responsável pela atualização das informações do mapeamento, comumente é representado pelo Diretor da Área de Negócio, o qual deve ser solidário e comprometido com a gestão de riscos por meio do conhecimento, compreensão e acompanhamento dos processos, fomentando a implantação dos planos de ação e um modelo eficiente de gestão de riscos na Companhia. Estão sob sua responsabilidade as seguintes funções:

- Revisar periodicamente todas as informações do risco;
- Julgar a efetividade das iniciativas de mitigação, propondo planos de ação para aquelas que não estão funcionando adequadamente e indicar responsáveis por estes planos de ação;
- Monitorar o status dos planos de ação junto aos responsáveis pela implementação;
- Validar periodicamente as informações do risco com o dono e envolver a área de riscos no que for necessário.

Responsável pelo Plano de Ação – Deve implementar o plano de ação, apontar a data planejada para conclusão do mesmo e indicar periodicamente ou quando solicitado o status de implementação e as justificativas apropriadas.

Gestão de riscos financeiros

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



Conselho de Administração da Companhia - Órgão de governança da Companhia de deliberação colegiada, é responsável pela orientação geral dos negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo. É responsável, também, dentre outras atribuições, pela eleição dos Diretores e fiscalização da gestão da Companhia. As decisões do Conselho de Administração são tomadas pelo voto favorável da maioria dos seus membros presentes nas respectivas reuniões.

Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance – Órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, regido principalmente pela Resolução CVM 80, pelo disposto no Estatuto Social da Companhia e em seu Regimento Interno. É responsável por acompanhar as atividades do departamento de GRC, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, todos os seus níveis, além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

Diretoria Executiva – Presidente e Vice Presidentes, representantes legais, responsáveis principalmente pela administração da Companhia e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral de seus acionistas e pelo seu Conselho de Administração.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

GRC – É responsável por apoiar a área de tesouraria a identificar, avaliar e mensurar seus riscos e garantir a implementação de controles e mitigação para patamares de menor probabilidade e impacto. Cabe ao Vice-Presidente Financeiro, aprovar o direcionamento das execuções das estratégias adotadas pela Companhia.

Comitê de Finanças – Trata-se de órgão de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, de caráter permanente, submetido à legislação e à regulamentação aplicáveis, formado por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia dentre seus membros para um mandato de 2 anos, cujas atribuições são (a) sugerir alterações ao seu Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico- financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; (c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; (d) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e realização; (e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas; (f) acompanhar quaisquer operações e negociações mencionadas no item (e) acima; (g) analisar e revisar os índices econômico-financeiros, fluxo de caixa e a política de endividamento da Companhia, de modo a sugerir modificações e novas abordagens sempre que considerar necessário; (h) acompanhar e monitorar o custo médio da estrutura de capital da Companhia e sugerir modificações, sempre que considerar necessário, bem como avaliar e debater alternativas de captação de novos recursos para a Companhia; (i) analisar e recomendar oportunidades em relação às operações de financiamento que poderão melhorar a estrutura de capital da Companhia, além de analisar e debater as necessidades de capital de giro e seus impactos na estrutura de capital da Companhia; (j) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial e de seus potenciais reflexos na posição financeira da Companhia, bem como na elaboração de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no que tange à sua política financeira; (k) acompanhar os padrões de negociação dos valores mobiliários da Companhia, bem como as opiniões dos principais analistas de investimentos, propondo medidas que contribuam para a manutenção de um mercado secundário saudável e com liquidez; (l) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

Tesouraria – Departamento interno responsável pela gestão dos ativos financeiros da Companhia e responsável, dentre outras atribuições, pelo reporte da operação ordinária da Companhia aos órgãos de Administração e de governança.

Contabilidade Corporativa - Departamento interno responsável pelo controle e contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia e responsável, dentre outras atribuições, pelo reporte da operação ordinária da Companhia aos órgãos de Administração e de governança

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Controles Internos - Departamento interno, a área de controles internos que compõe a 2ª linha de defesa revisa e avalia periodicamente os processos mais relevantes da Companhia, tendo como referência os riscos inerentes a estes processos. A área mantém uma matriz com os controles chaves identificados, suas principais características com base nas informações capturadas e recebidas pelos gestores das áreas de negócio, a qual é submetida para conhecimento e avaliação da auditoria interna e externa, anualmente ou quando requerida por estas.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional, os controles internos e a política para gerenciamento de riscos são adequados e suficientes para monitorar os riscos inerentes aos seus negócios de maneira eficaz, exercendo a hierarquização das atividades de avaliação de riscos, com a atuação dos agentes citados acima. Dentro da dinâmica de permanente aprimoramento de seus negócios, a estrutura, os controles e a política podem sofrer modificações, de acordo com a necessidade e julgamento da Administração.

Além disso, entendemos que possuímos uma estrutura operacional e controles internos implementados para monitoramento dos riscos de mercado aos quais estamos expostos, considerado o nosso porte e complexidade de nossas atividades.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles adotados pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui mecanismos de gestão de riscos e de controles internos baseados nas diretrizes do “*Internal Control – Integrated Framework*” emitido pelo “*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO 2017*” e NBR-ISO 31000, com o objetivo de manter o adequado monitoramento do ambiente de controles internos atrelados aos seus processos operacionais e financeiros.

A estrutura organizacional da Companhia que atua neste monitoramento é composta de distintas áreas que tem, entre outras, em suas atribuições:

a. Riscos Corporativos: (i) estabelecer as políticas internas sobre o assunto, incluindo o apetite a riscos da Companhia, além de (i) identificar os riscos corporativos e o grau de exposição da Companhia a tais riscos; (ii) associar causas, avaliar impacto, probabilidade de ocorrência e identificação de atividades de controles existentes; (iii) assessorar as áreas no desenho de planos de mitigação dos riscos; (iv) acompanhar a evolução dos planos; (v) reportar e apresentar os resultados à Diretoria Executiva e Conselhos.

b. Controles Internos: (i) implantar, alterar e monitorar de forma otimizada os controles registrados na matriz de riscos e controles; (ii) garantir anualmente a avaliação dos controles internos, através dos procedimentos de revisão e walkthrough; (iii) efetuar avaliações periódicas para garantir que as políticas vigentes na Companhia, estejam de acordo com os objetivos de controle e requerimentos legais, devidamente vigentes, revisadas, aprovadas e disponíveis; (iv) validar todas as políticas que são desenvolvidas na Companhia, realizando a análise de vulnerabilidade e o apontamento dos riscos e controles pertinentes aos processos; (v) disseminar uma cultura de controles internos, através da conscientização do valor agregado que o controle concede ao negócio, mitigando riscos e aumentando a probabilidade da Companhia atingir seus objetivos; (vi) participar ativamente dos projetos estratégicos e das mudanças significativas dos processos para garantir que não exista impactos negativos na estrutura dos controles internos e os riscos não deixem de ser mapeados; (vii) acompanhar a execução dos planos de ação originados de trabalhos da auditoria externa, garantindo que os planos de ação referente às deficiências de controles e recomendações de melhorias sejam devidamente implementados pelas áreas de negócio da Companhia.

c. *Compliance*: (i) disseminar a cultura ética que norteia as atividades da companhia;; (ii) monitorar eventuais violações a leis, regulamentos, Código de Conduta Ética (CCE), e Políticas Internas; (iii) elaborar, sugerir alterações, aprimorar e atualizar o CCE e as Políticas Internas da Companhia; (iv) promover treinamentos aos colaboradores sobre conformidade ao CCE, políticas internas, leis, normas e regulamentos; (v) participar de forma consultiva do Comitê de Ética da Companhia e reportar a eles atividades sobre o Programa de Integridade; (vi) orientar as diretorias

5.2 Descrição dos controles internos

executivas, conselhos e comitês, quando necessário, sobre cumprimento de leis, normas e regulamentos.

As responsabilidades descritas acima têm como finalidade garantir um ambiente adequado de controles que garanta com razoabilidade a mitigação dos riscos operacionais, de crédito, mercado e de tecnologia da informação existentes na Companhia e por consequência a apresentação das demonstrações financeiras livres de distorções materiais.

d. Auditoria Interna: A Companhia também conta com uma Diretoria de Auditoria Interna, atividade de apoio, independente, com reporte ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* Estatutário da Companhia e que objetiva a prestação de serviços de avaliação e de consultoria, tendo como missão agregar valor e incrementar os procedimentos internos da Companhia. A auditoria interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, avaliando e recomendando melhorias da eficácia dos processos de gestão de riscos, de controles internos e de governança corporativa. O planejamento dos trabalhos de auditoria leva em consideração a avaliação de riscos e a identificação dos controles já implantados pela Companhia.

A Companhia considera sua estrutura organizacional e suas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

As responsabilidades atribuídas às áreas da 2ª linha de defesa têm como finalidade garantir um ambiente adequado de controles que garanta com razoabilidade a mitigação dos riscos operacionais, de crédito, de mercado e de tecnologia da informação existentes na Companhia e, por consequência, a adequada apresentação das demonstrações financeiras.

Com base nos relatórios e recomendações das áreas de Auditoria Interna, Compliance e Auditoria Externa, não foram detectadas pela Diretoria da Companhia quaisquer deficiências nos controles internos consideradas como grau de risco relevante a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras, considerando assim que sua estrutura organizacional e suas práticas de controles internos são eficientes e -adequadas ao seu porte e à complexidade de suas atividades.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Conforme citado no item 5.3 subitem (a), Companhia tem em sua estrutura organizacional as áreas de (i) *Compliance* e Canal de Denúncia, (ii) Processos, Riscos Corporativos, e Controles Internos e (iii) Políticas e Regras da Plataforma de *Marketplace*.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

É de responsabilidade da área de Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance e possui autonomia de atuação, avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia conforme o plano anual de auditoria, o qual é revisado e validado pelo referido comitê.

5.2 Descrição dos controles internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas brasileiras e internacionais de auditoria, o auditor independente considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos relevantes e conduziram procedimentos apropriados às circunstâncias em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e emitiram comunicação sobre as deficiências de controles internos identificadas ao longo do processo de auditoria das referidas demonstrações financeiras, o qual não apresentou deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram apontadas deficiências significativas no relatório de recomendações emitida pelos auditores no âmbito da auditoria das demonstrações financeiras. Embora as recomendações apontadas referentes as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 não sejam significativas, elas são acompanhadas e monitoradas pela Diretoria e Comitê de Auditoria.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pela Companhia para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira

(a) se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) *os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

A Companhia monitora e avalia de forma permanente as leis e regulamentos que impactam seus negócios, inclusive a Lei Anticorrupção (nº 12.846/13) e o Decreto nº 8.420. Os processos atinentes ao nosso negócio bem como seus riscos inerentes são avaliados, embasando atualizações e melhorias no programa de integridade da Companhia e na mitigação de riscos de não aderência e conformidade às leis e regulamentos. Isso inclui aprimoramentos relativos ao arcabouço legal ou regulatório inerente às suas atividades, inclusive com seu contato com a Administração Pública.

Como mecanismos e procedimentos de integridade, a Companhia dispõe de:

a) Suporte da Administração: consiste no efetivo comprometimento da alta direção, incluídos o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e os Comitês de Assessoramento (COAUD, Comitê de Pessoas e Governança, Comitê Financeiro) e C-Level, evidenciado pelo apoio e envolvimento visível e inequívoco ao programa, bem como pela destinação de recursos adequados. A Administração busca ainda influenciar e inspirar a conduta dos colaboradores e parceiros, atuando sempre de maneira ética, respeitando as leis, normas e procedimentos, para evitar ou minimizar riscos de imagem à Companhia, à sua reputação e perdas financeiras;

b) Estrutura de Compliance independente responsável pelo Programa de Integridade e que realiza a Avaliação de Riscos de Compliance: identificação dos riscos potenciais e seus impactos nos objetivos negociais da Companhia, possibilitando que de forma recorrente sejam implementadas as mitigações e melhorias necessárias para manter a efetividade do programa de integridade, inclusive em relação a alocação eficiente dos recursos. De forma permanente, a Companhia identifica, avalia, mensura e atua para eliminar ou reduzir os efeitos dos riscos aos quais está exposta. Além disso, classifica cada um desses riscos em função da probabilidade e do impacto esperado, orientando a estratégia de gestão de risco;

c) Políticas, Regulamentos e Procedimentos: os padrões de conduta praticados e exigidos pela Companhia constam no Código de Conduta Ética, assim como nas políticas e procedimentos que são aplicáveis a todos os empregados e administradores, independentemente do cargo ou da função exercida, assim como aos terceiros e outros públicos que mantenham relacionamento com o Grupo. É

5.3 Programa de integridade

por meio desses instrumentos que a Companhia formaliza as diretrizes dos seus negócios e orienta seus públicos quanto as suas ações e decisões;

d) **Análise de Riscos na Contratação de Fornecedores e Parceiros:** em função do conceito de corresponsabilidade, visa mitigar possíveis riscos decorrentes da relação com terceiros ou entidades que possuam histórico de descumprimento de leis, normas e regulamentos vigentes, é fundamental que a Companhia conheça e acompanhe aqueles com quem mantém relação comercial. Por essa razão, estabelece regras de contratação e cadastro, com critérios de objetivos e níveis de controle;

e) **Controles Internos:** mecanismos de controle para assegurar que os riscos sejam mitigados, tanto no nível interno quanto no externo. Os próprios registros contábeis e financeiros são usados para transparecer a realidade do negócio;

f) **Comunicação e Treinamento:** para que se mantenha uma cultura de integridade, é imprescindível a adesão dos times aos mecanismos de capacitação, atualização e especialização. Dessa forma, todos os públicos de relacionamento devem conhecer, na medida do que lhes for solicitado e/ou disponibilizado, as políticas e procedimentos relevantes para a execução de suas atividades. Para tanto, periodicamente, e em diversos canais virtuais ou presenciais, a Companhia comunica os temas relevantes além de disponibilizar todo o repertório de políticas no *ServiceNow*;

g) **Canal de Denúncias:** um Canal de Denúncias é disponibilizado 24 horas por dia em 7 dias por semana para que todos (público interno e externo) possam denunciar qualquer suspeita de irregularidade ou conduta indevida;

h) **Investigação interna:** qualquer indício de comportamento antiético e ilícito deve ser investigado. As investigações são limitadas à apuração dos fatos, devendo ser determinado, de forma plena, se houve ou não uma conduta imprópria, quem são os envolvidos e em quais circunstâncias. As investigações sempre serão independentes e visando a preservação dos envolvidos, a Companhia não divulga os detalhes de uma investigação, nem as decisões tomadas. Em caso de procedente, sanções ao descumprimento são previstas nas Políticas Gestão do Comitê de Ética, Medidas Disciplinares e o Procedimento Recomendações e Orientações Jurídicas para Aplicação de Medidas Disciplinares; e

i) **Monitoramento e Auditoria:** a avaliação contínua da correta execução dos pilares do programa auxilia na identificação de pontos de melhoria, o que garante sua efetividade. O monitoramento é feito de forma disciplinada, de modo que os principais desvios/melhorias identificados sejam priorizados e tratados e que os controles implementados possam ser auditados pela Auditoria Interna sempre que necessário

Todos os pilares acima mencionados também estão focados, englobam possíveis cenários de relacionamento com a administração pública.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas

5.3 Programa de integridade

atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Governança, Riscos e *Compliance* da Companhia é a representante da 2ª linha de defesa, inserida na estrutura da Companhia (Presidência Financeira) e tem atribuições consultivas e executivas, incluindo (i) elaborar, aprimorar e atualizar o Código de Conduta Ética e as Políticas Internas da Companhia; (ii) treinar e orientar os colaboradores conforme o Código de Conduta Ética e as Políticas Internas da Companhia, (iii) disseminar a cultura ética da companhia; (iv) participar consultivamente do Comitê de Ética da Companhia; (v) orientar a Diretoria Executiva, Conselhos e Comitês da Companhia em matérias relacionadas ao cumprimento das leis, normas e regulamentos; (vi) orientar em situações relacionadas ao descumprimento de leis, regulamentos, políticas internas e Código de Conduta Ética; (vii) monitorar mediante avaliação de indicadores e análise de riscos, possíveis violações a leis, regulamentos, Código de Conduta Ética e Políticas Internas da Companhia, comunicando imediatamente a Diretoria Executiva; e (viii) identificar os riscos corporativos e o grau de exposição da Companhia a tais riscos, associar causas, avaliar impacto, probabilidade de ocorrência e identificação de atividades de controles existentes, assessorar as áreas no desenho de planos de mitigação dos riscos, acompanhar a evolução dos planos mencionados, e reportar os resultados à Diretoria Executiva e Órgãos de Governança da Companhia.

O Comitê de Ética foi constituído para assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia, e para suportar a área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) na implementação, gestão e melhoria do Programa de Compliance da Companhia. É um órgão independente, reportando as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. Suas principais atribuições são:

- (i) Deliberar sobre o relatório final de apuração ("Relatório de Apuração") apresentado pela área de Inteligência Preventiva ou outras envolvidas em apuração de desvio do Código de Conduta da Companhia;
- (ii) Atuar com independência, confidencialidade, isonomia, honestidade, decoro, imparcialidade e boa-fé;
- (iii) Reportar periodicamente as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance com a finalidade de orientar sobre os processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia;
- (iv) Recomendar o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- (v) Opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, pela Diretoria Estatutária, pelos demais órgãos internos da Companhia e/ou pela Diretoria/Gerência das áreas, bem como sobre aquelas que tiver conhecimento e considerar relevantes no âmbito de sua competência;
- (vi) Verificar o cumprimento de suas recomendações, inclusive no que se refere ao planejamento de trabalhos;
- (vii) Incentivar e assegurar o comprometimento da Administração da Companhia nas ações de apoio ao Programa de *Compliance*;
- (viii) Zelar pelo cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia e demais políticas e procedimentos do Programa de *Compliance*;

5.3 Programa de integridade

- (ix) Sugerir e apoiar a implementação de medidas necessárias para a disseminação e reforço de uma cultura de ética e integridade na Companhia;
- (x) Supervisionar o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de treinamentos periódicos sobre o Programa de *Compliance*;
- (xi) Orientar o desenvolvimento e funcionamento do Programa de *Compliance*, nos mecanismos de prevenção, detecção e resposta a não conformidades à Leis e regulamentos inerentes aos negócios e atividades da Companhia, e às Políticas, Procedimentos e diretrizes de conduta da Companhia;
- (xii) Garantir o sigilo dos relatos recebidos e a confidencialidade daqueles que forneçam os relatos e as informações;
- (xiii) Analisar os relatórios de investigações internas de desvio de conduta envolvendo a Companhia, deliberar os fatos e informações apuradas e decidir sobre as medidas disciplinares cabíveis a serem implementadas, com acompanhamento contínuo até sua efetivação;
- (xiv) Suportar na regulamentação de meios de recebimento de denúncias, inclusive anônimas, internas e externas à Companhia, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades;
- (xv) Comunicar formalmente à Administração quaisquer suspeitas de: (a) inobservância de normas legais, regulamentares e internas que coloquem em risco as atividades, negócios, reputação e resultados operacionais da Companhia; (b) fraudes cometidas por funcionários da Companhia ou terceiros em relação aos bens ou atividades da Companhia;
- (xvi) Esclarecer eventuais dúvidas e deliberar sobre casos omissos a respeito da interpretação das normas internas e do Código de Conduta Ética da Companhia; e
- (xvii) Recomendar a elaboração ou atualização de políticas internas e do Código de Conduta Ética da Companhia.

A estrutura de compliance da Companhia pode não ser suficiente para prevenir e detectar todos os riscos que podem surgir nos negócios diários da Companhia. Na hipótese de a Companhia não conseguir identificar quaisquer riscos com as ferramentas existentes, a Companhia poderá estar sujeita às responsabilidades da Lei Anticorrupção e do Ato Administrativo, bem como à responsabilidade regulatória administrativa. Para mais informações sobre os riscos aos quais a Companhia está sujeita, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

(iii) se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui Código de Conduta Ética aprovado em 17 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração, que se destina a todos os membros da administração, colaboradores do grupo econômico, parceiros de negócio e fornecedores.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

5.3 Programa de integridade

A Companhia disponibiliza a todos colaboradores, incluindo seus Diretores e Conselheiros, os treinamentos on-line sobre o “Código de Conduta Ética” da Companhia, “Lei Anticorrupção”, “Assédios moral e sexual”, “Segurança da informação” e “Lei Geral de Proteção de Dados”.

- ***as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas***

As sanções aplicáveis em caso de descumprimento das regras e diretrizes do Código de Conduta Ética e Políticas Internas ficarão sujeitos às consequências legais e administrativas aplicáveis, conforme disposto na legislação civil, penal e trabalhista.

As penalidades que se aplicam pela violação do Código de Conduta Ética serão analisadas caso a caso, com imparcialidade, levando em consideração: (i) a natureza e a gravidade da violação; (ii) o cargo (já que quanto maior o cargo, maior é a responsabilidade do colaborador), o histórico do transgressor, suas responsabilidades; (iii) circunstâncias atenuantes ou agravantes à infração cometida; (iv) os meios utilizados e os fins almejados; (v) os riscos envolvidos; e (vi) as possíveis consequências da sanção.

O Comitê de Ética será responsável pelas sanções aplicadas aos casos e por diretrizes relativas às punições.

Entre as penalidades, são elencadas a orientação e a advertência escrita, ou punitivas, como a suspensão, o desligamento sem justa causa e o desligamento com justa causa, sendo que as sanções e critérios estão previstas na Política de Gestão do Comitê de Ética e no Código de Conduta Ética.

- ***órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

O Código de Conduta Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de dezembro de 2020 e está disponível a todos no site <https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>.

- (b) se a Companhia possui canal de denúncias, indicando, em caso positivo:**

- (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncias da Companhia é gerido por empresa terceirizada. O recebimento de denúncias e tratativa inicial são feitos por equipe externa, sendo encaminhadas à área de inteligência preventiva interna da Companhia para as devidas apurações e providências.

- (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

5.3 Programa de integridade

O Canal de Denúncias da Companhia também está aberto ao recebimento de denúncias de terceiros, atendendo a todos os públicos de relacionamento.

(iii) *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

A Companhia possui um Canal de Denúncias que garante que as denúncias, sugestões ou reclamações recebidas sobre fatos que infringem as normas de conduta da Companhia tenham a garantia do total sigilo, confidencialidade e a imparcialidade, e o denunciante pode optar pelo anonimato, e continuar prestando esclarecimentos por meio de número de protocolo informado durante o registro do incidente junto ao canal externo. Os incidentes reportados são direcionados para o devido tratamento pela área de Inteligência Preventiva da Companhia.

(iv) *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias*

De acordo com o tipo de ocorrência, a área de Inteligência Preventiva está autorizada a proceder com as investigações e apurações a respeito de denúncias recebidas, além de requisitar o suporte de outras áreas para suporte na apuração de fatos e na emissão de pareceres e recomendações. A área de Inteligência Preventiva é a responsável pela consistência das apurações realizadas nos processos de investigação, e por adotar todos os métodos de trabalho que entenderem necessários visando a apuração dos fatos relatados, respeitando os limites éticos e legais.

(c) *número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas*

Não aplicável, tendo em vista que não houve desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

(d) *caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido*

Não aplicável. Conforme descrevemos nos itens anteriores, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, bem como para os demais públicos em geral.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada em relação ao último exercício social e, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia a tais riscos

Não houve alterações significativas nos riscos identificados pela Companhia, tampouco alterações significativas na política de gerenciamento de riscos em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e em relação ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
BlackRock Inc.						
	Estados Unidos	Não	Não	19/01/2024		
Sim	JP Morgan		Jurídica	33.851.205/0001-30		
4.881.442	5,134	0	0,000	4.881.442	5,134	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
EK-VV Limited						
18.707.488/0001-57	Nova Zelândia	Não	Não	14/12/2023		
Não						
3.278.591	3,448	0	0,000	3.278.591	3,448	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Goldentree Fundo de Investimento em Ações						
24.069.477/0001-91	Brasil	Não	Não	03/01/2024		
Não						
7.462.394	7,848	0	0,000	7.462.394	7,848	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Michael Klein						
498.139.868-91	Brasil	Não	Não	14/12/2023		
Não						
1.603.064	1,686	0	0,000	1.603.064	1,686	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TWINSF FIM CP IE						
29.033.458/0001-29	Brasil	Não	Não	14/12/2023		
Não						
6.604.018	6,945	0	0,000	6.604.018	6,945	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
81.470	0,086	0	0,000	81.470	0,086	
OUTROS						
71.172.620	74,853	0	0,000	71.172.620	74,853	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
95.083.599	100,000	0	0,000	95.083.599	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	316.344
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1.079
Quantidade investidores institucionais	395

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

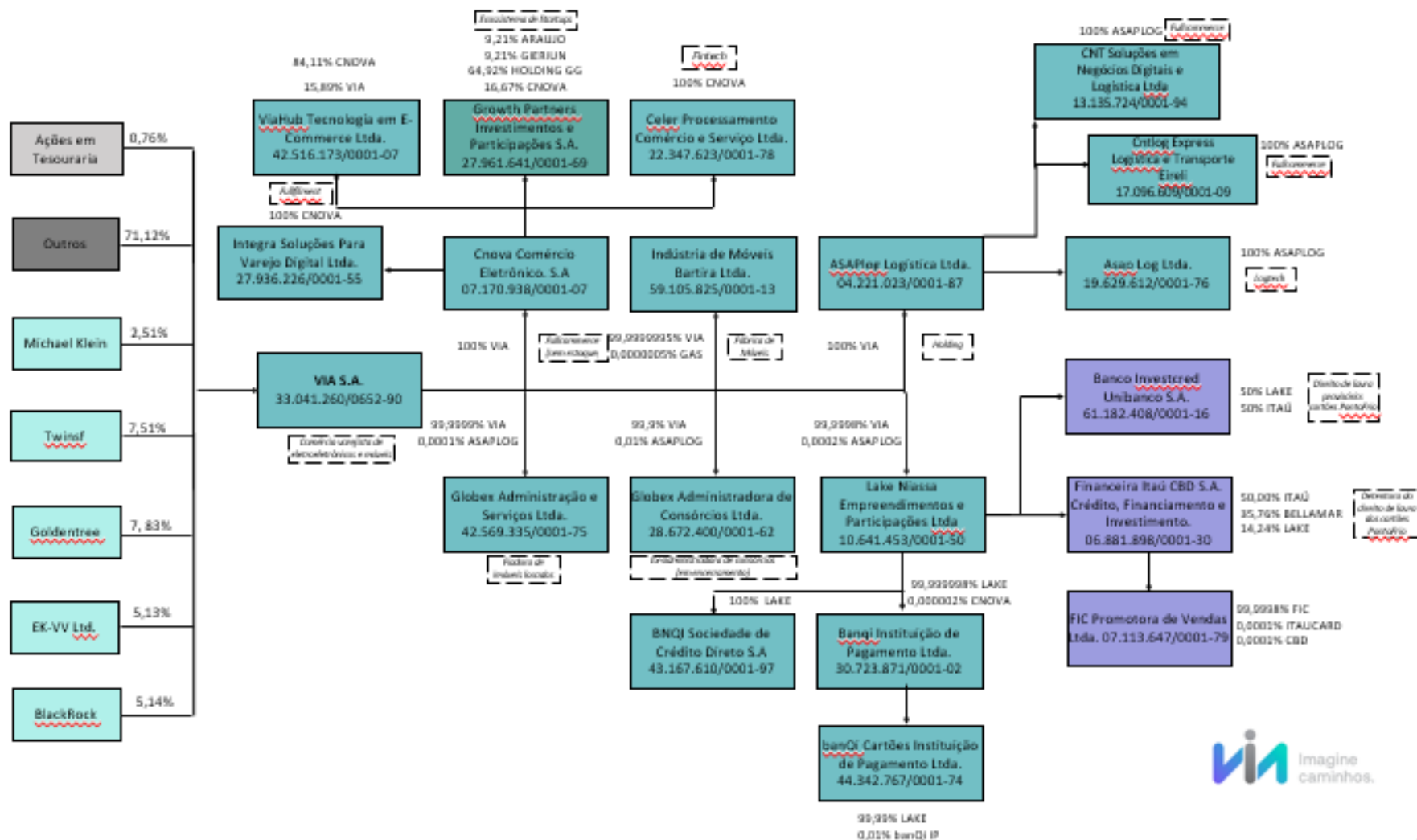
Quantidade ordinárias	94.965.690	99,876%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	94.965.690	99,876%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ASAP LOG LOGISTICA E SOLUÇÕES LTDA	04.221.023/0001-87	100
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	07.170.938/0001-07	100
Globex Administração de Consórcios Ltda.	28.672.400/0001-62	100
Globex Administração e Serviços Ltda.	42.569.335/0001-75	100
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	59.105.825/0001-13	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 – Organograma dos acionistas e do grupo econômico em que a Companhia se insere



6.6 Outras informações relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Em 26 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência encaminhada pelo Morgan Stanley (de forma agregada, por meio de suas subsidiárias Morgan Stanley Capital Services LLC, Morgan Stanley & Co. International plc, Morgan Stanley Uruguay Ltda., Morgan Stanley & Co. LLC, Morgan Stanley Smith Barney LLC, Caieiras Fundo de Investimento Multimercado, Formula XVI Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado – Investimento no exterior e Banco Morgan Stanley S.A.), na qualidade de administrador de investimentos, informando que atingiu a posição equivalente a 5,36% do capital social da Companhia, totalizando de forma agregada, 85.617.876 de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 03 de fevereiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência encaminhada pelo Morgan Stanley (de forma agregada, por meio de suas subsidiárias Morgan Stanley Capital Services LLC, Morgan Stanley & Co. International plc, Morgan Stanley Uruguay Ltda., Morgan Stanley & Co. LLC, Morgan Stanley Smith Barney LLC, Caieiras Fundo de Investimento Multimercado, Formula XVI Fundo de Investimento Multimercado Credito Privado – Investimento no exterior e Banco Morgan Stanley S.A.), na qualidade de administrador de investimentos, informando que alienou ações ordinárias emitidas pela Companhia, sendo que, suas participações, de forma agregada, passaram a ser de 11.620.122 ações ordinárias, representando aproximadamente 0,73% do capital social da Companhia.

Em 02 de março de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência encaminhada pelo BlackRock, na qualidade de administrador de investimentos, informando que alienou ações ordinárias emitidas pela Companhia, sendo que, em 25 de fevereiro de 2022, suas participações, passaram a ser de 47.370.181 ações ordinárias, representando aproximadamente 2,96% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia e 5.655.726 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ordinárias com liquidação financeira, representando aproximadamente 0,35% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Em 24 de julho de 2023, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência encaminhada pelo BlackRock, na qualidade de administrador de investimentos, informando que adquiriu ações ordinárias emitidas pela Companhia, sendo que, em 18 de julho de 2023, suas participações, de forma agregada, passaram a ser de 82.107.441 ações ordinárias, representando aproximadamente 5,136% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia e 13.960.769 instrumentos financeiros derivativos referenciados em ações ordinárias com liquidação financeira, representando aproximadamente 0,873% do total de ações ordinárias emitidas pela Companhia.

Para fins do cálculo do número de ações em circulação informado no item 6.3 deste Formulário de Referência, a Companhia considerou todas as ações de sua emissão, com exclusão das ações mantidas em tesouraria e das ações diretamente detidas por seus administradores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 – Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

A administração da Companhia é exercida por uma Diretoria e um Conselho de Administração, auxiliado por 5 comitês de assessoramento: Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, Comitê de Pessoas e Governança, Comitê de Finanças, Comitê de Divulgação e Negociação e Comitê de Ética. O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento não permanente e está instalado na data deste Formulário de Referência.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* estatutário, possuem mandato de 2 anos, permitida a reeleição. O mandato dos membros do Conselho Fiscal terá prazo correspondente ao período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária que os eleger até a Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente, admitida a reeleição.

Todos os membros da administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, devem subscrever um termo de posse contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia e conforme previsto no artigo 40 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios da Companhia, incluindo a estratégia de longo prazo.

Possui Regimento Interno próprio, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 17 de abril de 2023. O inteiro teor do Regimento Interno do Conselho de Administração foi arquivado no sistema EmpresasNet e está disponibilizado no site de Relações com Investidores da Companhia (ri.via.com.br).

As atribuições do Conselho de Administração da Companhia, além dos poderes previstos em lei, podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração, no *website* de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das S.A., o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração da Companhia. A Companhia possui um Conselho Fiscal não permanente, composto de 3 conselheiros titulares e igual número de suplentes, que somente será instalado mediante requisição de acionistas da Companhia, observada a legislação aplicável.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

As atribuições do Conselho Fiscal podem ser consultadas no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e fisicamente na sede social da Companhia.

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso a Companhia a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal (“Política de Indicação”), a qual foi formalmente aprovada em 17 de abril de 2023 e que pode ser consultada no *website* da CVM (www.cvm.gov.br), no *website* de relações com investidores da Companhia (<https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e presencialmente na sede social da Companhia.

De acordo com a Política de Indicação, a Companhia será responsável por examinar os candidatos a serem eleitos para o Conselho de Administração, com base nas experiências profissionais, capacitação técnica, representatividade econômica, social e cultural.

O Conselho de Administração da Companhia será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição, dos quais, no mínimo 20% ou 2 membros, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração terá 1 Presidente e 1 Vice-Presidente, eleitos pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente ou Principal Executivo da Companhia não poderão ser exercidos simultaneamente pela mesma pessoa.

O Conselho de Administração deverá ser composto por profissionais de alta qualificação, comprometidos com os valores e princípios da Companhia, além de possuírem notável e adequada experiência profissional, técnica e acadêmica, com intuito de que a Companhia se beneficie da pluralidade e complementariedade de opiniões no processo de tomada de decisões.

A indicação de candidatos ao Conselho de Administração poderá ser feita pela administração da Companhia, bem como por qualquer acionista, respeitado o disposto na Resolução CVM 81/2022 e legislação aplicável. Caso o acionista submeta uma indicação de candidato ao Conselho de Administração, tal solicitação deverá ser instruída com cópia de declaração de desimpedimento do indicado, nos termos da Resolução CVM 135/2022, bem como o currículo do candidato, documento esse que deverá conter, no mínimo, sua qualificação, resumo de sua experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional, bem como os cargos os quais atualmente ocupa em outras companhias.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(b) se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência

O processo de avaliação do Conselho de Administração e Comitês na Companhia tem como objetivo geral: “identificar, por meio de uma avaliação efetiva, imparcial e confidencial, oportunidades de melhoria na alavancagem do desempenho do Conselho de Administração e Comitês para que cumpram seus papéis e responsabilidades, contribuindo de maneira definitiva para o aprimoramento da governança corporativa na Companhia”.

O Conselho de Administração, nos termos de seu regimento interno, deve proceder anualmente à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação.

Também é de sua competência promover, a cada 2 anos, a avaliação formal dos resultados da Companhia e do desempenho do Conselho de Administração, dos Comitês Especiais e de cada conselheiro e membro externo dos Comitês da Companhia, individualmente.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Foi adotada a metodologia aderente ao estágio 1, que consiste em:

1. Avaliação com dimensão coletiva que tem como objetivo verificar se o grupo está cumprindo seu papel de geração de valor à organização.
2. Avaliação realizada através de questionários disponibilizados em ferramenta interna de avaliação de competências - coleta de dados por meio de questões abertas ou fechadas, com utilização de escalas de mensuração.
3. Fatores avaliados: definição de perguntas para cada uma das dimensões/fatores a seguir: (a) composição e dinâmica; (b) pessoas e cultura; (c) estrutura e processos; (d) estratégia e negócios; (e) riscos e controles internos.
4. Resultado da avaliação: (a) resultados com devolutiva estrutura e documentada, com base em fatos e dados; (b) devolutivas que resultam em um plano de ação orientações ao desenvolvimento da atuação dos grupos; (c) informações individuais confidenciais; (d) divulgação com foco nos principais pontos de oportunidades de melhoria e ações do plano; (e) acompanhamento sistemático da execução das ações previstas no plano de aprimoramento.

Como resultado esperado, busca-se assegurar a efetiva contribuição do Conselho e dos Comitês na geração de valor e no aprimoramento da governança da Companhia.

(iii) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação interna.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui Política de Conflito de Interesses, cuja última atualização pela administração se deu em 07 de maio de 2021 e que não é divulgada publicamente. O objetivo da referida política é estabelecer as diretrizes gerais para prevenir situações de conflito de interesses que envolvam colaboradores da Companhia, terceiros e/ou agentes públicos, conforme ali definidos, de modo a garantir que os colaboradores atuem sempre no melhor interesse da Companhia.

Nos termos desta política, os colaboradores devem atuar de forma que os interesses particulares próprios ou de pessoas próximas não prevaleçam em detrimento dos interesses da Companhia, em especial nas relações mantidas com terceiros ou agentes Públicos. Os Colaboradores que, em virtude do desempenho regular de suas funções, tiverem poderes para, direta ou indiretamente, tomar, participar ou influenciar qualquer decisão em nome da empresa devem se abster de aprovar, estabelecer condições, elaborar propostas, intervir ou atuar com influência indevida em relações nas quais eles próprios ou quaisquer pessoas próximas a eles possuam um interesse extraprofissional.

(d) por órgão

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgão da Administração	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere Não Responder
Diretoria	-	5	-	-	-
Conselho de Administração Efetivos	1	4	-	-	-
Conselho de Administração Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal Efetivos	2	1	-	-	-
Conselho Fiscal Suplentes	1	2	-	-	-
Total de Membros	4	12	-	-	-

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Órgão da Administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígenas	Prefere Não Responder

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria	-	-	-	-	-	5
Conselho de Administração Efetivos	-	-	-	-	-	5
Conselho de Administração Suplentes	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal Efetivos	-	-	-	-	-	3
Conselho Fiscal Suplentes	-	-	-	-	-	3
Total de Membros	-	-	-	-	-	16

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

	Até 30 anos	De 31 a 50 anos	Acima de 50 anos
Diretoria	0	3	2
Conselho de Administração Efetivos	0	2	3
Conselho de Administração Suplentes	-	-	-
Conselho Fiscal Efetivos	0	0	3
Conselho Fiscal Suplentes	-	1	2
Total de Membros	-	6	10

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Ainda, a Companhia informa no item 7.1 “e” que não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor, ou raça nos órgãos de Administração e Conselho Fiscal. Contudo, a diversidade, equidade e inclusão são valores e compromissos essenciais na Companhia e somos reconhecidos internamente, assim como por órgãos externos pelos avanços na pauta, não sendo admitida qualquer forma de discriminação, conforme expressamente previsto no Código de Ética e Conduta da Companhia. Apesar de não haver formalização do papel explícito dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades, conforme

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

disposto no item 7.1 “f”, compete à Administração, por meio de sua Diretoria Estatutária, a responsabilidade pelo tema.

De acordo com o Código de Ética da Companhia não é admitida qualquer forma de discriminação, como raça, cor, sexo, etnia, idade, idioma, religião, opinião política ou outra, origem nacional ou social, deficiência, propriedade, nascimento ou outro status, conforme dispostos nos tratados de direitos humanos. Além disso, a Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores, o processo de seleção será isento de qualquer inclinação que possa implicar em discriminação. Nesse sentido, a Companhia entende que possui mecanismos adequados e suficientes para mitigar qualquer forma de discriminação e promover a diversidade entre os membros que compõem a administração da Companhia.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia ainda não definiu o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Conforme exposto no item 1.6 deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre todas as normas determinadas pela regulamentação ambiental pertinentes às suas operações, motivo pelo qual entende ser desnecessário definir o papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	2	0	0	0
TOTAL = 15	4	11	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	5
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	3
TOTAL = 15	0	0	0	0	0	0	15

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 – Conselho de Administração

(a) órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Diretoria

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por, no mínimo, 3 e, no máximo, 7 membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um designado obrigatoriamente como Diretor Presidente, e os demais terão as suas designações e deveres de acordo com o estabelecido pelo Conselho de Administração.

Os membros da Diretoria são representantes legais, responsáveis, principalmente, pela administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Algumas das principais atribuições dos Diretores são: (i) submeter ao Conselho de Administração a estrutura básica de organização da Companhia e de suas controladas, bem como definir as atribuições das várias unidades das mesmas; (ii) expedir as normas e regulamentos para o bom funcionamento dos serviços, respeitado o disposto no Estatuto Social; (iii) manter o controle geral da execução de suas deliberações, bem como da avaliação dos resultados da atividade da Companhia e suas controladas; (iv) preparar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os orçamentos anual e plurianual, os projetos de expansão e modernização e os planos de investimento; e (v) submeter ao Conselho de Administração o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia e suas controladas.

As demais competências dos Diretores podem ser consultadas no Estatuto Social da Companhia, por meio do *website* de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/> e no *website* da CVM pelo link: www.cvm.gov.br.

Comitês

Atualmente, a Companhia possui 5 Comitês em funcionamento, a saber: (i) Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*; (ii) Comitê de Pessoas e Governança; (iii) Comitê de Finanças; (iv) Comitê de Divulgação e Negociação; e (v) Comitê de Ética.

O Comitê de Pessoas e Governança e o Comitê de Finanças não são estatutários e foram instituídos na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de maio de 2012, e seus atuais membros foram eleitos em 2022.

Cada um desses Comitês é composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. O Comitê de Pessoas e Governança e o Comitê de Finanças será composto por membros da administração da

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Companhia e/ou pessoas direta ou indiretamente associadas à Companhia, exceto nas hipóteses em que a participação de membros externos seja autorizada pela maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração. O membro do Comitê que também atue na condição de membro do Conselho de Administração da Companhia terá o seu mandato automaticamente extinto no caso de destituição, renúncia ou não recondução ao seu cargo de membro do Conselho de Administração, ou quando da perda de quaisquer das características inicialmente mantidas quando da sua eleição. Todas as regras supradefinidas, bem como as atribuições abaixo, estão expressas em regimento interno próprio de cada.

Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*:

O Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* atua com independência em relação à Diretoria da Companhia, sendo responsável por supervisionar as atividades de gestão de riscos corporativos da Companhia, bem como o cumprimento da legislação aplicável, das políticas, normas e procedimentos internos da Companhia, em todos os níveis, além de avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da Companhia.

Comitê de Pessoas e Governança

Além das atribuições previstas em seu regimento interno, compete aos membros do Comitê de Pessoas, Inovação e Governança: (a) sugerir alterações ao Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) discutir e propor o modelo de estrutura organizacional da Companhia, a ser submetido à apreciação do Conselho de Administração; (c) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como das diretrizes para atração e retenção de talentos; (d) identificar, na Companhia e em suas controladas, potenciais futuros líderes e acompanhar o desenvolvimento das suas respectivas carreiras; e (e) examinar e debater os métodos de recrutamento e contratação adotados pela Companhia e por suas controladas, mediante utilização de companhias brasileiras similares como parâmetro.

Comitê de Finanças

De acordo com o regimento interno do Comitê de Finanças, algumas de suas atribuições são: (a) sugerir alterações ao Regimento, submetendo-as à deliberação do Conselho de Administração; (b) recomendar e acompanhar a adoção dos melhores padrões econômico-financeiros e o processo de implementação e manutenção de tais padrões na Companhia, propondo alterações, atualizações e melhorias ao Conselho de Administração; (c) analisar e revisar o orçamento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e execução; (d) analisar e revisar a viabilidade econômico-financeira dos planos e programas de investimento da Companhia, bem como acompanhar e monitorar a sua implementação e realização; e (e) analisar, revisar e recomendar medidas e ações para as negociações de qualquer incorporação, fusão e aquisição ou de qualquer operação semelhante envolvendo a Companhia ou quaisquer de suas controladas.

Comitê de Divulgação e Negociação

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

O Comitê de Divulgação e Negociação possui as seguintes atribuições: (a) revisar anualmente a lista de pessoas que tenham aderido as Políticas de Negociação e Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação De Sigilo da Companhia e estejam obrigadas à observância das regras ali descritas, com o objetivo de mantê-la atualizada e garantir a adesão de todas as pessoas que, no interesse da Companhia, devam estar sujeitas à sua observância e cumprimento, além daquela pessoas já obrigadas pela Resolução CVM 44; (b) assessorar, discutir e recomendar ao Diretor de Relações com Investidores no que se refere às informações a serem divulgadas ou não ao mercado, por quaisquer meios, entre os quais o Formulário de Referência, fatos relevantes, comunicados ao mercado e press-releases, fundamentando sua recomendação; e (c) auxiliar o Diretor de Relações com Investidores em matérias por ele submetidas ao comitê dentro do escopo das Políticas de Negociação e Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação De Sigilo.

Comitê de Ética

Além das atribuições definidas pelo seu regimento interno, compete aos membros do Comitê de Ética: (a) reportar periodicamente as suas atividades ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, para orientação em relação aos processos e atividades executadas nos diversos níveis da Companhia; (b) recomendar o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias; (c) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance*, pela Diretoria Estatutária, pelos demais órgãos internos da Companhia e/ou pela Diretoria/Gerência das áreas, bem como sobre aquelas que tiver conhecimento e considerar relevantes no âmbito de sua competência; (d) verificar o cumprimento de suas recomendações, inclusive no que se refere ao planejamento de trabalhos; e (e) Incentivar e assegurar o comprometimento da alta administração da Companhia nas ações de apoio ao Programa de Compliance.

(b) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se a Companhia possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A contratação de serviços por auditores independentes, sejam relacionados ou não relacionados à auditoria, deverá ser precedida de manifestação favorável do Diretor Executivo de Finanças, que reportará tais serviços ao Conselho Fiscal, se instalado, e ao Comitê de Auditoria, Riscos e *Compliance* da Companhia.

Trimestralmente, o Conselho de Administração recebe o relatório sumário do andamento da prestação dos serviços dos auditores independentes pré-aprovados e os correspondentes aos honorários autorizados e faturados. A destituição ou a substituição deverá ser aprovada, previamente, pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A Companhia possui uma Política de Contratação de Serviços Relacionados e não Relacionados à Auditoria desde 20 de janeiro de 2015, com a última atualização realizada em 06 de dezembro de 2019. A referida política não é divulgada publicamente.

(c) se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas de ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não possui canal específico para questões relacionadas a temas e práticas de ASG, mas dispõe de um canal para receber denúncias gerais, internas e externas, conforme descrito no item 5.3 deste Formulário de Referência.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	André Coji	CPF:	051.271.338-30	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	04/02/1964
------	------------	------	----------------	-------------	--	----------------	--------	-------------	---------------------------	---------------------	------------

Experiência Profissional: O Sr. André Coji é membro do Conselho de Administração da Companhia e também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Companhia de setembro de 2019 até abril de 2020, eleito subsequentemente para ocupar a posição de Membro do Conselho Fiscal da Companhia, posição na qual se manteve até abril de 2023, quando foi nomeado novamente membro do Conselho de Administração. É formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, com certificação pelo IBGC. Gestor de patrimônio familiar (multi-family office) com ampla rede de relacionamento profissional. Mais de 20 anos de experiência em administração financeira e controladoria atuando como diretor em Private Banking e Gestão Patrimonial Familiar (Family Office) e por 10 anos atuou como Diretor da Tecnisa onde conduziu o IPO. Atualmente, também ocupa a posição membro efetivo do Conselho de Administração da CEEEG, membro efetivo do Conselho Fiscal da B3 (desde abril de 2020), membro efetivo do Conselho Fiscal da EspaçoLaser (desde abril de 2021), membro efetivo do Conselho Fiscal da Petz (desde abril de 2022), membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Siderurgica Nacional (desde abril de 2018). Adicionalmente, o Sr André Coji teve atuações pela Tecnisa, Smiles, Vitacon, Citibank e outros. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Não	09/03/2023

Nome Claudia Woods

CPF: 098.823.117-41

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 26/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Nascida em 1974 em São Paulo, mudou-se ainda jovem para a cidade do Rio de Janeiro. Viveu lá até os 11 anos, quando, por motivos do trabalho do seu pai norte-americano se mudou aos Estados Unidos. Em 1997, Woods se formou em economia pelo Bowdoin College. Ainda no campo acadêmico, e executiva possui mestrado em Estratégia e Marketing pela UFRJ e certificado em negócios pela Universidade de Harvard. Um ano antes de concluir sua graduação, Claudia foi contratada pela Kaiser Associates. Chegando ao cargo de sênior em negócios ao longo dos seus 3 anos na empresa. Ainda na década de 90, Woods retornou ao Brasil. Em 2000, a executiva foi contratada para a função de gerente de marketing da Ibest. Função que ocupou até 2004. Em dezembro de 2005, Claudia assumiu o cargo de Gerente de Marketing da Predicta. Cargo que ocupou por quase 5 anos, até agosto de 2010. 3 meses mais tarde, a Woods se tornou CMO da Clickon na América Latina. Woods trabalhou na multinacional por 1 ano e 5 meses. Em abril de 2014, a empresária foi contratada para ser diretora de Marketing e Negócios da Walmart. Claudia ficou 7 meses no cargo. No final de 2014, foi chamada para o Banco Original. Durante 2 anos, ela foi Superintendente Executiva dos Canais de Marketing da instituição. Em fevereiro de 2017, Woods passou a ser diretora do grupo. Em maio de 2018, Claudia assumiu a posição de CEO na WebMotors, área do Grupo Santander voltada ao e-commerce de automóveis. Sendo que está entre as principais empresas do ramo no Brasil, com audiência mensal acima de 10 milhões de pessoas. Menos de um ano depois, em janeiro de 2019, Woods foi confirmada como CEO do Uber. Função que assumiu um mês depois de sua confirmação e permanecendo por 2 anos e meio na função. Em julho de 2021 assume como CEO do WeWork, mandatada a convite do SoftBank. Claudia é membro do Board da Oi Telecom desde 2020 e da Ambev desde 2021.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 50").

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Não	26/04/2022

Nome Cynthia May Hobbs Pinho **CPF:** 955.227.007-34 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheira **Data de Nascimento:** 17/08/1964

Experiência Profissional: A Sra. Cynthia May Hobbs Pinho é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. Graduada em Engenharia Química pela UFRJ e Conselheira Certificada pelo IBGC. A sra. Cynthia é uma executiva com visão estratégica e vivência em áreas de Negócios e em Conselhos de Administração adquirida em empresas de diferentes segmentos: Ambev, Grupo Ultra, DASA, Schneider e CPFL Renováveis, tendo atuado em posições como Conselheira de Administração e Fiscal, CFO e VP de Operações ao longo de sua trajetória profissional de mais de 30 anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	AGO 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2024	Não	19/04/2023

Nome Elcio Mitsuhiro Ito **CPF:** 246.653.588-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 05/04/1975

Experiência Profissional: Elcio Mitsuhiro Ito, atualmente CFO da Companhia, é formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, Elcio Ito possui MBA Finanças pela Saint Mary's University no Canadá e Mestrado em Economia Política pela PUC-SP. Profissional com mais de 25 anos de experiência nas áreas Financeira, Planejamento e Commodities, iniciou sua trajetória no Lloyds Bank e construiu carreira de 10 anos na General Motors, dos quais 4 anos nos EUA, Suíça e Alemanha, sendo sua última posição como Tesoureiro da operação brasileira. Em 2011 ingressou na BRF acumulando diversas funções, sendo a última como CFO. Em dezembro de 2019, Elcio Ito ingressou na lochpe-Maxion como Diretor Financeiro, entre outras funções, atuando até junho de 2023. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	21/06/2023	03/05/2025	Outros Diretores	Vice-Presidente Financeiro	10/07/2023	Não	10/07/2023

Nome Fábio Antônio Pereira

CPF: 105.056.268-29

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 16/07/1967

Experiência Profissional:

Sr. Fábio Antônio Pereira, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. É graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Ciências Contábeis e Direito pela Universidade Paulista (UNIP), com MBA em Gestão de Negócios pela FGV-RJ. Atualmente é CFO da Armco do Brasil S.A. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen, onde permaneceu de 1989 a 2003, tendo posteriormente atuado na Deloitte. Foi diretor de Controladoria, Tributário e de Controles Internos em diversas empresas, tais como Grupo SBF (Lojas Centauro), Gafisa, Gol e Cosern (Grupo Neoenergia). Foi CFO da ID&T e do Grupo Fast Solutions. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da Construtora Tenda S.A e membro dos Conselhos Fiscais da Multiner S.A. e da Mesa Participações S.A., empresas do ramo de energia, controladas pelo Grupo Bolognesi. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	AGO 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2024	Não	27/04/2021

Nome Magalí Rogéria de Moura Leite

CPF: 019.732.627-70

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Bacharel em Letras

Data de Nascimento: 24/07/1971

Experiência Profissional:

A Sra. Magali Rogeria de Moura Leite é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, possui licenciatura em Letras, sendo pós-graduada em Análise Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1999) e tendo MBA em Gestão Empresarial pelo IBMEC (2012). A Sra. Magali é conselheira certificada pelo IBGC (2015), tendo ainda cursado o "Executive Program Strategy ; Organization" em Stanford (EUA) (2015) e o Programa de Mentoria para Conselheiras (IFC/WCD/IBGC) (2018). Dentre outras funções, a Sra. Magali atuou como Finance Business Partner da sociedade holding das Organizações Globo (empresa do setor de comunicações) de 1997 a 2001; Diretora de Finanças e Operações e Controller da Elsevier (empresa do ramo editorial) entre 2002 e 2007; Diretora Financeira da SantaCruz Distribuidora de Medicamentos (empresa do setor de medicamentos) entre 2008 e 2012; Diretora Executiva de Compras e Logística e membro suplente do Conselho de Administração da Claro (empresa do setor de telecomunicações) entre 2012 e 2013; Diretora de Finanças Global da Contax (atual LIQ) (empresa de terceirização de processos de negócios) entre 2013 e 2015 e Vice-Presidente de Finanças e Magalí Rogéria de Moura Leite - 019.732.627-70

A Sra. Magali Rogeria de Moura Leite é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia, possui licenciatura em Letras, sendo pós-graduada em Análise Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1999) e tendo MBA em Gestão Empresarial pelo IBMEC (2012). A Sra. Magali é conselheira certificada pelo IBGC (2015), tendo ainda cursado o "Executive Program Strategy ; Organization" em Stanford (EUA) (2015) e o Programa de Mentoria para Conselheiras (IFC/WCD/IBGC) (2018). Dentre outras funções, a Sra. Magali atuou como Finance Business Partner da sociedade holding das Organizações Globo (empresa do setor de comunicações) de 1997 a 2001; Diretora de Finanças e Operações e Controller da Elsevier (empresa do ramo editorial) entre 2002 e 2007; Diretora Financeira da SantaCruz Distribuidora de Medicamentos (empresa do setor de medicamentos) entre 2008 e 2012; Diretora Executiva de Compras e Logística e membro suplente do Conselho de Administração da Claro (empresa do setor de telecomunicações) entre 2012 e 2013; Diretora de Finanças Global da Contax (atual LIQ) (empresa de terceirização de processos de negócios) entre 2013 e 2015 e Vice-Presidente de Finanças e Administração do Grupo Bandeirantes de Comunicação (empresa do setor de comunicações) entre 2017 e 2019. Atualmente, a Sra. Magali é CEO da EspaçoLaser desde março de 24; Presidente da Diretoria Executiva do Ibef-SP (entidade de representação de executivos e empresários) desde março 2023; e conselheira fiscal suplente do MAM - Museu de Arte Moderna desde agosto de 2020 e da Embraer desde abril 2024.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	AGO 2025	Pres. C.F.Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2024	Não	27/04/2021

Nome Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior **CPF:** 769.488.977-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 16/11/1961

Experiência Profissional: O Sr. Olavo Fortes Campos Rodrigues Junior é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; graduado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie São Paulo – Brasil. Iniciou sua carreira na Arthur Andersen nas áreas de Auditoria e Consultoria. Possui experiência profissional na gestão de empresas de serviços, indústria e varejo, em empresas nacionais e multinacionais, no Brasil e no exterior. Trabalhou no Carrefour e na Pepsi-Cola Engarrafadora como Diretor Executivo. Foi Gerente Geral da Divisão de Varejo da Alcoa Brasil e Gerente Geral (CEO) da Alcoa Argentina, uma das maiores produtoras de alumínio no mundo. Atuou como Diretor Presidente (CEO) do Grupo Siciliano, rede de livrarias, editoras e comércio eletrônico e Diretor Superintendente (CEO) do Grupo Papaiz, cuja atividade principal é a fabricação de cadeados, fechaduras e componentes para esquadrias. Há mais de 15 anos dedica-se a atividades de governança corporativa e trabalhos de consultoria em governança (capacitação e formação de conselhos) e gestão de negócios em empresas familiares de diversos segmentos. É membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, desde 2006. Possui sólida experiência em Governança Corporativa, tendo participado ou participa como conselheiro das seguintes empresas: Duke Energy S.A., Gafisa S.A., Tenda S.A., Renova Energia S.A., Saraiva S.A., dentre outras.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	AGO 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor Ordinaristas		30/04/2024	Não	04/06/2020

Nome Rafael Xavier Vianello **CPF:** 265.064.208-47 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 20/05/1977

Experiência Profissional: O Sr. Rafael Xavier Vianello, é membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia. É graduado em direito pela Universidade Paulista (2000), LLM em Direito Societário pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, São Paulo (2008). Atuou como Diretor Global Tributário para Américas na sede da AB-Inbev, Bélgica, 2018-2020, e foi Sócio de Tributário da PwC, Nova York, 2013–2016. Atualmente é sócio líder da área tributária do escritório Pinheiro Guimarães Advogados.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	AGO 2025	C.F.(Suplent)Eleito p/Minor Ordinaristas		30/04/2024	Não	27/04/2021

Nome Raphael Oscar Klein **CPF:** 218.137.128-83 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 07/10/1977

Experiência Profissional: O Sr. Raphael Oscar Klein é membro do Conselho de Administração e também Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia. Pertence à família Klein, é neto do Sr. Samuel Klein, imigrante polonês e fundador da maior rede de varejo do Brasil, a Casas Bahia. Formado em administração de empresas, ao lado de seu pai, Michael Klein, Raphael conduziu a associação da Casas Bahia com o Ponto Frio, criando a Via, companhia da qual ele foi CEO até novembro de 2012. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2014. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (controlada da Companhia) de 2010 a 2013. Em 2014, participou do Private Wealth Management Program, na Family Business and Office School em Miami, EUA. Em 2017, Raphael criou o fundo de Investimentos, Kviv Ventures, que tem como uma de suas missões, impactar, de modo positivo, a sociedade, trazendo oportunidades de fortalecimento e crescimento. Graduado na HBS OPM - Owner/President Management, Unidade 49, 2017. Desde 2020, Raphael é membro do Advisory Board da Igah Ventures e EB Capital. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2024	Não	04/06/2020

Nome Renato Carvalho do Nascimento **CPF:** 633.578.366-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 07/04/1971

Experiência Profissional: O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é membro independente e atual presidente do Conselho de Administração da Companhia e sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Graduiu-se em engenharia mecânica pela Escola Politécnica da USP, com um MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa (TESA3). Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova Iorque e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de presidente do conselho da Maeda e da TMA no Brasil. Renato foi professor de finanças do curso de MBA do Insper em São Paulo. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2024	Não	18/05/2012

Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	30/04/2024	Não	18/05/2012
---------------------------	------------	----------	---	------------	-----	------------

Nome	Renato Horta Franklin	CPF:	043.417.436-00	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de empresas	Data de Nascimento:	15/07/1981
-------------	-----------------------	-------------	----------------	--------------------	--	-----------------------	--------	--------------------	---------------------------	----------------------------	------------

Experiência Profissional:	Renato Horta Franklin, é o atual Diretor Presidente da Companhia. Graduado em Administração de Empresas pela PUC Minas, e bacharel em Ciências Contábeis com ênfase em controladoria, com MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FDC e INSEAD/França, e Liderança Executiva pelo IMD (Institute of Management Development)/Suíça. Trabalhou por mais de 10 anos na Vale S.A., empresa do setor de mineração, tendo ocupado as posições de Gerente Geral período de 2010 a 2013, nas áreas de Finanças, Suprimentos e Planejamento Estratégico, e no período de 2013 a 2014 trabalhou como líder da área de Suprimentos da Suzano Papel e Celulose, empresa do setor de papel e celulose. Atuou como Diretor Executivo na Movida Rent a Car de 2014 a 2015, e neste mesmo ano foi eleito como CEO da Movida. Desde 2020, Sr. Renato também atua como Conselheiro Emerito na ONG Capitalismo Consciente Brasil. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.
----------------------------------	--

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2023	03/05/2025	Diretor Presidente / Superintendente		03/05/2023	Não	03/05/2023

Nome Rogério Paulo Calderón Peres

CPF: 035.248.608-26

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 02/02/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Rogério Paulo Calderón Peres é membro independente do Conselho de Administração da Companhia; possui graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e ciências contábeis pela Faculdade Paulo Eiró – FAPEI. Possui pós-graduações em estratégia, finanças e governança corporativa pelas universidades Western Ontario, Princeton e Harvard. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Alupar S.A. e da Nu Holdings Ltd. (Holding do Nubank), sendo também chairman de seus comitês de Auditoria e Riscos, tendo sido anteriormente membro coordenador e especialista financeiro da B3, além de ter integrado outros conselhos de administração e comitês de auditoria, financeiros, de pessoas e de remuneração em outras companhias listadas. Sua trajetória profissional anterior compreende as posições de Latin American CFO do banco HSBC (e membro do HSBC Finance World Board); Diretor de Controle Corporativo, de Relações com Investidores e CFO das operações internacionais do Itaú Unibanco S.A.; Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores do Unibanco S.A.; Vice-Presidente de Administração e Finanças da Bunge Fertilizantes S.A.; e profissional de auditoria e consultoria da PwC, sendo 10 anos como sócio. Participações acadêmicas como professor e conselheiro departamental (matéria CFC - Contabilidade, Finanças e Controle) na Escola de Administração do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2024	AGO 2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2024	Não	02/09/2019

Nome Sérgio Augusto França Leme **CPF:** 151.151.448-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 05/12/1971

Experiência Profissional: Sérgio Augusto França Leme, atualmente Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores da Companhia, é um líder com mais de 25 anos de experiência multifuncional, sendo o cargo de Managing Director do Patria Investimentos sua última experiência, onde foi responsável pela área de Value Creation do private equity. Anteriormente foi Presidente da Whirlpool México por quatro anos, tendo sido reconhecido no México pelo Great Place to Work como “Most Trusted CEO” do país para grandes empresas. Esteve no Brasil com a Whirlpool por outros 10 anos, respondendo por S&OP, logística, vendas, marketing e novos negócios. Foi também consultor sênior da Bain & Co. no escritório de São Paulo. Sua carreira começou na Alcoa Alumínio, onde trabalhou por quatro anos no Brasil e outros dois nos EUA, na área de suprimentos. Sérgio possui uma experiência cultural diversificada, tendo morado, trabalhado e estudado nos EUA, México, Reino Unido e Brasil. É economista pela FEA-USP e tem um MBA full-time da London Business School (LBS). Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/05/2023	03/05/2025	Outros Diretores	Vice-Presidente Administrativo e Diretor de Relações com Investidores	03/05/2023	Não	26/06/2019

Nome Susana Hanna Stiphan Jabra **CPF:** 037.148.408-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 26/08/1957

Experiência Profissional: Sra. Susana Hanna Stiphan Jabra é membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia; é bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, com especialização em Administração Financeira pela PUC-SP e MBA em Finanças pelo IBMEC, além de ser Mediadora certificada pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGVLaw). A Sra. Susana conta com sólida formação acadêmica em Economia e Finanças, com mais de 35 anos de experiência em empresas de grande e médio porte, tendo participado de importantes operações realizadas no mercado de capitais. Conselheira independente, mentora de conselheiros e acionistas, atuando há mais de 20 anos como conselheira de administração e fiscal em mais de 20 companhias listadas na B3, certificada para Conselheira de Administração Experiente IBGC (CCA+ IBGC) e também por experiência como Conselheira Fiscal. Como conselheira, possui experiência em empresas de vários setores – energia, mineração, logística, tecnologia, construção civil, alimentos, financeiro, mídia, auto-peças, telecomunicações, ambiental e cultural. Atuação em decisões estratégicas, com impacto na continuidade dos negócios, incluindo a viabilização financeira via fusões e aquisições, IPOs e demais mecanismos de estruturação de capital. Proficiência em governança corporativa, em seu conceito amplo, incluindo os aspectos ambientais e sociais das companhias – ESG.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	30/04/2024	AGO 2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		30/04/2024	Não	19/04/2023

Nome Tiago Celso Abate

CPF: 217.489.338-09

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 12/06/1980

Experiência Profissional:

Tiago Celso Abate, atualmente Diretor Executivo de Soluções Financeiras da Companhia, é economista, natural de São Paulo – SP, possui mais de 20 anos de experiência no setor financeiro, tendo ocupado cargos de liderança em grandes empresas nacionais. Sua vasta experiência inclui a gestão de áreas como planejamento comercial, modelo de incentivos, gestão de operações e desenvolvimento de estratégias de CRM. Mais recentemente, conduziu o estabelecimento de operações de microcrédito no Brasil e em vários países da América Latina, liderou a transformação digital, gerenciou programas de fidelidade e liderou toda a estratégia de pessoa física no banco Santander. Possui vasta formação acadêmica, incluindo múltiplas pós-graduações em áreas como Digital Business, Gestão Estratégica de Negócios de Varejo e Administração de Empresas. Tiago é graduado em economia pela PUC-SP e pós graduado em gestão de negócios pela FGV e retail operations pela NYU, possui especializações em finanças pela IBMEC e liderança de negócios pela IESE e ESADE. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/02/2024	03/05/2025	Outros Diretores	Diretor Executivo de Soluções Financeiras	28/02/2024	Não	28/02/2024

7.4 Composição dos comitês

Nome: André Coji

CPF: 051.271.338-30

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 04/02/1964

Experiência Profissional:

O Sr. André Coji é membro do Conselho de Administração da Companhia e também membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance. Atuou como Membro do Conselho de Administração da Companhia de setembro de 2019 até abril de 2020, eleito subsequentemente para ocupar a posição de Membro do Conselho Fiscal da Companhia, posição na qual se manteve até abril de 2023, quando foi nomeado novamente membro do Conselho de Administração. É formado em Administração de Empresas pela FGV-SP e em Direito pela Faculdade de Direito São Francisco, com certificação pelo IBGC. Gestor de patrimônio familiar (multi-family office) com ampla rede de relacionamento profissional. Mais de 20 anos de experiência em administração financeira e controladoria atuando como diretor em Private Banking e Gestão Patrimonial Familiar (Family Office) e por 10 anos atuou como Diretor da Tecnisa onde conduziu o IPO. Atualmente, também ocupa a posição membro efetivo do Conselho de Administração da CEEEG, membro efetivo do Conselho Fiscal da B3 (desde abril de 2020), membro efetivo do Conselho Fiscal da EspaçoLaser (desde abril de 2021), membro efetivo do Conselho Fiscal da Petz (desde abril de 2022), membro efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Siderurgica Nacional (desde abril de 2018). Adicionalmente, o Sr André Coji teve atuações pela Tecnisa, Smiles, Vitacon, Citibank e outros.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	09/03/2023	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		09/03/2023	Não	09/03/2023

Nome:

Claudia Woods

CPF:

098.823.117-41

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Economista

Data de Nascimento:

26/08/1975

Experiência Profissional:

A Sra. Claudia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia. Nascida em 1974 em São Paulo, mudou-se ainda jovem para a cidade do Rio de Janeiro.

Viveu lá até os 11 anos, quando, por motivos do trabalho do seu pai norte-americano se mudou aos Estados Unidos. Em 1997, Woods se formou em economia pelo Bowdoin College. Ainda no campo acadêmico, e executiva possui mestrado em Estratégia e Marketing pela UFRJ e certificado em negócios pela Universidade de Harvard. Um ano antes de concluir sua graduação, Claudia foi contratada pela Kaiser Associates. Chegando ao cargo de sênior em negócios ao longo dos seus 3 anos na empresa. Ainda na década de 90, Woods retornou ao Brasil. Em 2000, a executiva foi contratada para a função de gerente de marketing da Ibest. Função que ocupou até 2004. Em dezembro de 2005, Claudia assumiu o cargo de Gerente de Marketing da Predicta. Cargo que ocupou por quase 5 anos, até agosto de 2010. 3 meses mais tarde, a Woods se tornou CMO da Clickon na América Latina. Woods trabalhou na multinacional por 1 ano e 5 meses. Em abril de 2014, a empresária foi contratada para ser diretora de Marketing e Negócios da Walmart. Claudia ficou 7 meses no cargo. No final de 2014, foi chamada para o Banco Original. Durante 2 anos, ela foi Superintendente Executiva dos Canais de Marketing da instituição. Em fevereiro de 2017, Woods passou a ser diretora do grupo. Em maio de 2018, Claudia assumiu a posição de CEO na WebMotors, área do Grupo Santander voltada ao e-commerce de automóveis. Sendo que está entre as principais empresas do ramo no Brasil, com audiência mensal acima de 10 milhões de pessoas. Menos de um ano depois, em janeiro de 2019, Woods foi confirmada como CEO do Uber. Função que assumiu um mês depois de sua confirmação e permanecendo por 2 anos e meio na função. Em julho de 2021 assume como CEO do WeWork, mandatada a convite do SoftBank. Claudia é membro do Board da Oi Telecom desde 2020 e da Ambev desde 2021.

Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 50").

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	16/12/2022	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Pessoas e Governança		16/12/2022	Não	16/12/2022

Nome: Hélio Muniz Garcia **CPF:** 874.401.217-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bacharel em Comunicação **Data de Nascimento:** 23/01/1965

Experiência Profissional: O Sr. Helio Muniz é diretor de Relações Institucionais, Sustentabilidade, Diversidade e Comunicação da Companhia, bem como diretor presidente da Fundação Casas Bahia, braço de Responsabilidade Social da empresa. Já foi diretor de Marca e Comunicação da empresa educacional Kroton (atual Cogna), diretor de Comunicação e Responsabilidade Social América Latina da Avon e diretor de Comunicação e Gestão de Crises do McDonald's Brasil. É jornalista formado pela Universidade Federal Fluminense com MBA em Marketing pela FiA (USP) e especialização em gestão de crises pela IATA. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	08/07/2019	Indeterminado	Comitê de Divulgação e Negociação		08/07/2019	Não	08/07/2019

Nome: LUIZ CARLOS NANNINI **CPF:** 038.563.538-95 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/01/1960

Experiência Profissional: O Sr. Luiz Carlos Nannini é membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance da Companhia. Possui mais de 30 anos de experiência em prestação de serviços de auditoria independente, incluindo preparação de demonstrações financeiras de acordo com o IFRS e com os GAAP dos EUA; due diligence; implementação de controles internos (incluindo controles de TI); reestruturação societária; planejamento e questões tributárias; e participação em Conselhos Consultivos no Brasil, nos EUA e em outros países. Atualmente é membro do Conselho Fiscal da TOTVS S.A. e da Localiza Rent a Car S.A., bem como membro do Comitê de Auditoria da Cogna Educação S.A. e da Pravalor S/A. Atuou durante 32 anos para E&Y, empresa de auditoria independente responsável por trabalhos para grandes grupos empresariais financeiros, industriais, serviços e varejo. Graduado em Ciências Contábeis, com diversos cursos de especialização no Brasil e no exterior, incluindo Curso de Liderança em Harvard. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/07/2020	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance		07/07/2020	Não	12/09/2019

Nome:

Marco Antonio Moreira
Pinto Santana

CPF:

280.663.258-78

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro
Mecânico

Data de
Nascimento:

01/01/1980

Experiência Profissional:

O Sr. Marco Antônio Moreira Pinto Santana é membro do Comitê de Pessoas e Governança. Executivo com 20 anos de experiência em Consultoria, Estratégia e Gestão de Pessoas nas Américas. Liderança de negócios de consultoria nos Estados Unidos (Nova York) e na América Latina, gerenciando equipes e orçamentos em diversos países e unidades de negócios, em diferentes estágios (start-up, crescimento, regionalização e turn-around). Atuação em diferentes consultorias globais: Mercer, Willis Towers Watson e Korn Ferry (atual). Apoio a clientes na estratégia efetiva de M&A e implementação de novos programas de RH, em amplo conjunto de áreas: cultura, comunicação e gestão de mudanças, remuneração, benefícios, liderança e gestão de talentos. Consultoria na concepção, implementação e conformidade de programas de Remuneração Total na América Latina, incluindo: remuneração executiva, otimização de remuneração, incentivos de curto e longo prazo, gestão de desempenho, estruturas de carreira, remuneração do conselho de administração, incentivos de vendas, avaliação de cargos, estrutura salarial, benefícios e mobilidade internacional. Projetos desenvolvidos em Design Organizacional, incluindo diagnósticos, desenvolvimento de modelo operacional, revisão da estrutura organizacional e otimização de custos. Graduado em Engenharia Mecânica e possui diversos cursos na FGV, Insper, Singularity University e Northwestern University at the Kellogg School of Management. Formação em Governança Corporativa pelo IBGC e palestrante frequente em eventos de negócios locais e internacionais.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto de 2021 ("Resolução CVM 50").

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	04/10/2022	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Pessoas e Governança		04/10/2022	Não	04/10/2022

Nome: Orivaldo Padilha **CPF:** 043.844.518-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 09/08/1961

Experiência Profissional: Orivaldo Padilha atua há quase 40 anos no Varejo (Via, St Marche, Pão de Açúcar, Sendas, Wal*Mart e Carrefour). Desenvolveu sua carreira em Operações, Comercial e Finanças. Foi gerente de loja, diretor comercial, Diretor Geral, COO e CFO & RI. Também foi auditor na KPMG e tax planing na ITAUSA. Enquanto CFO & RI na Companhia, foi eleito por duas vezes um dos melhores CFOs da América Latina no ranking Executive Team Midcap, da categoria Retailing, da Institutional Investor - uma publicação norte-americana de forte reputação e relevância. Formado em Administração de Empresas, tem especialização em Direito Tributário. Foi Professor de Contabilidade e Administração Financeira e também tem formação como Conselheiro de Administração pelo IBGC. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	26/06/2019	Indeterminado	Comitê de Divulgação e Negociação		26/06/2019	Não	26/06/2019

Nome: Raphael Oscar Klein

CPF: 218.137.128-83

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador

Data de Nascimento: 07/10/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Raphael Oscar Klein é membro do Conselho de Administração e também Presidente do Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia. Pertence à família Klein, é neto do Sr. Samuel Klein, imigrante polonês e fundador da maior rede de varejo do Brasil, a Casas Bahia. Formado em administração de empresas, ao lado de seu pai, Michael Klein, Raphael conduziu a associação da Casas Bahia com o Ponto Frio, criando a Via, companhia da qual ele foi CEO até novembro de 2012. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia entre 2013 e 2014. Foi Vice-Presidente do Conselho de Administração da Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. (controlada da Companhia) de 2010 a 2013. Em 2014, participou do Private Wealth Management Program, na Family Business and Office School em Miami, EUA. Em 2017, Raphael criou o fundo de Investimentos, Kviv Ventures, que tem como uma de suas missões, impactar, de modo positivo, a sociedade, trazendo oportunidades de fortalecimento e crescimento. Graduado na HBS OPM - Owner/President Management, Unidade 49, 2017. Desde 2020, Raphael é membro do Advisory Board da Igah Ventures e EB Capital.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Outros Comitês		Presidente do Comitê	07/07/2020	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Pessoas e Governança		07/07/2020	Não	07/07/2020

Nome: Renato Carvalho do Nascimento

CPF: 633.578.366-53

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheiro

Data de Nascimento: 07/04/1971

Experiência Profissional:

O Sr. Renato Carvalho do Nascimento é membro independente e atual presidente do Conselho de Administração da Companhia e sócio fundador da Laplace Finanças, empresa de assessoria financeira e gestão de fundos. Graduiu-se em engenharia mecatrônica pela Escola Politécnica da USP, com um MBA pela Tuck School of Business at Dartmouth.

Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da Terra Santa (TESA3). Foi sócio fundador da Angra Partners. Acumulou experiência de investment banking na Lehman Brothers em Nova Iorque e como consultor pela Monitor e Accenture. Foi membro dos conselhos de administração da Telemig, Metrô-RJ e Tropical, além de presidente do conselho da Maeda e da TMA no Brasil. Renato foi professor de finanças do curso de MBA do Insper em São Paulo.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Presidente do Comitê	07/07/2020	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Finanças		07/07/2020	Não	18/07/2012

Nome: Rogério Paulo Calderón Peres

CPF: 035.248.608-26

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 02/02/1962

Experiência Profissional:

O Sr. Rogério Paulo Calderón Peres é membro independente do Conselho de Administração da Companhia; possui graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e ciências contábeis pela Faculdade Paulo Eiró – FAPEI. Possui pós-graduações em estratégia, finanças e governança corporativa pelas universidades Western Ontario, Princeton e Harvard. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Alupar S.A. e da Nu Holdings Ltd. (Holding do Nubank), sendo também chairman de seus comitês de Auditoria e Riscos, tendo sido anteriormente membro coordenador e especialista financeiro da B3, além de ter integrado outros conselhos de administração e comitês de auditoria, financeiros, de pessoas e de remuneração em outras companhias listadas. Sua trajetória profissional anterior compreende as posições de Latin American CFO do banco HSBC (e membro do HSBC Finance World Board); Diretor de Controle Corporativo, de Relações com Investidores e CFO das operações internacionais do Itaú Unibanco S.A.; Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores do Unibanco S.A.; Vice-Presidente de Administração e Finanças da Bunge Fertilizantes S.A.; e profissional de auditoria e consultoria da PwC, sendo 10 anos como sócio. Participações acadêmicas como professor e conselheiro departamental (matéria CFC - Contabilidade, Finanças e Controle) na Escola de Administração do Estado de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV.

Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	07/07/2020	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance	Membro do Comitê (Efetivo)	07/07/2020	Não	12/09/2019
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	07/07/2020	Primeira RCA após AGO 2024	Comitê de Finanças		07/07/2020	Não	12/09/2019

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista a não existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia ou controladas.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 – Acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O com vigência até 18 de setembro de 2023, sendo o valor anual do prêmio R\$ 965.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais) e está atualmente em fase de negociação de nova apólice, considerando a proximidade do fim da vigência da Apólice atualmente em vigor.

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o modelo padrão de contrato de indenidade, por meio do qual se obriga a indenizar e manter indene eventuais perdas decorrentes e/ou relacionadas ao exercício regular das funções de administrador da Companhia e de suas afiliadas, cujos principais termos e condições estão descritos abaixo:

- Objeto: Conforme disposto no item 2.1 do modelo padrão de contrato de indenidade, a Companhia se obriga a indenizar e manter indene os beneficiários, mediante pagamento direto ou pagando por conta e ordem destes, pelas perdas efetivamente sofridas baseadas em e/ou em decorrência de e/ou relacionadas ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas.
- Período de Cobertura: As obrigações do contrato de indenidade permanecem em pleno vigor e em regime de responsabilidade subsidiária com relação a quaisquer eventos indenizáveis: (i) que estiverem ativos/em andamento na data de término do mandato do administrador e até que sejam encerrados; e/ou (ii) que forem iniciados após a saída do administrador de sua posição na Companhia e/ou afiliadas, mas que estejam relacionados à conduta e período em que o administrador ocupou cargo na Companhia e/ou suas afiliadas.
- Adiantamento de Despesas: a Companhia se obriga a arcar ou adiantar ao administrador os custos de despesa razoáveis baseados em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a reclamações passíveis de indenização nos termos do contrato de indenidade. Havendo bloqueio de bens ou recursos do administrador por ordem judicial ou administrativa baseada em e/ou em decorrência de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas, o administrador receberá regularmente os recursos devidos pela Companhia e/ou suas afiliadas na forma entre eles contratada pela prestação de serviços, enquanto perdurar a indisponibilidade de recursos financeiros em conta corrente – independente da continuidade de outros bloqueios, a fim de manter a subsistência do administrador durante o período em que perdurar o bloqueio, na forma permitida pela lei, sem prejuízo do cumprimento de sua obrigação de adotar todas e quaisquer medidas para evitar ou reverter a decisão de constrição ou bloqueio, total ou parcial, dos bens do administrador. Caso a remuneração do administrador por conta de atividades de gestão perante empresas que não a Companhia e/ou suas afiliadas (“Remuneração Extra Grupo”) seja bloqueada baseada em e/ou decorrente de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no

7.7 Acordos/seguros de administradores

cargo de administrador da Companhia e/ou das afiliadas, a Companhia deverá também pagar ao administrador o valor correspondente a 100% da Remuneração Extra Grupo percebida no mês imediatamente anterior ao qual foi determinado o bloqueio de bens e comprovada pelo administrador.

- Exclusões: A Companhia não terá a obrigação de indenizar e/ou realizar qualquer adiantamento ao administrador se restar comprovado que: (i) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos cometidos pelo administrador que não forem diretamente relacionados ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das funções exercidas para representação das afiliadas (ou seja atos cometidos fora do exercício de suas atribuições ou poderes); (ii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a uma reclamação indenizável iniciada voluntariamente próprio administrador; (iii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente cometidos com dolo, culpa grave, má-fé ou de forma fraudulenta pelo administrador; (iv) o administrador, intencionalmente e/ou de má-fé, quando do conhecimento do fato que poderá originar eventual reclamação, não agir para impedir e/ou mitigar a perda; (v) o administrador firmar um acordo em relação a uma reclamação sem o prévio e expresso consentimento da Companhia; (vi) o administrador praticar atos em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia e/ou suas afiliadas, nos termos da legislação em vigor; (vii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a ações de responsabilidade, ação social de responsabilidade civil da Companhia e/ou suas afiliadas contra o administrador (art. 159 da Lei nº 6.404/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado. (viii) ressarcimento envolvendo termo de compromisso com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado; (ix) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente em violação a normas visando o combate e/ou prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e/ou insider trading; (x) o pagamento de indenização for considerado ilegal; e/ou (xi) o administrador for previamente indenizado por um terceiro, inclusive em decorrência de um seguro D&O. Para fins de esclarecimento, se um terceiro indenizar o administrador por parte das perdas sofridas com relação a uma reclamação, a Companhia terá a obrigação de indenizar o administrador pelas perdas que não tiverem sido indenizadas por tal terceiro.

- Obrigação de o administrador devolver valores: O administrador se obriga a devolver à Companhia o valor indenizado ou adiantado se for verificada qualquer Exclusão acima. Nesse caso, os valores adiantados e sujeitos à devolução deverão ser (i) atualizados monetariamente com base na variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e (ii) acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês entre a data do recebimento pelo administrador e a efetiva devolução do adiantamento em valores livres e disponíveis para a Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	04/06/2020	39,99%	Sim
Assembleia Geral Ordinária	04/06/2020	44,43%	N/A
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2021	41,35%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	05/08/2021	27,77%	Sim
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2022	32,57%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	08/07/2022	35,55%	N/A
Assembleia Geral Ordinária	19/04/2023	34,91%	N/A
Assembleia Geral Extraordinária	12/09/2023	19,04%	Sim

Governança Corporativa

Em 2000, a B3 introduziu 3 segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado, ao qual estamos em processo de adesão, é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

7.8 Outras informações relevantes

As regras impostas pelo Novo Mercado visam conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Destacamos abaixo algumas das principais regras do Novo Mercado relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas, dentre outros:

1. o capital deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto;
2. no caso de alienação do controle, todos os acionistas têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço (*tag along* de 100%) atribuído às ações detidas pelo controlador;
3. instalação de área de Auditoria Interna, função de *Compliance* e Comitê de Auditoria (estatutário ou não estatutário);
4. em caso de saída da empresa do Novo Mercado, realização de oferta pública de aquisição de ações (OPA) por valor justo, sendo que, no mínimo, 1/3 dos titulares das ações em circulação devem aceitar a OPA ou concordar com a saída do segmento;
5. o conselho de administração deve contemplar, no mínimo, 2 ou 20% de conselheiros independentes, o que for maior, com mandato unificado de, no máximo, dois anos;
6. a empresa se compromete a manter, no mínimo, 25% ou 15% das ações em circulação (*free float*), neste último caso, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da Companhia se mantenha igual ou superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses;
7. estruturação e divulgação de processo de avaliação do conselho de administração, de seus comitês e da diretoria;
8. elaboração e divulgação de políticas de (i) remuneração; (ii) indicação de membros do conselho de administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (iii) gerenciamento de riscos; (iv) transação com Partes Relacionadas; e (v) negociação de valores mobiliários, com conteúdo mínimo (exceto para a política de remuneração);
9. divulgação simultânea, em inglês e português, de fatos relevantes, informações sobre proventos e *press releases* de resultados; e
10. divulgação mensal das negociações com valores mobiliários de emissão da empresa pelos e acionistas controladores.

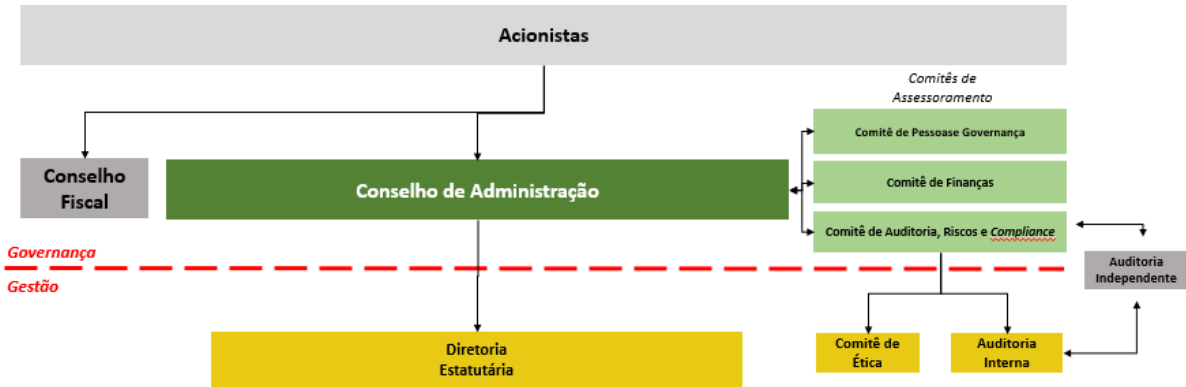
Além disto, aderimos voluntariamente várias práticas de governança corporativa recomendadas pelo CBGC. Dentre essas práticas, descritas ao longo deste Formulário de Referência, sendo algumas delas exigência do Regulamento do Novo Mercado, destacam-se as seguintes:

1. as funções de Presidente do Conselho de Administração e do Diretor não devem ser acumuladas pela mesma pessoa;
2. possuímos um Comitê de Auditoria Estatutário, composto por pelo menos 3 membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dos quais pelo menos um deve ser um membro do Conselho de Administração. Este comitê, entre suas funções, aconselha o nosso Conselho Administrativo no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, controles internos, gestão de riscos e conformidade;

7.8 Outras informações relevantes

3. nosso Conselho de Administração aprovou os seguintes documentos corporativos formais: (i) Código de Ética e Conduta; (ii) Política de Gerenciamento de Riscos; (iii) Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Valores Mobiliários; (iv) Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses; (v) Política de Indicação de Administradores; (vi) Política de Remuneração de Administradores; (vii) Política de Destinação de Resultados; (viii) Regimento Interno do Conselho de Administração; e (ix) Regimento Interno de Comitê de Auditoria Estatutário;
4. aderimos à Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de litígios envolvendo a Companhia e nossos administradores e acionistas;
5. possuímos apenas ações ordinárias, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto nas Assembleias Gerais;
6. nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag-along*);
7. nossos acionistas têm direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem de nossas ações ordinárias no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada; e
8. definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias.

A figura abaixo demonstra a estrutura de governança corporativa da Companhia:



7.8 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos administradores / 8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 (“Política”). Tal Política poderá ser consultada na página de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>). Os objetivos das práticas de remuneração da Companhia são (i) alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos, (ii) convergência das metas individuais à estratégia da Companhia; e (iii) reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia por meio da área de recursos humanos e consultorias externas suporta os temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas práticas são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que analisa o tema e encaminha a recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixar a remuneração de administradores e demais colaboradores, a Companhia contrata regularmente pesquisas de mercado, pesquisas essas realizadas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente em empresas de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentam políticas de remuneração sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares ao da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração fixa são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais.

7.8 Outras informações relevantes

Uma vez concluído o levantamento, a consultoria sugere parâmetros e estratégias de remuneração, as quais são encaminhadas para a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

A Companhia adota os seguintes princípios para determinar a remuneração dos seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

- (i) alinhar os interesses entre os membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal e os acionistas da Companhia, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos;
- (ii) traduzir a estratégia da Companhia nas metas das áreas e nas metas individuais; e
- (iii) reconhecer a contribuição e incentivar a retenção de profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

Adicionalmente, no que se refere a remuneração variável de curto prazo, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária e colaboradores de alta e média liderança, de Participação nos Lucros e Resultados, cujo pagamento dependerá do atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia (gatilho) e será regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool). A Participação nos Lucros e Resultados considera como premissas os seguintes fatores:

- (i) O target da Participação nos Lucros e Resultados levará em consideração o múltiplo de salário por grupo de cargo;
- (ii) no início de cada ano, será definido o painel de metas que será considerado em relação à Companhia e à Diretoria Estatutária, bem como o peso atribuído a cada um destes;
- (iii) concluído o ano, primeiramente, verificar-se-á se o gatilho de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados foi habilitado, por meio do atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido.
- (iv) tendo sido atingido o mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia, será feita a avaliação do cumprimento das metas da Companhia e da Diretoria Estatutária (regulador do pool);
- (v) o Comitê de Pessoas, Inovação e Governança realiza uma avaliação dos resultados alcançados no exercício, submetendo a sua recomendação para avaliação e deliberação do Conselho de Administração.

Com intuito de assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos vigentes, bem como a prática de mercado, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal baseia-se em:

- (i) responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) tempo dedicado às suas funções;
- (iii) competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) valor de seus serviços no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

7.8 Outras informações relevantes

Os parâmetros e referências disponibilizadas pela consultoria são avaliados anualmente e comparados ao efetivamente praticado pela Companhia. Com base nessas análises, a área dedicada ao tema de remuneração estrutura e recomenda propostas de modo a manter a competitividade da Companhia e aderência a estratégia estabelecida.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos da remuneração e seus objetivos

A Companhia poderá adotar as seguintes formas de remuneração para seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento é composta por uma parcela de remuneração fixa calculada em razão das atribuições e responsabilidades do indivíduo. No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa é refletida no salário base, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizadas pelas consultorias de externas.

Caso instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

Benefícios diretos e indiretos

Correspondente a plano de assistência médica, seguro de vida, check-up, benefício para alimentação entre outros, os quais têm como objetivo manter o equilíbrio com práticas do mercado.

Remuneração variável de curto prazo

No que se refere a remuneração variável de curto prazo, a qual consiste na participação em resultados, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária e colaboradores de alta e média liderança, de Participação nos Lucros e Resultados, cujo pagamento dependerá do atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia (gatilho) e será regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool), conforme uma série de premissas previstas na Política.

Remuneração variável de longo-prazo

É parte da remuneração da Diretoria Estatutária e pode vir a ser parte da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, embora atualmente não seja. A remuneração variável de longo-prazo correspondente a planos de opção de compra de ações e planos de concessão de ações.

Benefícios pós-emprego

7.8 Outras informações relevantes

Os benefícios pós-emprego correspondem a contrapartida em plano de previdência privada para aqueles que optem por esse benefício, compondo em parte a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária.

• **qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	% em relação à remuneração total					
	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçã o do Cargo	Remuneração Baseada em ações	Total da Remuneração
Conselho de Administração	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Diretoria	15,3%	0,0%	0,4%	-	84,3%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	-	-	-	-	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	% em relação à remuneração total					
	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçã o do Cargo	Remuneração Baseada em ações	Total da Remuneração
Conselho de Administração	100,0%	0%	0%	0%	0%	100,0%
Diretoria	14,4%	20,6%	0,4%	0%	64,7%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0%	0%	0%	0%	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	% em relação à remuneração total					
	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçã o do Cargo	Remuneração Baseada em ações	Total da Remuneração
Conselho de Administração	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Diretoria	11,3%	47,9%	0,2%	-	40,6	100,0%

7.8 Outras informações relevantes

Conselho Fiscal	100,0%	-	-	-	-	100,0%
-----------------	--------	---	---	---	---	--------

• Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos de remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, procedidas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente entre companhias de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentem políticas de remuneração sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares ao da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração fixa são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais. Além disso, é considerado o desempenho individual e outros fatores, tais como o potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função, dentre outros.

Uma vez concluído o levantamento, a consultoria sugere parâmetros e estratégias de remuneração, os quais são encaminhadas para a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas recomendações são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que tem por finalidade analisar os temas de remuneração da Companhia, bem como encaminhar recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

Uma vez analisada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Pessoas e Governança, o Conselho de Administração elabora a Proposta da Administração para que os acionistas da Companhia possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos Administradores, sempre dividida por órgão.

A remuneração variável dos diretores é baseada principalmente no conceito de participação nos resultados através do cumprimento e superação de metas. O cálculo é baseado em indicadores alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base em no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados, tais como GMV, Lucro Líquido, EBITDA, Vendas, NPS Clientes, ASG, Participação do CDC, Custo de logística e controle de despesas conforme mencionado no item 8.1(c). Para a remuneração variável, são estabelecidos parâmetros de desempenho e metas individuais, no âmbito dos planos de remuneração aprovados. A remuneração variável está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, conforme abaixo explicado. Para informações adicionais sobre nossos planos de incentivo de longo prazo, vide item 8.4 abaixo.

No início de cada ano, são definidos pelo Comitê de Pessoas e Governança, conforme atribuições descritas no Regimento Interno deste Comitê e no item 7.1 do presente Formulário de Referência e, na sequência, aprovados pelo Conselho de Administração, conforme os indicadores que serão avaliados em relação à Companhia e em relação aos seus administradores, bem como o peso atribuído a cada

7.8 Outras informações relevantes

um deles. Concluído o ano, é realizada a avaliação do cumprimento da meta da Companhia, ou seja, aplicável a todos os avaliados, bem como o cumprimento das metas previstas no contrato individual do administrador elegível.

- **Principais indicadores de desempenho levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how, soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo, seguindo práticas de mercado. Para aferirmos a prática de mercado, utilizamos metodologia desenvolvida pela consultoria especializada Korn Fer-y - Hay Group que leva em consideração esses itens mencionados acima para pontuação dos cargos. Esse sistema de pontos é organizado por grades salariais com salários médios por grade. Nossa estratégia busca manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado. A Companhia pode, também, firmar com determinados membros da diretoria e executivos-chave, por ocasião de sua contratação, remuneração fixa adicional vinculada a permanência dos favorecidos por determinado período de tempo no exercício de suas funções na organização.

Remuneração variável: observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base em nosso plano de negócios e nos resultados a serem alcançados, conforme definido anualmente pelo nosso Conselho de Administração. Em 2022, o Conselho de Administração aprovou os seguintes indicadores para definição da remuneração variável de curto prazo: atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia, principal indicador do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool). Para o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados, são utilizados os resultados de GMV, EBITDA, Vendas, NPS Clientes e ESG, Participação do CDC, Custo de logística, controle de despesas, além de indicadores individuais que completam o painel de metas dos administradores. Esses indicadores compõem o contrato individual de metas que é dividido em metas da Companhia (50%), Diretoria (30%) e objetivos da área de atuação (20%). Esses indicadores compõem o contrato individual de metas que é dividido em metas da Companhia (50%), Diretoria (30%) e objetivos da área de atuação (20%). Esses indicadores compõem o contrato individual de metas, que é dividido em metas da Companhia (50%) e metas específicas (50%). As metas corporativas da Companhia estão atreladas aos seguintes indicadores e percentuais da Participação nos Lucros e Resultados: EBITDA (peso 20%), Base de Clientes+NPS+Taxa de Conversão (peso 20%) e ESG (peso 10%).

A dinâmica aplicada garante maior sustentabilidade financeira ao programa de participação dos Administradores nos lucros e resultados, já que as variáveis que determinam a remuneração dos beneficiários possuem como principal componente o Lucro Líquido. Além disso, de acordo com o resultado de Lucro Líquido apurado perante a meta estabelecida para o referido exercício, o montante da remuneração variável apurado conforme o programa também poderá variar.

Remuneração baseada em ações: as informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações estão dispostos no item 8.4 do Formulário de Referência.

7.8 Outras informações relevantes

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Para o Conselho de Administração e, quando instalado, o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com o padrão de mercado, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções. Esta remuneração é frequentemente avaliada mediante pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas.

Com relação à Diretoria, o que justifica a política de remuneração é o foco em resultados, o qual depende da contínua busca por profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da administração são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com exceção das remunerações descritas nos parágrafos abaixo e indicadas no item 8.15 do Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração de membros de sua Administração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há remuneração garantida aos administradores da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.1 Política ou prática de remuneração

8. Remuneração dos administradores / 8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal que foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 17 de abril de 2023 ("Política"). Tal Política poderá ser consultada na página de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>). Os objetivos das práticas de remuneração da Companhia são (i) alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos, (ii) convergência das metas individuais à estratégia da Companhia; e (iii) reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês da Companhia que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia por meio da área de recursos humanos e consultorias externas suporta os temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas práticas são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que analisa o tema e encaminha a recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixar a remuneração de administradores e demais colaboradores, a Companhia contrata regularmente pesquisas de mercado, pesquisas essas realizadas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente em empresas de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentam políticas de remuneração sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares ao da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração fixa são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais.

8.1 Política ou prática de remuneração

Uma vez concluído o levantamento, a consultoria sugere parâmetros e estratégias de remuneração, as quais são encaminhadas para a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não componham a administração estatutária.

A Companhia adota os seguintes princípios para determinar a remuneração dos seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

- (i) alinhar os interesses entre os membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal e os acionistas da Companhia, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos;
- (ii) traduzir a estratégia da Companhia nas metas das áreas e nas metas individuais; e
- (iii) reconhecer a contribuição e incentivar a retenção de profissionais, com base em referências praticadas pelo mercado.

Adicionalmente, no que se refere a remuneração variável de curto prazo, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária e colaboradores de alta e média liderança, de Participação nos Lucros e Resultados, cujo pagamento dependerá do atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia (gatilho) e será regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool). A Participação nos Lucros e Resultados considera como premissas os seguintes fatores:

- (i) O target da Participação nos Lucros e Resultados levará em consideração o múltiplo de salário por grupo de cargo;
- (ii) no início de cada ano, será definido o painel de metas que será considerado em relação à Companhia e à Diretoria Estatutária, bem como o peso atribuído a cada um destes;
- (iii) concluído o ano, primeiramente, verificar-se-á se o gatilho de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados foi habilitado, por meio do atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido.
- (iv) tendo sido atingido o mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia, será feita a avaliação do cumprimento das metas da Companhia e da Diretoria Estatutária (regulador do pool);
- (v) o Comitê de Pessoas, Inovação e Governança realiza uma avaliação dos resultados alcançados no exercício, submetendo a sua recomendação para avaliação e deliberação do Conselho de Administração.

Com intuito de assegurar que a prática de remuneração esteja em conformidade com a legislação, normas e regulamentos vigentes, bem como a prática de mercado, a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal baseia-se em:

- (i) responsabilidades dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal, considerando os diferentes cargos que ocupam e as funções que desempenham;
- (ii) tempo dedicado às suas funções;
- (iii) competência e reputação profissional, tendo em vista a sua experiência e qualificação; e
- (iv) valor de seus serviços no mercado.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração da Companhia

8.1 Política ou prática de remuneração

Os parâmetros e referências disponibilizadas pela consultoria são avaliados anualmente e comparados ao efetivamente praticado pela Companhia. Com base nessas análises, a área dedicada ao tema de remuneração estrutura e recomenda propostas de modo a manter a competitividade da Companhia e aderência a estratégia estabelecida.

(c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos da remuneração e seus objetivos

A Companhia poderá adotar as seguintes formas de remuneração para seus membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento é composta por uma parcela de remuneração fixa calculada em razão das atribuições e responsabilidades do indivíduo. No caso da Diretoria Estatutária, a remuneração fixa é refletida no salário base, com o objetivo de manter o equilíbrio em relação à prática do mercado em geral e conforme os resultados obtidos da pesquisa anual realizadas pelas consultorias de externas.

Caso instalado, a remuneração dos membros do Conselho Fiscal será composta por remuneração fixa mensal, desvinculada da efetiva participação em reuniões, a qual não pode ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração fixa que, em média, for atribuída a cada diretor, nos termos do §3º do artigo 162 da Lei das S.A.

Benefícios diretos e indiretos

Correspondente a plano de assistência médica, seguro de vida, check-up, benefício para alimentação entre outros, os quais têm como objetivo manter o equilíbrio com práticas do mercado.

Remuneração variável de curto prazo

No que se refere a remuneração variável de curto prazo, a qual consiste na participação em resultados, a Companhia se utiliza, para a Diretoria Estatutária, não estatutária e colaboradores de alta e média liderança, de Participação nos Lucros e Resultados, cujo pagamento dependerá do atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia (gatilho) e será regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool), conforme uma série de premissas previstas na Política.

Remuneração variável de longo-prazo

É parte da remuneração da Diretoria Estatutária e pode vir a ser parte da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, embora atualmente não seja. A remuneração variável de longo-prazo correspondente a planos de opção de compra de ações e planos de concessão de ações.

Benefícios pós-emprego

8.1 Política ou prática de remuneração

Os benefícios pós-emprego correspondem a contrapartida em plano de previdência privada para aqueles que optem por esse benefício, compondo em parte a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária.

• qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	% em relação à remuneração total					
	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçã o do Cargo	Remuneração Baseada em ações	Total da Remuneração
Conselho de Administração	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Diretoria	15,3%	0,0%	0,4%	-	84,3%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	-	-	-	-	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	% em relação à remuneração total					
	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçã o do Cargo	Remuneração Baseada em ações	Total da Remuneração
Conselho de Administração	100,0%	0%	0%	0%	0%	100,0%
Diretoria	14,4%	20,6%	0,4%	0%	64,7%	100,0%
Conselho Fiscal	100,0%	0%	0%	0%	0%	100,0%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

	% em relação à remuneração total					
	Remuneração Fixa Anual	Remuneração Variável	Pós Emprego	Cessaçã o do Cargo	Remuneração Baseada em ações	Total da Remuneração
Conselho de Administração	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Diretoria	11,3%	47,9%	0,2%	-	40,6	100,0%

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho Fiscal	100,0%	-	-	-	-	100,0%
-----------------	--------	---	---	---	---	--------

• Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos de remuneração

Para fixar a remuneração dos administradores, a Companhia realiza regularmente pesquisas de mercado, procedidas por renomadas consultorias externas especializadas contratadas para tal. Os levantamentos são feitos preferencialmente entre companhias de capital aberto, de segmentos diversos, que apresentem políticas de remuneração sustentáveis e modelos competitivos, com porte e faturamento similares ao da Companhia, de forma a avaliar se os parâmetros e condições que são adotados pela Companhia para a determinação da remuneração fixa são satisfatórios e permitem a retenção dos profissionais. Além disso, é considerado o desempenho individual e outros fatores, tais como o potencial do executivo, habilidades específicas, experiência na função, dentre outros.

Uma vez concluído o levantamento, a consultoria sugere parâmetros e estratégias de remuneração, os quais são encaminhadas para a área responsável por estabelecer a estrutura da remuneração dos administradores e pessoal-chave, inclusive diretores não-estatutários e ocupantes de outros cargos estratégicos que não compõem a administração estatutária.

A Companhia conta com uma área dedicada a temas relacionados à remuneração, cujo objetivo principal é avaliar, estruturar e recomendar as melhores práticas. Essas recomendações são submetidas ao Comitê de Pessoas e Governança, que tem por finalidade analisar os temas de remuneração da Companhia, bem como encaminhar recomendação, favorável ou desfavorável, ao Conselho de Administração para deliberação.

Uma vez analisada a estrutura da remuneração pelo Comitê de Pessoas e Governança, o Conselho de Administração elabora a Proposta da Administração para que os acionistas da Companhia possam deliberar a respeito do montante global de remuneração dos Administradores, sempre dividida por órgão.

A remuneração variável dos diretores é baseada principalmente no conceito de participação nos resultados através do cumprimento e superação de metas. O cálculo é baseado em indicadores alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base em no plano de negócios e nos resultados a serem alcançados, tais como GMV, Lucro Líquido, EBITDA, Vendas, NPS Clientes, ASG, Participação do CDC, Custo de logística e controle de despesas conforme mencionado no item 8.1(c). Para a remuneração variável, são estabelecidos parâmetros de desempenho e metas individuais, no âmbito dos planos de remuneração aprovados. A remuneração variável está, portanto, atrelada ao desempenho da Companhia e do próprio administrador, conforme abaixo explicado. Para informações adicionais sobre nossos planos de incentivo de longo prazo, vide item 8.4 abaixo.

No início de cada ano, são definidos pelo Comitê de Pessoas e Governança, conforme atribuições descritas no Regimento Interno deste Comitê e no item 7.1 do presente Formulário de Referência e, na sequência, aprovados pelo Conselho de Administração, conforme os indicadores que serão avaliados em relação à Companhia e em relação aos seus administradores, bem como o peso atribuído a cada

8.1 Política ou prática de remuneração

um deles. Concluído o ano, é realizada a avaliação do cumprimento da meta da Companhia, ou seja, aplicável a todos os avaliados, bem como o cumprimento das metas previstas no contrato individual do administrador elegível.

- **Principais indicadores de desempenho levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Remuneração fixa (Salário Base e Benefícios diretos e indiretos): determinada com base em estruturas de remuneração competitivas que levam em consideração o know-how, soluções de problemas e responsabilidade de cada cargo, seguindo práticas de mercado. Para aferirmos a prática de mercado, utilizamos metodologia desenvolvida pela consultoria especializada Korn Fer-y - Hay Group que leva em consideração esses itens mencionados acima para pontuação dos cargos. Esse sistema de pontos é organizado por grades salariais com salários médios por grade. Nossa estratégia busca manter alinhamento com o ponto médio salarial do mercado. A Companhia pode, também, firmar com determinados membros da diretoria e executivos-chave, por ocasião de sua contratação, remuneração fixa adicional vinculada a permanência dos favorecidos por determinado período de tempo no exercício de suas funções na organização.

Remuneração variável: observamos indicadores de desempenho alinhados ao planejamento estratégico da Companhia, definidos com base em nosso plano de negócios e nos resultados a serem alcançados, conforme definido anualmente pelo nosso Conselho de Administração. Em 2022, o Conselho de Administração aprovou os seguintes indicadores para definição da remuneração variável de curto prazo: atingimento mínimo da meta de Lucro Líquido da Companhia, principal indicador do Programa de Participação nos Lucros e Resultados, regulado pelo range de atingimento do Lucro Líquido (regulador do pool). Para o cálculo da Participação nos Lucros e Resultados, são utilizados os resultados de GMV, EBITDA, Vendas, NPS Clientes e ESG, Participação do CDC, Custo de logística, controle de despesas, além de indicadores individuais que completam o painel de metas dos administradores. Esses indicadores compõem o contrato individual de metas que é dividido em metas da Companhia (50%), Diretoria (30%) e objetivos da área de atuação (20%). Esses indicadores compõem o contrato individual de metas que é dividido em metas da Companhia (50%), Diretoria (30%) e objetivos da área de atuação (20%). Esses indicadores compõem o contrato individual de metas, que é dividido em metas da Companhia (50%) e metas específicas (50%). As metas corporativas da Companhia estão atreladas aos seguintes indicadores e percentuais da Participação nos Lucros e Resultados: EBITDA (peso 20%), Base de Clientes+NPS+Taxa de Conversão (peso 20%) e ESG (peso 10%).

A dinâmica aplicada garante maior sustentabilidade financeira ao programa de participação dos Administradores nos lucros e resultados, já que as variáveis que determinam a remuneração dos beneficiários possuem como principal componente o Lucro Líquido. Além disso, de acordo com o resultado de Lucro Líquido apurado perante a meta estabelecida para o referido exercício, o montante da remuneração variável apurado conforme o programa também poderá variar.

Remuneração baseada em ações: as informações sobre os critérios e características da remuneração baseada em ações estão dispostos no item 8.4 do Formulário de Referência.

8.1 Política ou prática de remuneração

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

Para o Conselho de Administração e, quando instalado, o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com o padrão de mercado, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções. Esta remuneração é frequentemente avaliada mediante pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas.

Com relação à Diretoria, o que justifica a política de remuneração é o foco em resultados, o qual depende da contínua busca por profissionais competentes, qualificados, dedicados e valiosos para a Companhia.

(iii) a existência de membros não remunerados pela Companhia e a razão para esse fato

Não aplicável, uma vez que todos os membros da administração são remunerados.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Com exceção das remunerações descritas nos parágrafos abaixo e indicadas no item 8.15 do Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração de membros de sua Administração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Não há remuneração garantida aos administradores da Companhia vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	3,00	13,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	0,00	10,00
Esclarecimento			Não contempla valor de remuneração.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.757.372,12	9.134.979,00	0,00	14.892.351,12
Benefícios direto e indireto	0,00	251.541,88	0,00	251.541,88
Participações em comitês	2.925.158,16	0,00	0,00	2.925.158,16
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	28.791.000,00	0,00	28.791.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	267.300,00	0,00	267.300,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	60.936.100,64	0,00	60.936.100,64
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/ /2023, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Valor da remuneração baseada em ações refere-se principalmente apropriação das despesas, conforme regra contábil, do Plano de Incentivo de Longo prazo provado na AGE de 02 de setembro de 2019 (Plano de Opções de Compra de Ações) e Plano de Incentivo de Longo prazo aprovado na AGOE de 26 de abril de 2022 (Plano de Ações Restritas). Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/2023, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/2023, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	8.682.530,28	99.380.921,52	0,00	108.063.451,80

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,08	5,00	0,00	10,08
Nº de membros remunerados	5,08	5,00	0,00	10,08
Esclarecimento			Não contempla valor de remuneração.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.503.156,42	9.193.333,35	0,00	14.696.489,77
Benefícios direto e indireto	0,00	207.516,19	0,00	207.516,19
Participações em comitês	2.061.050,36	0,00	0,00	2.061.050,36
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	243.000,00	0,00	243.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	50.756.198,83	0,00	50.756.198,83
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/2022, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Valor da remuneração baseada em ações refere-se principalmente apropriação das despesas, conforme regra contábil, do Plano de Incentivo de Longo prazo provado na AGE de 02 de setembro de 2019 (Plano de Opções de Compra de Ações) e Plano de Incentivo de Longo prazo aprovado na AGOE de 26 de abril de 2022 (Plano de Ações Restritas). Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/2023, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/2023, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais	
Total da remuneração	7.564.206,78	60.400.048,37	0,00	67.964.255,15

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	0,00	10,00
Esclarecimento			Não contempla valor de remuneração.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.959.600,00	8.184.438,83	0,00	13.144.038,83
Benefícios direto e indireto	0,00	153.629,08	0,00	153.629,08
Participações em comitês	1.681.200,00	0,00	0,00	1.681.200,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.710.000,00	0,00	11.710.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	222.000,00	0,00	222.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	36.816.883,73	0,00	36.816.883,73
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº01/2021, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2021, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	6.640.800,00	57.086.951,64	0,00	63.727.751,64

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	0,00	12,00
Esclarecimento			Não contempla valor de remuneração.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.186.665,45	7.211.119,42	0,00	12.397.784,87
Benefícios direto e indireto	0,00	202.109,62	0,00	202.109,62
Participações em comitês	1.678.834,55	0,00	0,00	1.678.834,55
Outros	1.373.100,00	1.858.177,25	0,00	3.231.277,25
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais	Encargos sociais		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	39.440.000,00	0,00	39.440.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	198.000,00	0,00	198.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	33.389.070,76	0,00	33.389.070,76
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº02/2020, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Destaca-se que o valor de remuneração variável (Participação em Resultados) da Diretoria e o total da remuneração da Diretoria consideram a proposta de rerratificação da remuneração global submetida à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 27 de abril de 2021.		
Total da remuneração	8.238.600,00	82.298.477,05	0,00	90.537.077,05

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		28791000,00		28.791.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		19194000,00		19.194.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		36560000,00		36.560.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		18280000,00		18.280.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		24591000,00		24.591.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		12881000,00		12.881.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		11710000,00		11.710.000,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		19720000,00		19.720.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		9860000,00		9.860.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		39440000,00		39.440.000,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8. Remuneração dos administradores / 8.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia possui em aberto quatro planos de remuneração baseados em ações, sendo dois planos de outorga de opções, dois planos de outorga de ações restritas

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Remuneração Baseado em Ações da Companhia ("Plano de Ações Restritas 2022"), para administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades sob seu controle direto ou indireto.

Em 27 de abril de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou um Plano de Opção de Compra de Ações para executivos chave da Companhia ("Plano de Opções 2021") e um Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Ações Restritas 2021").

Em 02 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações para executivos chave da Companhia ("Plano de Opções 2019").

Atualmente, diretores e alguns colaboradores são elegíveis ao Plano de Ações Restritas 2022. Os demais planos não terão novas outorgas e serão encerrados quando da liquidação ou expiração das outorgas em aberto

Os membros do Conselho de Administração não são beneficiários de programas de pagamentos baseados em ações como parte de sua remuneração.

Os termos e condições gerais dos cinco programas de pagamentos baseados em ações estão descritos abaixo.

- **Planos de Opções de Compra de Ações**

Plano de Opções 2021

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê, conforme o caso, deverá, para outorgar opções no âmbito deste Plano, criar Programas de Opção de Ações (cada qual, um "Programa"), onde serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

O Conselho de Administração/Comitê poderá estabelecer a divisão do lote de ações objeto da outorga relativa a determinado Programa em sublotes, podendo cada um desses sublotes ter características, termos e condições próprios.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do Contrato de Opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e diretores da Companhia que sejam considerados executivos-chave da Companhia ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O plano foi aprovado em 27 de abril de 2021 pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de opções a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações não poderá exceder o correspondente a 0,197% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações, qual seja, 3.151.879 ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme descrito no item (c) acima, podendo as opções outorgadas ter por objeto uma ou mais ações.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, obedecidas as disposições do Plano de Opção de Compra de Ações, seus objetivos e os limites nele contidos, será competente para determinar as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções será fixado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, utilizando-se de um dos seguintes critérios: (a) Preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou (b) Média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 em determinado período anterior à data da outorga da opção.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá optar por aplicar um desconto de até 20% sobre o Preço de Exercício, na forma estabelecida em cada programa.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

As opções serão exercidas durante o prazo e nos períodos fixados em cada Programa.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos deste Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho ou o Comitê definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas no Programa ou nos Contratos de Opção, as opções outorgadas nos termos deste Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da opção de compra; (c) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato de Opção; (d) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (e) nas hipóteses previstas no item 7 do Plano de Opção de Compra de Ações

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

Plano de Opções 2019

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê, se for o caso, deverá criar Programas de Opção de Ações (cada qual, um “Programa”), onde serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

O Conselho de Administração/Comitê poderá estabelecer a divisão do lote de ações objeto da outorga relativa a determinado Programa em sublotes, podendo cada um desses sublotes ter características, termos e condições próprios.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do Contrato de Opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer Participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do empregado e/ou interromper o mandato do administrador.

São elegíveis para participar do Plano de Opção os empregados e diretores da Companhia que sejam considerados executivos-chave da Companhia ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

Em 02 de setembro de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações para executivos chave da Companhia.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano não poderá exceder o correspondente a 4,0% (quatro por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação deste Plano, qual seja, 1.298.613.283 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos e oitenta e três) ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções a serem outorgadas está limitado ao número máximo de ações abrangidas pelo Plano, conforme descrito no item (c) acima, podendo as opções outorgadas ter por objeto uma ou mais ações.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, obedecendo as disposições do Plano, seus objetivos e os limites nele contidos, será competente para determinar as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano proposto. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções ou entrega das ações correspondentes, entre outras.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das opções será fixado pelo Comitê utilizando-se um dos seguintes critérios: (a) Preço de fechamento das ações da Companhia, da mesma espécie objeto da opção, no pregão imediatamente anterior à data da outorga da opção; ou (b) média dos preços de fechamento das referidas ações negociadas na B3 em determinado período anterior à data da outorga da opção.

O Comitê pode optar por aplicar um desconto de até 10% (dez por cento) sobre o Preço de Exercício.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Conselho ou o Comitê, observados os objetivos de comprometimento de longo prazo e os limites estabelecidos pelo Plano, será competente para estabelecer os prazos de exercício aplicáveis às opções (o que inclui eventuais períodos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas ou as ações correspondentes não poderão ser entregues), períodos e prazos para exercício e prazo extintivo após o qual as opções caducarão.

(h) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado; ou (b) alienar ações mantidas em tesouraria, observada a regulação expedida pela CVM.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho ou o Comitê definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração ou do Comitê.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho ou Comitê estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

- **Planos de Ações**

Plano de Ações Restritas 2022

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou Comitê criará, com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais previstas neste plano, programas de concessão de Ações Restritas (cada qual, um “Programa”), determinando, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (iv) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (v) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vi) eventuais disposições sobre penalidades; e (vii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao Plano de Ações.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante (“Contrato”), sempre de acordo com o Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições:

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

- I.o número total de Ações Restritas a que o Participante fará jus, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos;
- II.o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas;
- III.as normas sobre transferência das Ações Restritas;
- IV.restrições aplicáveis à transferência das Ações Restritas recebidas pelos Participantes no âmbito deste Plano de Ações; e
- V.quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Ações ou com o Programa.

São elegíveis para participar do Plano os administradores e os empregados da Companhia que sejam considerados profissionais estratégicos ("Participantes") pelo Conselho de Administração da Companhia ou pelo Comitê (abaixo definido), conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas 2022 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2022.

(c) número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações a serem concedidas aos Participantes no âmbito do Plano de Ações Restritas 2022 não poderá exceder o correspondente a 2,19% do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano, qual seja, 35.000.000 ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções no âmbito do Plano de Ações.

(e) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração ou Comitê criou com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais aqui previstas, programas de concessão de Ações Restritas, nos quais determina, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (iv) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (v) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente de Participantes (vi) eventuais disposições sobre penalidades; e (vii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários ao Plano de Ações.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins do Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante, sempre de acordo com o Plano de Ações Restritas 2022 e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições, o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas.

(h) forma de liquidação

A transferência das Ações Restritas para o Participante somente se dará com o implemento das condições e prazos previstos no Plano de Ações Restritas 2022, nos Programas e nos Contratos, de modo que a concessão do direito ao recebimento das ações em si não garante ao Participante quaisquer direitos sobre as Ações Restritas ou mesmo representa a garantia do seu recebimento.

(i) restrições à transferência das ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho ou o Comitê fixará as normas sobre restrições aplicáveis à transferência Ações Restritas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas nos Programas ou nos Contratos, o direito ao recebimento de Ações Restritas concedido nos termos do Plano de Ações extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: a) mediante a transferência das ações objeto do Plano de Ações ao Participante; b) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato; c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou d) sujeito ao estabelecimento das regras aplicáveis pelo Conselho de administração ou do Comitê, nos casos de desligamento, aposentadoria, invalidez e falecimento do Participante.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerão, em cada Programa, as regras aplicáveis aos casos de desligamento de Participantes da Companhia, em virtude do término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia à cargo executivo, bem como aos casos de aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento de Participantes.

Plano de Ações Restritas 2021

(a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, com base na política de remuneração da Companhia e nas condições gerais aqui previstas, programas de concessão de Ações Restritas (cada qual, um “Programa”), nos quais determinará, dentre outras condições: (i) os Participantes; (ii) a quantidade total de Ações Restritas objeto do respectivo Programa; (iii) a eventual liquidação em dinheiro das Ações Restritas concedidas; (iv) a forma de transferência das Ações Restritas, que poderá se dar em lotes; (v) o período aquisitivo para a transferência das Ações Restritas; (vi) as regras aplicáveis aos casos de desligamento, aposentadoria, falecimento ou invalidez

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

permanente de Participantes (vii) eventuais disposições sobre penalidades; e (viii) quaisquer outros termos e condições que não sejam contrários a este Plano de Ações Restritas 2021.

São elegíveis para participar do Plano de Ações Restritas 2021 os empregados da Companhia que sejam considerados profissionais estratégicos ("Participante"), sujeito à aprovação do Conselho de Administração da Companhia ou do Comitê, conforme aplicável.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Ações Restritas 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada 27 de abril de 2021.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Participantes, no âmbito do Plano de Ações Restritas 2021, ações representativas de, no máximo, 0,197% (zero vírgula cento e noventa e sete por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data da aprovação do Plano, qual seja, 3.151.879 (três milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentas e setenta e nove) ações ordinárias.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que não são outorgadas opções no âmbito do Plano de Ações Restritas.

(e) condições de aquisição de ações

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixarão os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas em contrato a ser celebrado entre a Companhia e cada Participante ("Contrato"), sempre de acordo com este Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras condições: a) o número total de Ações Restritas a que o Participante fará jus, de acordo com o Programa, desde que cumpridos os prazos e condições ali estabelecidos; b) o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas; c) as normas sobre transferência das Ações Restritas; d) restrições aplicáveis à transferência das Ações Restritas recebidas pelos Participantes no âmbito do Plano de Ações Restritas; e e) quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Plano de Ações Restritas ou com o Programa.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins deste Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, fixarão os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas no Contrato, sempre de acordo com este Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas.

(h) forma de liquidação

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Para os fins do Plano de Ações, a Companhia utilizará ações existentes em tesouraria, observadas as regras da CVM.

(i) restrições à transferência das ações

O Conselho ou o Comitê definirá as normas sobre restrições aplicáveis à transferência das ações recebidas pelo exercício da opção nos Programas e/ou Contratos de Outorga. Os Participantes estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas nos Programas ou nos Contratos, o direito ao recebimento de Ações Restritas concedido nos termos deste Plano de Ações extinguir-se-á automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: a) mediante a transferência das ações objeto do Plano de Ações ao Participante; b) mediante o distrato, por comum acordo entre a Companhia e o Participante, do Contrato; c) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou d) nas hipóteses previstas no item 7 do Plano de Ações.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecerá em cada Programa as regras aplicáveis aos casos de desligamento do Participante por demissão, com ou sem justa causa, rescisão contratual por mútuo acordo entre a Companhia e o Participante, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,480000		0,48
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,11		5,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,480000		0,48
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,11		5,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,480000		0,48
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		5,11		5,11
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros		5,00		5,00
Nº de membros remunerados		5,00		5,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,460000		0,46
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		4,97		4,97
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.6 – Outorga de opções de compra de ações

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações, de modo que as tabelas abaixo se referem à outorga de opções de compra de ações aos diretores estatutários.

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023

A Companhia esclarece que não há previsão de outorga de opções de compra de ações para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A Companhia esclarece que não houve outorga de opção de compra de ações para membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Diretoria estatutária	Plano de Opções 2021
Nº total de membros	5,0
Nº de membros remunerados	5,0
Data de outorga	27/04/2021
Quantidade de opções outorgadas	780.074
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	1º exercício 36 meses a partir da data de outorga 2º exercício 48 a partir da data de outorga 3º exercício 60 meses a partir da data de outorga
Prazo máximo para exercício das opções	6 meses após as opções se tornarem exercíveis
Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	R\$ 6,89 para as opções do 1º exercício R\$ 7,45 para as opções do 2º exercício R\$ 8,01 para as opções do 3º exercício

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	5.772.568
--	-----------

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020

A Companhia esclarece que não houve outorga de opção de compra de ações para membros da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022.

8.7 Opções em aberto

8. Remuneração dos administradores / 8.7 – Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações; e (ii) não há opções em aberto referentes aos Planos 2014 e ao Programa de Phantom Shares. Dessa forma, apresentamos abaixo os dados relativos aos membros da Diretoria Estatutária.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022 relativas à outorga de 12/10/2019

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022 relativas à outorga de 12/10/2019	Diretoria estatutária
Órgão	Diretoria
Nº total de membros	5,0
Nº de membros remunerados	5,0
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	25.067.335
Data em que se tornarão exercíveis	12/07/2023 12/07/2024 11/05/2024 11/05/2025 11/05/2026 11/05/2027
Prazo máximo para exercício das opções	12/10/2024 10/08/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,97
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$0,54
Opções exercíveis	
Quantidade	10.743.144
Prazo máximo para exercício das opções	12/10/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 4,97
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 0,47
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 5.082.878,25³

³ * O cálculo do Valor justo do total das opções no último dia do exercício social é feito pelo valor justo das opções exercíveis no último dia do exercício social multiplicado pela quantidade de opções exercíveis.

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022 relativas à outorga de 27/04/2021

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022 relativas à outorga de 27/04/2021	Diretoria estatutária
Órgão	Diretoria
Nº total de membros	5,0
Nº de membros remunerados	5,0
Opções ainda não exercíveis	
Quantidade	780.074
Data em que se tornarão exercíveis	27/04/2024 27/04/2025 27/04/2026
Prazo máximo para exercício das opções	27/10/2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 10,01
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$0,34
Opções exercíveis	
Quantidade	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8. Remuneração dos administradores / 8.8 – Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Em 2020, 2021 e 2022, não houve exercício de opções relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.9 – Remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários prevista para o exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2023

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Em 2023, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	O exercício das ações restritas não prevê diluição dos acionistas

Em 2022, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2021

Em 2021, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Remuneração baseada em ações sob forma de ações entregues diretamente aos beneficiários reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2020

Em 2020, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.10 Outorga de ações

8. Remuneração dos administradores / 8.10 – Outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia esclarece que os membros do Conselho de Administração não possuem remuneração baseada em ações, de modo que as tabelas abaixo são relativas à remuneração da Diretoria Estatutária.

Outorga de ações prevista para o exercício social corrente a ser encerrado em 31/12/2023

Não há previsão de outorga de ações restritas aprovadas pelo Conselho de Administração

Outorga de ações no exercício social encerrado em 31/12/2022

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	10/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	14.411.090
Prazo máximo para entrega das ações	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2,63
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	37.901.167,60

Outorga de ações no exercício social encerrado em 31/12/2021

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	27/04/2021
Quantidade de ações outorgadas	780.074,00
Prazo máximo para entrega das ações	5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 12,16
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	9.758.725,74

8.10 Outorga de ações

Outorga de ações no exercício social encerrado em 31/12/2020

Em 2020, não houve outorga de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações ao final do exercício social encerrado em 31/12/2022
Em 2022, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021
Em 2021, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia

Ações entregues relativas à remuneração baseada em ações ao final do exercício social encerrado em 31/12/2020
Em 2020, não houve entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia.

8.12 Precificação das ações/opções

8. Remuneração dos administradores / 8.12 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

(a) modelo de precificação

Plano de Ações Restritas 2022

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação VIIA3 na data de outorga.

Plano de Ações Restritas 2021

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação VIIA3 na data de outorga.

Plano de Opções 2021

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o método Black & Scholes.

Plano de Opções 2019

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das opções outorgadas é o método Black & Scholes.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Ações Restritas 2022

Para ações restritas 2022 a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga, foi o valor de fechamento da ação VIIA3 na data da outorga.

Plano de Ações Restritas 2021

Para ações restritas 2021 a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga, foi o valor de fechamento da ação VIIA3 na data da outorga.

Plano de Opções 2021

O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Preço da ação no fim do exercício social 2022: R\$2,40, refere-se ao preço de fechamento em 29/12/2022 último pregão do ano.

Taxa livre de risco médio: 12,35% obtida pela taxa DI x Pré para 996 dias em 29/12/2022

Volatilidade: 67,17% foi utilizado a volatilidade histórica da ação VIIA3

Prazo de vida da opção: 2,73 anos

Dividendos esperados: 0,00

8.12 Precificação das ações/opções

Em 2022, 2021 e 2020, não foram outorgadas opções de compra de ações à Administração da Companhia.

Plano de Opções 2019

O valor justo das opções já outorgadas foi calculado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Preço da ação no fim do exercício social 2022: R\$2,40, refere-se ao preço de fechamento em 29/12/2022 último pregão do ano.

Taxa livre de risco : 12,56% obtida pela taxa DI x Pré para 651 dias em 29/12/2022

Volatilidade: 67,17% foi utilizado a volatilidade histórica da ação VIIA3

Prazo de vida da opção: 1,79 anos

Dividendos esperados: 0,0

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Opções 2021

Não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios

Plano de Opções 2019

Não foram considerados para efeito de precificação das opções os exercícios antecipados.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Plano de Opções 2021

Para o cálculo da volatilidade esperada, foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia.

Plano de Opções 2019

Para o cálculo da volatilidade esperada, foi utilizado o desvio padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão da Companhia.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Plano de Opções 2021

Até o término de seu período de carência, as opções não exercíveis são consideradas como opções do tipo call nos cálculos pelo método Black-Scholes-Merton.

Plano de Opções 2019

8.12 Precificação das ações/opções

Até o término de seu período de carência, as opções não exercíveis são consideradas como opções do tipo call nos cálculos pelo método Black-Scholes-Merton.

8.13 Participações detidas por órgão

8. Remuneração dos administradores / 8.13 – Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A tabela abaixo indica o número de ações, detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, por membros do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão e o percentual que o referido número representa em relação ao capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022.

Órgão	Número de Ações	Percentual da classe de ações (%)	Percentual do capital total (%)	Sociedade Emissora das Ações
Conselho de Administração	8.700 Ações Ordinárias	0,0005% Ações Ordinárias	0,0005%	Companhia
Diretoria	3.464.200 Ações Ordinárias	0,217% Ações Ordinárias	0,217%	Companhia
Conselho Fiscal	1.100 Ações Ordinárias	0,00007%	0,00007%	Companhia

8.14 Planos de previdência

8. Remuneração dos administradores / 8.14 – Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Em 31 de dezembro de 2022, os Conselheiros não eram elegíveis aos planos de previdência suportados pela Companhia. Abaixo apresentamos os planos de previdência em vigor para a Diretoria Estatutária.

Planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	
Órgão	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5
Nº de membros remunerados	5
Nome do plano	Plano de Previdência Privada VVPREV BRASIL PREV.
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Nenhum
Condições para se aposentar antecipadamente	(i) Ter, no mínimo, 60 anos de idade; (ii) Ter, no mínimo, 10 anos de vínculo com a empresa; (iii) Ter, no mínimo, 5 anos de contribuição ao Plano de Previdência; e (iv) Ter cessado o vínculo com a empresa.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 1.276.407
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 303.000

8.14 Planos de previdência

Possibilidade de resgate antecipado e condições	É possível o resgate antecipado, em caso de desligamento do beneficiário da Companhia. Quanto ao resgate das contribuições efetuadas pela Companhia, o saldo da reserva será liberado de acordo com a seguinte proporção: - Nenhum resgate, caso tenha contribuído por menos de 5 anos;- Resgate de 50% do saldo, caso tenha contribuído por 5 a 6 anos incompletos; - Resgate de 60% do saldo, caso tenha contribuído por 6 a 7 anos incompletos; - Resgate de 70% do saldo, caso tenha contribuído por 7 a 8 anos incompletos; - Resgate de 80% do saldo, caso tenha contribuído por 8 a 9 anos incompletos; - Resgate de 90% do saldo, caso tenha contribuído por 9 a 10 anos incompletos; e Resgate de 100% do saldo, caso tenha contribuído por mais de 10 anos.
---	--

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	5,08	5,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	5,08	5,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	22.967.742,85	21.397.238,34	22.886.483,57	1.842.972,12	1.806.000,00	989.402,40	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	6.448.003,30	6.514.283,64	7.143.083,98	978.600,00	1.061.400,00	608.997,60	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	12.080.009,67	11.417.390,32	12.515.695,41	1.151.474,42	1.328.160,00	447.923,16	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2021	Os valores relativos a maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2020	Os valores relativos a maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2021	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	
31/12/2020	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2022	Os valores relativos à maior e menor remuneração referem-se a membros que atuaram os 12 meses na Companhia. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	Não contempla valor de remuneração.
31/12/2021		Não contempla valor de remuneração.
31/12/2020	Nenhum membro permaneceu 12 meses durante o exercício de 2020. Portanto a maior e menor remuneração considera o valor pago individualmente a cada membro do Conselho Fiscal, considerando um período inferior a 12 meses. A remuneração média foi calculada considerando todos os membros do órgão remunerados ao longo do exercício.	Não contempla valor de remuneração.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8. Remuneração dos administradores / 8.16 – Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estructurem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

A Companhia possui Apólice de Seguro D&O com vigência até 18 de setembro de 2023, sendo o valor anual do prêmio R\$ 965.000,00 (novecentos e sessenta e cinco mil reais).

Em 26 de abril de 2022, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia aprovou o modelo padrão de contrato de indenidade, por meio do qual se obriga a indenizar e manter indene eventuais perdas decorrentes e/ou relacionadas ao exercício regular das funções de administrador da Companhia e de suas afiliadas, cujos principais termos e condições estão descritos abaixo:

- Objeto: Conforme disposto no item 2.1 do modelo padrão de contrato de indenidade, a Companhia se obriga a indenizar e manter indene os beneficiários, mediante pagamento direto ou pagando por conta e ordem destes, pelas perdas efetivamente sofridas baseadas em e/ou em decorrência de e/ou relacionadas ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas.
- Período de Cobertura: As obrigações do contrato de indenidade permanecem em pleno vigor e em regime de responsabilidade subsidiária com relação a quaisquer eventos indenizáveis: (i) que estiverem ativos/em andamento na data de término do mandato do administrador e até que sejam encerrados; e/ou (ii) que forem iniciados após a saída do administrador de sua posição na Companhia e/ou afiliadas, mas que estejam relacionados à conduta e período em que o administrador ocupou cargo na Companhia e/ou suas afiliadas.
- Adiantamento de Despesas: a Companhia se obriga a arcar ou adiantar ao administrador os custos de despesa razoáveis baseados em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a reclamações passíveis de indenização nos termos do contrato de indenidade. Havendo bloqueio de bens ou recursos do administrador por ordem judicial ou administrativa baseada em e/ou em decorrência de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou suas afiliadas, o administrador receberá regularmente os recursos devidos pela Companhia e/ou suas afiliadas na forma entre eles contratada pela prestação de serviços, enquanto perdurar a indisponibilidade de recursos financeiros em conta corrente – independente da continuidade de outros bloqueios, a fim de manter a subsistência do administrador durante o período em que perdurar o bloqueio, na forma permitida pela lei, sem prejuízo do cumprimento de sua obrigação de adotar todas e quaisquer medidas para evitar ou reverter a decisão de constrição ou bloqueio, total ou parcial, dos bens do administrador. Caso a remuneração do administrador por conta de atividades de gestão perante empresas que não a Companhia e/ou suas afiliadas (“Remuneração Extra Grupo”) seja bloqueada baseada em e/ou decorrente de e/ou relacionada ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das afiliadas, a Companhia deverá também pagar ao administrador o valor correspondente a 100% da Remuneração Extra Grupo percebida no mês imediatamente anterior ao qual foi determinado o bloqueio de bens e comprovada pelo administrador.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

- Exclusões: A Companhia não terá a obrigação de indenizar e/ou realizar qualquer adiantamento ao administrador se restar comprovado que: (i) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos cometidos pelo administrador que não forem diretamente relacionados ao exercício regular de suas funções no cargo de administrador da Companhia e/ou das funções exercidas para representação das afiliadas (ou seja atos cometidos fora do exercício de suas atribuições ou poderes); (ii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a uma reclamação indenizável iniciada voluntariamente próprio administrador; (iii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente cometidos com dolo, culpa grave, má-fé ou de forma fraudulenta pelo administrador; (iv) o administrador, intencionalmente e/ou de má-fé, quando do conhecimento do fato que poderá originar eventual reclamação, não agir para impedir e/ou mitigar a perda; (v) o administrador firmar um acordo em relação a uma reclamação sem o prévio e expresso consentimento da Companhia; (vi) o administrador praticar atos em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia e/ou suas afiliadas, nos termos da legislação em vigor; (vii) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de e/ou relacionados a ações de responsabilidade, ação social de responsabilidade civil da Companhia e/ou suas afiliadas contra o administrador (art. 159 da Lei nº 6.404/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado. (viii) ressarcimento envolvendo termo de compromisso com a Comissão de Valores Mobiliários – CVM (art. 11, §5º, II da Lei nº 6.385/76), a não ser que tal reclamação realizada pela Companhia e/ou suas afiliadas seja julgada improcedente em uma decisão final transitada em julgado; (ix) as perdas forem baseadas em e/ou decorrentes de atos comprovadamente em violação a normas visando o combate e/ou prevenção de corrupção, lavagem de dinheiro e/ou insider trading; (x) o pagamento de indenização for considerado ilegal; e/ou (xi) o administrador for previamente indenizado por um terceiro, inclusive em decorrência de um seguro D&O. Para fins de esclarecimento, se um terceiro indenizar o administrador por parte das perdas sofridas com relação a uma reclamação, a Companhia terá a obrigação de indenizar o administrador pelas perdas que não tiverem sido indenizadas por tal terceiro.
- Obrigação de o administrador devolver valores: O administrador se obriga a devolver à Companhia o valor indenizado ou adiantado se for verificada qualquer Exclusão acima. Nesse caso, os valores adiantados e sujeitos à devolução deverão ser (i) atualizados monetariamente com base na variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e (ii) acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês entre a data do recebimento pelo administrador e a efetiva devolução do adiantamento em valores livres e disponíveis para a Companhia.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8. Remuneração dos administradores / 8.17 – Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia nos últimos 3 exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente

Nos exercícios de 2022, 2021 e 2020, não houve e para o exercício social corrente não há previsão de remuneração devida por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores da Companhia à época do período mencionado.

8.18 Remuneração - Outras funções

8. Remuneração dos administradores / 8.18 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos últimos 3 exercícios sociais, nem há previsão de reconhecimento para o exercício social corrente.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8. Remuneração dos administradores / 8.19 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020, não houve remuneração de administradores e de membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado do antigo controlador, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, nem há previsão de reconhecimento para o exercício social corrente.

8.20 Outras informações relevantes

8. Remuneração dos administradores / 8.20 – Outras informações relevantes

Nos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020, não houve remuneração de administradores reconhecida no resultado consolidado do emissor.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
01/01/2019	01/01/2019		
Descrição dos serviços prestados			
Serviços profissionais, incluindo (i) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020; (ii) revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas correspondentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023, 2022, 2021 e 2020; (iii) procedimentos previamente acordados relacionados à distribuição de certificados de recebíveis imobiliários – CRI; e (iv) serviços tributários diretamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Durante o exercício de 2022, a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. recebeu as seguintes remunerações pelos serviços para a Companhia e suas subsidiárias e controladas: Auditoria Contábil: R\$ 5.421 mil / Serviços adicionais relacionados à auditoria: R\$ 982 mil / Procedimentos previamente acordados relacionados à distribuição de certificados de recebíveis imobiliários – CRI: R\$ 595 mil / Serviços tributários diretamente relacionados a auditoria das demonstrações financeiras: R\$ 974 mil / Total: R\$ 7.972 mil.			
Justificativa da substituição			
N/A			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
N/A			

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 – Caso os Auditores Independentes ou pessoas a eles ligadas tenham sido contratados para prestar outros serviços além da auditoria, descrever os procedimentos adotados para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Procedimentos relacionados a serviços tributários relacionados a auditoria das demonstrações financeiras:

Os auditores independentes da Companhia foram contratados, no exercício social de 2022, para prestar serviços tributários relacionados a auditoria das demonstrações financeiras. Ressalta-se que os trabalhos de revisão foram realizados por equipes diferentes daquelas responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras, não havendo, portanto, perda de independência ou objetividade dos auditores independentes.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esta seção foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	540	1056	0	0	0
Não-liderança	18621	21649	0	0	0
TOTAL = 41.866	19161	22705	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	23	938	73	433	4	125	0
Não-liderança	524	16707	3777	14074	127	5061	0
TOTAL = 41.866	547	17645	3850	14507	131	5186	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	116	1333	147
Não-liderança	12968	20762	6540
TOTAL = 41.866	13084	22095	6687

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	59	220	103	1094	120	0
Não-liderança	1256	5636	2802	27959	2617	0
TOTAL = 41.866	1315	5856	2905	29053	2737	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	563	752	0	0	0
Nordeste	2428	3428	0	0	0
Centro-Oeste	1348	1557	0	0	0
Sudeste	13516	15537	0	0	0
Sul	1306	1431	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 41.866	19161	22705	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	17	217	130	859	10	82	0
Nordeste	99	1181	663	2785	30	1098	0
Centro-Oeste	66	988	222	1228	8	393	0
Sudeste	343	13631	2680	9010	74	3315	0
Sul	22	1628	155	625	9	298	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0

TOTAL = 41.866	547	17645	3850	14507	131	5186	0
----------------	-----	-------	------	-------	-----	------	---

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	600	671	44
Nordeste	2067	3444	345
Centro-Oeste	988	1469	448
Sudeste	8311	15322	5420
Sul	1118	1189	430
Exterior	0	0	0
TOTAL = 41.866	13084	22095	6687

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 – Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico da Companhia, abrangem a identidade autodeclarada de gênero, identidade autodeclarada de cor ou raça, faixa etária e outros indicadores de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Quantidade de empregados por declaração de gênero:

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	540	1056	NA	NA	NA
Não-liderança	18621	21649	NA	NA	NA
Total	19161	22705	NA	NA	NA

Quantidade de empregados por declaração de cor e raça:

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros (Não informado)	Prefere e não responder
Liderança	23	938	73	433	4	125	NA
Não-liderança	524	16707	3777	14074	127	5061	NA
Total	547	17645	3850	14507	131	5186	NA

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	116	1333	147
Não-liderança	12968	20762	6540
Total de Empregados	13084	22095	6687

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica:

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	59	220	103	1094	120	NA
Não-liderança	1256	5636	2802	27959	2617	NA
Total	1315	5856	2905	29053	2737	NA

10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero:

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	563	752	NA	NA	NA
Nordeste	2428	3428	NA	NA	NA
Centro-Oeste	1348	1557	NA	NA	NA
Sudeste	13516	15537	NA	NA	NA
Sul	1306	1431	NA	NA	NA
Exterior	NA	NA	NA	NA	NA
Total	19161	22705	NA	NA	NA

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça:

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígenas	Outros (Não informado)	Prefere não responder
Norte	17	217	130	859	10	82	NA
Nordeste	99	1181	663	2785	30	1098	NA
Centro-Oeste	66	988	222	1228	8	393	NA
Sudeste	343	13631	2680	9010	74	3315	NA
Sul	22	1628	155	625	19	298	NA
Exterior	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Total	547	17645	3850	14507	131	5186	NA

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária:

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	600	671	44
Nordeste	2067	3444	345
Centro-Oeste	988	1469	448
Sudeste	8311	15322	5420
Sul	1118	1189	430
Exterior	NA	NA	NA
Total de Empregados	13084	22095	6687

10.1 Descrição dos recursos humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Quantidade de terceirizados por localização geográfica e atividade desempenhada:

A Companhia contrata funcionários terceirizados conforme a necessidade operacional de cada uma das lojas, centros de distribuição e sede social. As principais atividades terceirizadas estão relacionadas à: (i) limpeza; (ii) segurança; (iii) manutenção; (iv) serviços de tecnologia da informação (TI), e (v) logística, conforme tabela abaixo:

	Limpeza	Segurança	Logística	Serviços administrativos
Norte	79	34	19	0
Nordeste	170	73	113	0
Centro-Oeste	64	53	40	0
Sudeste	333	593	716	400
Sul	71	47	40	0
Exterior	0	0	0	0
Total de Terceirizados	717	800	928	400

(c) índice de rotatividade

31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/07/2023 (informação mais recente)
23,5%	24,9%	26,0%	17,3%

10.2 Alterações relevantes

10.2 – Alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1

Não houve qualquer alteração que a Companhia entende ser relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 – Políticas e práticas de remuneração dos empregados da Companhia

(a) Política de salários e remuneração variável

A Companhia periodicamente avalia seu conjunto de regras e orientações, que fazem parte de seu instrumento denominado Política de Remuneração e são aplicáveis a todos os colaboradores, definindo critérios e o processo para movimentação de cargos e salários e permite aos gestores e colaboradores identificar com clareza: (i) suas respectivas atribuições ou responsabilidades; (ii) os critérios para a variação da remuneração ao longo do ano; (iii) as oportunidades de carreira de acordo com a posição ocupada por cada colaborador; e (iv) os procedimentos para efetivação de uma movimentação na estrutura de cargos.

Com relação à remuneração variável, a Companhia adota um plano de remuneração diferenciado e competitivo, incluindo a utilização de Indicadores Coletivos e Individuais, além de Indicadores do negócio para estabelecer suas metas e a partir deste alcance, definir os valores atribuídos a remuneração variável. Também foram implementados indicadores que avaliam nossas práticas ESG. Os componentes variáveis também incluem benefícios diferenciados aos executivos e um programa de outorga de ações.

(b) Política de benefícios

A Companhia oferece de forma compulsória o seguro de vida com assistência funeral e alimentação (vale alimentação ou vale refeição). O colaborador ainda pode aderir aos benefícios opcionais de assistência médica, assistência odontológica, vale transporte, previdência privada, passaportes para atividade física, empréstimo consignado, extensão da licença maternidade e/ou extensão da licença paternidade. As colaboradoras que são mães recebem um crédito em cartão específico para auxiliar nos cuidados com alimentação, higiene e vestuário dos filhos com idade entre 6 meses a 5 anos incompletos, além de um enxoval com itens para o bebê. O benefício de telemedicina com consultas médicas por vídeo-chamada ou telefone está disponível gratuitamente, 24 horas, a todos os colaboradores e dependentes. Assim como o programa de assistência ao colaborador e seus familiares que oferece suporte social e psicológico, orientação jurídica, financeira e previdenciária por meio de um canal telefônico 0800.

(c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- (i) grupo de beneficiários
- (ii) condições para exercício
- (iii) preço de exercício
- (iv) prazos de exercício
- (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Do grupo de empregados não administradores, apenas funcionários classificados com nível de gerência e diretoria não estatutária são elegíveis ao nosso programa de remuneração baseado em ações, que é

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

concedido em função de indicadores de resultados globais da Companhia, nível de cargo e avaliação de desempenho individual.

As características dos planos de remuneração baseados em ações de empregados não administradores são idênticas às características dos planos de remuneração baseados em ações dos administradores da Companhia, conforme descritas no item 8.4 deste Formulário de Referência.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida no resultado do último exercício social da Companhia

Considerando o efetivamente pago aos colaboradores da Companhia no ano fiscal de 2022 (salário base e adicionais, incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo), o valor da maior remuneração individual da Companhia foi 88 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos empregados, desconsiderando-se a maior remuneração individual. Uma vez que em 2022 não houve efetivo pagamento de incentivo de curto prazo e incentivo de longo prazo.

Considerando a estratégia de remuneração da Companhia em 2022, (salário base e adicionais, incentivo curto prazo no alvo e incentivo de longo prazo no alvo), o valor da maior remuneração seria 275 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos empregados, desconsiderando-se a maior remuneração individual.

Conforme apontado no item 8.2, o valor reconhecido como remuneração refere-se o salário base, o incentivo de curto prazo e o incentivo de longo prazo. É importante destacar que, em 2022, o incentivo de curto prazo (bônus) não foi pago, e a maior parte da remuneração registrada no resultado do último exercício social foi composta por ações e opções, conforme mencionado no item 8.2. Os valores mencionados para remuneração baseada em ações e opções correspondem à apropriação das despesas de acordo com as normas contábeis, especialmente relacionadas ao programa de compras de opções de 2019. No entanto, apesar do registro contábil, o referido programa de 2019 encontra-se em situação de "underwater" (o preço de exercício da opção é maior do que o preço da ação negociada em bolsa em 31/12/2022), e os beneficiários do programa não exerceram suas opções. Considerando o reconhecimento no resultado e a ausência de pagamento efetivo desses valores, a maior remuneração individual da Companhia foi 651 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos demais empregados, excluindo-se a maior remuneração individual.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves

A Companhia realiza acordos e convenções coletivas com os sindicatos aos quais seus colaboradores estão vinculados, estabelecendo as condições de trabalho, bem como como reajuste salarial, plano de participação nos resultados, entre outros. A Diretoria de Recursos Humanos é responsável pelas relações trabalhistas e sindicais da Companhia e mantém como prática a realização de reuniões de entendimentos e de renovação de condições de trabalho com as diversas lideranças sindicais, em âmbito nacional. O principal objetivo dessa prática é estabelecer um relacionamento ético e transparente, a partir do qual empregador e empregados sejam beneficiados e divergências sejam dirimidas sem que haja tensões ou conflitos.

A Companhia entende que a negociação pacífica com os sindicatos é a base para a manutenção da harmonia e do equilíbrio nas relações de trabalho. Sendo assim, busca dialogar com as entidades sindicais sobre temas de interesse coletivo como os exemplos citados acima, bem como condições de abertura e funcionamento do comércio aos domingos e feriados, banco de horas entre outros.

A Companhia acredita manter uma relação harmoniosa com seus colaboradores e os sindicatos que os representam, não tendo sido registrada nenhuma greve nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Colaboradores

A Companhia encerrou o exercício social de 2022 com 41.093 empregados, sendo 40.109 empregados no critério FTE (*full-time-equivalent*), e em 31 de julho de 2023 possuía 36.943 empregados, sendo 35.960 no critério FTE. A Companhia considera como seu maior capital as pessoas que integram seu time. São elas que estabelecem e nutrem o relacionamento com todos os outros *stakeholders*, especialmente com os clientes, ou seja, são elas que constroem, no dia a dia, a reputação da Companhia.

Treinamentos

Em 2022, foram realizadas 776.520 de horas em treinamento, o que representa cerca de 14.80 horas em média de desenvolvimento por colaborador. Na Escola de Liderança, tivemos algumas ações que se destacam em 2022, sendo elas:

As trilhas abordam temas com foco em 4 pilares, em que trabalhamos os seguintes temas: **Cultura** (Diversidade e Protagonismo) **Pessoas** (Inteligência Emocional, Influência, Liderança Situacional, Comunicação Assertiva, Feedback, Agenda do Líder, Liderança Remota, Teambuilding e o Desafio do Líder), **Performance** (Visão Sistêmica, Planejamento Estratégico, Tomada de Decisão, Gestão de Resultados, Delegação e Storytelling) e por fim, o pilar de **Digital** (Mindset Digital e Frameworks Ágeis).

A Escola de liderança é aplicada para todos os níveis, desde futuros líderes, como analistas até o nível de gerentes. Na Universidade Via, o foco ficou nos cursos para elevar as competências necessárias ao desempenho das funções, desenvolvimento de softskills e Hardskills e temas estratégicos para a Cia como Diversidade e Cliente.

Soft Skills abordamos temas relacionados com comunicação, seja ela escrita, falada ou apresentada através do oral ou escrito. Disponibilizamos conteúdos como: Comunicação Assertiva; CNV (Comunicação Não Violenta); Escrita Criativa; Apresentações de Impacto e Pitch. Já quando olhamos para **Hard Skills** cursos que permearam do técnico sistêmico, financeiro até metodologias e processos, como: Google Analytics; Educação Financeira e Empréstimo Pessoal, Metodologia Ágil, Scrum e Kaizen.

Reforçamos um direcionamento fundamental da nossa estratégia, que é **Centralidade no Cliente**. Demos o ponta pé inicial com o curso: “Métricas de Centralidade no Cliente”. O objetivo desse curso é garantirmos o entendimento dos nossos passos para implementação de uma cultura focada no cliente, que é tão importante para o sucesso da nossa empresa e de todos os colaboradores da Companhia.

Avaliação de Competências

10.5 Outras informações relevantes

- Avaliação de Competências: Em 2022, avançamos com o nosso processo de Avaliação de Competências em 360º, expandindo para um produto mais amplo e anual com um ciclo de avaliação composto por quatro grandes etapas: Combinar, Acompanhar & Desenvolver, Avaliar e Feedback & PAD (Plano de Auto Desenvolvimento). Seu objetivo permanece sendo o apoio à compreensão dos valores da empresa, agora com a declaração da nova cultura da Companhia, identificar fortalezas e pontos de melhoria para desenvolvermos cada vez mais equipes de alto desempenho. Foram 6031 participantes, sendo 2614 mulheres e 3417 homens, das seis áreas de negócio da companhia (Corporativo, Tecnologia, Logística, Fábrica Bartira, Lojas e banQi). As etapas de Avaliar e Feedback & PAD são registradas através de uma plataforma de mercado, especializada em avaliações.

Diversidade, Equidade e Inclusão

Diversidade, equidade e inclusão são valores e compromissos essenciais na Companhia. Juntos, eles contribuem para construção da cultura organizacional e orientam a forma como os times são criados e desenvolvidos e nas relações da empresa com todos os seus públicos de interesse. Desta forma permeia não apenas o ecossistema em que a Companhia está inserida, mas também a sociedade em geral, movimentando a agenda ESG.

Via de Respeito

Lançamento do Programa Via de Respeito para conscientizar e promover o combate à discriminação e ao assédio.

Pessoas com Deficiência

Dando continuidade aos avanços de acessibilidade, firmamos parceria com a HandTalk, implementando a ferramenta de interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos sites das marcas Casas Bahia, Ponto, Extra.com, Via RI, Via Carreiras e Via Marketplace.

O programa Talentos Sem Limites, contou com a participação de 85% dos colaboradores com deficiência da companhia, foram mais de 1.500 profissionais capacitados. Além disso, o programa contou com a sensibilização para lideranças e lançamento do guia de inclusão da pessoa com deficiência.

Com o objetivo de acelerar os avanços na inclusão da pessoa com deficiência, a companhia firmou parceria com a Rede Empresarial de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência (REIS).

Raça/Etnia

Em 2022, realizamos a primeira edição da campanha de autodeclaração racial, com avanços significativos quando comparado com o ano anterior, o indicador de colaboradores não declarados saiu de 23% em 2021, para 14% em 2022. A iniciativa reflete os esforços sistemáticos para retratar da forma mais fidedigna possível a realidade dos nossos públicos internos em termos de raça. A ação contribui com a maior assertividade no mapeamento de oportunidades internas e a criação de ações afirmativas.

10.5 Outras informações relevantes

Nossos dados ainda mostram que chegamos em 42% do time composto por negros, frente a 37% em 2021. Entre as lideranças (gerentes e acima), fechamos o ano com 30% do quadro composto por negros.

E no mês da Consciência Negra, lançamos a campanha #PorumaViaAntirracista, que reforçou a luta contra o racismo, promovendo reflexões sobre os impactos do racismo estrutural e a importância da consciência coletiva antirracista.

Pela Fundação Casas Bahia, do total de 9.587 jovens preparados para o mercado de trabalho, 61% são jovens autodeclarados negros e dos 8.918 empreendedores formados, 57% são autodeclarados negros.

Equidade de Gênero

No ano de 2022, focamos na sensibilização do papel de todos os gêneros para alcance da equidade, construção de ambientes justos e seguros, sobretudo para mulheres e pessoas transgêneras.

Os nossos indicadores mostram que 46% do público interno é composto por mulheres e mantemos a representação de 34% de mulheres nas cadeiras de gerência acima, além de nomear a primeira mulher para o conselho administrativo.

Em março realizamos a 3ª edição do Programa Mulheres ViaHub que contou com 1 semana de ações envolvendo, lives, podcast e histórias de sucesso de colaboradoras da área de tecnologia. Além disso, participamos da 2ª edição do Programa Mulheres Positivas, contando com mentoria intercompany e contribuimos com a Semana Mulheres Positivas, com participações de liderança feminina da Companhia, ganhando destaque o workshop exclusivo para mulheres sobre autonomia financeira, em parceria com o banQi.

Com objetivo de promover a conscientização do homem e como os impactos da estrutura do preconceito de gênero afeta, realizamos duas ações com parceria da organização Papo de Homem, que teve como destaque a edição especial na fábrica Bartira, com a participação de 100% dos colaboradores masculinos. Pela Fundação Casas Bahia, do total de 9.587 jovens preparados para mercado de trabalho, 61% são mulheres e dos 8.918 empreendedores acelerados, 59% são mulheres. Além disso, as mulheres representaram 60% dos participantes do programa de voluntariado.

Comunidade LGBTQIAP+

O ano de 2022 foi marcado pela promoção dos direitos LGBTQIAP+. Dando continuidade, realizamos a 2ª edição do Projeto Orgulho do Meu RG Via, em parceria com a organização Bicha da Justiça, promovendo a oportunidade de regularização do nome social de pessoas transgêneras.

Com foco em empregabilidade e acolhimento, lançamos o projeto “Cadeiras do Orgulho, que contou com um banco de talentos exclusivo e uma trilha de conhecimentos sobre colocação no mercado de trabalho,

10.5 Outras informações relevantes

elaboração de currículos, preparação para entrevistas, entre muitos outros. Além disso, o projeto faz parte da estratégia de estreitar a relação da companhia com a comunidade LGBTQIAP+.

Reconhecimentos de Diversidade em 2022

SELO EQUIDADE BR

Conquistamos o reconhecimento como um dos melhores lugares para as pessoas LGBTQIAP+ trabalharem pela pesquisa Equidade BR2022 desenvolvida pelo Human Rights Campaign (HRC), programa global de igualdade no local de trabalho, fazendo parte das 38 empresas reconhecidas.

SELO PAULISTA DE DIVERSIDADE

“Selo Paulista de Diversidade”, na categoria Pleno, uma certificação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo dada a empresas, organizações públicas e da sociedade civil que desenvolvam programas e ações de promoção e valorização da diversidade em seus ambientes de trabalho e áreas de atuação.

SELO SIM A IGUALDADE RACIAL

O Selo Sim à Igualdade Racial é uma ferramenta desenvolvida pelo ID_BR para auxiliar as empresas na realização de boas práticas em prol da igualdade racial. Essa jornada é construída por três etapas: Compromisso, Engajamento e Influência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 – Regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, indicando quando houver uma política formal adotada pela Companhia, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia realiza, no curso normal de seus negócios, operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com o mercado. Tais operações incluem contratos de empréstimo, acordos comerciais, serviços compartilhados e contratos de locação.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 17 de abril de 2023, a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia, que estabelece os termos e diretrizes para a contratação, pela Companhia, de operações junto a parceiros que sejam partes relacionadas da Companhia (“Política”). A íntegra da Política está disponível no site de relações com investidores da Companhia (<https://ri.via.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos/>) e da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

A Política estabelece procedimentos que contribuam para assegurar que transações entre partes relacionadas e a Companhia ou as sociedades cujo capital social, direta ou indiretamente, seja integralmente detido pela Companhia sejam realizadas no melhor interesse da Companhia ou de suas controladas, conforme o caso, e sejam fundamentadas em princípios de transparência e comutatividade. Da mesma forma, a Política visa prevenir e administrar situações de potencial conflito de interesses quando da realização de operações envolvendo tais partes relacionadas.

Dentre seus principais aspectos, nos termos da Política:

- “Transação com Parte Relacionada” é a transferência de bens, direitos, recursos, serviços ou obrigações, direta ou indiretamente, entre a Companhia e uma Parte Relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida, estando compreendido nesta definição quaisquer Transações Fora do Curso Normal dos Negócios, Transações Correlatas e Transações em Bases Contínuas.
- “Transação Fora do Curso Normal dos Negócios” é qualquer Transação com Parte Relacionada que não se destine diretamente à realização das atividades que constituem o objeto social da Companhia.
- “Transações Correlatas” são o conjunto de transações similares que possuem relação lógica entre si em virtude de seu objeto ou de suas partes, já tendo a transação principal ou a série de transações de duração continuada aprovada nos termos desta Política, a saber: (i) transações que decorrem de uma transação principal já efetuada, desde que essa tenha estabelecido suas principais condições, inclusive os valores envolvidos; e (ii) transações de duração continuada que

11.1 Regras, políticas e práticas

englobem prestações periódicas, desde que as principais condições, inclusive os valores envolvidos já sejam conhecidos.

- “Transação em Bases Contínuas” é qualquer Transação com Parte Relacionada cujos efeitos possam ser naturalmente modificados ao longo da execução do contrato em razão de sua vigência maior que 1 ano, ou seja, cujos efeitos futuros não sejam identificáveis e definíveis quando da aprovação da transação pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Transação com Parte Relacionada que seja no curso normal dos negócios da Companhia estará sujeita à aprovação formal pelo Conselho de Administração. Para tanto, a transação deverá antes ser levada, pelo Departamento Jurídico, à análise do Comitê Financeiro, que avaliará se as diretrizes da Política foram observadas na instrução do processo sobre a transação que será enviada ao Conselho de Administração.

A Transação com Parte Relacionada que envolva valor inferior a R\$ 100.000.000,00 e seja fora do curso normal dos negócios da Companhia estará sujeita à aprovação formal pelo Conselho de Administração, devendo, para tanto, tal transação ser levada antes, pelo Departamento Jurídico, à análise do Comitê Financeiro, que avaliará se as diretrizes da Política foram observadas na instrução do processo sobre a transação que será enviada ao Conselho de Administração.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Investcred Unibanco S.A.	17/12/2018	10.000.000,00	610.219,18	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Companhia e o Banco Investcred, tendo a FIC e o Itaú Unibanco como intervenientes anuentes, em 17/12/2018 e aditado em 27/02/19, em que a Companhia atua como correspondente bancário do Investcred no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de: (i) recepção e encaminhamento de proposta de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade do Investcred; (ii) recepção e encaminhamento de proposta referentes a operações de crédito de concessão do Investcred; e (iii) recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, bem como outras atividades decorrentes da execução de contratos e convênios de prestação de serviços pela Investcred com terceiros. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/06/2022					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/06/2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Casa Bahia Comercial Ltda.	30/06/2010	7.000.000,00	734.849,38	N.ão .apl.icá.vel	29/06/2030	0,000000
Relação com o emissor	Controlada de Membro do Conselho de Administração da Companhia.					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel celebrado entre a CB, na qualidade de locadora, e a Indústria de Móveis Bartira Ltda., na qualidade de locatária, referente à fábrica situada à Av. Dr. Ramos de Azevedo, 133, Bairro Fundação, São Caetano do Sul-SP. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/06/2022					
Garantia e seguros	Fiança concedida pela Companhia					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de rescisão antecipada da locação antes do término do prazo ajustado, a locatária arcará com o pagamento de multa rescisória correspondente a (i) 10% do valor integral do saldo contratual; ou (ii) 12 vezes o aluguel pago no mês imediatamente anterior à data da rescisão, valendo o valor que for maior.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Casa Bahia Comercial Ltda.	30/06/2023	0,00	403.793.401,52	N.ão .apl.icá.vel	20	0

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada de membro do Conselho de Administração da Companhia					
Objeto contrato	Contrato de locação de imóvel celebrado entre a CB, na qualidade de locadora, e a Companhia e Indústria de Móveis Bartira Ltda., na qualidade de locatária, referente aos imóveis arrendados para fins das operações das lojas físicas e da fábrica de móveis. Os contratos firmados entre as partes possuem duração média entre 15 e 20 anos, renováveis automaticamente pelo mesmo período. O valor informado no "saldo existente" representa o valor do ativo de direito de uso deduzido do passivo de arrendamento em 30 de junho de 2023					
Garantia e seguros	Sem garantia específica.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de rescisão antecipada da locação antes do término do prazo ajustado, a locatária arcará com o pagamento de multa rescisória correspondente a (i) 10% do valor integral do saldo contratual; ou (ii) 12 vezes o aluguel pago no mês imediatamente anterior à data da rescisão, valendo o valor que for maior.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de locação de imóvel.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Companhia Brasileira de Distribuição; Casas Bahia Comercial Ltda; Michael Klein e Eva Lea Klein	04/07/2017	73.000.000,00	491.000.000,00	0 o montante correspondente aos interesses das partes. relacionadas no negócio	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Casas Bahia Comercial Ltda., Michael Klein e Eva Lea Klein possuem participação acionária na Companhia.					
Objeto contrato	Revisão das obrigações relacionadas ao Acordo de Associação celebrado em 04/12/09 e aditado em 01/07/10, que resultou na integração dos negócios do setor de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico, então explorados pela Companhia, pela CBD e por CB, especialmente: (i) a apuração de responsabilidades por perdas incorridas até 08/11/16 ("Data Base"); (ii) a consolidação de procedimentos para indenização por perdas potenciais identificadas até 08/11/16; (iii) o ajuste das garantias prestadas por CB em relação às perdas potenciais; e (iv) o ajuste da garantia prestada pela CBD nos contratos de locação celebrados entre a Companhia e CB, Michael Klein e Eva Lea Klein. Em 04/07/17, as Partes celebraram um Termo de Acordo, posteriormente aditado em 03/09/18, 04/10/18 e 24/10/18, que tem por objetivos: (i) pacificar a interpretação do Termo de Acordo; (ii) detalhar regras, critérios e procedimentos para apuração e cálculo das perdas e danos; dentre outros. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/06/2022					
Garantia e seguros	Michael Klein e Eva Lea Klein comparecem como garantidores das obrigações de indenizar da Casas Bahia Comercial Ltda., assim como foram mantidas hipotecas sobre determinados imóveis da propriedade de Casas Bahia Comercial Ltda. A Companhia Brasileira de Distribuição é garantidora das obrigações da Companhia previstas nos contratos de locação firmados com Casas Bahia Comercial Ltda.					
Rescisão ou extinção	Não aplicável					
Natureza e razão para a operação	Revisão do Acordo de Associação					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Especificação Posição Contratual						
Financeira Itaú CBD S.A - Créd., Finan. e Invest. (FIC)	13/12/2018	0,00	598.249,13	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Acordo de autorização provisória celebrado entre a CBD, o Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A, Banco Itaucard S.A, Lake Niassa Empreendimentos e Participações LTDA, Bellamar Empreendimentos e Participações LTDA, Companhia e a FIC que estabelece os termos e condições que regem a autorização provisória concedida pela FIC à Investcred para ofertar e distribuir cartões de crédito (bem como produtos e serviços vinculados a cartão de crédito) para clientes das Lojas CBD detidas e/ou operadas pela Companhia sob as marcas Ponto Frio e/ou Pontofrio.com, Em contraprestação à autorização provisória, o Investcred pagará à FIC R\$ 60,00 por cada cartão de crédito emitido pela Investcred.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	A autorização provisória é concedida nos termos definidos como antecipação de determinados efeitos da Transferência Definitiva, de modo que caso, por qualquer motivo (i) a Transferência Definitiva, inclusive no que toca à transferência da Carteira Legado Ponto Frio, não ocorra até 30 de junho de 2019, (ou em outro prazo previamente acordado por escrito entre Itaú Unibanco Holding, CBD e a Companhia): a) a autorização provisória será automaticamente revogada e a Investcred se obriga a vender para a FIC (e a FIC se obriga a comprar), a valor de mercado, a integralidade da carteira de Produtos e Serviços Financeiros detida pela Investcred em tal data e b) as partes intervenientes anuentes se comprometem a praticar todos os atos necessários (incluindo aprovações necessárias em seus respectivos órgãos societários, conforme aplicável) para fins de executar o item (a) e uma vez cumprido referido item, para fins de proceder a liquidação da Investcred e à devolução de sua licença para operar como instituição financeira perante o Banco Central do Brasil.					
Natureza e razão para a operação	Acordo de autorização provisória para oferta e distribuição de cartões de crédito. O saldo existente é referente ao saldo em aberto em 30/06/2022.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Financeira Itaú CBD S.A - Créd., Finan. e Invest. (FIC)	01/11/2016	0,00	0	-	28/08/2029	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Acordo de Associação celebrado entre a Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), o Itaú Unibanco Holding S.A., a Companhia, o Banco Itaucard e a FIC que estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes em relação à parceria para oferta de determinados produtos e serviços financeiros e securitários. O Acordo de Associação foi celebrado em 27/10/04 aditado em 22/02/05, 22/12/05, 28/08/09 e 01/11/16. Foi concedida exclusividade à FIC para oferta e distribuição de determinados produtos e serviços financeiros aos clientes das lojas CBD. A Companhia pagou à FIC a quantia de R\$ 65.000.000,00 para adquirir da FIC o direito de exclusividade para a oferta de Seguros Ponto Frio Não Atrelados ao Cartão nas Lojas Ponto Frio e nos domínios de internet e demais ambientes de e-commerce em 2017.					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	No prazo de 180 dias de antecedência ao término do prazo de exclusividade, qualquer das partes poderá enviar notificação à outra para manifestar (i) sua confirmação de término do Acordo de Associação em 28/08/29, ou (ii) sua intenção de negociar com a outra parte a renovação do Acordo de Associação. Na ausência de manifestação das partes dentro do prazo acima, o Acordo de Associação restará automaticamente extinto sem qualquer penalidade para as partes.					
Natureza e razão para a operação	Acordo de associação para oferta de determinados produtos e serviços financeiros e securitários.					
Posição contratual do emissor	Devedor					
Especificação Posição Contratual						
Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	04/10/2013	4.000.000,00	R.\$ 0,00	-	Indeterminado	0,000000
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e a Companhia, e posteriormente aditado em 18/04/16, em que a Companhia atua como correspondente bancário da FIC no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de: (i) recebimentos e pagamentos de qualquer natureza, bem como outras atividades decorrentes de execução de contratos e convênios de prestação de serviços pela FIC com terceiros; (ii) recepção e encaminhamento de propostas referentes a operações de crédito de concessão da FIC; e (iii) recepção e encaminhamento de propostas de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da FIC.					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	07/07/2017	0,00	0	-	Indeterminado	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancári					
Garantia e seguros	Não aplicável					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	O contrato poderá ser terminado por qualquer das partes mediante o envio de notificação prévia e escrita à outra parte com 60 dias de antecedência.					
Natureza e razão para a operação	Contrato de prestação de serviços de correspondente bancário celebrado entre a Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") e a Cnova, em que a Cnova atua como correspondente bancário da FIC no Brasil, mediante o recebimento de remuneração pela prestação dos serviços, para realização de atividades de recepção e encaminhamento de proposta de fornecimento de cartões de crédito de responsabilidade da FIC, por meio eletrônico, nos sites Extra.com e Ponto.com.					
Posição contratual do emissor	Credor					
Especificação Posição Contratual						

11.2 Itens 'n.' e 'o.'**11.2 – Transações com partes relacionadas****n) medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses**

A Companhia conta com Código de Ética, Política de Transações com Partes Relacionadas e Regimento Interno do Conselho de Administração, para estabelecer providências acerca de conflito de interesses reais ou potenciais, regramento a obrigação de reporte e declaração de impedimento em negócios com constatação de conflito de interesses.

o) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Todas as transações indicadas no item acima observam, à época de sua contratação, condições praticadas pelo mercado, tendo sido aprovadas de acordo com a Política vigente. Ainda, foram firmadas por escrito, com especificação de suas principais características e condições, tais como preço, prazo, eventual garantia, responsabilidade pelo recolhimento de impostos, pagamentos de taxas, obtenções de licenças, entre outras, sendo o pagamento compensatório avaliado de acordo com o caráter personalíssimo da obrigação e valor intelectual e de reputação da contraparte, entre outros, e mediante sua comparação, quando aplicável, com outras operações semelhantes praticadas pelo mercado em geral.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 11 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
19/02/2024	Totalmente Integralizado	5.449.633.959,48
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
95.083.599	0	95.083.599

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
19/02/2024	Totalmente Integralizado	5.449.633.959,48
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
95.083.599	0	95.083.599

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
19/02/2024		5.449.633.959,48
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
95.083.599	0	95.083.599

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
19/02/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
24.916.401	0	24.916.401

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 – Descrição dos direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(a) Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(b) Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(c) Hipóteses de cancelamento de registro

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

(d) Outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª emissão – 1ª série
Data de emissão	30/04/2021
Data de vencimento	30/04/2024
Quantidade	771.959
Valor nominal global R\$	771.959.000,00
Saldo Devedor em Aberto	791.075.933,16
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos regulamentares aplicáveis, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: As debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo por iniciativa da Companhia. Em relação à 1ª série, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30/10/22, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 1ª série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial). Por ocasião do resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) valor nominal unitário das debêntures (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da remuneração da primeira série e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série, calculado pro rata temporis desde a data de início da rentabilidade, ou a data do pagamento da remuneração da primeira série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série, incidente sobre o valor nominal unitário (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,30% ao ano, pro rata temporis, base 252 dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série e a data de vencimento das debêntures da primeira série, incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,90% ao ano para primeira série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, “remuneração”, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografário. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.

Outras características relevantes

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª emissão – 2ª série
Data de emissão	30/04/2021
Data de vencimento	30/04/2026
Quantidade	228.041
Valor nominal global R\$	228.041.000,00
Saldo Devedor em Aberto	233.764.630,04
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos regulamentares aplicáveis, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: As debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo por iniciativa da Companhia. Em relação à 2ª série, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 30/04/23, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da 2ª série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial). Por ocasião do resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) valor nominal unitário das debêntures (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da remuneração da segunda série e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série, calculado pro rata temporis desde a data de início da rentabilidade, ou a data do pagamento da remuneração da segunda série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série, incidente sobre o valor nominal unitário (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,30% ao ano, pro rata temporis, base 252 dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série e a data de vencimento das debêntures da segunda série, incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 2,10% ao ano para segunda série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, “remuneração”, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografário. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.

Outras características relevantes

Não aplicável.

Valor mobiliário

Debêntures

Identificação do valor mobiliário

7ª emissão – 1ª série

Data de emissão

15/09/2021

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de vencimento	15/09/2024
Quantidade	461.667
Valor nominal global R\$	461.667.000,00
Saldo Devedor em Aberto	481.170.981,86
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos previstos na regulamentação aplicável, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de março de 2023 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da primeira série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial). Por ocasião do resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) valor nominal unitário das debêntures da primeira série (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da remuneração da primeira série e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série, calculado pro rata temporis desde a data de início da rentabilidade, ou a data do pagamento da remuneração da primeira série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,35% ao ano, pro rata temporis, base 252 dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da primeira série e a data de vencimento das debêntures da primeira série, incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos di – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,50% ao ano para primeira série, base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, “remuneração”, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografário. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A. Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.
Outras características relevantes	Não aplicável.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª emissão – 2ª série
Data de emissão	15/09/2021
Data de vencimento	15/09/2024
Quantidade	538.333
Valor nominal global R\$	538.333.000,00
Saldo Devedor em Aberto	561.395.919,69
Restrição a circulação	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Descrição da restrição	As debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários, entre investidores qualificados, depois de decorridos 90 dias contados de cada subscrição ou aquisição por investidores profissionais, exceto pelo lote de debêntures objeto de exercício de garantia firme pelos coordenadores indicado no momento da subscrição, observados, na negociação subsequente, os limites e condições previstos na regulamentação aplicável, e depois de observado o cumprimento, pela Companhia, dos requisitos da regulamentação, sendo que a negociação das debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de setembro de 2023 (exclusive), realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures da segunda série (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial). Por ocasião do resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (a) valor nominal unitário das debêntures da segunda série (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da remuneração da segunda série e demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série, calculado pro rata temporis desde a data de início da rentabilidade, ou a data do pagamento da remuneração da segunda série anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,35% ao ano, pro rata temporis, base 252 dias úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo resgate antecipado facultativo total das debêntures da segunda série e a data de vencimento das debêntures da segunda série, incidente sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures, conforme for o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – depósitos interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível no site da B3, acrescidas exponencialmente de uma sobretaxa de 1,70% ao ano para segunda série, ambas base 252 dias úteis, sendo a taxa DI e a sobretaxa, em conjunto, “remuneração”, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a 1ª data de integralização das debêntures ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o efetivo pagamento, conforme descrito na escritura de emissão. Quirografária. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A. O agente fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido nesta escritura de emissão, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os principais termos do contrato são: (i) a obrigação do agente Fiduciário em cumprir com os deveres e atribuições estabelecidos pela Resolução CVM 17; (ii) a remuneração no valor de R\$ 6.000,00 por ano, devendo ser exercida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o agente Fiduciário ainda esteja exercendo atividades em relação à emissão; e (iii) a obrigação da Companhia em arcar e ressarcir o agente Fiduciário por quaisquer despesas razoáveis e usuais necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.

Outras características relevantes

Não aplicável.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão – 1ª série
Data de emissão	15/07/2022
Data de vencimento	14/07/2027
Quantidade	67.435
Valor nominal global R\$	67.435.000,00
Saldo Devedor em Aberto	69.501.603,52
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado dos CRI, nos termos a serem previstos no termo de securitização.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo. As debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado facultativo por iniciativa da Companhia. Em relação à 1ª série, a Companhia poderá, a partir de 15 de julho de 2024, inclusive, independentemente da vontade da debenturista, e, conseqüentemente, dos titulares dos CRI, realizar resgate antecipado facultativo total primeira série, mediante envio da comunicação de resgate antecipado facultativo total primeira série. Resgate Antecipado Compulsório Total. As debêntures deverão ser resgatadas integralmente caso seja decretado o vencimento antecipado das debêntures. O resgate antecipado compulsório total ocorrerá mediante o envio de comunicação pela debenturista, por escrito, dirigida à Companhia, a ser realizada, nos termos da escritura de emissão. Por ocasião do resgate antecipado facultativo total primeira série, a debenturista fará jus ao pagamento (i) do valor nominal unitário das debêntures primeira série (ou saldo do valor nominal unitário das debêntures primeira série, conforme o caso); (ii) da remuneração debêntures primeira série, calculada pro rata temporis desde a primeira data de integralização (ou da data de pagamento da remuneração debêntures primeira série imediatamente anterior, conforme o caso) até a data do resgate antecipado facultativo total primeira série; (iii) dos encargos moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso; e (iv) do prêmio de resgate equivalente a 0,80% a.a. pelo prazo remanescente, calculado com base na fórmula prevista na escritura de emissão. Resgate Antecipado Compulsório. O valor do resgate antecipado compulsório total, que deverá corresponder ao valor nominal unitário, ao saldo do valor nominal unitário ou ao valor nominal unitário atualizado das debêntures da respectiva série, conforme o caso, na data programada para o resgate antecipado compulsório total, acrescido da remuneração das debêntures, calculada pro rata temporis, a partir da primeira data de integralização ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate e acrescido de eventuais despesas e encargos moratórios.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures primeira série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescidos exponencialmente de spread de 1,85%, ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das debêntures primeira série ou a data de pagamento da remuneração debêntures primeira série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, em qualquer caso observada a possibilidade de acréscimo de spread complementar. Quirografário. A debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Após a emissão dos CRI, a debenturista poderá exercer seu direito, enquanto titular das debêntures, (a) somente após orientação dos titulares dos CRI, nos termos deliberados em assembleia especial de titulares dos CRI realizada conforme disposições do termo de securitização; e (b) em consonância com o quanto disposto no termo de securitização. Ressalvada a hipótese de assembleia especial de titulares dos CRI convocada para avaliação, pelos titulares dos CRI, de eventos de vencimento antecipado não-automático, caso (i) a respectiva assembleia especial de titulares dos CRI não seja instalada; ou (ii) ainda que instalada não haja quórum para deliberação da matéria em questão, a debenturista deverá permanecer silente quanto ao exercício do direito em questão em que não houve quórum, sendo certo que o seu silêncio não será interpretado como negligência em relação aos direitos dos titulares dos CRI, não podendo ser imputada à debenturista qualquer responsabilização decorrente da ausência de manifestação. A exigência de assembleia de titulares dos CRI não se aplica nas hipóteses em que a escritura de emissão ou o termo de securitização a dispensar ou não a exigir.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	A 8ª emissão de debêntures da Companhia faz parte de uma operação de securitização, sendo o lastro dos CRI do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª séries da 20ª (vigésima) Emissão da Opea Securitizadora S.A.
Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	8ª emissão – 2ª série
Data de emissão	15/07/2022
Data de vencimento	14/07/2029
Quantidade	291.029
Valor nominal global R\$	291.029.000,00
Saldo Devedor em Aberto	299.704.614,30
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado dos CRI, nos termos a serem previstos no termo de securitização.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo. Em relação à 2ª série, a companhia poderá, a partir de 15 de julho 2024, inclusive, observados os termos e condições estabelecidos na escritura de emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da debenturista e, conseqüentemente, dos titulares dos CRI, realizar resgate antecipado facultativo total segunda série. Resgate Antecipado Compulsório Total. As debêntures deverão ser resgatadas integralmente caso seja decretado o vencimento antecipado das debêntures. O resgate antecipado compulsório total ocorrerá mediante o envio de comunicação pela debenturista, por escrito, dirigida à Companhia, a ser realizada, nos termos da escritura de emissão. Por ocasião do resgate antecipado facultativo total segunda série, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal de resgate antecipado das debêntures segunda série.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures segunda série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,2243%, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos durante o respectivo período de capitalização, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, em qualquer caso observada a possibilidade de acréscimo de spread complementar.

O valor nominal unitário das debêntures segunda série, ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures segunda série, será atualizado monetariamente, a partir da primeira data de integralização, de forma exponencial e pro rata temporis por dias úteis, desde a data de integralização ou a data de aniversário imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do cálculo, pela variação positiva do IPCA, conforme fórmula prevista na escritura de emissão, sendo o produto da atualização incorporado ao respectivo valor nominal unitário ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente.

Quirografário

A debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.

A debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização da debenturista, conforme deliberação dos titulares dos CRI reunidos em assembleia especial, observado o disposto no termo de securitização, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A.

A 8ª emissão de debêntures da Companhia faz parte de uma operação de securitização, sendo o lastro dos CRI emitidas pela Opea Securitizadora S.A. no âmbito do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª séries da 20ª (vigésima) Emissão da Opea Securitizadora S.A.” e, por esse motivo, não possui agente fiduciário designado. Não obstante, a emissão de CRI mencionada acima, à qual as debêntures são relacionadas, tem como agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Após a emissão dos CRI, a debenturista poderá exercer seu direito, enquanto titular das debêntures, (a) somente após orientação dos titulares dos CRI, nos termos deliberados em assembleia especial de titulares dos CRI realizada conforme disposições do termo de securitização; e (b) em consonância com o quanto disposto no termo de securitização. Ressalvada a hipótese de assembleia especial de titulares dos CRI convocada para avaliação, pelos titulares dos CRI, de eventos de vencimento antecipado não-automático, caso (i) a respectiva assembleia especial de titulares dos CRI não seja instalada; ou (ii) ainda que instalada não haja quórum para deliberação da matéria em questão, a debenturista deverá permanecer silente quanto ao exercício do direito em questão em que não houve quórum, sendo certo que o seu silêncio não será interpretado como negligência em relação aos direitos dos titulares dos CRI, não podendo ser imputada à debenturista qualquer responsabilização decorrente da ausência de manifestação. A exigência de assembleia de titulares dos CRI não se aplica nas hipóteses em que a escritura de emissão ou o termo de securitização a dispensar ou não a exigir.

Outras características relevantes

A 8ª emissão de debêntures da Companhia faz parte de uma operação de securitização, sendo o lastro dos CRI do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª séries da 20ª (vigésima) Emissão da Opea Securitizadora S.A.”

Valor mobiliário
Identificação do valor mobiliário

Debêntures
8ª emissão – 3ª série

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	15/07/2022
Data de vencimento	13/07/2029
Quantidade	41.536
Valor nominal global R\$	41.536.000,00
Saldo Devedor em Aberto	42.783.202,21
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures não poderão ser, sob qualquer forma, cedidas, vendidas, alienadas ou transferidas, exceto em caso de eventual liquidação do patrimônio separado dos CRI, nos termos a serem previstos no termo de securitização.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo. Em relação à 3ª série, a Companhia poderá, a partir de 15 de julho 2026, inclusive, observados os termos e condições estabelecidos na escritura de emissão, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da debenturista e, consequentemente, dos titulares dos cri, realizar resgate antecipado facultativo total terceira série. Resgate Antecipado Compulsório Total. As debêntures deverão ser resgatadas integralmente caso seja decretado o vencimento antecipado das debêntures. O resgate antecipado compulsório total ocorrerá mediante o envio de comunicação pela debenturista, por escrito, dirigida à Companhia, a ser realizada, nos termos da escritura de emissão. Por ocasião do resgate antecipado facultativo total segunda série, a debenturista fará jus ao pagamento do valor nominal de resgate antecipado das debêntures segunda série.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário das debêntures terceira série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,3348%, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos durante o respectivo período de capitalização, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, em qualquer caso observada a possibilidade de acréscimo de spread complementar.

O valor nominal unitário das debêntures terceira série, ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures terceira série, será atualizado monetariamente, a partir da primeira data de integralização, de forma exponencial e pro rata temporis por dias úteis, desde a data de integralização ou a data de aniversário imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do cálculo, pela variação positiva do IPCA, conforme fórmula prevista na escritura de emissão, sendo o produto da atualização incorporado ao respectivo valor nominal unitário ou seu saldo, conforme o caso, automaticamente.

Quirografário

A debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de pagamento de distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista ou qualquer outra forma de distribuição a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta escritura de emissão, ressalvado, em qualquer dos casos, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das S.A.

A debenturista deverá declarar o vencimento antecipado das debêntures no caso de cisão, fusão ou incorporação (incluindo incorporação de ações) da Companhia por outra sociedade, sem a prévia e expressa autorização da debenturista, conforme deliberação dos titulares dos CRI reunidos em assembleia especial, observado o disposto no termo de securitização, exceto se a cisão, fusão ou incorporação atender aos requisitos previstos no artigo 231 da Lei das S.A.

A 8ª emissão de debêntures da Companhia faz parte de uma operação de securitização, sendo o lastro dos CRI emitidos pela Opea Securitizadora S.A. no âmbito do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª séries da 20ª (vigésima) Emissão da Opea Securitizadora S.A.” e, por esse motivo, não possui agente fiduciário designado. Não obstante, a emissão de CRI mencionada acima, à qual as debêntures são relacionadas, tem como agente fiduciário a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Após a emissão dos CRI, a debenturista poderá exercer seu direito, enquanto titular das debêntures, (a) somente após orientação dos titulares dos CRI, nos termos deliberados em assembleia especial de titulares dos CRI realizada conforme disposições do termo de securitização; e (b) em consonância com o quanto disposto no termo de securitização. Ressalvada a hipótese de assembleia especial de titulares dos CRI convocada para avaliação, pelos titulares dos CRI, de eventos de vencimento antecipado não-automático, caso (i) a respectiva assembleia especial de titulares dos CRI não seja instalada; ou (ii) ainda que instalada não haja quórum para deliberação da matéria em questão, a debenturista deverá permanecer silente quanto ao exercício do direito em questão em que não houve quórum, sendo certo que o seu silêncio não será interpretado como negligência em relação aos direitos dos titulares dos CRI, não podendo ser imputada à debenturista qualquer responsabilização decorrente da ausência de manifestação. A exigência de assembleia de titulares dos CRI não se aplica nas hipóteses em que a escritura de emissão ou o termo de securitização a dispensar ou não a exigir.

Outras características relevantes

A 8ª emissão de debêntures da Companhia faz parte de uma operação de securitização, sendo o lastro dos CRI do “Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários das 1ª (primeira), 2ª (segunda) e 3ª séries da 20ª (vigésima) Emissão da Opea Securitizadora S.A.”

Valor mobiliário

Identificação do valor mobiliário

Debêntures

9ª emissão – série única

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Data de emissão	15/06/2023
Data de vencimento	15/06/2025
Quantidade	1.119.000
Valor nominal global R\$	1.119.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.127.242.812,59
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures: (i) poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, a qualquer momento; (ii) somente poderão ser negociadas no mercado secundário entre investidores qualificados, assim definidos nos termos dos artigos 12 e 13 da Resolução CVM 30 (conforme definida abaixo) ("Investidores Qualificados"), após decorridos 6 (seis) meses contados da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "a", da Resolução CVM 160; e (iii) somente poderão ser negociadas no mercado secundário ao público em geral após decorrido 1 (um) ano contado da data de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 86, inciso II, alínea "b", da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Resgate Antecipado Facultativo Total. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures (sendo vedado o resgate antecipado facultativo parcial) ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) mais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e (c) de prêmio equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, multiplicado pelo prazo remanescente, ou seja, considerando a quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento, incidente sobre os itens (a) e (b) acima ("Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo Total").
Características dos valores mobiliários de dívida	Foram emitidas 1.119.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 1.119.000.000,00, com remuneração de CDI + 4,10% a.a. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado trimestralmente, sendo a primeira amortização em 15 de janeiro de 2024 e a última amortização na Data de Vencimento. Já a Remuneração será paga nos dias 15 de setembro de 2023 e 15 de dezembro de 2023, e a partir de 15 de janeiro de 2024 (inclusive) trimestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até o dia 15 de abril de 2025 (inclusive), e o último pagamento será devido na Data de Vencimento. A emissão foi objeto de distribuição pública, registrada sob o rito automático de distribuição, sem necessidade de análise prévia da CVM, nos termos do disposto na Resolução CVM 160. O prazo de vigência é de 2 anos, contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para pagamento de determinadas Cédulas de Crédito Bancários – CCBs, com vencimento de parcelas no segundo e terceiro trimestres de 2023, bem como o resgate antecipado integral das notas comerciais da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Emissora, com vencimento no segundo trimestre de 2023.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de seu comum interesse. Cada debênture corresponderá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvadas as exceções previstas na escritura de emissão, por debenturistas que detenham, no mínimo, 75% das debêntures em circulação da respectiva série em primeira convocação da assembleia geral ou a maioria absoluta das debêntures em circulação da respectiva série em qualquer convocação subsequente. As seguintes deliberações relativas às características das debêntures de cada série da emissão, dependerão da aprovação por debenturistas que detenham, no mínimo, 90% das debêntures em circulação da respectiva série, seja em primeira convocação da assembleia geral de debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) alteração de qualquer das disposições da cláusula nona da escritura de emissão, incluindo quóruns de deliberação nela estabelecidos, (ii) criação de evento de repactuação; (iii) alteração de qualquer dos eventos de inadimplemento; (iv) alteração das obrigações da companhia, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; (v) alteração das obrigações do agente fiduciário, exceto se em decorrência de exigência legal ou regulatória; e/ou (vi) alteração de qualquer disposição das seguintes características das debêntures: (1) a remuneração das debêntures; (2) quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos na escritura de emissão; (3) a data de vencimento das debêntures; (4) a espécie das debêntures, e (5) oferta de resgate antecipado total, resgate antecipado facultativo e/ou amortização extraordinária facultativa. As deliberações relativas anuência prévia ou perdão temporário de quaisquer eventos de inadimplemento deverão observar quórum de, no mínimo, 75% das debêntures em circulação na assembleia geral de debenturistas, em qualquer convocação. As deliberações tomadas pelos debenturistas em assembleia gerais no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos na escritura de emissão, vincularão a Companhia e obrigarão todos os titulares das debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia geral ou do voto proferido nas respectivas assembleias gerais.
--	--

Outras características relevantes

O saldo devedor em aberto refere-se àquele em 30/06/2023.

Valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Identificação do valor mobiliário	BHIA12
Data de emissão	13/09/2023
Data de vencimento	19/09/2024
Quantidade	622.918.946
Valor nominal global R\$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Sim

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal, de emissão da Companhia. Caso a totalidade dos Bônus de Subscrição seja exercida, o aumento de capital resultante do exercício dos Bônus de Subscrição será de até R\$ 498.335.540,80 (considerando que a integralidade do Preço de Exercício seja destinada à conta de capital social da Companhia), dentro do limite do capital autorizado, respeitados eventuais ajustes, para cima ou para baixo, por conta de arredondamento. O aumento de capital da Companhia relativo ao exercício dos Bônus de Subscrição será homologado em reunião do Conselho de Administração ou Assembleia Geral da Companhia, conforme aplicável, especialmente convocada para esta finalidade.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Os Bônus de Subscrição foram emitidos e atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações emitidas no aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2023 ("Aumento de Capital"), de forma que não houve preço de emissão dos Bônus de Subscrição. O preço de exercício de cada Bônus de Subscrição corresponderá a R\$ 0,80, que representa o preço por ação no âmbito do Aumento de Capital ("Preço de Exercício"). O Preço de Exercício estará sujeito a ajustes em função dos seguintes eventos: (a) Em caso de aumento de capital sem a concessão de direito de prioridade ou direito de preferência, para fins de captação de recursos a um preço de emissão por ação inferior ao Preço de Exercício, o Preço de Exercício deverá ser ajustado ao preço por ação fixado no referido aumento de capital. Não haverá ajuste do Preço de Exercício em caso de qualquer aumento de capital que não tenha a finalidade de captar recursos para a Companhia, incluindo, mas não limitado, àqueles realizados no âmbito de exercício de opções detidas por participantes de planos de remuneração baseada em ações da Companhia ou como consequência de incorporação de ações de outra sociedade. (b) Na hipótese de aumento de capital com direito de preferência para subscrição, o Preço de Exercício será ajustado no dia em que a ação passar a ser negociada "ex" no mercado à vista, mediante a dedução do valor do direito, que será calculado com base no último preço anterior à data "ex", sendo a liquidação feita com títulos "ex". (c) Em caso de distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou outro provento em dinheiro, o Preço de Exercício será ajustado no dia em que a ação passar a ser negociada "ex" no mercado à vista, deduzindo-se o valor do provento em dinheiro líquido do Preço de Exercício, sendo a liquidação feita com títulos "ex". (d) Na hipótese de grupamento, desdobramento, bonificação ou qualquer provento em novas ações, a liquidação será feita com títulos "ex", ajustando-se a quantidade de ações ordinárias que cada Bônus de Subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever ("Quantidade de Ações") e o Preço de Exercício proporcionalmente ao percentual do grupamento, desdobramento, bonificação ou outro provento em novas ações, na data em que houver a solicitação do exercício. (e) Caso o evento societário permita a conversão de Preço de Exercício e da Quantidade de Ações em múltiplos inteiros do lote padrão, o ajuste será efetuado no dia em que a ação passar a ser negociada "ex" no mercado à vista. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos nas seguintes janelas de exercício ("Janelas de Exercício"): (i) 25, 26, 27, 30 e 31 de outubro de 2023; (ii) 24, 26, 29, 30 e 31 de janeiro de 2024; (iii) 22, 23, 24, 25 e 26 de abril de 2024; (iv) 25, 26, 29, 30 e 31 de julho de 2024; e (v) 13, 16, 17, 18 e 19 de setembro de 2024.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações dos termos e condições dos Bônus de Subscrição serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que deliberadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de bônus de subscrição especialmente convocada para tal fim.
Outras características relevantes	Para mais informações sobre os Bônus de Subscrição, vide o Anexo à ata de reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2023 e o Aviso aos Titulares de Bônus de Subscrição divulgado pela Companhia em 25 de setembro de 2023.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	4077	35	222

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 – Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3 sob código “VIA3”.

As debêntures da 6ª emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

As debêntures da 7ª emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

As debêntures da 9ª emissão da Companhia são admitidas à negociação no mercado secundário por meio do módulo CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Valor Mobiliário	Identificação do Valor Mobiliário	País	Mercado Valor Mobiliário
ADR		Estados Unidos	OTC Markets
Entidade Administradora			
BNY Mellon			
Data de admissão	Data de Início listagem		Percentual
20/12/1996	20/12/1996		0,015489
Segmento de Negociação	Descrição de Segmento de Negociação		
Sim:	OTC		
Proporção de Certificados de Depósito no Exterior	Descrição de Proporção de Certificados de Depósito no Exterior		
Sim:	Os ADRs da Companhia têm de lastro em ações ordinárias.		
Banco Depositário	Descrição do Banco Depositário		
Sim:	BNY Mellon		
Instituição Custodiante	Descrição da Instituição Custodiante		
Sim:	Banco Itaú		

.....

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu títulos em mercados estrangeiros.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Oferta pública de distribuição de valores mobiliários:

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos captados pela Companhia por meio da oferta pública subsequente de distribuição primária de ações realizada em junho de 2020 (*follow-on*) foram destinados para (i) investimentos em tecnologia e logística, inovação e desenvolvimento; e (ii) otimização da estrutura de capital da Companhia, incluindo reforço de capital de giro.

Os recursos captados pela Companhia por meio da 6ª emissão das debêntures foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia e reforço de caixa no âmbito da gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Os recursos captados pela Companhia por meio da 7ª emissão das debêntures foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia e reforço de caixa no âmbito da gestão ordinária dos negócios da Companhia.

Os recursos captados pela Companhia por meio da 8ª emissão das debêntures, lastreados em Certificado de Recebíveis Imobiliários, foram destinados para (i) pagamento de gastos, custos e despesas imobiliárias futuras de expansão, reforma, pagamento de aluguéis, aquisição e construção a serem incorridas em imóveis; e (ii) reembolso de despesas de natureza imobiliária e predeterminadas relativas aos custos de expansão, reforma e pagamento de aluguéis dos “Imóveis Reembolso” (conforme definido nos documentos da operação), incorridas pela Companhia em até 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta.

Os recursos captados pela Companhia por meio da 9ª emissão de debêntures foram destinados para (i) o pagamento das Cédulas de Crédito Bancário nº 15337935, 15338045, 15338026, 15337867, 15337994, 15337961, as quais foram emitidas pela Emissora em favor do Banco Bradesco S.A. (CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12), com vencimento de parcelas no segundo e terceiro trimestres de 2023; e (b) o resgate antecipado integral da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais da Companhia, com vencimento no segundo trimestre de 2023.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos das respectivas distribuições.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, visto que não houve desvios.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Oferta Subsequente de Ações 2023

Em 5 de setembro de 2023, foi protocolado, perante a CVM, pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia ("Ações"), realizada pela Companhia, na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta consistiu na distribuição pública primária de 778.649.283 de novas Ações. Adicionalmente, foram atribuídos como vantagem adicional e entregues aos subscritores das Ações 4 bônus de subscrição para cada 5 Ações subscritas na Oferta ("Bônus de Subscrição"), totalizando até 622.919.426 Bônus de Subscrição. O montante da Oferta totalizou **R\$ 622.919.426,40**, considerando o Preço por Ação (conforme definido abaixo), valor que não considera o valor dos Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores.

A Oferta foi registrada na CVM sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos do artigo 26, inciso II, alínea (a), da Resolução CVM 160, sendo que, após a divulgação do "*Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias com Bônus de Subscrição de Emissão do Grupo Casas Bahia S.A.*" ("Anúncio de Encerramento"), a Oferta será objeto de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), conforme artigo 20, inciso I, do "*Código de Ofertas Públicas*", expedido pela ANBIMA e atualmente vigente ("Código ANBIMA").

A Oferta, portanto, não foi objeto de análise prévia pela CVM, pela ANBIMA ou por qualquer outra entidade reguladora ou autorreguladora.

A Oferta foi realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI"), do BTG Pactual Investment Banking Ltda. ("BTG Pactual"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bradesco BBI, o BTG Pactual, e o Itaú BBA "Coordenadores da Oferta") nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias com Bônus de Subscrição de Emissão do Grupo Casas Bahia S.A.*", celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta ("Contrato de Colocação"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976 ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), em conformidade com os procedimentos da Resolução CVM 160, do Código ANBIMA e das demais disposições legais aplicáveis, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado") e no Ofício Circular 087/2014-DP, emitido pela B3, em 28 de novembro de 2014 ("Ofício 87/2014").

12.9 Outras informações relevantes

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo UBS Securities LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital LLC, pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo Santander US Capital Markets LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), sendo (a) nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* de 1933 ("Securities Act"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários e (b) nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, para investidores que sejam considerados *non-U.S. persons*, nos termos do *Regulation S*, no âmbito do *Securities Act*, e pessoas não residentes no Brasil ou nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis de tais países, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, desde que tais investidores (referidos nas alíneas (a) e (b) acima) investissem no Brasil, de acordo com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") e pela CVM ("Investidores Estrangeiros"), sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Preço por Ação

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de setembro de 2023, foram aprovados, dentre outras matérias: (i) o preço por ação de R\$ 0,80; (ii) a emissão de até 622.919.426 Bônus de Subscrição, à razão de 4 Bônus de Subscrição para cada 5 ações subscritas (iii) o efetivo aumento do capital social da Companhia para o montante total de R\$ 5.449.626.427,48, dividido em 2.377.080.572 ações ordinárias da Companhia, mediante a emissão de 778.649.283 novas ações; e (iii) a homologação do aumento do capital social, no âmbito Oferta.

Oferta Pública de Distribuição Primária 2020

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 3 de junho de 2020, foi aprovada a realização de oferta pública de distribuição primária de, inicialmente, 220.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 vigente à época da operação ("Oferta Restrita").

A quantidade de ações inicialmente ofertada foi, a critério da Companhia, em comum acordo com os coordenadores da Oferta Restrita, acrescida em 35% do total de ações inicialmente ofertadas, ou seja, 77.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, as quais foram destinadas a atender o excesso de demanda constatado quando foi fixado o preço por ação.

12.9 Outras informações relevantes

A Oferta Restrita consistiu na distribuição pública primária de 297.000.000 novas ações ordinárias de emissão da Companhia, considerando as ações adicionais, com esforços restritos de colocação, realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução CVM 476, do “Código ANBIMA para Ofertas Públicas” em vigor à época da operação, editado pela ANBIMA e demais disposições legais aplicáveis, incluindo o Regulamento do Novo Mercado da B3 e o Ofício Circular 087/2014-DP, emitido pela B3, em 28 de novembro de 2014, sob a coordenação do Banco Bradesco BBI S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do BB – Banco de Investimento S.A., do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A., do Banco Safra S.A. e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Via Varejo S.A.*”, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta.

Simultaneamente, no âmbito da Oferta Restrita, foram também realizados esforços de colocação das ações no exterior pelo Bradesco Securities, Inc., pelo BTG Pactual US Capital, LLC, pelo Banco do Brasil Securities LLC, pelo BofA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc., pelo Safra Securities LLC e pela XP Investments US, LLC: (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos, em operações isentas de registro, previstas no *U.S. Securities Act* de 1933 e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*; e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em qualquer dos casos, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM, sem a necessidade, para tanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações perante investidores estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do *Placement Facilitation Agreement*, celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional.

Preço por Ação

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 15 de junho de 2020, foram aprovados: (i) o preço por ação de R\$15,00; (ii) o efetivo aumento do capital social da Companhia para o montante total de R\$5.131.712.284,78, dividido em 1.597.016.941 ações ordinárias da Companhia; e (iii) a homologação do aumento do capital social, no âmbito Oferta Restrita.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Sérgio Augusto França Leme	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Renato Horta Franklin	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

13.1 – Declaração individual do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

RENATO HORTA FRANKLIN, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.406.918 SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 043.417.436-00, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 28º andar, Pinheiros, CEP 05402-918, na qualidade de Diretor Presidente do **GRUPO CASAS BAHIA S.A.** (nova denominação social da Via S.A.), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 28º andar, Pinheiros, CEP 05402-918, para fins do item 13 deste Formulário de Referência, declara, nesta data, que:

(i) reviu o Formulário de Referência;

(ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

RENATO HORTA FRANKLIN
Diretor Presidente

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

13.1 – Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

SÉRGIO AUGUSTO FRANÇA LEME, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 18.761.063-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 151.151.448-59, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 28º andar, Pinheiros, CEP 05402-918, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **GRUPO CASAS BAHIA S.A.** (nova denominação social da Via S.A.), sociedade por ações de capital aberto, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.041.260/0001-64, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 3.970, 28º andar, Pinheiros, CEP 05402-918, para fins do item 13 deste Formulário de Referência, declara, nesta data, que:

(i) reviu o Formulário de Referência;

(ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e

(iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e os riscos inerentes às suas atividades.

SÉRGIO AUGUSTO FRANÇA LEME
Diretor de Relações com Investidores